HENRIQUE MANUEL PEBRE RODRIGUES DAVID

AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGA

(1700-1880)

VOLUME I

PORTO

1992

HENRIQUE MANUEL PEBRE RODRIGUES DAVID

AS CRISES DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGA (1700-1880)

VOLUME I

Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto
1992

AGRADECIMENTOS

Um trabalho com as exigências de uma dissertação de doutoramento não pode ser feito sem muitas ajudas. Correndo o risco de alguma omissão, da qual desde já nos penitenciamos, não podemos começar de outra forma que não seja agradecendo aos que nos apoiaram.

As primeiras palavras vão naturalmente para o Professor Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa, da Faculdade de Letras do Porto, nosso orientador científico, que em todos os momentos acompanhou e incentivou o nosso trabalho com sugestões e críticas, até à sua versão final.

Nos já longos anos em que vimos leccionando na Faculdade de Letras do Porto, dois professores nos deram uma ajuda inestimável: o Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, com quem, no início, tivemos o privilégio de colaborar de perto, e o Professor Doutor Luís António de Oliveira Ramos que, inclusivamente, nos informou da existência de fontes importantes e nos facultou a respectiva consulta, como indicaremos no corpo do trabalho. Nunca poderemos agradecer o apoio que sempre nos deram em momentos difíceis. As mesmas palavras valem para o Professor Doutor José Marques, que, além disso, nos foi solucionando algumas dúvidas acerca da história da cidade de Braga, que tão bem conhece. Incansável foi ainda a ajuda do Professor Doutor Aurélio de Oliveira: deu-nos sugestões, proporcionou-nos o acesso a informações inéditas, seguindo sempre com interesse a nossa investigação. Ao Professor Doutor Luís Adão da Fonseca agradecemos o incentivo na execução dos nossos primeiros trabalhos científicos.

Uma palavra especial para o Professor Doutor Joaquim Manuel Nazareth, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: foi

ele o responsável pela nossa dedicação ao campo da *demografia histórica*, dele partindo também a sugestão do tema. Desde esse momento nunca nos faltou com a sua disponibilidade, as suas propostas e críticas e a sua amizade.

O Professor Doutor José Viriato Capela, da Universidade do Minho, foi um guia insubstituível na abundante documentação dos arquivos bracarenses. Profundo conhecedor dessa documentação, ao longo dos anos em que trabalhámos naqueles arquivos sempre nos acompanhou, ajudando a resolver dúvidas, alertando-nos para a existência de fontes que desconhecíamos. Aqui deixamos expresso o nosso mais profundo reconhecimento.

A nossa colega do curso de Geografia da Faculdade de Letras do Porto, Dra. Fátima Loureiro de Matos, tirou muitas horas ao seu precioso tempo para nos ajudar, com extrema competência, na elaboração dos mapas que figuram nesta dissertação, pelo que lhe manifestamos o nosso sincero agradecimento. De igual modo expressamos a nossa estima ao Dr. Bernardo Serpa Marques pelas informações que nos deu.

Não podemos deixar de sublinhar a nossa sincera gratidão para com todos os docentes do Grupo de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Letras do Porto, que nos acolheram com a maior cordialidade, bem como para com os do Grupo de História Medieval, no seio do qual trabalhámos vários anos. Uns e outros nos honraram com a sua amizade e apoios constantes. Deste último grupo gostaríamos de destacar os Drs. Luís Miguel Duarte e José Augusto P. de Sotto-Mayor Pizarro pela preciosa colaboração na revisão do texto.

Os Engº Rui Filipe O. P. de Melo e Dr. André O. P. de Melo foram os responsáveis pela criação e aperfeiçoamento dos suportes informáticos com que trabalhámos. Para eles uma palavra de muito apreço.

A terminar, não podíamos omitir a preciosa colaboração de pessoas que trabalham nos arquivos e instituições onde efectuámos a nossa pesquisa, que sempre nos ajudaram e deram o melhor da sua colaboração: no Arquivo Distrital de Braga, a Sra. D. Maria Costa Martins e o Sr. Armando de Araújo; no Arquivo da Câmara Municipal de Braga, a Sra. D. Margarida Fernandes; na Conservatória do Registo Civil de Braga, o sr. Dr. Carlos Manuel de Oliveira Faria de Matos e o Sr. Rui Orlando Varajão Barbosa. Aos funcionários da oficina gráfica da Faculdade de Letras do Porto agradecemos a diligência com que efectuaram o seu trabalho.

ÍNDICE

Volume I

INTRODUÇÃO 1

1. METODOLOGIA 6
   1.1. A mortalidade — sua importância 7
   1.2. Métodos e técnicas de análise 15
   1.3. Conclusão 27

2. A REGIÃO 29
   2.1. Evolução administrativo/religiosa 30
   2.2. Evolução demográfica 37

3. A MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGA 108
   3.1. Os registos paroquiais 109
   3.2. O conteúdo e as características dos assentos 124
   3.3. Descrição da mortalidade 135
   3.4. Identificação das crises 158

4. AS CRISES DE MORTALIDADE 175
   4.1. Crises localizadas 176
   4.2. Crises gerais 179
   4.3. Mortalidade "normal" 247
   4.4. Repercussões das crises de mortalidade sobre a fecundidade e a nupcialidade 248
   4.5. Unidade e diversidade das crises de mortalidade 250
   4.6. As enfermidades 254

5. CONCLUSÕES 265

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA 272

Volume II

ANEXO 1 Óbitos mensais e anuais, índice de Dupâquier e respectiva amplitude

ANEXO 2 **Quadro 1** Amplitude das sobremortalidades

Quadro 2 Amplitude das sobremortalidades, aparecendo agrupadas aquelas que se estendem por mais de um ano civil

Quadro 3 Amplitude das sobremortalidades entre 1810 e 1819, não sendo considerado nos cálculos o ano de 1809

ANEXO 3 Taxa bruta de mortalidade

ANEXO 4 Cartografia das crises de mortalidade no concelho de Braga

ANEXO 5 Mortalidade "normal"

ANEXO 6 Natalidade e nupcialidade

INTRODUÇÃO

Este nosso trabalho tem como objectivo o estudo das crises de mortalidade na região de Braga para o período 1700-1880.

O estudo das crises de mortalidade justifica-se pelo papel determinante que esta teve, a par de outros factores que a seu tempo referiremos, na evolução da população dos últimos três séculos.

Como diz Thomas McKeown, "... a transformação da saúde humana e o rápido crescimento da população do mundo ocidental durante os três últimos séculos têm uma explicação comum: são resultantes da diminuição da mortalidade por doenças infecciosas. Estas doenças diminuíram devido, principalmente, a dois motivos: um, o aumento da resistência dos seres humanos às infecções, obtido com a melhoria geral da alimentação; outro, a diminuição da exposição às infecções, consequência das medidas de carácter higiénico gradualmente postas em prática a partir de fins do século XIX"[1].

Este é pois um período particularmente interessante, em que os efeitos dos tratamentos médicos e da imunização pouco ou nada ainda se fazem sentir e em que é a melhoria das condições alimentares, a par de uma maior sensibilização para os problemas da higiene, que vão influenciar mais fortemente os níveis de mortalidade das populações.

É preciso chegar ao último quartel do século XVIII para se notar, a nível da Europa ocidental, uma mudança de mentalidade no encarar dos problemas de higiene e através dela tentar influenciar a longevidade das populações.

A inexistência de um sistema de esgotos eficiente, a par das condições de promiscuidade e sujidade existentes nas prisões e hospitais e da má localização dos cemitérios e matadouros, vai conduzir a uma reformulação do espaço urbano. Se a estes

1 MCKEOWN, Thomas — *As origens da doença humana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990, pp. 119-120.

factores associarmos a maior possibilidade de contágio na cidade, no que se refere às doenças infecciosas, somos conduzidos a admitir, como hipótese de trabalho, a existência de dois modelos diferentes de mortalidade: um para a cidade, outro para o campo.

Como complemento daquilo que acabámos de afirmar está o fornecimento de água. A sua captação, transporte, armazenamento e distribuição são problemas que só muito lentamente vão sendo resolvidos. Embora se saiba da construção de diversos fontanários, não existia uma rede desenvolvida de distribuição de água pelas habitações, e em especial junto das camadas da população mais desfavorecidas, pelo que pensamos poder aplicar a Braga o que Lavoisier dizia quando se referia a Paris: "Não há dúvida de que tamanha carência de água contribui para a falta de higiene do povo e para tornar insalubre o ar da capital"[2].

Estas dificuldades faziam-se sentir não só onde, em princípio, ela era mais necessária — hospitais, prisões, matadouros — como também na lavagem das ruas onde muita sujidade se ia acumulando, como resultado da deficiente remoção de lixos, e da inexistência de banhos públicos em número suficiente. Teremos de esperar pelo século XIX para que uma nova palavra — higiene — ocupe o seu lugar. Como diz Georges Vigarello, "... a higiene já não é o adjectivo que qualifica a saúde (*hygeinos* significa em grego o que é são), mas o conjunto dos dispositivos e dos saberes que favorecem a sua conservação"[3]. Só neste século se começa a vulgarizar o uso do sabão e a encarar o banho com água tépida como forma de limpeza. Muitos pudores tiveram de ser ultrapassados, como os que estão relacionados com a nudez. Durante muito tempo as casas apenas possuíam bacias, normalmente cerâmicas, para limpeza das mãos e da cara. Os cabelos raramente eram lavados e poucas eram as habitações

---

2 VIGARELLO, Georges — *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1988, p. 122.

3 VIGARELLO, Georges — *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, cit, p. 134.

dotadas de casa de banho. Apenas na segunda metade do século XIX se generaliza o hábito do banho e consequente mudança de roupa, principalmente entre as camadas da população mais abastadas, e teremos de esperar pela década de setenta para que Pasteur desenvolva a microbiologia e com ela transforme a noção de higiene. Como diz F. David, em 1897, "... a limpeza é a base da higiene, pois consiste em afastar de nós toda a sujidade, e por conseguinte, todos os micróbios"[4].

O estudo das crise demográficas parece-nos de particular importância para um melhor conhecimento quer das populações sujeitas ao *Antigo Regime demográfico*, quer do período de transição demográfica que caracterizou os dois últimos séculos da nossa era.

Quanto ao período por nós escolhido — 1700/1880 — ele vai permitir-nos observar o comportamento de uma população durante o Antigo Regime, detectar possíveis alterações ocorridas do século XVIII para o XIX, apreender reacções às mudanças surgidas ao longo do século XIX e ainda facultar a comparação com os dois primeiros censos modernos realizados em Portugal — 1864 e 1878.

Começaremos por analisar a importância do estudo da mortalidade para o melhor conhecimento da trajectória descrita pelas populações, ao que se seguirá a descrição e comentário dos diversos métodos e técnicas para realizar essa análise.

De seguida, estudaremos a evolução administrativa e demográfica da região que vai ser objecto do nosso trabalho, durante o período cronológico por nós delimitado. Essa região será constituída pelas sessenta freguesias que em 1880 integravam o concelho de Braga. Tal opção ficou a dever-se ao facto de parte das freguesias que mais tarde viriam a formar o concelho de Braga estarem, em 1700, dispersas por outros concelhos — de Barcelos e de Guimarães — ou então formando coutos — Arentim,

---

4 VIGARELLO, Georges — *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, cit., p. 160.

Pedralva, Tibães e Vimieiro — independentes do termo de Braga. Para definirmos uma área que se mantivesse praticamente constante ao longo destes 180 anos — pensamos que pequenas devem ter sido as alterações nos seus limites, para além da criação da freguesia de S. José de S. Lázaro, em 1747 —, e que nos permitisse fazer comparações dos resultados que viéssemos a obter, tivemos de fazer tal escolha.

Continuaremos o nosso trabalho com a análise da qualidade dos dados recolhidos nas diversas fontes, manuscritas e impressas, por nós utilizadas, a descrição da mortalidade observada nas freguesias e a identificação das crises de mortalidade que possam ter existido.

Por fim faremos a caracterização dessas crises, verificaremos a existência de aspectos da possível unidade ou diversidade entre elas e da capacidade de aprofundamento do seu estudo, relacionando-as com os censos de 1864 e 1878.

1. METODOLOGIA

1.1. A mortalidade — sua importância

As crises demográficas são um dos traços estruturais da demografia de "tipo antigo", a qual é caracterizada pela estabilidade, ou por uma taxa de crescimento anual muito baixa a longo prazo, e pelo aparecimento de fortes variações a curto prazo.

Ora desde há décadas que a maioria dos historiadores começou a aperceber-se dos efeitos das crises demográficas através dos níveis de mortalidade, o que os levou a falar indiferentemente de crises demográficas ou de crises de mortalidade.

A crise caracteriza-se por uma duração curta, distinguindo-se assim de outros fenómenos demográficos de longa duração, e por ser despoletada, normalmente, de uma forma brusca e relativamente violenta.

Aliás, se atentarmos nos valores da taxa bruta de natalidade, eles variam, normalmente, entre valores muito mais próximos entre si do que os da taxa bruta de mortalidade, e essa variação resulta, muitas das vezes, de crises de mortalidade. Por outro lado, não é raro, em situação de crise, a mortalidade atingir valores cinco ou dez vezes superiores ao "normal". Eis porque, quer pelo seu rápido impacto na estrutura das populações, quer pela sua amplitude, podemos avançar com a ideia de que a crise de mortalidade concretiza com um certo rigor a noção de crise demográfica.

O alcance do estudo das crises demográficas é múltiplo: permitir observar o papel central que desempenharam no desenvolvimento demográfico até finais do século XIX; analisar a reacção da estrutura sociodemográfica, na medida em que vão incidir sobre uma população determinada que não está desligada das relações sociais e económicas; facultar a possibilidade de estudos em outras áreas do saber, como são os das atitudes perante a morte.

Se agora nos debruçarmos sobre os factores que terão desencadeado tais crises verificamos que eles foram, fundamentalmente, de dois tipos: os que estiveram normalmente sempre presentes ao longo deste período — deficiências alimentares e doenças das quais destacamos as infecto-contagiosas — e os ocasionais — guerras, acidentes e catástrofes naturais.

Já em 1946, Jean Meuvret, num artigo publicado na revista «Population»[5], chamava a atenção para as crises de subsistências, ao observar uma estreita relação entre as mesmas e as flutuações das colheitas. Alertando para o facto de estes fenómenos só poderem ser claramente estudados quando observados num ano cerealífero (de inícios de Agosto a finais de Julho do ano seguinte), o autor verificava a existência de um sincronismo entre a subida dos preços dos alimentos (fundamentalmente dos cereais) e a do número de óbitos, os quais eram acompanhados por uma baixa da natalidade e da nupcialidade. Chamava ainda a atenção para o aparecimento de mecanismos simultâneos que compensavam as perdas demográficas e para o facto de não serem endógenos os factores que desencadeavam as crises.

Tal modelo explicativo seria aplicável até inícios do século XVIII, altura a partir da qual a ordem de grandeza destas crises teria decaído, o que por si só provocaria uma diferença qualitativa.

É de realçar o facto de, já neste artigo, Jean Meuvret alertar para o problema da recuperação (ou seja, dos anos que seriam necessários para absorver as crises), assunto que viria, mais tarde, a interessar outros estudiosos.

Esta teoria provocou um grande interesse, diversas discussões e mesmo polémicas que chegaram até hoje, isto porque à medida que foram aparecendo estudos

---

5 MEUVRET, Jean — *Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime, in* «Population», 1ère année, nº 4 (Oct. - Dec.), 1946, pp. 643-650.

regionais mais detalhados, se verificou que ela apenas seria aceitável para o século XVII e para as grandes planícies cerealíferas e têxteis da França do Norte.

Como referiu Pierre Goubert[6] (que também o aceitou até inícios da década de sessenta), este modelo não seria aplicável em regiões de economia mais próspera ou privilegiada pelo clima, o que permitia uma alimentação mais diversificada, ou ainda em sociedades mais avançadas.

Tais factos levaram os investigadores a centrarem a sua atenção sobre as grandes epidemias como causas determinantes das crises de mortalidade. Antes de as mencionarmos, dois aspectos devem ser previamente focados. Primeiro, o facto de, se exceptuarmos o caso da vacinação antivariólica, não ser provável que os cuidados médicos prestados a cada doente tenham tido um efeito significativo na mortalidade por doenças infecciosas antes do século XX. Só nas últimas décadas do século XIX, com alguns avanços significativos da microbiologia, se dão passos importantes na tentativa de controle de certas doenças de que são exemplo a descoberta do bacilo do tifo em 1880, a do agente patogénico do paludismo (ou malária) também em 1880, a dos bacilos da cólera em 1883 e da peste em 1894. O segundo facto a ter em conta é a grande dificuldade de, como diz Jean-Pierre Peter[7], "... fazer corresponder exactamente a cada denominação antiga um nome de doença tirado da medicina contemporânea... . Não há uma base lógica comum aos dois sistemas de referência". O vocabulário médico era extremamente exíguo comparado com o de hoje, pelo que as doenças eram fundamentalmente descritas pela sua sintomatologia, a qual podia ser comum a diversas delas. Para mais, os próprios sintomas podem ter variado, quer porque a resistência do homem a certos parasitas se foi alterando com o tempo, quer pela modificação do

---

6 GOUBERT, Pierre — *Histoire démographique, in* «Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciências Históricas, vol. III, História Moderna», Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, p. 262.

7 PETER, Jean-Pierre — *Malades et maladies à la fin du XVIIIe siècle, in* «Annales E. S. C.», Paris, 22e année, nº 4 (Juillet-Aout), 1967, p. 726.

carácter de certas doenças. Consequentemente, como diz Vicente Pérez Moreda[8], "é muito provável que quando comparamos uma enfermidade actual e a sua homónima de tempos passados nos estejamos a referir a realidades de alguma forma diferentes".

São pois as doenças infecto-contagiosas, juntamente com afecções do aparelho respiratório, as quais atacavam preferencialmente no Inverno e entre as camadas da população de idade mais avançada, as grandes responsáveis por alguns dos mais graves surtos de mortalidade. As doenças não transmissíveis, encabeçando as causas de mortalidade no século XX, e de que são exemplo as cardio-vasculares, o cancro e a diabetes, estavam ainda parcialmente "ocultas", quer pela pequena esperança de vida que fazia com que as doenças infecciosas fossem predominantes, quer porque outros factores, entre os quais temos de incluir os regimes alimentares, não se tinham ainda implantado.

Entre as doenças infecciosas temos de destacar: a peste (que conheceu três formas: a bubónica, septicémica e pulmonar), o tifo (e as febres tifóides), a varíola (principalmente até 1796, altura em que Jenner descobriu a vacina anti-variólica, a qual levou ainda alguns decénios a ser aceite pelas populações), a cólera (não esquecendo que, tal como refere Jean-Pierre Peter[9], "... antes de ter desembarcado em França o vibrião «asiático», portanto até 1832, a palavra cólera designou constantemente a disenteria") e a febre amarela.

A outra grande componente das crises prende-se com a subalimentação. Hoje é mais ou menos aceite que, mesmo nas crises de subsistências, é a carestia o elemento essencial da crise e não a falta de cereais: nem sequer nos casos extremos a colheita terá sido nula.

---

8 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Ed., 1980, p. 65.

9 PETER, Jean-Pierre — *Malades et maladies à la fin du XVIIIe siècle*, cit., p. 736.

A morte por inanição seria extraordinariamente rara, e aquilo que se verificava com certa frequência eram estados de subalimentação, o que propiciava condições óptimas para que as epidemias pudessem actuar de uma forma mais intensa.

O estado de extrema fragilidade em que os corpos se encontravam propiciava: o esgotamento fisiológico das mulheres — a amenorreia da fome — como tão bem o evidenciou E. Le Roy Ladurie[10]; o desenvolvimento de outras doenças, de que a tuberculose é um bom exemplo pela sua íntima relação com a alimentação deficiente e o abatimento do estado psicológico das populações.

Outro factor que se prende com aquele que acabamos de descrever é o da higiene alimentar. Se bem que a higiene dos corpos tenha registado algumas melhorias, ela não terá contribuído de uma maneira decisiva para o decréscimo da mortalidade na medida em que a qualidade da água e dos alimentos era muito mais determinante para essa diminuição. Ora a distribuição da água era extremamente deficiente e a verificação da sua pureza raramente era feita. Por outro lado, a conservação dos alimentos frescos era muito má pelo que a população consumia muitas das vezes bens parcialmente deteriorados ou contaminados por águas residuais, resultantes do péssimo estado das redes de esgotos. O consumo de alimentos em mau estado, principalmente no Verão, foi o responsável, entre outros, por doenças intestinais. Como acabámos de ver, há uma estreita relação entre as doenças infecciosas e a subalimentação, pelo que se há casos em que muito nitidamente as epidemias, por si só, provocaram uma grande crise, outros há em que podemos falar de "crises mistas", nas quais as epidemias acompanharam ou agravaram as subidas dos preços.

De uma forma mais ocasional também as guerras e revoluções repercutiram na mortalidade, não só como resultado dos confrontos bélicos, como também pela influência

---

10 LADURIE, Emmanuel Le Roy — *L'aménorrhée de famine (XVIIe-XXe siècle), in* «Le territoire de l'historien», 2e éd., Paris, Gallimard, 1973, pp. 331-348.

que tinham nas condições de higiene, traduzida no contágio de certas doenças, pelo desarticular das redes de abastecimento dos locais onde ficavam alojadas as tropas, e, ainda, pelas destruições que causavam e de que as colheitas muito se ressentiam.

São ainda de referir diversas catástrofes naturais, que de uma forma directa ou indirecta tiveram influência na mortalidade — as pragas de insectos que atacam as colheitas, as anomalias climatéricas (secas, gelos, granizos, etc.), incêndios, inundações.

A esta visão clássica das crises, veio, nos últimos decénios, juntar-se uma outra. Como diz J. Dupâquier[11], "... ninguém contesta o conceito de crise de subsistências, com o objectivo de exprimir a situação sobre o mercado de cereais, mas abstêm-se de colocar a absurda equação: crise de subsistências = crise de mortalidade". E, mais adiante, citando Pierre Chaunu, relembra que pode haver crises de mortalidade sem carestia e carestias de cereais sem mortalidades.

Observou-se ainda que mesmo quando as crises de mortalidade coincidem com as crises de subsistências, as grandes mortalidades são, em geral, precedidas duma subida progressiva do número de óbitos, cuja origem não pode ser senão epidémica.

Se por um lado a variação da fecundidade não se mostrou capaz de se assumir como factor de regulação automática do nível da população, exceptuando os casos extremos de esgotamento fisiológico das mulheres, por outro também a mortalidade não se apresenta como variável decisiva, senão teria "atacado" de preferência as regiões superpovoadas e nunca uma população em estado de descompressão, como em diversos momentos se pode comprovar.

---

11 DUPÂQUIER, Jacques — *Pour la démographie historique*, Paris, P. U. F., 1984, p. 44.

As crises de subsistências também não nos parecem aptas a explicar tal mecanismo, dada a ausência de regularidade no seu aparecimento devido ao facto de resultarem de factores acidentais, como sejam os meteorológicos.

Se agora nos fixarmos no modelo europeu de matrimónio, predominante nos tempos modernos, observamos que ele se caracterizava por um casamento tardio e por elevadas taxas de celibato definitivo. As concepções fora do casamento eram raras e este implicava a fundação de um novo lar, pelo que o casal deveria estar em posição de assegurar a sua independência económica. Mais do que um "voluntário" atraso na idade do casamento, estamos perante uma "imposição" das próprias estruturas familiares da época. Como tal, a explicação do mecanismo autorregulador das populações de "tipo antigo" deve ser procurada nos fenómenos de nupcialidade e nas estruturas familiares.

Em matéria de nupcialidade notamos, durante a crise, uma diminuição do número de casamentos, a que se segue uma rápida recuperação.

E qual foi a influência das crises sobre a evolução da idade do primeiro casamento? A morte do chefe de família deveria desencadear um processo de substituição, pelo que as crises de mortalidade provocariam um abaixamento da idade do casamento, começando por esgotar o "exército de reserva" daqueles que esperavam oportunidade para constituir família, isto numa sociedade em que as classes dirigentes não estavam dispostas a dividir as explorações.

Assim, J. Dupâquier[12] observa que "... as populações antigas, submetidas às leis da moral cristã, dispunham de uma reserva considerável de reprodução e expansão demográfica".

---

12 DUPÂQUIER, Jacques — *De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles, in* «La quantification en histoire», ed. por G. Kurgau e Ph. Moureux, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1973, p. 64.

Com o atenuar das crises, a mortalidade diminui, a população cresce, e o mecanismo autorregulador funciona agora em sentido inverso. Dá-se a redução dos quocientes de nupcialidade e a idade do casamento aumenta. A indústria nascente dispõe assim de uma reserva de mão-de-obra abundante e barata, e é ela própria que permite o abaixamento da idade do casamento, relançando ao mesmo tempo o crescimento demográfico, e desenvolvendo, por reacção, um sistema baseado na prevenção voluntária dos nascimentos e a emigração para as colónias.

Aos poucos, a sociedade vai-se estruturando de forma a permitir a sua sobrevivência às crises de mortalidade.

A dimensão das famílias tinha também a sua importância pois a vulnerabilidade destas está em função inversa da respectiva dimensão. Quanto menor era o seu tamanho, mais vulnerável ela era a uma crise e menor a percepção directa e imediata da existência da mesma.

1.2. Métodos e técnicas de análise

No que se refere a esta questão poderemos tomar como ponto de partida os trabalhos da escola francesa, os quais apontam para uma estreita relação entre a subida dos preços dos produtos agrícolas e os períodos de maior mortalidade. Este fenómeno, que se caracterizava por uma certa periodicidade, foi comprovado por diversas investigações, donde se destacam as de E. Labrousse. Como diz Witold Kula[13], "... o grande mérito dos investigadores franceses é o de haver demonstrado a regularidade e a periodicidade do fenómeno em questão ligando-o estreitamente com as suas repercussões no mercado, o ter diferenciado a sua intensidade segundo o carácter da região e do período, e o haver elaborado o "modelo" das revoltas que engendravam as calamidades".

Jean Meuvret (e depois Pierre Goubert), num artigo publicado em 1946[14], chamava a atenção para as crises de subsistências na demografia da França de Antigo Regime, partindo da constatação da coincidência dos valores máximos do preço do trigo e dos máximos anuais de mortalidade, ideia que completava com a indicação de que estes anos foram também de morbosidade máxima.

Privilegiava pois o estudo das crises de subsistências, as quais estavam relacionadas fundamentalmente com duas variáveis microdemográficas: a mortalidade e as concepções. As subidas excepcionais dos preços dos grãos, as quais deviam ser estudadas no quadro do ano-colheita (de 1 de Agosto a 31 de Julho do ano seguinte),

---

13 KULA, Witold — *Problemas y métodos de la historia económica*, 2ª edição, Barcelona, Ed. Península, 1974, p. 556.

14 MEUVRET, Jean — *Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime*, cit., pp. 643-650.

eram acompanhadas quase simultaneamente por uma subida brutal dos óbitos e por uma queda também pronunciada das concepções.

Partindo destes princípios, propõe como índice característico da crise a relação entre óbitos e concepções calculada, senão mensalmente, pelo menos no âmbito de um ano-colheita. Este índice seria comparado, para além dos preços dos cereais, com percentagens que evidenciavam a intensidade da subida em relação à época imediatamente anterior. Cabe aqui relembrar que, segundo Jean Meuvret, as crises deste tipo desapareceram desde a primeira metade do século XVIII.

Esta solução para definição das crises foi criticada por Jacques Dupâquier[15], na comunicação feita ao Colóquio Internacional de Demografia Histórica que se realizou em Montebello, no ano de 1975. Três dificuldades eram apontadas:

1ª Fazer intervir o número de concepções para definir a intensidade da crise, pois está por provar que todas as crises de mortalidade provoquem uma queda das concepções. Segundo Jacques Dupâquier um índice de medida da mortalidade deve ser calculado baseado exclusivamente nas estatísticas dos óbitos. Só depois de definidas as crises deverão ser estudadas a sua correlação com o movimento dos preços ou as possíveis repercussões no número de baptismos (conceito preferido a "concepções" pela impossibilidade de conhecer estas) e de casamentos.

2ª A dificuldade de definição do período de referência. Como definir o que é um ano normal? No caso de duas crises de mortalidade próximas, o número de óbitos da primeira não deveria servir para o cálculo da média que deve permitir apreciar a intensidade da segunda.

---

15 DUPÂQUIER, Jacques — *L'analyse statistique des crises de mortalité, in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau et André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 83-84.

3ª Nas pequenas comunidades, a estatística dos óbitos apresenta flutuações aleatórias duma tal amplitude, que o índice salta frequentemente para valores que nunca se encontram nos grandes conjuntos humanos — um índice fundado sobre valores relativos exageraria a realidade do fenómeno nas pequenas comunidades.

Também Pierre Goubert[16], na esteira de Jean Meuvret, se debruçou sobre o problema das crises, considerando a existência de uma crise a partir do momento em que o número habitual de óbitos anuais duplica, e quando, simultaneamente, o número de concepções cai de maneira significativa, pelo menos um terço. O número habitual de óbitos seria igual à média, ou à moda, dos anos "normais" existentes entre duas crises bem atestadas.

O principal óbice a esta definição foi apresentado por François Lebrun num artigo dos "Annales E.S.C."[17], ao analisar a queda de concepções: "P. Goubert pensa aqui nas crises demográficas consecutivas às crises de subsistências, mas nós veremos que as epidemias não arrastam forçosamente uma baixa das concepções". Quando em 1975 se reúne o Colóquio Internacional de Demografia Histórica, subordinado ao tema "Países novos, países antigos: problemas de medida dos fenómenos demográficos", vários foram os trabalhos apresentados tendo como objectivo o estudo metodológico das crises demográficas.

16 GOUBERT, Pierre — *100.000 provinciaux au XVIIe siècle*, Paris, Flammarion, 1968, p. 75.

17 LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, *in* «Annales E.S.C.», 35e année, nº 2, Mars-Avril 1980, p. 225.

Thomas H. Hollingsworth[18] apresentou uma equação para cálculo da intensidade das crises, e começou por escolher os factores que deveriam ser considerados:

n — tamanho da população

q — proporção de óbitos (nº de óbitos/n)

t — duração da crise, medida em dias

I (intensidade) = f (q, n, t)

Partindo da fórmula provisória

$$I = \frac{nq}{t}$$

começou por considerar que embora I aumente com q, não deve haver uma simples proporcionalidade entre eles; q varia entre 0 e 1, e dado que este factor deve ter um peso muito maior no cálculo da intensidade, optou pela sua substituição pela função

$\frac{q}{1-q}$, a qual varia entre 0 e infinito.

18 HOLLINGSWORTH, Thomas H. — *A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises, in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 21-28.

Em seguida considerou que n e t estariam afectados por dois índices a e b, de tal forma que a = b e a + b = 1, pelo que chegou à fórmula

$$I = \frac{q}{1-q} \cdot \frac{n^{1/2}}{t^{1/2}}$$

Ao calcular os valores de I para as crises de Londres (1665), Peste Negra na Europa (1348-1350), México Central (1519-1608) e Lisboa (1755), verificou que a relação entre eles estaria mais correcta dando um maior peso à população e um menor ao tempo, logo, para a + b = 1, optou por a = 2/3 e b = 1/3, chegando à equação

$$I = \frac{q}{1-q} \cdot \frac{n^{2/3}}{t^{1/3}}$$

segundo ele "... a melhor aproximação que nós podemos encontrar"[19]. A identificação de uma cri para valores de I iguais ou superiores a 20.

Esta fórmula tem o mérito de tornar possíveis as comparações, quaisquer que sejam os tamanhos das populações em causa, bem como a sua distribuição espacial ou temporal, os números de óbitos durante a crise ou a duração desta. Vejamos os problemas que suscita a sua utilização: a começar, a noção de "teoria socio-psicológica" explicativa da maneira como I varia em função das três variáveis (q, n, t) e dos expoentes com que são afectados n e t, que Andrew B. Appleby[20] critica no seu relatório ao colóquio atrás referido, detendo-se no factor t, e acabando por concluir que

---

19 HOLLINGSWORTH, Thomas H. — *A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises*, cit., p. 28.

20 APPLEBY, Andrew B. — *Crises of mortality: periodicity, intensity, chronology and geographical extent, in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, p. 284.

realmente duvida, "... se nós podemos dizer que a população sinta, com qualquer precisão matemática", ou seja, a dificuldade em traduzir numa equação a forma como uma população é afectada psicologicamente e a maneira como reage a uma crise. Outra dificuldade existe, esta muito mais difícil de ultrapassar, que consiste na necessidade de avaliar, pelo menos de uma forma aproximada, o tamanho da população, o qual só muito raramente se conhece para as populações de regime antigo e que, no nosso caso, se tornou uma dificuldade intransponível.

No mesmo Colóquio que temos vindo a acompanhar, Jacques Dupâquier[21] também apresentou uma equação tendo como objectivo o cálculo do índice de mortalidade. Assentando as suas investigações apenas sobre o número de óbitos, e recusando trabalhar somente com valores absolutos, pelas grandes variações aleatórias que o valor de I poderia sofrer, em especial nas pequenas comunidades (aliás, crítica que ele próprio havia formulado a Jean Meuvret), decidiu-se a incluir na fórmula de cálculo de I, para além de Dx (número absoluto de óbitos no ano x) e de Mx (número médio dos óbitos nos dez anos precedentes ao ano x), σ_x (desvio padrão dos dez anos de referência) que tem por fim eliminar as flutuações aleatórias do número de óbitos nas paróquias muito pequenas, isto porque σ_x cresce menos rapidamente do que o número absoluto dos óbitos nas séries.

Jacques Dupâquier apresenta pois a fórmula

$$I_x = \frac{D_x - M_x}{\sigma_x}$$

21 DUPÂQUIER, Jacques — *L'analyse statistique des crises de mortalité*, cit., p. 83-112.

Seguidamente, criticando a sua própria equação, e centrando a sua atenção sobre os anos de referência, levanta a hipótese de substituir aqueles em que o valor de I é superior a 2 ou inferior a - 2, mas verifica que este método não é aplicável desde que estejamos a tratar com uma população crescente. Por outro lado, levanta outra hipótese: a de considerar como anos de referência, não os dez anos precedentes, mas sim os cinco anos anteriores e os cinco anos posteriores, não contando com os dois anos vizinhos daquele que está a ser estudado para assim eliminar as perturbações que poderiam ser provocadas por crises sucessivas. Pesem embora algumas vantagens, também esta hipótese foi abandonada, dado que ao considerarmos apenas os valores menores, o desvio padrão diminui, o que faz crescer artificialmente o valor de I à mínima subida da mortalidade, em particular nas pequenas paróquias, para além de complicar bastante os cálculos.

Conclui pois que, embora o método apresente inconvenientes quando aplicado a anos em que duas crises se sucedem com um breve intervalo, ao falsear a dimensão da segunda, na medida em que a média e o desvio padrão se encontram inflacionados (pelo que diminui o numerador e cresce o denominador), a experiência prova que não resultam daí grandes distorsões, pelo que, segundo J. Dupâquier, o melhor é mantermo-nos com a solução mais simples, que consiste em considerar como base de referência os dez anos anteriores. Para tornear o problema de crises que se apresentam em anos sucessivos, se estas se sucederem por n anos consecutivos, propõe adicionar os n índices e subtrair o valor n-1 ao resultado.

A grandeza das crises é medida segundo a seguinte escala:

$1 \leq I < 2$	crise menor
$2 \leq I < 4$	crise média
$4 \leq I < 8$	crise forte
$8 \leq I < 16$	crise maior ou importante
$16 \leq I < 32$	crise superior ou grande crise
$I \geq 32$	catástrofe

A maior crítica que se faz a este método resulta do facto de, ao ser considerado como unidade temporal para observação das crises o ano civil, poder acontecer que determinadas crises, normalmente resultantes de certas epidemias, se concentrem preferencialmente no Inverno, distribuindo-se por dois anos consecutivos os meses com maior número de óbitos, o que vai fazer com que o valor de I esteja como que dividido entre eles. Este problema remete-nos novamente para a utilização do ano-colheita como unidade temporal, mas se este se mostrou um instrumento bastante útil quando relacionado com as crises de subsistências, como provaram Jean Meuvret e Pierre Goubert, talvez o mesmo não possamos dizer quando tratamos de crises mistas, ou, em especial, das crises marcadamente epidémicas, como tão bem o demonstra J. Dupâquier[22]. Autores há, como François Lebrun[23], que afirmam que devido ao facto da sobremortalidade dum dado ano nunca se repartir igualmente ao longo dos doze meses, por certas epidemias atingirem as populações preferencialmente durante alguns deles, só o estudo dos óbitos mensalmente permite ir mais longe na análise, pelo que os valores anuais não constituiriam mais do que uma primeira aproximação.

22 DUPÂQUIER, Jacques — *Réflexions sur l'ouvrage d'A. Croix: Nantes et le pays nantais au XVI.e siècle, in* «Annales E.S.C.», 30e année, nº 2-3, 1975, p. 398.

23 LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, cit., p. 206.

Pesem embora as dificuldades apontadas, Appleby afirma que "... o método de Dupâquier funciona habitualmente bastante bem, (...), na mensuração da intensidade das crises nas sociedades 'pré-census' (anteriores à realização dos censos)"[24].

Ainda no colóquio que temos vindo a referir, dois autores italianos, Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci apresentaram uma comunicação[25] onde referiam um método para cálculo da intensidade das crises, o qual foi desenvolvido num outro trabalho, com o mesmo título, publicado em 1977[26]. A sua proposta começa por assentar na capacidade, por parte das populações afectadas, de reacção às crises, e como tal definem-nas como "... uma perturbação de curta duração do regime normal de mortalidade, que reduz o efectivo das gerações de tal maneira que lhes não é mais possível assegurar a sua reprodução, mesmo depois de esgotar todas as suas capacidades de recuperação"[27]. Existiria uma pequena crise quando se desse um aumento de 50% do número de óbitos num dado ano, o qual, se se desse uniformemente em todas as classes de idades, não poderia ser compensado pela capacidade de recuperação da geração nascida nesse mesmo ano; uma grande crise quando quadruplicasse o número de óbitos, o que nas condições atrás apontadas não poderia ser contrabalançado pela capacidade de recuperação das quinze gerações que, nesse mesmo ano, tivessem menos de quinze anos.

Partindo somente das listagens dos óbitos, vão definir o valor considerado 'normal', utilizando para tal o sistema de médias móveis assente em séries de onze

---

24 APPLEBY, Andrew B. — *Crises of mortality: periodicity, intensity, chronology and geographical extent*, cit., p. 285.

25 DEL PANTA, Lorenzo; LIVI-BACCI, Massimo — *Chronology, intensity and diffusion of mortality in Italy, 1600-1850, in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 69-81.

26 DEL PANTA, L.; LIVI-BACCI, M. — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850, in* «Population», 32e année, numéro spécial (Sept. 1977), pp. 401-443.

27 DEL PANTA, L.; LIVI-BACCI, M. — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*, cit., p. 405.

anos, centrados no ano que está a ser analisado, depois de excluídos os dois valores mais altos e os dois mais baixos, transformando-se pois em médias de sete anos ($\overline{X}_i$).

Para cada ano civil, conhecido o número de óbitos (x_i), a intensidade (I) será dada por

$$I = \frac{x_i - \overline{X}_i}{\overline{X}_i} \cdot 100 \ ,$$

considerando como de crise os anos em que $I \geq 50\%$.

Os autores colocam também a hipótese do cálculo de I função do desvio padrão (σ)[28], calculado para o período base, ou seja,

$$I = \frac{x_i - \overline{X}_i}{\sigma} \ ,$$

aproximando-se assim do método de J. Dupâquier. Pensamos que os dois métodos são bastante semelhantes, pelo que as vantagens e inconvenientes apontados quando da apresentação do método de J. Dupâquier se mantêm.

Também François Lebrun apresentou, em 1977[29], um método para cálculo de intensidade das crises baseado unicamente nas estatísticas dos óbitos. Este foi melhor precisado em 1980[30], e nele se propõe, para medir a intensidade de uma crise de um dado ano, calcular a razão entre o número de óbitos desse ano e a média dos dez anos precedentes e dos dez anos seguintes, a que corresponderia o índice 100. Estaríamos em presença de uma crise sempre que o índice fosse superior a 200, ou seja, o dobro

---

28 DEL PANTA, L.; LIVI-BACCI, M. — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*, cit., p. 410.

29 LEBRUN, François — *Les épidémies en Haute-Bretagne à la fin de l'Ancien Régime (1770-1789). Présentation d'une enquête collective, in* «Annales de Démographie Historique», 1977, pp. 181-206.

30 LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, cit., pp. 205-234.

da média. Este método apresenta diversos inconvenientes, dos quais o maior é o de colocar em pé de igualdade as pequenas populações, em que a razão para a média pode ser puramente aleatória, e as grandes populações em que tal razão é significativa. De resto, é o próprio autor que afirma ter-se abstido dos cálculos dos desvios padrões porque teriam constituído um grande trabalho...

Para além de Hollingsworth, Dupâquier, Del Panta—Livi-Bacci e Lebrun, também outros autores, entre os quais Vicente Pérez Moreda[31] e Michael W. Flinn[32] consideram ser a mortalidade a única manifestação em que se pode concretizar com rigor a noção de crise demográfica de Antigo Regime. Para outros, entre os quais se incluem Andrew B. Appleby[33] "... a queda simultânea dos baptismos e dos casamentos aquando da maior parte das crises surge (...) como qualquer coisa de essencial, porque a crise é um fenómeno que interessa todos os índices demográficos; creio que negligenciando um ou outro, não se vê o impacto total. Tudo deve ser recolocado no contexto económico e social"; da mesma forma Sölvi Sogner[34] afirma: "... estamos relutantes em inferir a natureza das crises somente a partir da estrutura da mortalidade"; também Paul Vauthier Adams[35] e Isabel Moll, Antoni Segura e Jaume Suau[36]

---

31 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., pp. 60-61.

32 FLINN, Michael W. — *The stabilisation of mortality in pre-industrial Western Europe, in* «The Journal of European Economic History», vol. III, nº 2, 1974, pp. 285-318.

33 APPLEBY, Andrew B. — *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, p. 300.

34 SOGNER, Sölvi — *Nature and dynamics of crises (including recent crises in developing countries), in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, p. 320.

35 ADAMS, Paul Vauthier — *Mortality crises in the nineteenth century France, in* «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. by Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 29-31.

36 MOLL, Isabel; SEGURA, Antoni; SUAU, Jaume — *Cronologia de les crises demografiques a Mallorca. Segles XVIII-XIX*, Palma de Mallorca, Institut d'Estudis Balearics, 1983, pp. 22-23. Nas pp. 36-43 apresentam detalhadamente um método de cálculo da intensidade das crises.

consideram que a crise é um fenómeno que afecta todos os índices demográficos e como tal deve ser abordada.

Apresentados que estão os principais critérios de definição e medição da intensidade das crises de mortalidade, cabe aqui fazer-lhes mais algumas referências, atendendo ao seu papel de elemento regulador por excelência do crescimento demográfico.

O seu estudo terá de ter em conta não só a intensidade, como a frequência e a extensão geográfica das mesmas. Também é função da sua estrutura por idades (daí a influência de certas epidemias, que são mais selectivas sobre determinados grupos etários do que outras: assim, uma epidemia de varíola, que ataca preferencialmente nos primeiros anos de vida, tem repercussões muito mais fortes do que uma epidemia que atinja as gerações para lá da idade reprodutora) da sua diferencialidade no respeitante aos sexos, do tipo de distribuição da população em agregados, da reacção à crise em termos de nupcialidade e fecundidade e da duração desta reacção.

No que concerne a este último factor, e embora seja um dos mais apaixonantes da demografia histórica, ainda há muito por descobrir, apesar dos estudos de diversos investigadores como Livi-Bacci[37], isto porque a mesma diminuição relativa da população terá consequências bem diferentes segundo a sua incidência sobre as diversas classes de idades e a estrutura da população.

Como afirma François Lebrun[38], o caminho correcto para o estudo das crises consiste em estabelecer antes do mais uma cronologia precisa das mesmas, a partir dos registos de óbitos das paróquias, depois em classificá-las em função da sua intensidade

---

37 LIVI-BACCI, Massimo — *La société italienne devant les crises de mortalité*, Firenze, Dipartimento Statistico, 1978, pp. 61-91.

38 LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, cit., p. 208.

e, por fim, em analisar cuidadosamente as causas e os efeitos a partir de todas as fontes disponíveis.

1.3. Conclusão

Por diversas razões é importante o estudo das crises de mortalidade: porque foram um elemento que marcou o ritmo de crescimento das populações desde o período da Peste Negra até ao século XIX; porque a análise das suas causas e efeitos nos vai permitir observar como reagiram os diversos tipos de população quando fustigados por uma crise; porque nos deixa em aberto a possibilidade de relacionamento com outras áreas do saber, das quais destacamos, entre outras, a medicina, a história sócio-económica (em particular as crises de subsistências), a história das mentalidades.

Analisados os principais métodos de medida das crises de mortalidade, e dado que nem sempre se pode provar uma relação de causa-efeito entre a mortalidade e as outras variáveis micro-demográficas, no período de crise, optámos por um índice de medida das crises de mortalidade baseado exclusivamente na estatística dos óbitos. A nossa escolha recaiu no método de J. Dupâquier por diversas razões:

1. Porque recorre apenas a um tipo de fontes, no nosso caso, os registos paroquiais de óbitos.

2. Pela simplicidade e rapidez dos cálculos estatísticos, não exagerando nessa facilidade (F. Lebrun), nem os complicando sem grandes ganhos (L. Del Panta e M. Livi-Bacci).

3. Porque a introdução do desvio-padrão (σ) permite o seu uso, com um mínimo de segurança, em freguesias de pequenas e grandes dimensões, e a posterior comparação entre elas.

4. Porque o método de Thomas H. Hollingsworth fica, à partida, posto de parte dada a impossibilidade de conhecer, nem mesmo aproximadamente, a dimensão das populações sujeitas às crises, nem a duração das mesmas.

Não queremos terminar este ponto sem uma chamada de atenção para a complexidade do fenómeno que é a crise de mortalidade, a qual exige que o investigador não fique preso à teia formada pelos dados estatísticos — números, relações, fórmulas —, reduzindo a realidade somente a eles, mas que se abra a todos os outros tipos de informação, os quais lhe permitirão uma melhor compreensão do mesmo.

2. A REGIÃO

2.1. Evolução administrativo/religiosa

A área geográfica sobre a qual irá incidir o nosso estudo será constituída pelas sessenta freguesias que, em 1880, constituíam o concelho de Braga, e que, com ligeiras alterações, chegaram até ao nosso tempo.

Como se foi formando este concelho, durante o período a que se refere o nosso trabalho?

O Antigo Regime caracterizava-se por uma complexa e multifacetada divisão do território, na qual havia imensas sobreposições no que se refere às repartições administrativa, económica, judicial, militar e religiosa.

Mais particularmente, no que diz respeito à divisão político-administrativa, esta assentava nas comarcas, as quais se subdividiam em cidades, vilas, concelhos, coutos, honras, julgados e reguengos.

Em finais do século XVII[39] pertenciam a Braga e ao seu termo as seguintes freguesias: Sé, Santiago da Cividade, S. João do Souto, S. Pedro de Maximinos, S. Victor (estas cinco formando a cidade), São João de Nogueira, S. Paio de Arcos, Santiago de Esporões, S. Salvador de Trandeiras, S. Miguel da Vila-Cova de Morreira, Santo Estevão de Penso, S. Pedro de Escudeiros, S. Vicente de Penso, S. Salvador de Figueiredo[40], S. Pedro de Lomar, Santa Maria de Ferreiros, Santo André de

---

39 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), vol. I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 110, 113-114, 167-169, 172-189, 315-316, 325-327. Como o demonstrou Fernando de Sousa (ver SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*, 1º vol., Vila Real, Arquivo Distrital e Câmara Municipal, 1987, p. 78), os dados fornecidos por esta fonte, e referentes ao Minho, reportam-se a meados do último decénio do século XVII.

40 Esta freguesia aparece repartida pelo termo de Braga e pelo couto de Vimieiro (Comarca de Guimarães). Ver COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), cit., pp. 167 e 183.

Gondisalves, S. Jerónimo (de Real), S. João de Semelhe, S. Miguel de Frossos, S. Martinho de Dume, Santa Maria de Palmeira, S. Lourenço de Navarra, S. Paio de Pousada, Santa Eulália de Crespos, Santa Lucriça (Santa Lucrécia de Algeriz), Santa Maria de Adaúfe, S. Miguel de Gualtar, S. Pedro de Este, S. Mamede de Este, Santa Vaya de Tonois (Santa Eulália de Tenões), Igreja Nova[41], Santa Maria de Lamaçães e Santiago de Fraião[42]. Dentro da comarca de Braga estavam ainda S. Salvador de Pedralva e Santa Maria da Sobreposta, que formavam o couto de Pedralva, e O Salvador de Arentim, freguesia que coincidia com os limites do couto com o mesmo nome.

Na comarca de Guimarães encontramos: dentro do termo desta cidade, S. Martinho de Espinho, S. Miguel da Cunha e S. Paio de Ruilhe; Santana de Vimieiro, S. Lourenço de Celeirós, S. Salvador de Figueiredo[43] e Santa Maria de Aveleda, que formavam o couto de Vimieiro; S. Martinho de Tibães[44], Nossa Senhora da Graça[45], Santa Maria de Mire[46], S. Paio de Parada, S. Paio da Ponte[47] e S. Pedro de Merelim,

---

41 "A Igreja nova feita das de Dadim e Nugueiró, que erão duas pequenas Parochias, & as unio em huma o Arcebispo Inquisidor Geral Dom Verissimo de Alencastre; fica no meyo de ambas, & por isso lhe chamão a Nova", in COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), cit., p. 185. Avelino Jesus da Costa menciona Dadim e Igreja Velha como lugares de Nogueiró e que "em 1675, os fregueses de Nogueiró e de Dadim pediram autorização ao Cabido para demolirem as suas igrejas e construirem uma só para as duas freguesias. Dadim foi então incorporada em Nogueiró e à primitiva igreja corresponde o lugar de Igreja Velha. ", in COSTA, Avelino Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. II, Coimbra, Separata de «Biblos», XXXIV, 1959, p. 62. Igreja Nova refere-se pois a O Salvador de Nogueiró.

42 Nesta relação de freguesias pertencentes a Braga e ao seu termo está omissa a de Santa Maria de Lamas, que estava anexada a S. Salvador de Trandeiras. Ver COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 65-68 e 272.

43 Ver nota 40.

44 Nesta relação que estamos a seguir, Mire de Tibães vem dividida em duas freguesias: S. Martinho e Santa Maria, ainda que estivessem unidas, pelo menos desde o século XVI. Ver COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 85-86.

45 "... que antigamente se chamou a Igreja de Paadim", COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), cit., p. 169. Refere-se a Santo Adrião de Padim da Graça.

46 Ver nota 44.

47 Nome pelo qual também é conhecido S. Paio de Merelim.

que compunham o couto de Tibães[48]. Finalmente, na comarca de Barcelos, deparamos, entre as freguesias que pertenciam ao seu termo, com: Santa Cecília de Vilaça, S. Bartolomeu de Tadim[49], Santa Maria de Sequeira[50], S. Miguel de Cabreiros, S. Pedro de Oliveira e S. Julião de Passos; no julgado de Vermoim, as de S. Miguel de Guisande, Santiago de Priscos e S. Salvador de Tebosa.

Todas estas freguesias, das comarcas de Guimarães e Barcelos, e que acabamos de mencionar, vão ser posteriormente incluídas no termo de Braga. Como se vai fazer esta incorporação?

Antes do mais, há a referir a criação, em 1747, pelo arcebispo D. José de Bragança, da freguesia de S. José de S. Lázaro, por desmembramento da freguesia de S. Vitor[51], a que se juntariam fogos de outras três freguesias — Santiago de Cividade, S. Pedro de Maximinos e S. João do Souto.

As fontes do último quartel do século XVIII suscitam algumas questões para as quais convirá chamar a atenção:

— A incorporação de S. Pedro de Merelim no termo de Braga, facto que terá ocorrido na segunda metade desta centúria[52].

---

48 Entre as freguesias que faziam parte do couto de Tibães, António Carvalho da Costa omite a freguesia de Santa Maria de Panóias. Ver COSTA, Américo — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. VII, Vila do Conde, 1940, p. 1220.

49 Esta freguesia é muitas vezes denominada por "Tadim e Fradelos", dado que a antiga freguesia de S. Martinho de Fradelos estava anexa a S. Bartolomeu de Tadim, pelo menos desde o século XVI. Ver COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 73 e 95.

50 "D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a 1 de Fevereiro de 1571, extinguiu esta freguesia (S. Saturnino, lugar de Sequeira) e incorporou-a na de Sequeira (Santa Maria)". COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., p. 75.

51 CARDOSO, Luiz — *Diccionario Geografico* (...), tomo II, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1751, p. 266; FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (sec. III — sec. XX)*, tomo III, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 314.

52 Na relação das freguesias do termo de Braga, apresentada pelo Padre Luiz Cardoso, S. Pedro de Merelim não faz parte dela (ver CARDOSO, Luiz — *Diccionario Geografico* (...), cit., p. 272), no entanto o Censo de Pina Manique menciona-a incorporada no termo de Braga (ver *A População de*

— A existência de fogos pertencentes a uma dada freguesia, encravados num concelho diferente. S. Paio de Merelim, freguesia do Couto de Tibães, e que no Censo de Pina Manique vem dividida em duas — S. Paio de Martim da Ponte e S. Paio de Martim[53] — tem parte no termo de Braga; S. Pedro de Lomar, Santa Maria de Ferreiros e Santa Maria de Lamas, têm fogos no couto de Vimieiro; S. João Baptista de Semelhe e S. Miguel de Frossos têm fogos no couto de Tibães; cerca de metade (em fogos) da freguesia de Santa Maria de Sobreposta está inserida na comarca de Guimarães, formando o couto de Lagioza; por outro lado, dois fogos de S. Julião de Covelas (concelho de Póvoa de Lanhoso, Comarca de Guimarães) estavam no couto de Pedralva; Santiago de Priscos e S. Bartolomeu de Tadim tinham fogos no couto de Vimieiro[54].

— As freguesias do termo de Barcelos passam a pertencer ao julgado de Penafiel.

Em inícios do século XIX[55], verificamos que a área sobre a qual nos iremos debruçar era formada pelas freguesias dos concelhos de Braga, Arentim, Pedralva, Tibães e Vimieiro, pertencentes à comarca de Braga; por nove freguesias da comarca e

---

Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970, p. 101).

53 Pensamos que se trata de um erro, tal como refere no termo de Barcelos a existência de S. Miguel de Guizando e S. Miguel de Guizande (ver *A População de Portugal em 1798* (...), cit., pp. 95 e 102).

54 *A População de Portugal em 1798* (...), cit., p. 79, 95, 101-103; *Cadastro da Província do Minho feito pelo Tenente Coronel de Engenharia Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Biblioteca Nacional de Lisboa, códice nº 944. Publicado em «Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XIX. Plano de Descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas, recolhidos, anotados e publicados por António Cruz», Porto, Centro de Estudos Humanísticos (FLUP), 1970, apêndice II.

55 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, I vol. + Apêndice (Divisão administrativa e eclesiástica de Portugal em 1801-1802), Porto, 1979 (Dissertação de Doutoramento policopiada).

concelho de Barcelos e três freguesias da comarca e concelho de Guimarães, todas elas já atrás referidas.

Com a Divisão Administrativa do Reino em 1835 (18 de Julho)[56], a estrutura permanece sensivelmente a mesma, com a pequena diferença de todos os concelhos que acabamos de mencionar estarem incluídos no "distrito de Braga".

Em 1836 (6 de Novembro) é decretada uma "nova organização dos Distritos administrativos do Reino"[57], altura em que se fazem várias alterações. São incorporadas no concelho de Braga as freguesias de: S. Miguel de Cabreiros, S. Pedro de Oliveira, Santiago de Priscos, Santa Maria de Sequeira, O Salvador de Tebosa e Santa Cecília de Vilaça, todas elas desanexadas do concelho de Barcelos; e S. Martinho de Espinho, do concelho de Guimarães. Com a extinção de alguns antigos concelhos, as freguesias dos concelhos de Pedralva e Vimieiro são integradas no de Braga, Arentim passa a pertencer ao concelho de Vila Nova de Famalicão e o de Tibães é desmembrado para três concelhos diferentes: Sto. Adrião de Padim da Graça para Barcelos; Sta. Maria de Mire de Tibães e S. Paio de Parada de Tibães para Braga; S. Paio de Merelim e Santa Maria de Panoias para o concelho de Prado. S. Miguel da Cunha e S. Paio de Ruilhe transitam do concelho de Guimarães para o de Barcelos. Na edição do Decreto por nós consultada notamos três anomalias.

— A inclusão de S. Miguel de Guisande entre as freguesias do Concelho de Braga, não referindo a sua desanexação de Barcelos.

— A omissão da freguesia de Tadim (e Fradelos), que, pensamos, continuava a pertencer ao concelho de Barcelos.

---

56 *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 214 (2º Semestre 1835).

57 *Livro 40 de Próprias* do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, pp. 7-12.

— A freguesia de S. Paio de Pousada tanto vem inserida no concelho de Braga como no de Póvoa de Lanhoso, neste último caso como proveniente do concelho de Braga. Supomos não ter havido separação. A ter-se verificado, desconhecemos o momento em que se procedeu à sua reintegração no concelho bracarense.

Por decreto de 12 de Junho de 1837[58], O Salvador de Arentim é desanexada do concelho de Vila Nova de Famalicão e incorporada no de Braga.

No "Mappa das Provincias, Districtos Administrativos, Concelhos e Freguezias do Continente do Reino", publicado em 5 de Março de 1842[59], e inserido no "Decreto que regula as Eleições para as Cortes", confirmamos que S. Miguel da Cunha, Santo Adrião de Padim da Graça, S. Julião de Passos, S. Paio de Ruilhe e S. Bartolomeu de Tadim (e Fradelos), ainda pertenciam ao concelho de Barcelos e que S. Paio de Merelim e Santa Maria de Panoias faziam parte do concelho de Prado.

A 31 de Dezembro de 1853[60] é apresentado um "Mappa da nova divisão judicial e administrativa", segundo o qual Santo Adrião de Padim da Graça e S. Bartolomeu de Tadim (e Fradelos) são desanexadas de Barcelos, sendo incorporadas no concelho de Braga, ao mesmo tempo que O Salvador de Arentim transita para o concelho de Barcelos, e O Salvador de Pedralva e Santa Maria de Sobreposta são ambas incluídas no de Póvoa de Lanhoso.

Novo mapa é apresentado por decreto de 1855 (24 de Outubro)[61], e nele é suprimido o julgado de Prado, pelo que as freguesias de S. Paio de Merelim e Santa Maria de Panoias são incluídas no concelho de Braga, o mesmo acontecendo com as de

---

58 *Diário do Governo*, nº 141, de 17 de Junho de 1837.

59 *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, pp. 66-70.

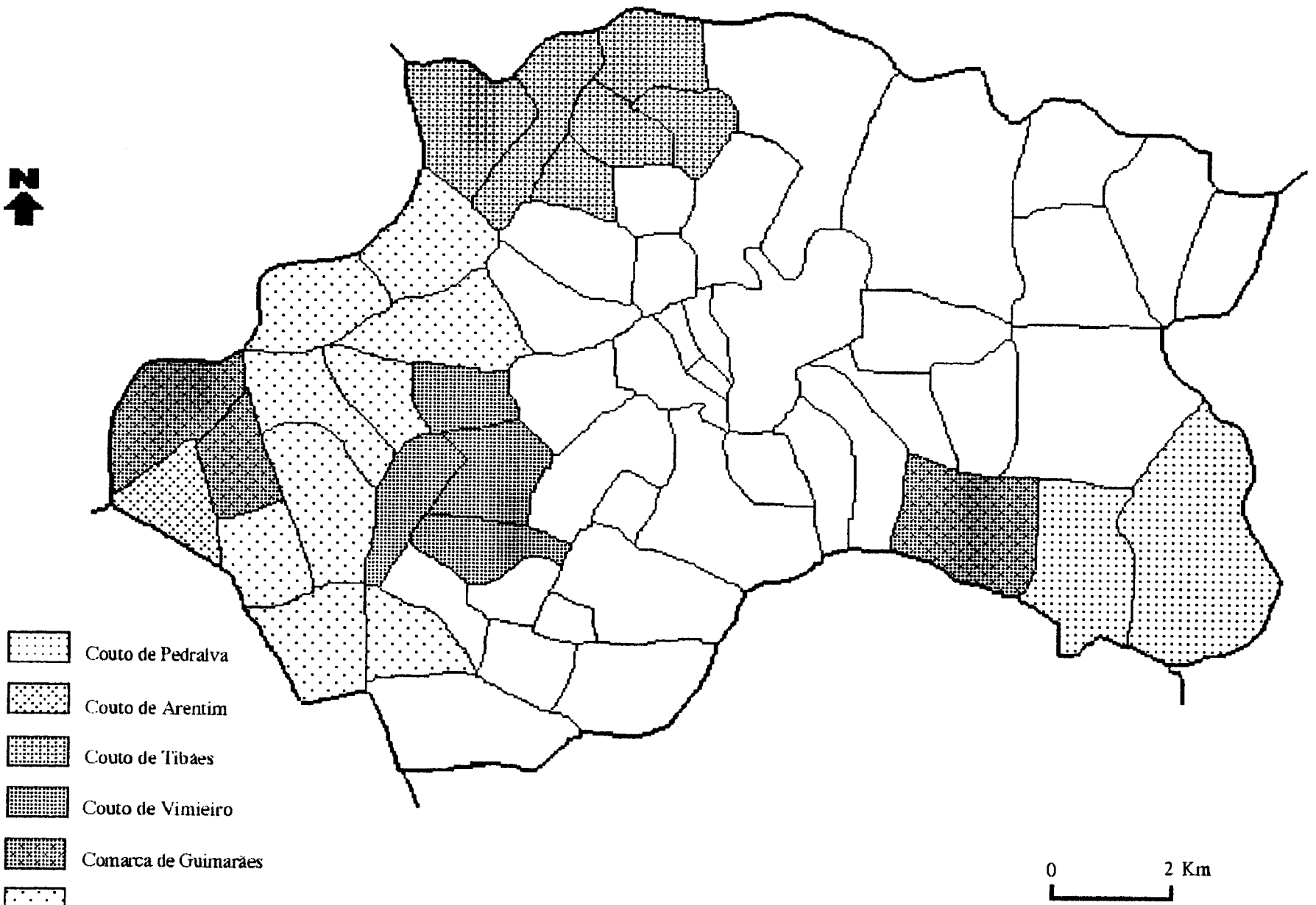
60 *Diário do Governo*, nº 3, de 4 de Janeiro de 1854.

61 *Diário do Governo*, nº 272, de 19 de Novembro de 1855.

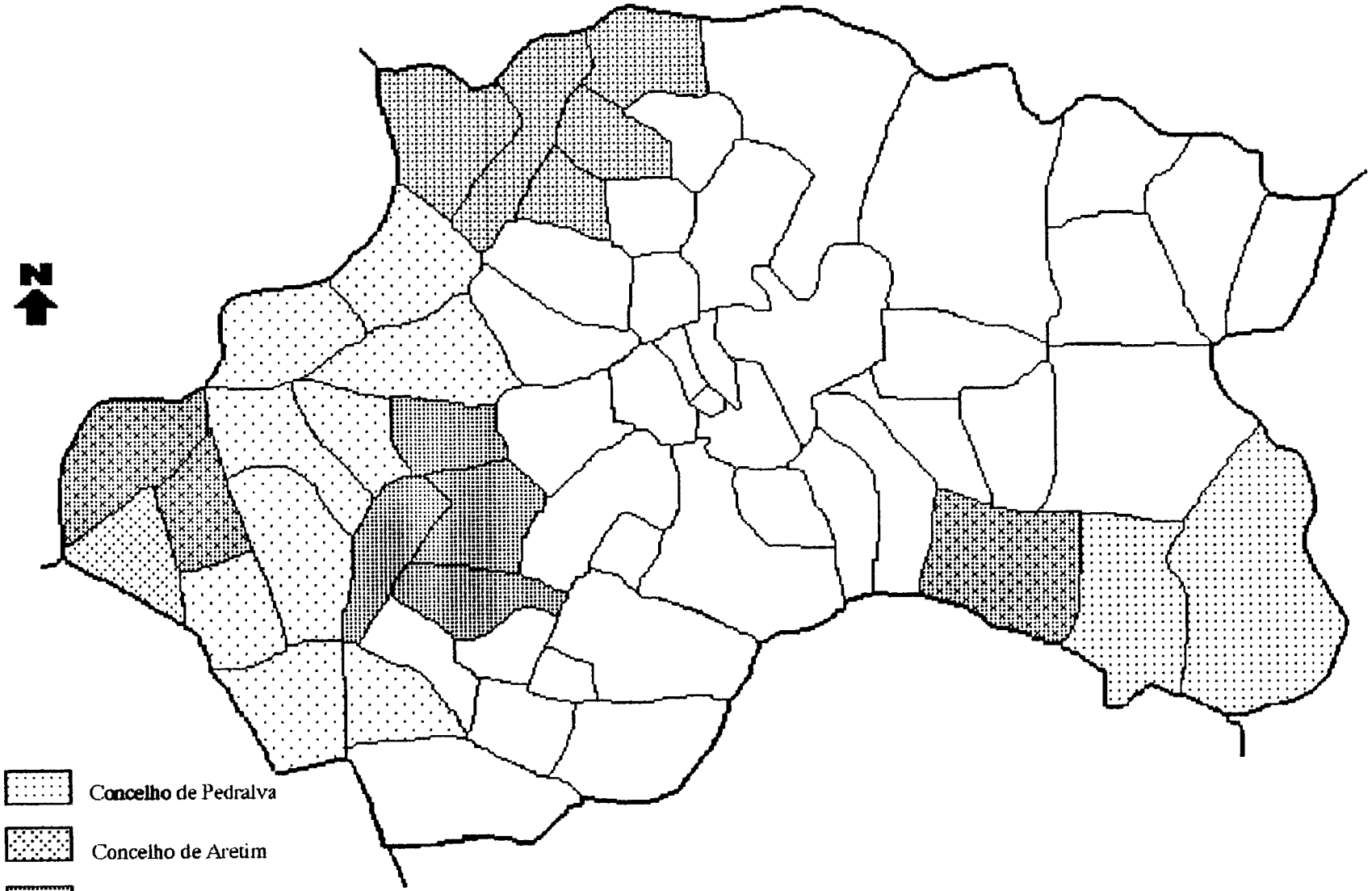
O Salvador de Arentim, S. Miguel da Cunha, S. Julião de Passos e S. Paio de Ruilhe, vindas do concelho de Barcelos, e O Salvador de Pedralva e Santa Maria de Sobreposta do concelho de Póvoa de Lanhoso, ficando, finalmente, o concelho de Braga com as sessenta freguesias que serão objecto do nosso estudo.

Para terminar este ponto, teremos de referir o facto de S. Paio de Arcos ter sido suprimida e anexada à de S. João Baptista de Nogueira, por decreto de 12 de Junho de 1868[62].

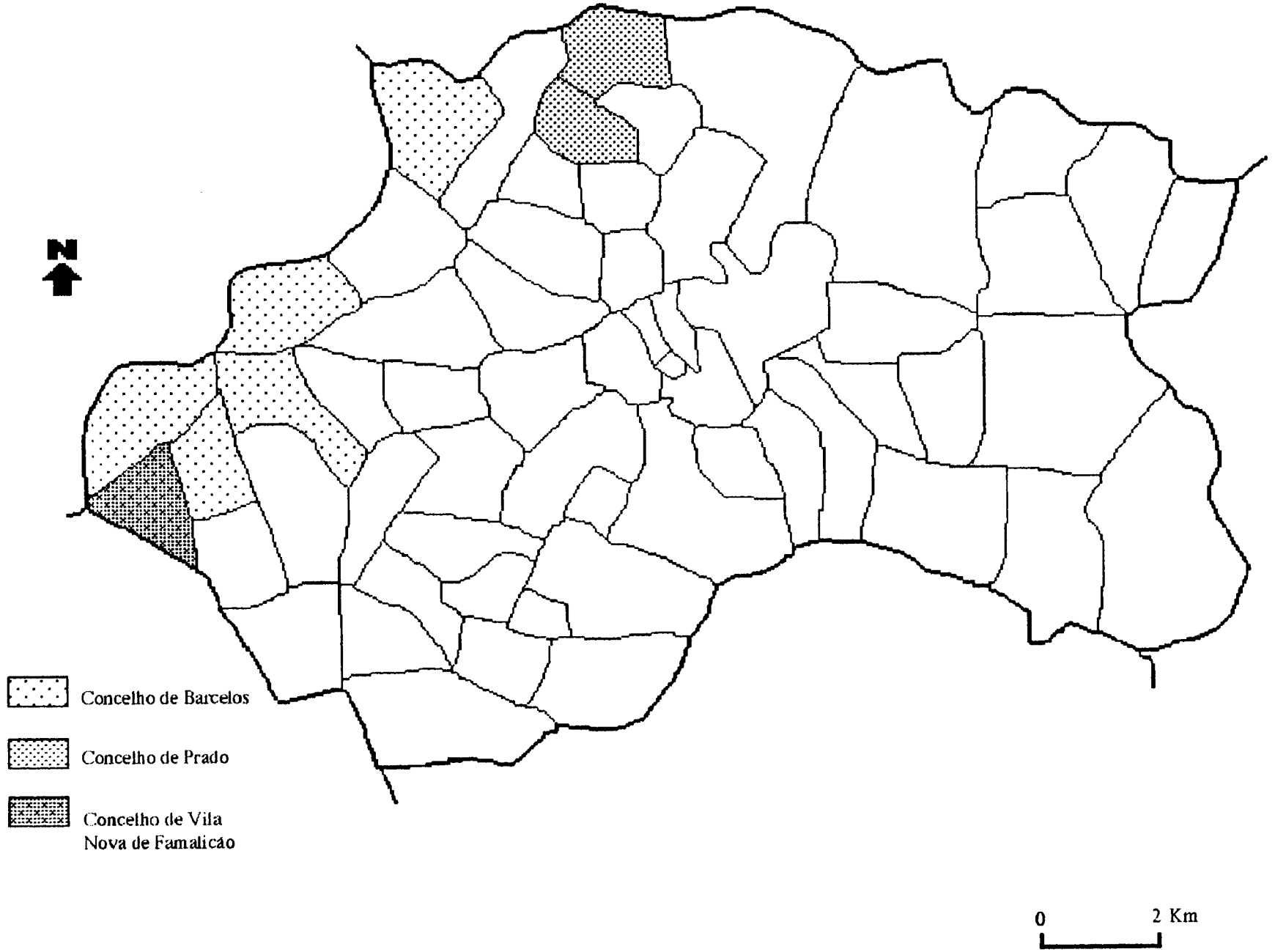
62 *Diário de Lisboa*, nº 134, de 16 de Junho de 1868.



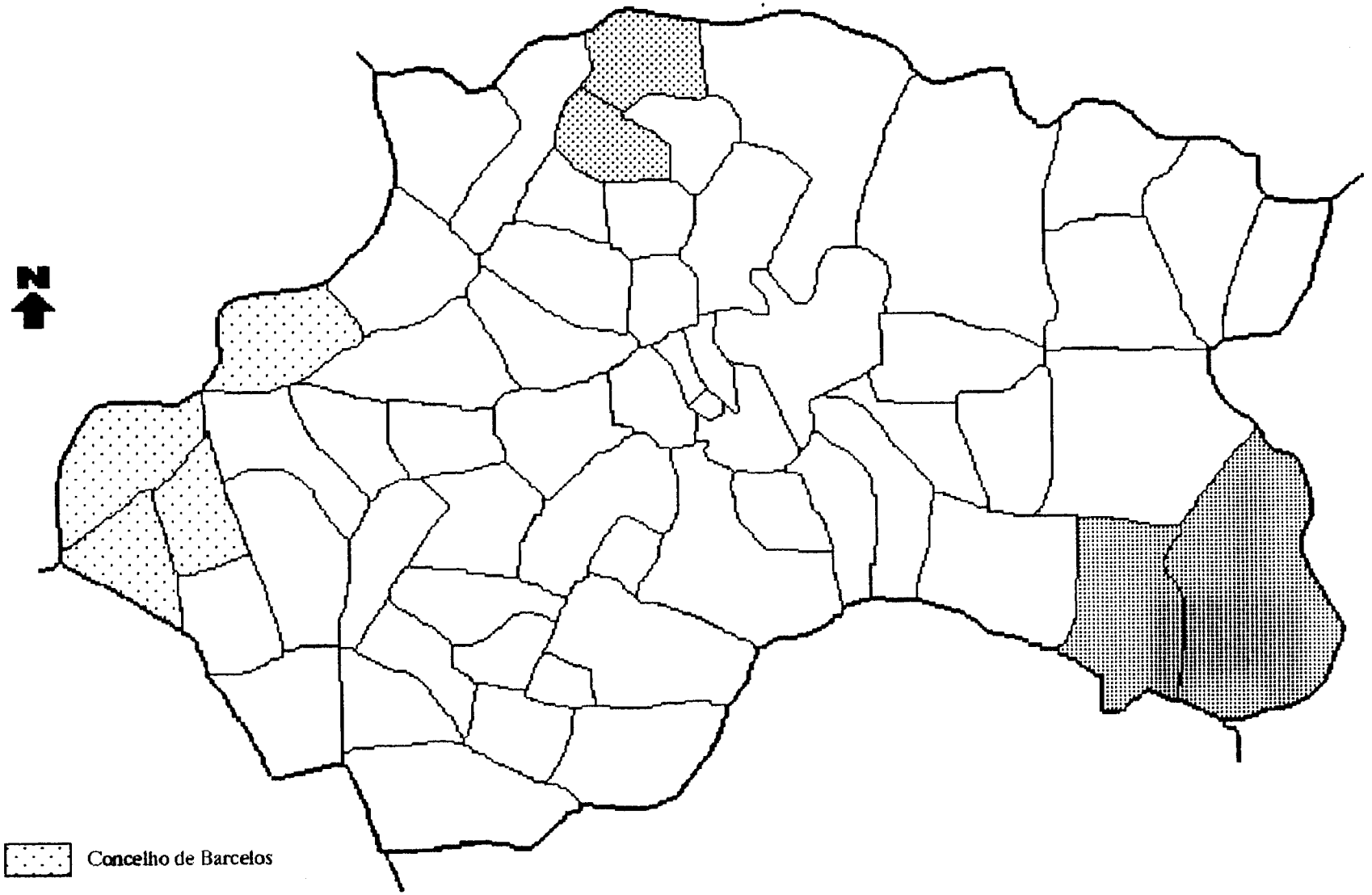
Comarca de Braga - Finais do Séc. XVII



Concelho de Braga - 1801/02



Concelho de Braga - 1836



Concelho de Braga - 1853

2.2. Evolução Demográfica

O estudo da evolução demográfica da região por nós escolhida levanta algumas dificuldades, quer devido à sua primitiva dispersão por diversos concelhos e coutos, quer devido ao facto de as fontes de que dispomos, até à execução do primeiro censo em 1864, não serem homogéneas, apresentando diversas omissões e dando indícios de algumas imprecisões. Até às últimas décadas do século XVIII são raros os censos, nacionais ou regionais, que chegaram até nós e as contagens preocupavam-se fundamentalmente com o número de "fogos", "vizinhos", ou "moradores" vocábulos esses que "entre os séculos XIV e XIX,..., quando utilizados em sentido demográfico, tiveram, regra geral, o mesmo significado"[63], isto porque elas foram feitas ou com fins fiscais ou militares. Embora, por vezes, já comece a aparecer o número de "pessoas", "almas" ou "fregueses" existentes nas freguesias, os números não nos surgem como dados rigorosos, como expressão de uma mentalidade estatística tal como a entendemos hoje. Nestas listagens não constavam, geralmente, os menores de 7 anos, os quais não faziam parte dos róis de confessados pois não eram pessoas de confissão e comunhão.

Só com o aproximar do fim da centúria tal cuidado passou a ser considerado pelos párocos, e assim, nos quadros apresentados por Custódio José Gomes de Vilas-Boas, para além dos fogos, temos a indicação da população masculina e feminina, e estas últimas subdivididas em menores e maiores de 14 anos.

Quanto à estrutura da população por idades, também teremos de esperar pelos finais do século XVIII para que tais dados comecem a aparecer, e de uma forma extremamente incipiente.

---

63 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*, cit., p. 80.

Vamos passar agora em revista as principais fontes que foram utilizadas:

— O Pe António Carvalho da Costa, na sua Corografia Portugueza[64], apresenta-nos o número de vizinhos para o último decénio do século XVII (ver quadro 1), pese embora a sua obra seja datada de 1706[65] . Para além do grande número de arredondamentos que terá havido nestas contagens, evidência que ressalta do excessivo número de valores terminados em 0 ou 5 (para um total de 56 freguesias cujos dados conhecemos, 37 (66%) terminam em 0 e 8 (14%) terminam em 5), devemos salientar ainda os seguintes factos:

— O Salvador de Figueiredo tem 40 vizinhos no Couto de Vimieiro e 25 no Termo de Braga.

Esta era outra grande dificuldade que tinham os párocos, normalmente incumbidos do preenchimento das fichas que comporiam o censo. Tal como diz Fernando de Sousa "... são ainda o centro e o norte do País que oferecem maiores dificuldades, já pelo grande número de concelhos sem freguesia própria, já pela extensão de outros, já pela confusão que se fazia sentir em muitas freguesias, com "fogos meeiros", ou seja, com áreas distribuídas por mais de um concelho"[66].

— A alusão de uma nova divisão em S. Pedro de Lomar, entre uma igreja do mosteiro que teria 30 vizinhos e uma outra paroquial com 60, para um total de 90 vizinhos.

---

64 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), cit., pp. 110, 113-114, 167-169, 172-189, 315-316, 325-327.

65 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*, cit., p. 78.

66 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 63.

"Depois passou a Commenda de Christo, ficando com dous Parochos, ambos da apresentação do Ordinario. Erão duas Freguesias distinctas, a do Abbade tinha a Igreja, aonde chamão a Capella, que ali está; teve principio o unirem-se em um Reytor da Commenda, que entrou na Inquisição, & o Abbade por vizinho trouxe os freguezes ouvir Missa a ella. O Reytor terá sessenta mil reis de renda com trinta visinhos, & o Abbade tem cento e dez mil reis, com sessenta visinhos"[67].

Esta dualidade é ressaltada pela anterior existência, para além de S. Pedro de Lomar, de um S. Salvador de Lomar que deve ter sido incorporada na anterior. Tal como diz Avelino Jesus da Costa "... esta igreja (S. Salvador) e a anterior (S. Pedro) deviam inicialmente constituir uma única freguesia, sendo a primeira a igreja do mosteiro e a segunda a paroquial, que veio a desaparecer, como aconteceu em Adaúfe, Vimieiro e outras terras, quando a igreja conventual passou a sede de paróquia"[68].

— A freguesia de S. Martinho de Tibães, com 35 vizinhos, vem ainda referida independentemente da de Santa Maria de Mire de Tibães, com 25 vizinhos, aparecendo, esta última, como resultado "da anexação de Santa Maria de Mire (1528, «S. Maria de Mir [anexa] a Tibães») a S. Martinho de Mire de Tibães, a qual, antigamente, era só conhecida por Tibães"[69].

— O Salvador de Nogueiró aparece denominada por Igreja Nova[70].

---

67 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portuguesa* (...), cit. p. 183.

68 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 64-65.

69 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 85-86.

70 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., p. 62.

— Santa Maria de Sobreposta, para além dos 30 vizinhos do Couto de Pedralva, tinha mais 20 no julgado de Lagiosa.

— Para a freguesia de Santiago de Santa Lucrécia de Algeriz, embora mencionada, não vem indicado o número de vizinhos.

— Santa Maria de Lamas, no termo de Braga, está omissa, provavelmente porque ainda estava anexada a S. Salvador de Trandeiras. De resto, o seu nome antigo seria Santa Maria de Trandeiras[71].

Comparando com os valores dos censos subsequentes, pensamos que o valor de 65 vizinhos para O Salvador de Trandeiras tem em consideração os de Santa Maria de Lamas.

— Santa Maria de Panoias, no couto de Tibães, está omissa.

Comparando os valores apresentados para as outras freguesias que compunham o Couto de Tibães, parece-nos que os seus vizinhos foram considerados juntamente com S. Pedro de Merelim (110 vizinhos), pois este valor aparece-nos nitidamente inflacionado (65 vizinhos em 1732, segundo Luiz Caetano de Lima).

Teríamos pois, em finais do século XVII, 7100 vizinhos na área por nós considerada, correspondendo 3500 (49,3%) à cidade de Braga e 3600 (50,7%) às freguesias do Termo.

---

71 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 67-68 e 272.

Quadro 1

Corografia Portugueza de António Carvalho da Costa (1ª ed.)

	Freguesias	Vizinhos
1.	Santiago da Cividade	300
2.	S. Pedro de Maximinos	240
3.	S. José de S. Lázaro	
4.	S. Vitor	1280
5.	Sta. Maria da Sé	700
6.	S. João do Souto	980
7.	Sta. Maria de Adaúfe	130
8.	S. Paio de Arcos	32
9.	O Salvador de Arentim	60
10.	Sta. Maria de Aveleda	50
11.	S. Miguel de Cabreiros	74
12.	S. Lourenço de Celeirós	60
13.	Sta. Eulália de Crespos	90
14.	S. Miguel da Cunha	60
15.	S. Martinho de Dume	50
16.	S. Pedro de Escudeiros	32
17.	S. Martinho de Espinho	50
18.	Santiago de Esporões	65
19.	S. Mamede de Este	66
20.	S. Pedro de Este	80
21.	Sta. Maria de Ferreiros	120
22.	O Salvador de Figueiredo	65
23.	Santiago de Fraião	30
24.	S. Miguel de Frossos	25
25.	Sto. André de Gondizalves	30
26.	S. Miguel de Gualtar	100
27.	S. Miguel de Guisande	37
28.	Sta. Maria de Lamaçães	40
29.	Sta. Maria de Lamas	*
30.	S. Pedro de Lomar	90

* Ver O Salvador de Trandeiras

	Freguesias	Vizinhos
31.	S. Paio de Merelim	50
32.	S. Pedro de Merelim	110*
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	60
34.	S. Miguel de Morreira	36
35.	S. Lourenço de Navarra	55
36.	S. João Baptista de Nogueira	50
37.	O Salvador de Nogueiró	60
38.	S. Pedro de Oliveira	55
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	120
40.	Sta. Maria de Palmeira	310
41.	Sta. Maria de Panóias	**
42.	S. Paio de Parada de Tibães	30
43.	S. Julião de Passos	96
44.	O Salvador de Pedralva	80
45.	Sto. Estevão de Penso	53
46.	S. Vicente de Penso	22
47.	S. Paio de Pousada	210
48.	Santiago de Priscos	70
49.	S. Jerónimo de Real	33
50.	S. Paio de Ruilhe	26
51.	Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz	***
52.	S. João Baptista de Semelhe	25
53.	Sta. Maria de Sequeira	120
54.	Sta. Maria de Sobreposta	50
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	70
56.	O Salvador de Tebosa	75
57.	Sta. Eulália de Tenões	50
58.	O Salvador de Trandeiras	65****
59.	Sta. Cecília de Vilaça	50
60.	Sant'Ana de Vimieiro	60

* S. Pedro de Merelim + Sta. Maria de Panóias?

** Ver S. Pedro de Merelim

*** 73 fogos segundo D. Luiz Caetano de Lima

**** O Salvador de Trandeiras + Sta. Maria de Lamas?

— D. Luiz Caetano de Lima, no tomo segundo da sua Geografia Histórica, publica a "lista dos fogos, e almas, que há nas terras de Portugal, communicada ao Author para se incorporar nesta Geografia, no anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, Censor e Director da Academia Real, e julgada por ele a mais exacta"[72] (ver quadro 2).

Quanto à tentação pelos arredondamentos ela ainda se deve ter feito sentir, principalmente no que se refere ao número de almas, dado que 16 em 45 (36%) dos valores conhecidos terminam em 0, porém o maior problema desta listagem resulta do grande número de omissões:

- das 9 freguesias que pertenciam ao termo de Barcelos — S. Miguel de Cabreiros, S. Miguel de Guisande, S. Pedro de Oliveira, S. Julião de Passos, Santiago de Priscos, Santa Maria de Sequeira, S. Bartolomeu de Tadim, O Salvador de Tebosa e Santa Cecília de Vilaça;
- de 3 freguesias que faziam parte do termo de Braga — Santiago de Fraião, Santa Maria de Lamas (estaria ainda ligada a O Salvador de Trandeiras?) e S. Paio de Pousada;
- de 2 freguesias do Couto de Tibães — S. Paio de Merelim e Sto. Adrião de Padim da Graça.

72 LIMA, D. Luiz Caetano de — *Geografia Histórica*(...), tomo II, Lisboa, Officina de Joseph António da Sylva, 1736, pp. 475-477, 493-494, 504-505.

São ainda de ressaltar os seguintes factos:

- É referida S. Martinho de Tibães, com 82 fogos, não sendo mencionada Sta. Maria de Mire (de Tibães) na qual estava incluída, no entanto pensamos que os fogos deste último devem ter sido incluídos no total apresentado.
- A freguesia de O Salvador de Figueiredo vem totalmente integrada no Termo de Braga.
- O Salvador do Nogueiró vem ainda mencionada como Igreja Nova.
- Os fogos de S. Pedro de Lomar — 25 — não devem incluir os dependentes do mosteiro.

Se compararmos agora estes valores com os apresentados pelo Pe Carvalho da Costa verificamos o seguinte:

- Na cidade dá-se um decréscimo de 11,8% (3500 para 3087) no número de fogos, como resultado, principalmente, do baixo valor apontado para S. João de Souto (comparando com valores posteriores parece-nos nítido um certo exagero no valor apresentado pelo Pe Carvalho da Costa — 900).
- Para as 35 freguesias do termo sobre as quais possuímos valores notamos um crescimento de 25,4% (2543 para 3189), o qual nos surge, no entanto, muito desigual de freguesia para freguesia, desde aqueles em que o seu número mais do que triplica (S. Pedro de Escudeiros, S. Vicente de Penso, S. Jerónimo de Real), até àquelas em que se nota uma nítida quebra, como é o caso de Santa Maria de Palmeira, em que o valor apresentado pelo

Pe Carvalho da Costa — 310 — se nos afigura nitidamente inflacionado, dado que tal ordem de grandeza só será atingida no século XIX.

As grandes variações que se notam na contagem do número de fogos, principalmente no séc. XVIII, e que são dificilmente explicáveis, levantam alguns problemas no que se refere à validade de tais valores, que já foram detalhadamente tratados por Fernando de Sousa[73].

73 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., pp. 67-70.

Quadro 2

Geografia Histórica de D. Luiz Caetano de Lima

	Freguesias	Fogos	Almas
1.	Santiago da Cividade	278	972
2.	S. Pedro de Maximinos	240	1200
3.	S. José de S. Lázaro		
4.	S. Vitor	1201	4820
5.	Sta. Maria da Sé	700	2360
6.	S. João do Souto	668	3010
7.	Sta. Maria de Adaúfe	267	967
8.	S. Paio de Arcos	35	170
9.	O Salvador de Arentim	71	230
10.	Sta. Maria de Aveleda	50	167
11.	S. Miguel de Cabreiros		
12.	S. Lourenço de Celeirós	124	293
13.	Sta. Eulália de Crespos	103	357
14.	S. Miguel da Cunha	75	242
15.	S. Martinho de Dume	128	432
16.	S. Pedro de Escudeiros	96	295
17.	S. Martinho de Espinho	78	280
18.	Santiago de Esporões	101	270
19.	S. Mamede de Este	100	380
20.	S. Pedro de Este	76	200
21.	Sta. Maria de Ferreiros	119	320
22.	O Salvador de Figueiredo	49	139
23.	Santiago de Fraião		
24.	S. Miguel de Frossos	64	168
25.	Sto. André de Gondizalves	45	108
26.	S. Miguel de Gualtar	83	201
27.	S. Miguel de Guisande		
28.	Sta. Maria de Lamaçães	42	133
29.	Sta. Maria de Lamas		
30.	S. Pedro de Lomar	25	75

	Freguesias	Fogos	Almas
31.	S. Paio de Merelim		
32.	S. Pedro de Merelim	65	216
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	82	350
34.	S. Miguel de Morreira	80	280
35.	S. Lourenço de Navarra	64	143
36.	S. João Baptista de Nogueira	65	280
37.	O Salvador de Nogueiró	61	179
38.	S. Pedro de Oliveira		
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça		
40.	Sta. Maria de Palmeira	198	600
41.	Sta. Maria de Panóias	66	180
42.	S. Paio de Parada de Tibães	41	131
43.	S. Julião de Passos		
44.	O Salvador de Pedralva	128	462
45.	Sto. Estevão de Penso	45	148
46.	S. Vicente de Penso	70	267
47.	S. Paio de Pousada		
48.	Santiago de Priscos		
49.	S. Jerónimo de Real	118	317
50.	S. Paio de Ruilhe	71	198
51.	Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz	73	213
52.	S. João Baptista de Semelhe	73	183
53.	Sta. Maria de Sequeira		
54.	Sta. Maria de Sobreposta	87	293
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos		
56.	O Salvador de Tebosa		
57.	Sta. Eulália de Tenões	51	159
58.	O Salvador de Trandeiras	40	123
59.	Sta. Cecília de Vilaça		
60.	Sant'Ana de Vimieiro	53	173

Em 1747 e 1751 são publicados os dois primeiros tomos do Diccionario Geografico do Pe Luiz Cardozo[74], os quais abrangeram apenas as letras A, B, e C, recolhendo informações que se estendem pelo período compreendido entre 1732 e 1751[75].

Para as freguesias da cidade é-nos indicado o número de fogos e pessoas "de sacramento", e para os do termo (e não todos) somente o número de fogos.

Quadro 3

Diccionario Geografico de Luiz Cardoso

	Freguesias				
1.	Santiago da Cividade	380	fogos	1132	pessoas
2.	S. Pedro de Maximinos	305	fogos	984	pessoas
3.	S. José de S. Lázaro	464	fogos	2800	pessoas
4.	S. Vitor	1284	fogos		
5.	Sta. Maria da Sé	690	fogos	3670	pessoas
6.	S. João do Souto	916	fogos	3670	pessoas
7.	Sta. Maria de Adaúfe	262	vizinhos		
8.	S. Paio de Arcos	33	vizinhos		
9.	O Salvador de Arentim				
10.	Sta. Maria de Aveleda				
11.	S. Miguel de Cabreiros	178	fogos		
12.	S. Lourenço de Celeirós	120	vizinhos		
13.	Sta. Eulália de Crespos	123	moradores		
14.	S. Miguel da Cunha	79	fogos		

74 CARDOSO, Luiz — *Diccionario Geografico* (...), Tomo I e Tomo II, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747 e 1751.

75 CHORÃO, Maria José Mexia Bigote — *Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII, in* «Revista de História Económica e Social», nº 21, Setembro-Dezembro 1987, pp. 98-99.

Antes do mais é de ressaltar o facto de S. José de S. Lázaro já vir mencionada, tendo sido a sua criação em 1747. No entanto, apresenta algumas anomalias que passamos a enumerar:

- O baixo número de fogos de S. José de S. Lázaro, principalmente quando o comparamos com o número de pessoas. Pensamos que tal ficou a dever-se a apenas terem sido considerados os fogos que deixaram de pertencer a S. Vitor, não levando em conta os que foram desanexados de Santiago da Cividade, S. Pedro de Maximinos e S. João do Souto.
- Não indica o número de pessoas que corresponderiam aos fogos que permaneceram em S. Vitor.
- Aponta exactamente o mesmo valor para as pessoas que viviam nas freguesias de Santa Maria da Sé e S. João do Souto.
- O Salvador de Arentim está omitido.
- Na descrição de Santa Maria de Aveleda não vem referido o número de fogos.
- É manifestamente exagerado o número de fogos de S. Miguel de Cabreiros.

— Em 1757 e 1758 surgem os dois primeiros volumes do Portugal Sacro-Profano[76] que o Pe Luiz Cardoso publicou, com Pedro Nolasco dos Reis, sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza[77], ao mesmo tempo que é efectuado um inquérito promovido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (1758). É, em grande parte, com base nesta consulta, que se elaboraram as Memórias Paroquiais, depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, afirmando Maria José Bigote Chorão que "... o

76 NIZA, Paulo Dias de — *Portugal Sacro-Profano* (...), Partes I e II, Lisboa, Officina de Miguel Menescal da Costa, 1757 e 1758.

77 SILVA, Innocêncio Francisco da — *Dicionario Bibliografico Portuguez*, Tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 279.

número de fogos e de habitantes referidos nesta obra (Portugal Sacro-Profano) e nas Memórias Paroquiais é muito semelhante, e em inúmeros casos rigorosamente coincidente"[78].

As informações prestadas pelo Portugal Sacro-Profano tanto referem "fogos" como "moradores" ou "vizinhos" (ver quadro 4). Mesmo tendo em consideração que estes termos eram, normalmente, utilizados com o mesmo significado, há três casos em que tal não aconteceu:

S. Miguel de Moreira — 193 vizinhos

S. Lourenço de Navarra — 227 vizinhos

O Salvador de Pedralva — 440 fogos

em que os valores apresentados se devem referir ao número de "habitantes", em especial no que diz respeito aos dois últimos casos. Outros factos são ainda dignos de menção:

- S. Jerónimo de Real é considerada como freguesia da cidade.
- O nítido aumento no valor do número de fogos de S. José de S. Lázaro, pelas razões já atrás referidas, e que levou a reajustamentos em outras freguesias da cidade.
- O valor claramente exagerado para Santiago de Esporões — 175 fogos.
- A omissão de S. Pedro de Este.
- A freguesia d'O Salvador de Nogueiró ainda vem associada a S. Romão de Dadim, apesar da sua incorporação já ter acontecido há quase um século (1675).

78 CHORÃO, Maria José Mexia Bigote — *Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII*, cit., p. 113.

- Os valores de S. Bartolomeu de Tadim e S. Martinho de Fradalos são apresentados separadamente, embora esta última já estivesse anexada à primeira, pelo menos desde inícios do séc. XVI[79].

Relativamente aos dados apresentados no Diccionario Geografico verificamos que o número de fogos na cidade cresceu de 4039 para 4635 (14,8%) e que o total (aproximado) para as freguesias estudadas seria de 9470 fogos, dos quais, cerca de metade (48,9%) pertenceriam à cidade. Verificamos pois que a relação entre o número de fogos da cidade e os do seu termo se mantinha idêntica à de finais do século XVII.

79 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., p. 95.

Quadro 4

Portugal Sacro-Profano de Paulo Dias de Niza

	Freguesias		
1.	Santiago da Cividade	312	fogos
2.	S. Pedro de Maximinos	311	fogos
3.	S. José de S. Lázaro	1230	fogos
4.	S. Vitor	1265	fogos
5.	Sta. Maria da Sé	717	fogos
6.	S. João do Souto	800	fogos
7.	Sta. Maria de Adaúfe	280	fogos
8.	S. Paio de Arcos	44	fogos
9.	O Salvador de Arentim	80	moradores
10.	Sta. Maria de Aveleda	85	fogos
11.	S. Miguel de Cabreiros	78	fogos
12.	S. Lourenço de Celeirós	110	moradores
13.	Sta. Eulália de Crespos	90	moradores
14.	S. Miguel da Cunha	90	moradores
15.	S. Martinho de Dume	154	fogos
16.	S. Pedro de Escudeiros	104	vizinhos
17.	S. Martinho de Espinho	59	fogos
18.	Santiago de Esporões	175	fogos
19.	S. Mamede de Este	110	moradores
20.	S. Pedro de Este	*	
21.	Sta. Maria de Ferreiros	111	vizinhos
22.	O Salvador de Figueiredo	50	vizinhos
23.	Santiago de Fraião	15	fogos
24.	S. Miguel de Frossos	62	vizinhos
25.	Sto. André de Gondizalves	49	fogos
26.	S. Miguel de Gualtar	90	moradores
27.	S. Miguel de Guisande	72	vizinhos
28.	Sta. Maria de Lamaçães	63	vizinhos
29.	Sta. Maria de Lamas	52	moradores
30.	S. Pedro de Lomar	24	vizinhos

* 76 fogos segundo D. Luiz Caetano de Lima

	Freguesias		
31.	S. Paio de Merelim	151	moradores
32.	S. Pedro de Merelim	87	fogos
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	85	fogos
34.	S. Miguel de Morreira	193	vizinhos *
35.	S. Lourenço de Navarra	227	vizinhos **
36.	S. João Baptista de Nogueira	76	vizinhos
37.	O Salvador de Nogueiró	79	fogos
38.	S. Pedro de Oliveira	65	fogos
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	106	moradores
40.	Sta. Maria de Palmeira	266	moradores
41.	Sta. Maria de Panóias	58	fogos
42.	S. Paio de Parada de Tibães	43	moradores
43.	S. Julião de Passos	79	fogos
44.	O Salvador de Pedralva	440	fogos ***
45.	Sto. Estevão de Penso	63	vizinhos
46.	S. Vicente de Penso	67	fogos
47.	S. Paio de Pousada	82	vizinhos
48.	Santiago de Priscos	93	vizinhos
49.	S. Jerónimo de Real	189	fogos
50.	S. Paio de Ruilhe	78	fogos
51.	Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz	80	moradores
52.	S. João Baptista de Semelhe	66	vizinhos
53.	Sta. Maria de Sequeira	122	moradores
54.	Sta. Maria de Sobreposta	91	vizinhos
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	86	****
56.	O Salvador de Tebosa	89	fogos
57.	Sta. Eulália de Tenões	57	fogos
58.	O Salvador de Trandeiras	42	vizinhos
59.	Sta. Cecília de Vilaça	46	vizinhos
60.	Sant'Ana de Vimieiro	94	fogos

* 80 fogos segundo D. Luiz Caetano de Lima

** 64 fogos segundo D. Luiz Caetano de Lima

*** 128 fogos segundo D. Luiz Caetano de Lima

**** 45 fogos em Tadim e 41 moradores em Fradelos

Com o aproximar dos finais do século XVIII nota-se "... uma renovação mental da sociedade portuguesa que, no domínio das ciências, se caracteriza por uma maior exigência crítica no tratamento dos assuntos"[80].

É neste ambiente que deveremos inserir o censo para a Província do Minho que Custódio José Gomes de Vilas-Boas coligiu ao longo dos anos de 1794-1795[81] e que foi publicado por António Cruz[82]. Neste censo, para além da indicação do número de fogos é-nos fornecida a população por sexos, a qual é subdividida em duas categorias — menores e maiores de 14 anos (ver quadro 6).

Ao analisarmos o número de fogos da cidade verificamos que o valor total apresentado — 4306 — é inferior ao indicado no Portugal Sacro-Profano — 4635. Tal facto pensamos que se fica a dever à criação da freguesia de S. José de S. Lázaro e aos consequentes reajustamentos que se tiveram de fazer noutras freguesias (aliás o número de fogos desta freguesia — 1012 — parece-nos exagerado quando comparado com os censos posteriores). Também o número de fogos de Santa Maria de Adaúfe — 504 — nos parece claramente inflacionado.

O problema das freguesias que se repartiam por outros concelhos, coutos ou comarcas, mantém-se: S. Paio de Merelim (Couto de Tibães) tem parte no Termo de Braga; S. Pedro de Merelim (Termo de Braga) tem parte no Couto de Tibães; Santiago de Priscos (então pertencente ao termo de Barcelos, julgado de Penafiel) tem parte no Couto de Vimieiro e os dados de Sta. Maria de Sobreposta vêm parte no Couto de Pedralva e parte no Couto de Lagiosa, Comarca de Guimarães.

---

80 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 32.

81 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., pp. 43-45.

82 CRUZ, António — *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, F. L. U. P., 1970.

Quando refere Santiago de Priscos ainda vem mencionada Moimenta (S. Tomé) que foi incorporada na anterior a 18 de Novembro de 1599[83].

Quadro 5

Resumo do Censo de Vilas-Boas

		H			M			
	Fogos	< 14	> 14	Total	< 14	> 14	Total	H+M
Cidade	4306	2724	5879	8603	2547	6634	9181	17784
Termo	5669	2695	7219	9914	2756	8763	11519	21433
Total	9975	5419	13098	18517	5303	15397	20700	39217

Comparando os valores do quadro 5 com os dos censos anteriores, verificamos, no que se refere ao número de fogos, um maior peso (56,8%) das freguesias que não faziam parte da cidade.

A distribuição da população pelos dois grandes grupos de idades, menos de 14 anos e mais de 14 anos, demonstra uma significativa importância do grupo dos jovens, atingindo 29,3% na população masculina (31,7% na cidade; 27,2% fora da cidade) e 25,6% na população feminina (27,7% na cidade, 23,9% fora da cidade). Para uma esperança de vida à nascença de 35 anos e uma taxa de crescimento médio anual da população de 0,5% (0,579% no período 1732-1795, para a cidade), a percentagem da população masculina com idade inferior a 14 anos seria de 29,7% e a da população

83 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 70-71.

feminina 29,3%, isto se estivéssemos perante populações estáveis[84]. Ora os valores por nós encontrados globalmente não se afastam muito destes que acabamos de calcular, tendo por base as tábuas de Coale e Demeny, sendo talvez de assinalar o valor de 23,9% para a população feminina do termo, inferior ao esperado.

Como resultado de uma diferente distribuição dos fogos, também uma idêntica tendência se nota na população, embora de uma forma menos acentuada (45,3% na cidade; 54,7% fora da cidade).

Se atentarmos agora de uma forma mais detalhada nos valores da população algumas críticas são-nos sugeridas:

- A população de Santa Maria da Sé — 4196 (somando os parciais, dado que o total segundo Vilas-Boas seria 3296) — será explicada por valores talvez exageradamente altos da população com idade inferior a 14 anos.

  No caso da população masculina com idade inferior a 14 anos, observamos que ela ultrapassa a de idade superior aos 14 anos (1075-898) e para a população feminina os valores são muito próximos (1037-1186).

- Os valores apresentados para Sto. Estevão e S. Vicente de Penso são exactamente os mesmos.

- Relativamente à relação entre a população de idade inferior aos 14 anos e o total verificamos grandes variações de freguesia para freguesia relativamente às médias totais. Se em algumas esta relação ultrapassa os 50% (Santa Maria de Aveleda — população masculina; S. Miguel de Cabreiros — população masculina; S. Lourenço de Celeirós — população masculina; S. Miguel da Cunha — população masculina; S. Pedro de

84 COALE, A. J. ; DEMENY, P. — *Regional model life tables and stable populations*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

Escudeiros — população masculina e feminina; S. Miguel de Frossos — população masculina; S. Paio de Merelim — população masculina; S. Pedro de Merelim — população masculina; S. Miguel de Morreira — população masculina; S. Pedro de Oliveira — população masculina; Santo Adrião de Padim da Graça — população masculina; S. Paio de Pousada — população masculina; Santiago de Priscos — população masculina e feminina; Santa Maria de Sequeira — população masculina; O Salvador de Tebosa — população masculina), outras há em que não são atingidos os 10% (O Salvador de Arentim — população feminina; Santa Maria de Panoias — população masculina e feminina; Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz — população masculina e feminina; S. João Baptista de Semelhe — população feminina) ou pouco os ultrapassam.

Embora Fernando de Sousa afirme, para esta época, que "... os cálculos efectuados pelo pároco, relativamente aos menores de confissão, eram exactos ou aproximar-se-iam muito da realidade e dependiam mais da sua cultura ou da sua boa vontade que, propriamente, de quaisquer outras dificuldades"[85], parece-nos lícito afirmar que em algumas freguesias não terão sido considerados alguns menores de 14 anos, em especial os menores de 7 anos, e no que se refere aos sexos terá sido o feminino o mais afectado neste subregisto.

Ficamos pois com a impressão que, mesmo tendo em conta as nítidas melhorias deste censo quando comparado com os anteriores, ele deve ser usado com bastante cuidado, confrontando-o com outras fontes sempre que tal seja possível.

---

85 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 73.

Quadro 6

Censo de Custódio José Gomes de Vilas-Boas

	Freguesias	Fogos	H			M			Almas
			< 14	>14	Total	< 14	> 14	Total	(H + M)
1.	Santiago da Cividade	383	102	640	742	117	600	717	1459
2.	S. Pedro de Maximinos	388	219	437	656	192	492	684	1340
3.	S. José de S. Lázaro	1012	493	1056	1549	332	1468	1800	3349
4.	S. Vitor	1032	595	1587	2182	624	1618	2242	4424
5.	Sta. Maria da Sé	731	1075	898	1973	1037	1186	2223	4196*
6.	S. João do Souto	760	240	1261	1501	245	1270	1515	3016
7.	Sta. Maria de Adaúfe	504	214	504	718	220	643	863	1581
8.	S. Paio de Arcos	35	10	49	59	7	46	53	112
9.	O Salvador de Arentim	80	33	93	126	13	151	164	290
10.	Sta. Maria de Aveleda	87	51	100	151	64	145	209	360
11.	S. Miguel de Cabreiros	105	68	129	197	69	150	219	416
12.	S. Lourenço de Celeirós	143	118	175	293	112	233	345	638
13.	Sta. Eulália de Crespos	135	76	224	300	94	241	335	635
14.	S. Miguel da Cunha	82	70	121	191	45	148	193	384
15.	S. Martinho de Dume	240	66	290	356	45	299	344	700
16.	S. Pedro de Escudeiros	111	71	112	183	77	149	226	409
17.	S. Martinho de Espinho	69	40	90	130	37	98	135	265
18.	Santiago de Esporões	119	49	168	217	43	208	251	468
19.	S. Mamede de Este	102	32	141	173	35	172	207	380
20.	S. Pedro de Este	91	43	120	163	73	154	227	390
21.	Sta. Maria de Ferreiros	189	70	240	310	80	260	340	650
22.	O Salvador de Figueiredo	84	25	130	155	30	125	155	310
23.	Santiago de Fraião	40	20	40	60	12	56	68	128
24.	S. Miguel de Frossos	77	65	105	170	45	115	160	330
25.	Sto. André de Gondizalves	51	20	53	73	27	62	89	162
26.	S. Miguel do Gualtar	107	34	119	153	53	162	215	368**
27.	S. Miguel de Guisande	46	19	48	67	26	70	96	163
28.	Sta. Maria de Lamaçães	79	45	99	144	42	116	158	302
29.	Sta. Maria de Lamas	62	15	64	79	16	102	118	197
30.	S. Pedro de Lomar	106	33	133	166	43	154	197	363

* 3296 na fonte

** 350 na fonte

	Freguesias	Fogos	H			M			Almas
			< 14	>14	Total	< 14	> 14	Total	(H+M)
31.	S. Paio de Merelim	165	115	211	326	85	240	325	651*
32.	S. Pedro de Merelim	115	76	131	207	72	154	226	433
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	117	83	189	272	97	194	291	563
34.	S. Miguel de Morreira	85	54	100	154	55	135	190	344
35.	S. Lourenço de Navarra	63	30	80	110	35	92	127	237
36.	S. João Baptista de Nogueira	67	35	142	177	38	171	209	386
37.	O Salvador de Nogueiró e Dadim	88	28	97	125	18	104	122	247
38.	S. Pedro de Oliveira	68	47	89	136	43	116	159	295
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	107	89	132	221	59	189	248	469
40.	Sta. Maria de Palmeira	293	40	350	390	83	530	613	1003
41.	Sta. Maria de Panóias	58	5	113	118	10	112	122	240
42.	S. Paio de Parada de Tibães	49	20	56	76	27	93	120	196
43.	S. Julião de Passos	77	39	128	167	30	135	165	332
44.	O Salvador de Pedralva	110	70	146	216	78	200	278	494
45.	Sto. Estevão de Penso	78	22	67	89	28	72	100	189
46.	S. Vicente de Penso	78	22	67	89	28	72	100	189
47.	S. Paio de Pousada	95	57	107	164	60	162	222	386
48.	Santiago de Priscos e Moimenta	113	75	110	185	92	142	234	419
49.	S. Jerónimo de Real	211	72	337	409	91	319	410	819
50.	S. Paio de Ruilhe	81	30	107	137	48	144	192	329
51.	Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	90	12	171	183	8	179	187	370
52.	S. João Baptista de Semelhe	73	17	87	104	10	97	107	211
53.	Sta. Maria de Sequeira	140	109	191	300	75	247	322	622
54.	Sta. Maria de Sobreposta	68	34	91	125	35	131	166	291**
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	85	40	132	172	50	160	210	382
56.	O Salvador de Tebosa	88	55	103	158	57	120	177	335
57.	Sta. Eulália de Tenões	72	40	95	135	50	105	155	290
58.	O Salvador de Trandeiras	47	23	54	77	25	72	97	174
59.	Sta. Cecília de Vilaça	56	33	74	107	21	83	104	211
60.	Sant'Ana do Vimieiro	88	36	115	151	40	134	174	325

* 651 na fonte

** parte desta freguesia estava incorporada no "couto da Lagioza, comarca de Guimarães"

Em 1798 é elaborado o Censo de Pina Manique, por fogos, com propósito deliberadamente militar "... censo conhecido e transcrito integralmente por D. José Cornide, que o publicou em apêndice aos três volumes do seu Estado de Portugal en el año de 1800, novamente publicado por Veríssimo Serrão"[86] (ver quadro 7).

Começaremos por destacar alguns factos:

- São várias as freguesias que permanecem "meeiras": Sta. Maria de Fermeiros com 23 fogos no Dº de Vimieiro; S. Miguel de Frossos com 4 fogos no Couto de Tibães; Stª Maria de Lamas com 4 fogos no Dº de Vimieiro; S. Pedro de Lomar com 8 fogos no Dº de Vimieiro; S. Paio de Merelim (Couto de Tibães) com 26 fogos no Termo de Braga; Santiago de Priscos com 24 fogos no Dº de Vimieiro; S. João Baptista de Semelhe com 5 fogos no Couto de Tibães; Sta. Maria de Sobreposta com 44 fogos no Dº de Lagiosa (Comarca de Guimarães) e S. Bartolomeu de Tadim com 5 fogos no Dº de Vimieiro.

- O valor de 433 fogos apresentado para Santa Maria de Ferreiros parece-nos exagerado, pelo que o substituirmos, nos cálculos, pelos 189 fogos indicados por Vilas-Boas.

- No que se refere à freguesia de S. Paio de Merelim optámos pelo valor de 186 fogos. No censo, e no Couto de Tibães, aparece S. Paio de Martim da Ponte com 160 fogos e S. Paio de Martim com 41 fogos (ambas antigas denominações da mesma freguesia) e, no termo de Braga, consta S. Paio de Merelim com 26 fogos. Considerámos S. Paio de Martim uma duplicação de fogos relativamente a S. Paio de Martim da Ponte, à semelhança do que acontece com S. Miguel de Guisande em que, simultaneamente, aparece uma "S. Miguel de Guisando" com 39 fogos, a qual também foi considerada

86 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 46; Vd. *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique, cit.*

como duplicação da anterior. Se compararmos agora este censo com o de Vilas-Boas, feitas as duas correcções atrás referidas, verificamos que o número de fogos correspondentes às freguesias do termo é praticamente o mesmo — 5678 para 5669 no censo de Vilas Boas.

Esta igualdade de valores ficou a dever-se ao facto de que embora num grande número de freguesias se note um ligeiro acréscimo do número de fogos, estes são contrabalançados pelo valor apresentado para Santa Maria de Adaúfe — 362 (504 no Censo de Vilas Boas), valor que nos parece muito mais correcto quando comparado com outros censos.

Já no que se refere à cidade notamos uma quebra de 185 (4,3%) fogos, provavelmente resultante de reajustamentos que teriam vindo a ser feitos na cidade e que ainda se vão fazer sentir em censos posteriores. Esta quebra também pode se explicada pelo facto, já apontado por Fernando de Sousa, de que "... era natural que os párocos indicassem um número inferior ao real, sempre que se efectivasse o levantamento do contingente militar, instruído pelas autoridades administrativas, feito "à proporção" — isto é, de tal modo que a redução de algumas dezenas de fogos à freguesia se traduzia por um ou dois recrutas a menos — e facilmente controlável, já pelos povos das freguesias limítrofes, já e sobretudo, pelos corregedores e juízes de fora, através dos livros das ordenanças e da décima"[87].

87 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População de Portuguesa nos inícios do século XIX, cit., pp. 68-69.*

Quadro 7

Censo de Pina Manique

Freguesias	Fogos
1. Santiago da Cividade	340
2. S. Pedro de Maximinos	368
3. S. José de S. Lázaro	1050
4. S. Vitor	1174
5. Sta. Maria da Sé	640
6. S. João do Souto	549
7. Sta. Maria de Adaúfe	362
8. S. Paio de Arcos	41
9. O Salvador de Arentim	93
10. Sta. Maria de Aveleda	78
11. S. Miguel de Cabreiros	103
12. S. Lourenço de Celeirós	132
13. Sta. Eulália de Crespos	137
14. S. Miguel da Cunha	72
15. S. Martinho de Dume	268
16. S. Pedro de Escudeiros	103
17. S. Martinho de Espinho	68
18. Santiago de Esporões	116
19. S. Mamede de Este	112
20. S. Pedro de Este	94
21. Sta. Maria de Ferreiros	433*
22. O Salvador de Figueiredo	83
23. Santiago de Fraião	48
24. S. Miguel de Frossos	84
25. Sto. André de Gondizalves	49
26. S. Miguel de Gualtar	111
27. S. Miguel de Guisande	54
28. Sta. Maria de Lamaçães	80
29. Sta. Maria de Lamas	67
30. S. Pedro de Lomar	121

* 189 fogos no censo de Vilas-Boas

Freguesias	Fogos
31. S. Paio de Merelim	186*
32. S. Pedro de Merelim	85
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	139
34. S. Miguel de Morreira	90
35. S. Lourenço de Navarra	64
36. S. João Baptista de Nogueira	72
37. O Salvador de Nogueiró	87
38. S. Pedro de Oliveira	64
39. Sto. Adrião de Padim da Graça	112
40. Sta. Maria de Palmeira	308
41. Sta. Maria de Panóias	59
42. S. Paio de Parada de Tibães	46
43. S. Julião de Passos	90
44. O Salvador de Pedralva	107
45. Sto. Estevão de Penso	75
46. S. Vicente de Penso	61
47. S. Paio de Pousada	96
48. Santiago de Priscos	118
49. S. Jerónimo de Real	252
50. S. Paio de Ruilhe	80
51. Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz	86
52. S. João Baptista de Semelhe	61
53. Sta. Maria de Sequeira	142
54. Sta. Maria de Sobreposta	88
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	77
56. O Salvador de Tebosa	98
57. Sta. Eulália de Tenões	72
58. O Salvador de Trandeiras	46
59. Sta. Cecília de Vilaça	64
60. Sant'Ana de Vimieiro	88

* 160 fogos de S. Paio de Martim da Ponte + 26 fogos de S. Paio de Merelim (Termo de Braga)

— Nos últimos meses de 1801 deu-se início a um novo recenseamento, a que se seguiu, em 1802, um outro, ambos referidos ao último dia do ano. Este último, que tinha por base um inquérito muito mais desenvolvido, deve ter levantado muito mais problemas na sua execução, não tendo sido ainda objecto de um estudo pormenorizado, tanto mais que, "... infelizmente, não se conhecem os dados relativos à população de todas as dioceses do Reino"[88], pelo que só nos debruçaremos sobre o censo de 1801[89]. Este foi detalhadamente estudado por Fernando Alberto Pereira de Sousa na sua Tese de doutoramento, "A População Portuguesa nos inícios do século XIX", e nele verificamos que eram inquiridos, ao nível de freguesia, o número de fogos, a população separada por sexos e dividida em sete grupos de idades — de 1 ano até 7; de 7 anos até 25; de 25 anos até 40; de 40 anos até 60; de 60 anos até 80; de 80 anos até 100; de 100 anos para cima — e, ainda, os nascimentos e mortes que se verificam ao longo de 1801 (ver quadro 8).

Sendo o recenseamento mais desenvolvido que se havia tentado até à data, algumas dúvidas devem ter surgido na sua concretização, sabendo nós que, "... no norte — dioceses de Braga e Bragança —, surge um maior número de fichas rasuradas e os párocos esbarraram com mais dificuldades na contagem das almas do que os eclesiásticos de Portugal meridional"[90]. No que se refere ao número de fogos e população a única correcção por nós efectuada refere-se ao número de fogos de S.

---

88 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 65.

89 Muito agradecemos ao Prof. Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa a cedência dos dados referentes a este censo.

90 SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, cit., p. 62.

Vicente de Penso — 232 —, valor excessivo, e em que optámos pelos 78 fogos referidos no censo de Vilas-Boas.

Se atentarmos nos valores apresentados no quadro 8 alguns comentários são-nos sugeridos:

- Pensamos que o valor de 760 fogos para a freguesia de S. João do Souto deve ser ligeiramente exagerado, resultante de factos já atrás referidos.

- Se compararmos com os censos de finais do século XVIII — Vilas-Boas e Pina Manique — observamos que na cidade houve uma redução quer do número de fogos quer do número de habitantes, enquanto que nas freguesias fora da cidade a diminuição do número de fogos não é acompanhada pela queda da população. Sabendo nós da existência de uma grave crise de subsistência nos finais do século XVIII, julgamos não ser de excluir a hipótese de ter havido fuga de gentes da cidade para o campo.

Quadro 8

Censo de 1801

	Freguesias	Fogos	H	M	H+M	N	O
1.	Santiago da Cividade	325	427	575	1002	23	22
2.	S. Pedro de Maximinos	349	600	648	1248	47	22
3.	S. José de S. Lázaro	783	1782	1871	3653	111	50
4.	S. Vitor	1140	2181	2309	4490	162	86
5.	Sta. Maria da Sé	663	1349	1380	2759	211	68
6.	S. João do Souto	760	1355	1551	2906	86	64
7.	Sta. Maria de Adaúfe	350	656	736	1392	38	30
8.	S. Paio de Arcos	45	74	93	167	8	10
9.	O Salvador de Arentim	80	144	200	344	6	4
10.	Sta. Maria de Aveleda	85	157	169	326	8	8
11.	S. Miguel de Cabreiros	115	228	235	463	23	12
12.	S. Lourenço de Celeirós	142	280	317	597	25	16
13.	Sta. Eulália de Crespos	134	318	346	664	20	11
14.	S. Miguel da Cunha	95	180	202	382	14	7
15.	S. Martinho de Dume	239	485	524	1009	42	29
16.	S. Pedro de Escudeiros	106	184	204	388	12	8
17.	S. Martinho de Espinho	80	161	169	330	9	11
18.	Santiago de Esporões	119	248	249	497	14	10
19.	S. Mamede de Este	101	213	261	474	13	11
20.	S. Pedro de Este	90	195	226	421	16	17
21.	Sta. Maria de Ferreiros	180	337	315	652	18	6
22.	O Salvador de Figueiredo	82	158	186	344	14	7
23.	Santiago de Fraião	38	81	81	162	7	5
24.	S. Miguel de Frossos	80	157	150	307	11	3
25.	Sto. André de Gondizalves	49	117	83	200	5	7
26.	S. Miguel do Gualtar	100	176	258	434	7	6
27.	S. Miguel de Guisande	40	66	93	159	5	6
28.	Sta. Maria de Lamaçães	75	124	136	260	10	6
29.	Sta. Maria de Lamas	53	127	145	272	7	2
30.	S. Pedro de Lomar	111	193	214	407	19	8

	Freguesias	Fogos	H	M	H+M	N	O
31.	S. Paio de Merelim	156	312	317	629	30	22
32.	S. Pedro de Merelim	110	252	236	488	19	27
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	111	272	280	552	15	6
34.	S. Miguel de Morreira	97	169	200	369	14	14
35.	S. Lourenço de Navarra	64	122	112	234	12	9
36.	S. João Baptista de Nogueira	69	120	142	262	7	4
37.	O Salvador de Nogueiró	82	121	141	262	10	7
38.	S. Pedro de Oliveira	62	112	138	250	5	18
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	104	231	242	473	18	13
40.	Sta. Maria de Palmeira	318	675	697	1372	50	26
41.	Sta. Maria de Panóias	61	157	155	312	9	5
42.	S. Paio de Parada de Tibães	48	90	101	191	4	3
43.	S. Julião de Passos	80	155	182	337	12	7
44.	O Salvador de Pedralva	116	239	296	535	9	15
45.	Sto. Estevão de Penso	75	141	152	293	12	9
46.	S. Vicente de Penso	232*	95	131	226	10	4
47.	S. Paio de Pousada	97	188	240	428	18	7
48.	Santiago de Priscos	113	215	228	443	17	5
49.	S. Jerónimo de Real	253	422	443	865	43	22
50.	S. Paio de Ruilhe	82	168	198	366	10	4
51.	Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	83	204	214	418	11	17
52.	S. João Baptista de Semelhe	64	109	129	238	8	6
53.	Sta. Maria de Sequeira	148	306	329	635	28	16
54.	Sta. Maria de Sobreposta	60	129	154	283	7	2
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	85	162	208	370	10	14
56.	O Salvador de Tebosa	90	186	182	368	9	11
57.	Sta. Eulália de Tenões	90	152	169	321	11	11
58.	O Salvador de Trandeiras	47	81	84	165	6	6
59.	Sta. Cecília de Vilaça	60	111	122	233	14	6
60.	Sant'Ana do Vimieiro	84	161	173	334	15	6

* 78 fogos no censo de Vilas-Boas

Anexo ao Decreto de 3 de Junho de 1834, regulando as Eleições de Deputados às Cortes, surge um mapa "contendo os Concelhos, Parochias, e numero de Individuos de cada uma, segundo os recenseamentos enviados á Comissão de Estadística, pelos respectivos Parochos, até ao anno de 1828"[91] (ver quadro 9).

Antes do mais é de referir que a freguesia de Sequeira vem dividida em duas — Santa Maria e S. Saturnino — pese embora S. Saturnino fosse apenas um lugar da freguesia de Santa Maria de Sequeira desde o século XVI. "D. Frei Bartolomeu dos Mártires, a 1 de Fevereiro de 1571, extinguiu esta freguesia (S. Saturnino) e incorporou-a na de Sequeira (em cuja igreja está a imagem de S. Saturnino), por «ser de muito poucos fregueses e rendimentos (...) e estar mui conjunta a parrochial igreja de Santa Maria de Sequeira"[92].

Ao atentarmos nos valores apresentados, três deles parecem-nos manifestamente errados, no que se refere ao número de fogos: o reduzido valor de 145 fogos para S. Martinho de Dume, que optámos por substituir pelos 345 fogos referidos no Decreto de 6 de Novembro de 1836 (a escolha de um censo posterior prende-se com a razão Indivíduos/Fogo, que nos parece mais consentâneo com o valor de 1400 para o número de indivíduos); o pequeno valor de 33 fogos para Sto. Estevão de Penso, que alterámos para os 75 fogos do censo de 1801; os exagerados 150 fogos de Santa Cecília de Vilaça, que substituímos pelos 60 fogos do censo de 1801.

Muitos outros casos mereceriam o nosso reparo, quer pela relação indivíduos/fogo — Santiago da Cividade; O Salvador de Figueiredo — quer nas discrepâncias que terão surgido pelo exagerado número de arredondamentos que estes sofreram.

---

91 Mapa nº 1 anexo ao Decreto regulando as Eleições de Deputados às Cortes de 3 de Junho de 1834.

92 COSTA, Avelino de Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, cit., pp. 74-75.

Pensamos que em algumas freguesias as populações terão sido subestimadas (contagem incorrecta dos menores de 7 anos?) e noutras o número de fogos parece-nos sobrestimado (inclusão no número de fogos de instalações com outros fins, como, por exemplo, de lavoura?).

Mas, voltando aos arredondamentos, estes surgem-nos por demais evidentes. Se no que se refere ao número de fogos, 27 freguesias (45%) têm valores terminados em 0 ou 5 (16 em 0 e 11 em 5), na contagem dos indivíduos, 36 (60%) terminam em 0. Julgamos pois que estes valores terão de ser utilizados com bastantes precauções. Se compararmos os totais das freguesias citadinas e não citadinas com os valores de 1801 verificamos uma estabilidade no que se refere às primeiras, quer no número de fogos (4020-4035), quer no número de indivíduos (16058-16077), embora com distribuições algo diferenciadas, quanto às segundas observamos um crescimento de 11,0% no número de fogos e de 6,7% no número de indivíduos.

Quadro 9

Mapa anexo ao Decreto de 3 de Junho de 1834

	Freguesias	Fogos	Indivíduos
1.	Santiago da Cividade	**395**	850
2.	S. Pedro de Maximinos	**310**	1300
3.	S. José de S. Lázaro	**839**	3842
4.	S. Vitor	1300	5070
5.	Sta. Maria da Sé	**661**	1935
6.	S. João do Souto	**530**	3080
7.	Sta. Maria de Adaúfe	**425**	1760
8.	S. Paio de Arcos	**40**	170
9.	O Salvador de Arentim	**96**	366
10.	Sta. Maria de Aveleda	**95**	360
11.	S. Miguel de Cabreiros	**125**	430
12.	S. Lourenço de Celeirós	**157**	650
13.	Sta. Eulália de Crespos	**149**	700
14.	S. Miguel da Cunha	110	450
15.	S. Martinho de Dume	145*	1400
16.	S. Pedro de Escudeiros	**105**	438
17.	S. Martinho de Espinho	**70**	280
18.	Santiago de Esporões	**120**	324
19.	S. Mamede de Este	**120**	509
20.	S. Pedro de Este	102	430
21.	Sta. Maria de Ferreiros	202	655
22.	O Salvador de Figueiredo	90	220
23.	Santiago de Fraião	42	208
24.	S. Miguel de Frossos	112	540
25.	Sto. André de Gondizalves	42	214
26.	S. Miguel do Gualtar	105	370
27.	S. Miguel de Guisande	45	195
28.	Sta. Maria de Lamaçães	74	270
29.	Sta. Maria de Lamas	60	212
30.	S. Pedro de Lomar	122	380

* 345 fogos no Decreto de 6 de Novembro de 1836

	Freguesias	Fogos	Indivíduos
31.	S. Paio de Merelim	175	680
32.	S. Pedro de Merelim	145	600
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	124	520
34.	S. Miguel de Morreira	110	395
35.	S. Lourenço de Navarra	66	318
36.	S. João Baptista de Nogueira	80	350
37.	O Salvador de Nogueiró	77	290
38.	S. Pedro de Oliveira	81	305
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	118	460
40.	Sta. Maria de Palmeira	349	1523
41.	Sta. Maria de Panóias	80	330
42.	S. Paio de Parada de Tibães	40	200
43.	S. Julião de Passos	77	294
44.	O Salvador de Pedralva	114	427
45.	Sto. Estevão de Penso	33*	300
46.	S. Vicente de Penso	71	231
47.	S. Paio de Pousada	108	403
48.	Santiago de Priscos	118	480
49.	S. Jerónimo de Real	270	1050
50.	S. Paio de Ruilhe	85	398
51.	Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	99	321
52.	S. João Baptista de Semelhe	64	204
53.	Sta. Maria de Sequeira	138	595
54.	Sta. Maria de Sobreposta	88	400
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	104	440
56.	O Salvador de Tebosa	98	350
57.	Sta. Eulália de Tenões	82	290
58.	O Salvador de Trandeiras	46	185
59.	Sta. Cecília de Vilaça	150**	220
60.	Sant'Ana do Vimieiro	92	340

* 75 fogos no censo de 1801

** 60 fogos no censo de 1801

Em 6 de Novembro de 1836 é publicado um decreto com a "Nova Organização dos Distritos Administrativos do Reino", que para além de consagrar a revisão do território em três escalões: o distrito, o concelho e a freguesia, procede a uma redução drástica no número de concelhos, passando estes, dos mais de 800 então existentes, para 351. Desta diminuição resultou uma nova distribuição das freguesias pelos concelhos que afectou marcadamente o de Braga[93].

Nos mapas anexos ao Decreto verificamos que deles apenas consta o número de fogos, sendo inexistentes quaisquer informações no que respeita ao número de habitantes (ver quadro 10).

Observamos também a ausência de dados sobre S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos, sendo por nós completado com os 104 fogos que constavam da relação que se reportava a 1828.

Devemos ainda referir o facto de S. Paio de Pousada também constar no concelho de Póvoa de Lanhoso, com 100 fogos, pensando nós que deve haver uma duplicação.

Ao atentarmos nos valores apresentados, dois factos ressaltam imediatamente:

- Uma certa tendência para os arredondamentos, em 26 casos (44,1%) os valores terminam em 0 (16) ou 5 (10).
- 32 freguesias (53,3%) têm valores idênticos aos de 1828.

Comparando com outros censos, verificamos que o número de fogos apontados para a freguesia de S. Paio de Ruilhe — 39 — é manifestamente reduzido,

93 Decreto de 6 de Novembro de 1836. Ver *Lº 40 de Próprias* do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, pp. 7-12.

pelo que optámos pelo valor de 85 fogos apontado no censo de 1828. Notamos ainda outras alterações, comparando com o censo anterior: um crescimento de 3,7% no total de fogos da cidade, resultantes do crescimento de umas freguesias e da redução de outras. Estas variações levantam-nos vários problemas, pois para além de acertos que se possam ter dado entre freguesias, ou alterações na estrutura urbanística, pensamos que havia problemas na definição precisa dos limites das mesmas. Valores há que nos parecem exageradamente "redondos" — S. Vitor tinha 1300 fogos quer na relação de 1828 quer na de 1836 — e outros apresentam variações dificilmente explicáveis — Sta. Maria da Sé possuía 661 fogos em 1828, 561 fogos (exactamente menos 100) em 1836, e novamente os mesmos 661 fogos na relação que consta do Decreto de 5 de Março de 1842. Eis pois mais alguns exemplos que nos alertam para os cuidados que devemos ter na utilização destas estatísticas, numa altura em que o Estado ainda não se tinha dado conta da necessidade da existência de um departamento que tratasse mais seriamente destas matérias.

Nas freguesias fora da cidade verificamos mesmo uma pequena quebra no total — 0,3% (6187-6170), talvez explicada por subavaliações em algumas freguesias (S. Lourenço de Celeirós, S. Lourenço de Navarra, O Salvador de Nogueiró, S. Paio de Parada de Tibães).

Quadro 10

Mapa anexo ao Decreto de 6 de Novembro de 1836

	Freguesias	Fogos
1.	Santiago da Cividade	335
2.	S. Pedro de Maximinos	510
3.	S. José de S. Lázaro	889
4.	S. Vitor	1300
5.	Sta. Maria da Sé	561
6.	S. João do Souto	590
7.	Sta. Maria de Adaúfe	425
8.	S. Paio de Arcos	40
9.	O Salvador de Arentim	100
10.	Sta. Maria de Aveleda	100
11.	S. Miguel de Cabreiros	125
12.	S. Lourenço de Celeirós	125
13.	Sta. Eulália de Crespos	149
14.	S. Miguel da Cunha	103
15.	S. Martinho de Dume	345
16.	S. Pedro de Escudeiros	105
17.	S. Martinho de Espinho	86
18.	Santiago de Esporões	120
19.	S. Mamede de Este	120
20.	S. Pedro de Este	102
21.	Sta. Maria de Ferreiros	202
22.	O Salvador de Figueiredo	89
23.	Santiago de Fraião	42
24.	S. Miguel de Frossos	112
25.	Sto. André de Gondizalves	42
26.	S. Miguel do Gualtar	105
27.	S. Miguel de Guisande	45
28.	Sta. Maria de Lamaçães	74
29.	Sta. Maria de Lamas	60
30.	S. Pedro de Lomar	122

Freguesias	Fogos
31. S. Paio de Merelim	180
32. S. Pedro de Merelim	145
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	124
34. S. Miguel de Morreira	110
35. S. Lourenço de Navarra	60
36. S. João Baptista de Nogueira	80
37. O Salvador de Nogueiró	56
38. S. Pedro de Oliveira	81
39. Sto. Adrião de Padim da Graça	108
40. Sta. Maria de Palmeira	349
41. Sta. Maria de Panóias	89
42. S. Paio de Parada de Tibães	40
43. S. Julião de Passos	77
44. O Salvador de Pedralva	114
45. Sto. Estevão de Penso	83
46. S. Vicente de Penso	71
47. S. Paio de Pousada	108
48. Santiago de Priscos	118
49. S. Jerónimo de Real	270
50. S. Paio de Ruilhe	39*
51. Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	99
52. S. João Baptista de Semelhe	74
53. Sta. Maria de Sequeira	139
54. Sta. Maria de Sobreposta	102
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	**
56. O Salvador de Tebosa	97
57. Sta. Eulália de Tenões	83
58. O Salvador de Trandeiras	45
59. Sta. Cecília de Vilaça	50
60. Sant'Ana do Vimieiro	91

* 85 fogos no censo de 1828

** 104 fogos no censo de 1828

Em 1839 é publicada no Porto a "Taboa geografico-estatistica luzitana ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal (...) por um Flaviense " (Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão), constando do seu prefácio a seguinte passagem: "Não appareceo até hoje a noticia circunstanciada do ultimo arredondamento dos concelhos; pois o Mappa Estatistico official para as ultimas eleições não fallava em Freguezias: é por tanto forçoso que eu me regule pelo Mappa Estatistico official de 1833, enviado para as eleições de 1836"[94].

Ora comparando com os valores do mapa anexo ao Decreto de 3 de Junho de 1834, verificamos que os valores apresentados não são mais do que os de 1828, limitando-se a uma "cópia" (com alguns erros) do número de habitantes existentes em cada uma das freguesias, esquecendo-se de transcrever o número de fogos. Dado que atrás já foi referido este censo, abstemo-nos de mais considerações acerca da "Taboa geografico-estatistica luzitana".

Anexo ao Decreto regulando as Eleições para as Côrtes de 5 de Março de 1842 é publicado um "Mappa das Provincias, Districtos Administrativos, Concelhos e Freguezias do Continente do Reino", do qual consta o número de fogos existentes em cada freguesia.[95]

A sua consulta, com o objectivo de elaborar o Quadro 11, que em seguida se apresenta, suscita algumas questões que passamos a destacar:

---

94 *Taboa geografico-estatistica luzitana ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, (...) por um Flaviense (Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão), Porto, Typographia Commercial Portuense, 1839, p. 3.

95 *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1842 em diante*, cit., pp. 66-70.

- Os 446 fogos de S. Pedro de Maximinos pensamos que devem ser considerados como os totais desta freguesia mais os de Sto. André de Gondizalves, que está ausente na listagem. São vários os momentos em que estas freguesias aparecem unidas, como por exemplo se pode ver na Corografia Portugueza de Carvalho da Costa[96]. Optámos por atribuir a Sto. André de Gondizalves os 42 fogos do Decreto de 1836, corrigindo o valor de S. Pedro de Maximinos para 404 fogos.

- Os 314 fogos apontados para Sta. Eulália de Crespos não podem corresponder só a esta freguesia. Simultaneamente verificamos a ausência de dados sobre S. Lourenço de Navarra e Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz; ora sabemos que a primeira destas freguesias esteve várias vezes associada com Sta. Eulália de Crespos[97] e que a outra lhe está geograficamente contígua. Se somarmos os totais destas três freguesias segundo o Decreto de 1836, obtemos um total de 308 fogos, pelo que pensamos que os 314 fogos se referem ao total das citadas freguesias. O "Mapa" indica "Escudeiros e Penso com 168 fogos" e "Penso com 60 fogos". Como não vêm especificados os oragos, não sabemos se é Sto. Estevão ou S. Vicente de Penso que está associada a S. Pedro de Escudeiros. Tal facto não vem porém alterar os totais que temos vindo a indicar e que se referem às freguesias citadinas e não citadinas.

- Não vem indicado o número de fogos de O Salvador de Trandeiras, pelo que optámos pelos 45 fogos indicados no Decreto de 1836.

---

96 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), 2ª ed., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, tomo I, pp. XIX e XXIV.

97 COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), 2ª ed., cit., pp. XII e XXVI.

- Se atentarmos agora nos totais, depois de feitas as correcções que acabamos de referir, observamos, relativamente aos valores apontados no Decreto de 1836, um crescimento do número de fogos quer na cidade, de 4185 para 4282 (2,3%), quer nas freguesias do seu termo, de 6170 para 6302 (2,1%). A pequena variação detectada prende-se, certamente, com a proximidade temporal das duas listagens.

Quadro 11

Mapa anexo ao Decreto de 5 de Março de 1842

	Freguesias	Fogos
1.	Santiago da Cividade	320
2.	S. Pedro de Maximinos	446*
3.	S. José de S. Lázaro	914
4.	S. Vitor	1300
5.	Sta. Maria da Sé	661
6.	S. João do Souto	683
7.	Sta. Maria de Adaúfe	413
8.	S. Paio de Arcos	47
9.	O Salvador de Arentim	86
10.	Sta. Maria de Aveleda	100
11.	S. Miguel de Cabreiros	124
12.	S. Lourenço de Celeirós	176
13.	Sta. Eulália de Crespos	314**
14.	S. Miguel da Cunha	96
15.	S. Martinho de Dume	349
16.	S. Pedro de Escudeiros	168***
17.	S. Martinho de Espinho	86
18.	Santiago de Esporões	128
19.	S. Mamede de Este	115
20.	S. Pedro de Este	107
21.	Sta. Maria de Ferreiros	180
22.	O Salvador de Figueiredo	79
23.	Santiago de Fraião	35
24.	S. Miguel de Frossos	112
25.	Sto. André de Gondizalves	****
26.	S. Miguel do Gualtar	104
27.	S. Miguel de Guisande	44
28.	Sta. Maria de Lamaçães	67
29.	Sta. Maria de Lamas	60
30.	S. Pedro de Lomar	138

* S. Pedro de Maximinos + Sto. André de Gondizalves?

** Sta. Eulália de Crespos + S. Lourenço de Navarra + Santiago de Sta. Lucrécia de Algeriz?

*** "Escudeiros e Penso com 168 fogos"

**** 42 fogos no Decreto de 6 de Novembro de 1836

Freguesias	Fogos
31. S. Paio de Merelim	186
32. S. Pedro de Merelim	183
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	131
34. S. Miguel de Morreira	115
35. S. Lourenço de Navarra	*
36. S. João Baptista de Nogueira	79
37. O Salvador de Nogueiró	79
38. S. Pedro de Oliveira	63
39. Sto. Adrião de Padim da Graça	126
40. Sta. Maria de Palmeira	375
41. Sta. Maria de Panóias	95
42. S. Paio de Parada de Tibães	62
43. S. Julião de Passos	76
44. O Salvador de Pedralva	11
45. Sto. Estevão de Penso	**
46. S. Vicente de Penso	**
47. S. Paio de Pousada	115
48. Santiago de Priscos	124
49. S. Jerónimo de Real	237
50. S. Paio de Ruilhe	113
51. Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	*
52. S. João Baptista de Semelhe	72
53. Sta. Maria de Sequeira	149
54. Sta. Maria de Sobreposta	80
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	111
56. O Salvador de Tebosa	107
57. Sta. Eulália de Tenões	82
58. O Salvador de Trandeiras	***
59. Sta. Cecília de Vilaça	59
60. Sant'Ana do Vimieiro	97

* ver Sta. Eulália de Crespos

** "Escudeiros e Penso com 168 fogos" e "Penso com 60 fogos"

*** 45 fogos no Decreto de 6 de Novembro de 1836

Em 1864 surge, finalmente, o primeiro recenseamento feito em moldes modernos. Reportando-se ao dia 1 de Janeiro, nele obtemos dados, ao nível de freguesias, sobre: idade, sexo, estado civil, ausentes acidentalmente, população flutuante (transeuntes) e fogos[98].

A informação por idades é dada mês a mês durante o 1º ano de vida, de três em três meses durante o segundo ano, anualmente dos 3 aos 10 anos, por intervalos quinquenais dos 11 aos 100 anos, mais de 100 anos e idade desconhecida. Esta distribuição por idades não inclui os ausentes acidentais e não diferencia os sexos, mas, pelo contrário, inclui a população flutuante. Ao elaborarmos o quadro 12, que a seguir apresentamos, consideramos em cada freguesia a soma da população presente com a ausente acidentalmente (pensamos que esta não incluía os emigrantes), não atendendo à população flutuante. Sabemos que muitas foram as dificuldades e os obstáculos, muitas das vezes resultantes de velhos preconceitos, que se levantaram a uma correcta execução do censo. A taxa de analfabetismo era grande, o que levou em muitos casos os próprios agentes encarregados da distribuição dos respectivos boletins a serem obrigados ao preenchimento dos mesmos, exigindo aos chefes de família, ou a quem os representava, os esclarecimentos necessários.

No que se refere à qualidade dos dados deste censo, e no tocante ao Índice de Regularidade das Idades, afirmou Custódio Cónim: "Os dois primeiros recenseamentos portugueses são característicos de populações nas quais as irregularidades são generalizadas e profundas, particularmente após os 20 anos de idade. A configuração desta evolução, dentes de serra — que é típica de recenseamentos com incorrecções na declaração das idades, é uma das características mais evidenciáveis"[99] alertando, porém, para o facto de que "este indicador (da regularidade das idades, por sexos) não

98 *Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

99 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários, recenseamentos da população 1864-1970*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1980, p. 72.

representa (...), na presença de movimentos migratórios internos e selectivos, um bom indicador sobre o grau de qualidade das operações censitárias"[100]. Quanto ao Índice de Regularidade dos Sexos observamos, para o Distrito de Braga, um valor de 3,14[101], que é o mais baixo de todos os distritos do continente, e que se vai manter, com pequenas variações, até aos censos mais recentes. Convém referir que este índice é marcado ainda mais fortemente pelas migrações do que o índice anterior.

Como resultante dos três índices atrás referidos — índices de regularidade das idades, para o sexo masculino e para o sexo feminino e índice de regularidade dos sexos — obtemos o ICNU (Índice Combinado das Nações Unidas), que, para 1864, tem o valor de 76,45[102], o qual caracteriza dados sujeitos a variações bastante pronunciadas. Devemos ser, no entanto, cautelosos nas nossas conclusões, pois outros factores podem influenciar este índice, de que as migrações, já atrás referidas, são um exemplo.

Dadas todas as condicionantes que acabamos de enumerar resulta "ser desaconselhado, em relação à situação demográfica portuguesa, o cálculo do índice combinado no plano distrital, na medida em que a partir destes resultados se pretende avaliar ou construir uma teoria sobre a "qualidade dos recenseamentos"[103].

Pensamos pois, que estas palavras que acabamos de citar, mais ainda se aplicam ao nível de concelho, área por nós escolhida para objecto de estudo.

Comparando agora o número de fogos com os publicados no mapa anexo ao Decreto de 5 de Março de 1842, observamos um crescimento do mesmo, embora de forma desigual. Nas freguesias da cidade foi de apenas 1,4% (4282 para 4342), sendo a subida em três freguesias praticamente contrabalançada pela diminuição noutras três,

---

100 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características* (...), cit., p. 77.
101 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características* (...), cit., p. 122.
102 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características* (...), cit., p. 86.
103 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características* (...), cit., p. 94.

enquanto nas freguesias do termo ele foi mais acentuado, 11,8% (6302 para 7046), verificando-se uma queda no número de fogos apenas em sete freguesias — S. Lourenço de Celeirós, S. Miguel de Gualtar, Sta. Maria de Lamas, S. Paio de Parada de Tibães, Santiago de Priscos, S. Paio de Ruilhe e Sant'Ana de Vimieiro.

No que diz respeito à população temos de recuar a 1828 (Decreto de 3 de Junho de 1834) para termos um ponto de comparação.

A população citadina cresceu 13,3%, embora de forma muito desigual de freguesia para freguesia, enquanto nas freguesias fora da cidade a subida foi de 23,6%.

Quadro 12

Censo no 1º de Janeiro de 1864

Freguesias	Fogos	H	M	H+M
1. Santiago da Cividade	330	441	784	1225
2. S. Pedro de Maximinos	391	761	884	1645
3. S. José de S. Lázaro	896	1624	2156	3780
4. S. Vitor	1248	2304	2900	5204
5. Sta. Maria da Sé	773	1223	1656	2879
6. S. João do Souto	704	1555	1931	3486
7. Sta. Maria de Adaúfe	413	790	1025	1815
8. S. Paio de Arcos	56	90	120	210
9. O Salvador de Arentim	100	211	229	440
10. Sta. Maria de Aveleda	109	199	200	399
11. S. Miguel de Cabreiros	151	312	326	638
12. S. Lourenço de Celeirós	162	326	344	670
13. Sta. Eulália de Crespos	181	382	382	764
14. S. Miguel da Cunha	121	241	279	520
15. S. Martinho de Dume	356	798	772	1570
16. S. Pedro de Escudeiros	134	243	303	546
17. S. Martinho de Espinho	63	104	154	258
18. Santiago de Esporões	129	259	299	558
19. S. Mamede de Este	137	327	378	705
20. S. Pedro de Este	153	298	343	641
21. Sta. Maria de Ferreiros	202	418	414	832
22. O Salvador de Figueiredo	80	127	185	312
23. Santiago de Fraião	42	103	111	214
24. S. Miguel de Frossos	132	323	385	708
25. Sto. André de Gondizalves	53	114	134	248
26. S. Miguel de Gualtar	95	203	224	427
27. S. Miguel de Guisande	46	85	92	177
28. Sta. Maria de Lamaçães	77	147	175	322
29. Sta. Maria de Lamas	45	72	111	183
30. S. Pedro de Lomar	156	285	308	593

Freguesias	Fogos	H	M	H+M
31. S. Paio de Merelim	220	440	479	919
32. S. Pedro de Merelim	215	439	452	891
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	151	362	420	782
34. S. Miguel de Morreira	121	259	256	515
35. S. Lourenço de Navarra	83	160	212	372
36. S. João Baptista de Nogueira	91	213	216	429
37. O Salvador de Nogueiró	88	170	191	361
38. S. Pedro de Oliveira	79	150	179	329
39. Sto. Adrião de Padim da Graça	161	343	336	679
40. Sta. Maria de Palmeira	453	863	959	1822
41. Sta. Maria de Panóias	111	272	255	527
42. S. Paio de Parada de Tibães	57	140	145	285
43. S. Julião de Passos	93	188	203	391
44. O Salvador de Pedralva	123	252	306	558
45. Sto. Estevão de Penso	73	155	177	332
46. S. Vicente de Penso	62	126	171	297
47. S. Paio de Pousada	131	234	297	531
48. Santiago de Priscos	110	210	293	503
49. S. Jerónimo de Real	306	589	616	1205
50. S. Paio de Ruilhe	108	180	227	407
51. Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	105	205	236	441
52. S. João Baptista de Semelhe	73	199	176	375
53. Sta. Maria de Sequeira	170	383	409	792
54. Sta. Maria de Sobreposta	105	188	214	402
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	119	199	260	459
56. O Salvador de Tebosa	141	270	306	576
57. Sta. Eulália de Tenões	100	207	210	417
58. O Salvador de Trandeiras	44	69	104	173
59. Sta. Cecília de Vilaça	68	126	148	274
60. Sant'Ana do Vimieiro	92	202	208	410

Em 10 de Dezembro de 1867 é publicado um Decreto em que "... é approvada a circunscripção dos districtos administrativos, dos concelhos e das parochias civis" (esta reforma não chegou a entrar em vigor por virtude da "Janeirinha" de 1868), e dele fazia parte um mapa com o número de fogos de cada uma das paróquias eclesiásticas (as paróquias civis que então se formavam resultavam de uma ou mais paróquias eclesiásticas)[104].

Ora verificamos que este Decreto se limita a copiar os valores do Censo de 1864, não fornecendo nenhuma alteração, pelo que nos abstemos de fazer qualquer comentário.

No 1º de Janeiro de 1878 é efectuado o 2º recenseamento geral da população[105] (ver quadro 15), o qual fornece o mesmo tipo de informação do de 1864, com duas alterações: a distribuição da população, embora continue a não ser feita por sexos, é dada em intervalos diferentes — até 1 ano, 1 a 5 anos, por intervalos quinquenais até aos 20 anos, por intervalos anuais até aos 25 anos, por intervalos quinquenais dos 26 aos 100 anos, mais de 100 anos, idade desconhecida; é acrescida de dados sobre alfabetismo, dividindo a população em três categorias — os que sabem ler e escrever, os que sabem ler, os que não sabem ler nem escrever.

Tal como aconteceu no 1º censo, também algumas dificuldades se deverão ter levantado a quem foi incumbido de o realizar, pois, como é dito na própria introdução ao mesmo, "... aos menos peritos em confrontar algarismos poderão parecer umas vezes duvidosos, outras não só duvidosos mas falsos; tais são, por exemplo, entre outros, os

---

104 *Collecção Official da Legislação Portugueza — Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 702 e 728.

105 *Censo no 1º de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

que se referem ao augmento da população de facto, comparado com o augmento ou diminuição parcial dos indivíduos por fogos"[106].

Quanto à qualidade dos dados tudo o que dissemos acerca de 1864 se aplica a 1878. O ICNU mantém-se alto — 61,38[107] — mas os cuidados nas conclusões a retirar continuam os mesmos.

Ao observarmos os mapas que compõem o censo verificamos a ausência de dados sobre a freguesia de S. Paio de Arcos. Tal facto ficou a dever-se à sua supressão e simultânea anexação pela de S. João Baptista de Nogueira, por Decreto de 12 de Junho de 1868[108].

Comparando os dois censos — 1864 e 1878:

106 *Censo no 1º de Janeiro de 1878*, cit., p. VI.
107 CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características* (...), cit., p. 86.
108 *Diário de Lisboa*, nº 134, de 16 de Junho de 1868.

Quadro 13

Resumos dos Censos de 1864 e 1878

	Fogos		H		M		H+M	
	1864	1878	1864	1878	1864	1878	1864	1878
Cidade	4342	4278	7908	8779	10311	11029	18219	19808
Termo	7046	7457	14250	14606	15954	16548	30204	31154
Cidade + Termo	11388	11735	22158	23385	26265	27577	48423	50962

Quadro 14

Variação % entre os censos de 1864 e 1878

	Fogos	H	M	H+M
Cidade	- 1,5%	11,0%	7,0%	8,7%
Termo	5,8%	2,5%	3,7%	3,1%
Cidade + Termo	3,0%	5,5%	5,0%	5,2%

Damos conta que o número de fogos decresceu na cidade, ao mesmo tempo que cresceu no termo; por outro lado, a população cresceu mais fortemente na cidade do que no seu termo, e de forma desigual segundo os sexos — maior entre a população masculina, na cidade, e entre a população feminina, no seu termo. Estas desigualdades devem resultar, muito provavelmente, dos diversos movimentos migratórios.

Quadro 15

Censo no 1º de Janeiro de 1878

Freguesias	Fogos	H	M	H+M
1. Santiago da Cividade	397	539	947	1486
2. S. Pedro de Maximinos	400	757	856	1613
3. S. José de S. Lázaro	1012	1763	2289	4052
4. S. Vitor	1159	2506	3269	5775
5. Sta. Maria da Sé	691	1361	1606	2967
6. S. João do Souto	619	1853	2062	3915
7. Sta. Maria de Adaúfe	532	937	1079	2016
8. S. Paio de Arcos*				
9. O Salvador de Arentim	96	194	229	423
10. Sta. Maria de Aveleda	91	176	177	353
11. S. Miguel de Cabreiros	160	325	334	659
12. S. Lourenço de Celeirós	157	308	346	654
13. Sta. Eulália de Crespos	192	375	382	757
14. S. Miguel da Cunha	115	195	242	437
15. S. Martinho de Dume	392	826	834	1660
16. S. Pedro de Escudeiros	137	227	287	514
17. S. Martinho de Espinho	69	141	160	301
18. Santiago de Esporões	123	224	267	491
19. S. Mamede de Este	137	298	406	704
20. S. Pedro de Este	157	279	361	640
21. Sta. Maria de Ferreiros	223	468	449	917
22. O Salvador de Figueiredo	76	138	182	320
23. Santiago de Fraião	38	100	107	207
24. S. Miguel de Frossos	145	314	387	701
25. Sto. André de Gondizalves	62	108	150	258
26. S. Miguel do Gualtar	103	228	236	464
27. S. Miguel de Guisande	41	78	94	172
28. Sta. Maria de Lamaçães	68	151	167	318
29. Sta. Maria de Lamas	48	82	111	193
30. S. Pedro de Lomar	135	266	277	543

* Anexada a S. João Baptista de Nogueira por Decreto de 12 de Junho de 1868

Freguesias	Fogos	H	M	H+M
31. S. Paio de Merelim	289	448	524	972
32. S. Pedro de Merelim	246	496	514	1010
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	169	405	411	816
34. S. Miguel de Morreira	112	211	267	478
35. S. Lourenço de Navarra	84	160	219	379
36. S. João Baptista de Nogueira e Arcos	156	310	325	635
37. O Salvador de Nogueiró	100	172	188	360
38. S. Pedro de Oliveira	93	160	212	372
39. Sto. Adrião de Padim da Graça	154	332	383	715
40. Sta. Maria de Palmeira	496	976	1057	2033
41. Sta. Maria de Panóias	148	340	360	700
42. S. Paio de Parada de Tibães	63	150	168	318
43. S. Julião de Passos	88	209	222	431
44. O Salvador de Pedralva	131	255	336	591
45. Sto. Estevão de Penso	68	113	145	258
46. S. Vicente de Penso	62	132	146	278
47. S. Paio de Pousada	125	211	299	510
48. Santiago de Priscos	116	233	291	524
49. S. Jerónimo de Real	320	643	663	1306
50. S. Paio de Ruilhe	108	173	196	369
51. Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	105	209	261	470
52. S. João Baptista de Semelhe	74	155	176	331
53. Sta. Maria de Sequeira	182	470	503	973
54. Sta. Maria de Sobreposta	106	186	204	390
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	141	226	301	527
56. O Salvador de Tebosa	132	212	269	481
57. Sta. Eulália de Tenões	94	211	210	421
58. O Salvador de Trandeiras	47	88	109	197
59. Sta. Cecília de Vilaça	62	125	150	275
60. Sant'Ana do Vimieiro	89	157	175	332

Antes do mais devemos chamar a atenção para o grande cuidado que devemos por na utilização destes resultados, conhecendo nós algumas das dificuldades por que passou a sua recolha:

- A impossibilidade de datação correcta de alguns dos censos, a qual vai influenciar o cálculo das taxas de crescimento médio anual.
- O grande número de arredondamentos apresentados pelos valores de alguns censos, nomeadamente os mais antigos.
- A pouca fiabilidade dos resultados, como ficou demonstrado mesmo para os censos mais recentes — 1864 e 1878.
- O aparecimento de valores manifestamente errados, o que nos levou à sua substituição por valores de outros censos.
- As omissões, quer de freguesias quer de resultados, as quais foram sendo colmatadas por dados retirados de outros censos.
- A duplicação e associação de freguesias nas contagens.

Mesmo assim, não queremos deixar de apresentar alguns quadros — resumo que nos permitem uma visão global dos resultados.

Quadro 16

Fogos

Anos	Fogos			Variação % do nº de fogos de cada censo relativamente ao anterior			Taxa de crescimento médio anual (%)		
	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
1695	3500	3600	7100						
1732	3087			- 11,8			- 0,34		
1757	4635	4835	9470	50,1	34,3	33,4	1,64	0,48	0,47
1795	4306	5669	9975	- 7,1	17,2	5,3	- 0,19	0,42	0,14
1798	4121	5678	9799	- 4,3	0,2	- 1,8	- 1,45	0,05	- 0,59
1801	4020	5576	9596	- 2,5	- 1,8	- 2,1	- 0,82	- 0,60	- 0,70
1828	4035	6187	10222	0,4	11,0	6,5	0,01	0,39	0,23
1836	4185	6170	10355	3,7	- 0,3	1,3	0,46	- 0,03	0,16
1842	4282	6302	10584	2,3	2,1	2,2	0,38	0,35	0,37
1864	4342	7046	11388	1,4	11,8	7,6	0,06	0,51	0,33
1878	4278	7457	11735	- 1,5	5,8	3,0	- 0,11	0,41	0,21

Quadros 17, 18 e 19

População

POPULAÇÃO

Anos	Homens			Mulheres			Homens + Mulheres		
	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
1732							12 362		
1795	8603	9914	18 517	9181	11 519	20 700	17 784	21 433	39 217
1801	7724	10 916	18 640	8334	11 987	20 321	16 058	22 903	38 961
1828							16 077	24 430	40 507
1864	7908	14 250	22 158	10 311	15 954	26 265	18 219	30 204	48 423
1878	8779	14 606	23 385	11 029	16 548	27 577	19 808	31 154	50 962

VARIAÇÃO % DA POPULAÇÃO DE CADA CENSO RELATIVAMENTE AO ANTERIOR

Anos	Homens			Mulheres			Homens + Mulheres		
	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
1732									
1795							43,9		
1801	- 10,2	10,1	0,7	- 9,2	4,1	- 1,8	- 9,7	6,9	- 0,7
1828							0,1	6,7	4,0
1864	2,4	30,5	18,9	23,7	33,1	29,3	13,3	23,6	19,5
1878	11,0	2,5	5,5	7,0	3,7	5,0	8,7	3,1	5,2

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%)

Anos	Homens			Mulheres			Homens + Mulheres		
	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
1732									
1795							0,579		
1801	- 1,780	1,618	0,110	- 1,600	0,666	- 0,308	- 1,687	1,112	- 0,109
1828							0,004	0,239	0,144
1864	0,037	0,424	0,275	0,338	0,455	0,408	0,348	0,591	0,497
1878	0,749	0,176	0,386	0,482	0,261	0,349	0,599	0,221	0,366

Da observação dos quadros 16 a 19 parece-nos ser de salientar, no que diz respeito ao número de fogos: as diferenças acentuadas entre os valores apresentados para as freguesias citadinas, principalmente ao longo do século XVIII, as quais poderão ser explicadas por variações dos limites das mesmas, alterações urbanísticas, ou por erros cometidos nas contagens; a diminuição entre 1864 e 1878 nas freguesias da cidade, período que conheceu o mais forte crescimento populacional; o maior crescimento nas freguesias do termo, praticamente em todo o período considerado.

Entre a população os factos mais notórios são: a diminuição da população, de ambos os sexos, na cidade, para o período final do século XVIII, a qual não é acompanhada pela mesma tendência no seu termo; a taxa de crescimento médio anual[109] regista resultados normalmente inferiores a 1%, e, no período entre os dois últimos censos — 1864 e 1878 — o seu valor é superior na cidade, invertendo a tendência notada até esse momento, em que era sempre maior no seu termo.

Analisando o número médio de habitantes por fogo (ver quadros 20 a 22) a primeira conclusão a extrair é a inexistência de diferenças acentuadas entre a cidade e o seu termo. Em média essa diferença nunca atinge a unidade, e se normalmente a dimensão média dos fogos é maior na cidade, em 1864 é o termo que apresenta um valor médio superior. A tendência é para a relação ir crescendo ao longo dos séculos XVIII e XIX, se considerarmos o total das freguesias, no entanto podem notar-se ligeiríssimas quebras, quer ao nível da cidade (1801-1828), quer no seu termo (1801-1828 e 1864-1878).

---

109 A taxa de crescimento médio anual foi calculada através da fórmula:

$$r=\sqrt[n]{\frac{B}{A}}-1$$

(r = taxa de crescimento médio anual; n = número de anos entre os valores inicial e final; B = valor final; A = valor inicial).

A distribuição por intervalos da dimensão média dos fogos aponta para os seguintes resultados:

- Os fogos mais pequenos (2-3 hab./fogo) apenas têm expressão — 33,3% — em 1732. Tais valores terão sido consequência, muito provavelmente, de uma subavaliação de menores.

- Ao longo do século XVIII os fogos com 3-4 habitantes são os que têm maior peso, representando sempre mais de 50%.

- Durante o século XIX vão ser os fogos com 4-5 habitantes os mais numerosos, mas enquanto na primeira metade do século se mantém um certo equilíbrio entre estes e os que têm 3-4 habitantes, na segunda metade do século esse equilíbrio rompe-se, aparecendo inclusivé uma freguesia — S. João do Souto — com uma média superior a 6 hab./fogo. As pequenas desigualdades encontradas entre as freguesias não possibilitam a demarcação de áreas em que os fogos tivessem dimensões claramente diferentes.

Quadro 20

Dimensão média dos fogos (Nº hab./Nº fogos)

	Freguesias	1732	1795	1801	1828	1864	1878
1.	Santiago da Cividade	3,50	3,81	3,08	2,15	3,71	3,74
2.	S. Pedro de Maximinos	5,00	3,45	3,58	4,19	4,21	4,03
3.	S. José de S. Lázaro	—	3,31	4,67	4,58	4,22	4,00
4.	S. Vitor	4,01	4,29	3,94	3,90	4,17	4,98
5.	Sta. Maria da Sé	3,37	5,74	4,16	2,93	3,72	4,29
6.	S. João do Souto	4,51	3,97	3,82	5,81	4,95	6,32
7.	Sta. Maria de Adaúfe	3,62	3,14	3,98	4,14	4,39	3,79
8.	S. Paio de Arcos	4,86	3,20	3,71	4,25	3,75	*
9.	O Salvador de Arentim	3,24	3,63	4,30	3,81	4,40	4,41
10.	Sta. Maria de Aveleda	3,34	4,14	3,84	3,79	3,66	3,88
11.	S. Miguel de Cabreiros		3,96	4,03	3,44	4,23	4,12
12.	S. Lourenço de Celeirós	2,36	4,46	4,20	4,14	4,14	4,17
13.	Sta. Eulália de Crespos	3,47	4,70	4,96	4,70	4,22	3,94
14.	S. Miguel da Cunha	3,23	4,68	4,02	4,09	4,30	3,80
15.	S. Martinho de Dume	3,38	2,92	4,22	4,06	4,41	4,23
16.	S. Pedro de Escudeiros	3,07	3,68	3,66	4,17	4,07	3,75
17.	S. Martinho de Espinho	3,59	3,84	4,13	4,00	4,10	4,36
18.	Santiago de Esporões	2,67	3,93	4,18	2,70	4,33	3,99
19.	S. Mamede de Este	3,80	3,73	4,69	4,24	5,15	5,14
20.	S. Pedro de Este	2,63	4,29	4,68	4,22	4,19	4,08
21.	Sta. Maria de Ferreiros	2,69	3,44	3,62	3,24	4,12	4,11
22.	O Salvador de Figueiredo	2,84	3,69	4,20	2,44	3,90	4,21
23.	Santiago de Fraião		3,20	4,26	4,95	5,10	5,48
24.	S. Miguel de Frossos	2,63	4,29	3,84	4,82	5,36	4,83
25.	Sto. André de Gondizalves	2,40	3,18	4,08	5,10	4,68	4,16
26.	S. Miguel do Gualtar	2,42	3,44	4,34	3,52	4,49	4,50
27.	S. Miguel de Guisande		3,54	3,98	4,33	3,85	4,20
28.	Sta. Maria de Lamaçães	3,17	3,82	3,47	3,65	4,18	4,68
29.	Sta. Maria de Lamas		3,18	5,13	3,53	4,07	4,02
30.	S. Pedro de Lomar	3,00	3,42	3,67	3,11	3,80	4,02

* Ver S. João Baptista de Nogueira que a anexou

Freguesias	1732	1795	1801	1828	1864	1878
31. S. Paio de Merelim		3,95	4,03	3,89	4,18	3,26
32. S. Pedro de Merelim	3,32	3,77	4,44	4,14	4,14	4,11
33. Sta. Maria de Mire de Tibães	4,27	4,81	4,97	4,19	5,18	4,83
34. S. Miguel de Morreira	3,50	4,05	3,80	3,59	4,26	4,27
35. S. Lourenço de Navarra	2,23	3,76	3,66	4,82	4,48	4,51
36. S. João Baptista de Nogueira	4,31	3,76	3,80	4,38	4,71	4,07
37. O Salvador de Nogueiró	2,93	2,81	3,20	3,77	4,10	3,60
38. S. Pedro de Oliveira		4,34	4,03	3,77	4,16	4,00
39. Sto. Adrião de Padim da Graça		4,38	4,55	3,90	4,22	4,64
40. Sta. Maria de Palmeira	3,03	3,42	4,31	4,36	4,02	4,10
41. Sta. Maria de Panóias	2,73	4,14	5,11	3,98	4,75	4,73
42. S. Paio de Parada de Tibães	3,20	4,00	3,98	5,00	5,00	5,05
43. S. Julião de Passos		4,31	4,21	3,82	4,20	4,89
44. O Salvador de Pedralva	3,61	4,49	4,61	3,75	4,54	4,51
45. Sto. Estevão de Penso	3,29	2,42	3,91	4,00	4,55	3,79
46. S. Vicente de Penso	3,81	2,42	2,90	3,25	4,79	4,48
47. S. Paio de Pousada		4,06	4,41	3,73	4,05	4,08
48. Santiago de Priscos		3,71	3,92	4,07	4,57	4,52
49. S. Jerónimo de Real	2,69	3,88	3,42	3,89	3,94	4,08
50. S. Paio de Ruilhe	2,79	4,06	4,46	4,68	3,77	3,42
51. Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	2,92	4,11	5,04	3,24	4,20	4,48
52. S. João Baptista de Semelhe	2,51	2,89	3,72	3,19	5,14	4,47
53. Sta. Maria de Sequeira		4,44	4,29	4,31	4,66	5,35
54. Sta. Maria de Sobreposta	3,37	4,25	4,72	4,55	3,83	3,68
55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos		4,49	4,35	4,23	3,86	3,74
56. O Salvador de Tebosa		3,81	4,09	3,57	4,09	3,64
57. Sta. Eulália de Tenões	3,12	4,03	3,57	3,54	4,17	4,48
58. O Salvador de Trandeiras	3,08	3,70	3,51	4,02	3,93	4,19
59. Sta. Cecília de Vilaça		3,77	3,88	3,67	4,03	4,44
60. Sant'Ana do Vimieiro	3,26	3,69	3,98	3,70	4,46	3,73

Quadro 21

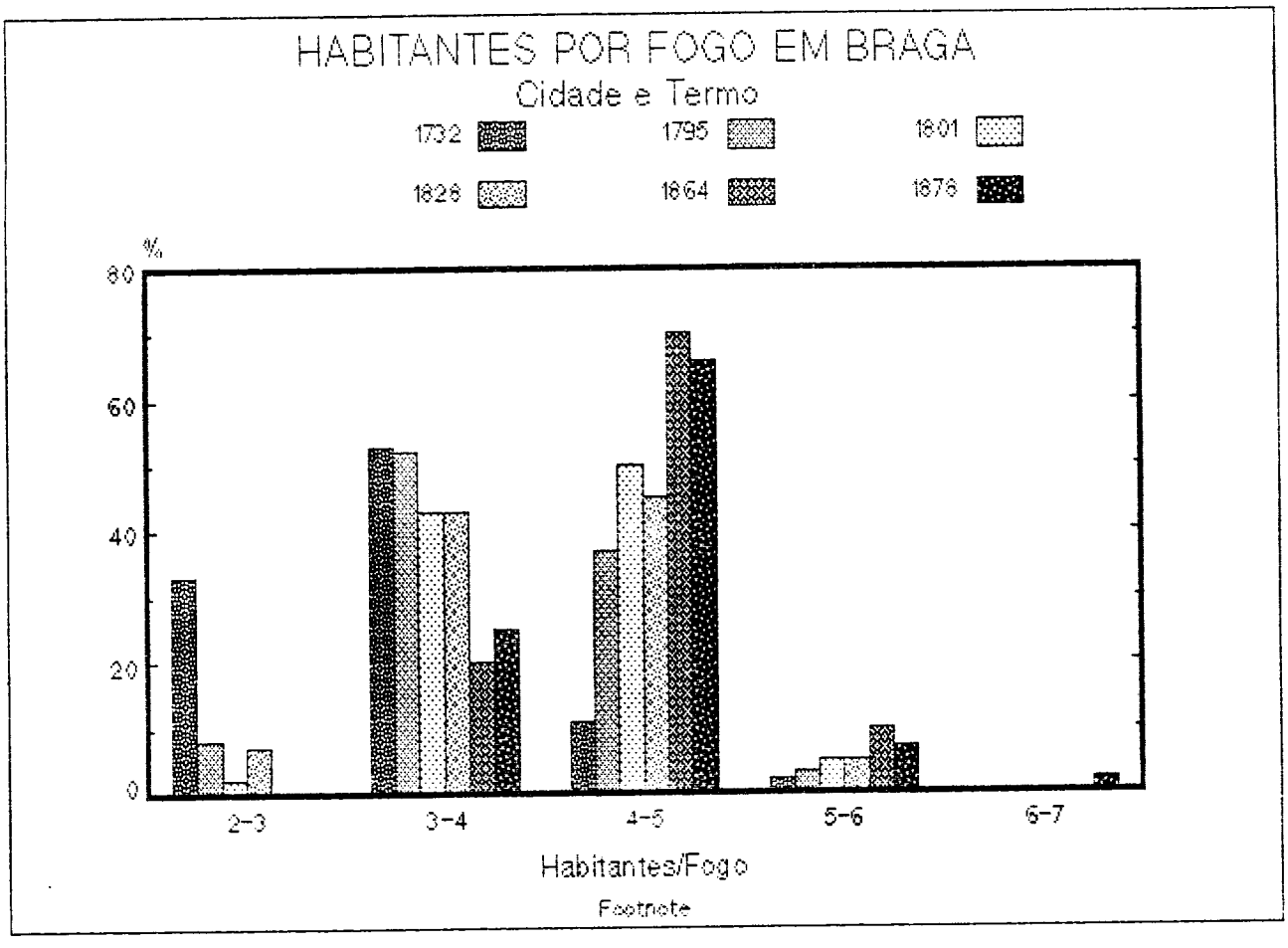
Resumo da dimensão média dos fogos

	1732	1795	1801	1828	1864	1878
Cidade	4,00	4,13	3,99	3,98	4,20	4,63
Termo	3,16	3,78	4,11	3,95	4,29	4,18
Cid. + termo	3,57	3,93	4,06	3,96	4,25	4,34

Quadro 22

Distribuição por intervalos do número de habitantes / fogo

hab/ fogo	1732		1795		1801		1828		1864		1878	
	Nº Freg.	%	Nº Freg.	%	Nº Freg.	%	Nº Freg.	%	Nº Freg.	%	Nº Freg.	%
2-3	15	33,3	5	8,3	1	1,7	4	6,7				
3-4	24	53,3	31	51,7	26	43,3	26	43,3	12	20,0	15	25,4
4-5	5	11,1	22	36,7	30	50,0	27	45,0	42	70,0	39	66,1
5-6	1	2,2	2	3,3	3	5,0	3	5,0	6	10,0	4	6,8
6-7											1	1,7
	45		60		60		60		60		59	


HABITANTES POR FOGO EM BRAGA
Cidade e Termo
1732
1795
1801
1826
1864
1878
%
80
60
40
20
0
2-3
3-4
4-5
5-6
6-7
Habitantes/Fogo
Footnote

Se agora pretendermos fazer uma aproximação aos ritmos de crescimento ao nível de freguesia (ver quadro 23), esta torna-se bastante difícil, principalmente para o século XVIII. O censo de 1732, para além de não fornecer dados para todas as freguesias, apresenta valores pouco fiáveis, como já atrás referimos. No que respeita ao de 1757, pensamos que o número de fogos está inflacionado, em especial no que diz respeito à cidade (superior inclusivé, aos de 1878), o que vai provocar o aparecimento de taxas de crescimento médio anual negativas em quatro das seis freguesias. Para as freguesias do termo as situações são muito diversas, desde valores negativos, de que o caso extremo é S. Miguel de Guisande (- 1,33%), até outros fortemente positivos, como são os de S. Pedro de Lomar (3,54%) e Santiago de Fraião (2,14%), passando por quatro freguesias — O Salvador de Arentim, Santa Maria de Aveleda, Santo André de Gondizalves e S. Lourenço de Navarra — que não apresentam nenhuma alteração no número de fogos ao longo da segunda metade do século XVIII. Para o século XIX, e no que diz respeito à cidade, são de assinalar fundamentalmente dois factos: o decréscimo do número de fogos de S. João do Souto e as diferenças de comportamento entre as três freguesias mais densamente povoadas — enquanto Santiago da Cividade e São João do Souto apresentam os maiores índices de crescimento da população, apesar da diminuição do número de fogos desta última, Santa Maria da Sé tem a taxa mais baixa. No termo as situações são diversas, e embora haja freguesias em que se detectam quebras — do número de fogos, da população, ou de ambos —, a tendência é para o crescimento.

Com ritmos muito distintos, apresentam três delas — S. Miguel de Frossos, S. Pedro de Merelim e Santa Maria de Panoias — valores perto de 1%, mais que duplicando as taxas médias para esse período.

Finalmente, e no que respeita ao cálculo das densidades populacionais (ver quadro 24), as áreas das freguesias foram obtidas por consulta da Carta Administrativa de Portugal[110], partindo do princípio de que não houve grandes alterações nos seus limites. A maior dificuldade pensamos que se encontra na cidade, dadas as possíveis alterações para que apontam os sucessivos censos, pelo que optámos pelo seu cálculo só a partir de 1795 e admitimos, por aproximação e devido à ausência de valores exactos, que a área da freguesia de S. Vicente, criada a 25 de Março de 1926[111], estava incluída na de S. Vitor.

As freguesias com maiores densidades populacionais são, naturalmente, as da cidade, mas teremos de fazer uma distinção entre elas, dadas as grandes variações registadas. As duas mais densamente povoadas são S. João do Souto e Santa Maria da Sé, as quais cobrem, na sua quase totalidade, o centro da cidade, o que poderemos denominar a Braga "medieval", porém, enquanto a primeira se estende somente por áreas de forte ocupação, a segunda, para além de incluir a zona em torno da Sé, prolonga-se para norte por uma área com campos, o que vai fazer com que a sua densidade populacional seja nitidamente inferior à anterior. Santiago da Cividade pode ser considerada uma freguesia intermédia, com uma área da ordem de grandeza das já citadas, e com elas confluindo no seu limite norte, absorvendo nessa zona de contacto parte da zona mais povoada. S. Pedro de Maximinos, S. José de S. Lázaro e S. Vitor, para além de possuirem áreas muito superiores, incluindo dentro dos seus perímetros várias quintas por onde a cidade iria crescer, são, obviamente, as que apresentam menor densidade populacional.

---

110 *A Carta Administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*, elaborada sob a direcção de José G. M. Correia da Cunha, Lisboa, Comissão Nacional do Ambiente, 1980, pp. 20-21

111 FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*, tomo IV, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1934, pp. 461-462.

No que se refere às freguesias do termo observa-se que ao longo do séc. XIX, até 1880, as mais numerosas são as que possuem uma densidade populacional entre 1 e 2 hab./ha, representando, pelo menos, 50% dos casos. A seguir a estas, e ao longo da primeira metade do século, são as freguesias com menos de 1 hab./ha que formam o grupo mais importante, situação que se altera na segunda metade do século, sendo esta posição ocupada pelas que possuem entre 2 e 3 hab./ha. São muito escassas as freguesias rurais com densidades superiores aos 3 hab./ha, e mesmo no final do período só seis — S. Martinho de Dume, S. Miguel de Frossos, S. Paio de Merelim, S. Pedro de Merelim, Sta. Maria de Panóias e S. Jerónimo de Real — ultrapassam tal valor, sendo de destacar esta última, S. Jerónimo de Real, que com os seus 9,89 hab./ha ultrapassa em densidade populacional uma das freguesias citadinas, S. Pedro de Maximinos, que possuía 9,16 hab./ha.

No entanto não podemos desligar a noção de densidade populacional do espaço geográfico em que estão inseridas as freguesias, havendo uma relação evidente entre eles. As seis freguesias do termo com maior número de habitantes por hectare encontravam-se todas a Norte da cidade, duas delas nos seus limites — S. Jerónimo de Real e S. Martinho de Dume — e as outras quatro — S. Miguel de Frossos, Sta. Maria de Panóias, S. Pedro e S. Paio de Merelim — estavam no seu seguimento geográfico, confluindo entre si, e ocupando uma extensa zona sem grandes acidentes, até ao rio Cávado. É pois uma zona baixa, cortada por diversas ribeiras, com condições para uma fácil agricultura. As dez freguesias rurais que se lhes seguem (ordem decrescente), em densidade populacional, são: Sta. Maria de Palmeira e S. Paio de Parada de Tibães, também para Norte, junto às seis atrás referidas e ocupando uma zona de características semelhantes; para Oeste deparamos com Sta. Maria de Ferreiros, confluindo também com a cidade, Sta. Maria de Sequeira, S. Julião de Passos e S.

Miguel de Cabreiros, todas elas situadas em zonas de cotas baixas, e, a Norte desta última, Sto. Adrião de Padim de Graça; junto a Ferreiros, para Sudoeste, atravessada pelo rio Este, está S. Lourenço de Celeirós; finalmente, também para Sudoeste, ocupando o vale onde corre o Rio da Veiga, Sta. Maria de Lamas e o Salvador de Trandeiras.

As freguesias menos densamente povoadas eram: S. João Baptista de Semelhe; S. Miguel de Guisande; Santiago de Fraião, em zona densamente arborizada, a caminho do Sameiro; S. Martinho de Espinho, Sta. Maria da Sobreposta e O Salvador de Pedralva, nos limites do concelho para Sudeste, confluindo com os concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, e ocupando uma das zonas mais acidentadas de todo o concelho de Braga.

Quadro 23

Ritmos de crescimento das freguesias (taxa de crescimento médio anual %)

	Freguesias	1757-1801 Fogos	1801-1878 Fogos	1801-1878 População
1.	Santiago da Cividade	0,09	0,26	0,51
2.	S. Pedro de Maximinos	0,26	0,18	0,33
3.	S. José de S. Lázaro	-1,02	0,33	0,13
4.	S. Vitor	-0,24	0,02	0,33
5.	Sta. Maria da Sé	-0,18	0,05	0,09
6.	S. João do Souto	-0,12	-0,27	0,39
7.	Sta. Maria de Adaúfe	0,51	0,55	0,48
8.	S. Paio de Arcos	0,05	*	*
9.	O Salvador de Arentim	0,00	0,24	0,27
10.	Sta. Maria de Aveleda	0,00	0,09	0,10
11.	S. Miguel de Cabreiros	0,89	0,43	0,46
12.	S. Lourenço de Celeirós	0,58	0,13	0,12
13.	Sta. Eulália de Crespos	0,91	0,47	0,17
14.	S. Miguel da Cunha	0,12	0,25	0,17
15.	S. Martinho de Dume	1,00	0,64	0,65
16.	S. Pedro de Escudeiros	0,04	0,33	0,37
17.	S. Martinho de Espinho	0,69	-0,19	-0,12
18.	Santiago de Esporões	-0,87	0,04	-0,02
19.	S. Mamede de Este	-0,19	0,40	0,52
20.	S. Pedro de Este	0,39	0,73	0,55
21.	Sta. Maria de Ferreiros	1,10	0,28	0,44
22.	O Salvador de Figueiredo	1,13	-0,10	-0,09
23.	Santiago de Fraião	2,14	0,00	0,32
24.	S. Miguel de Frossos	0,58	0,78	1,08
25.	Sto. André de Gondizalves	0,00	0,31	0,33
26.	S. Miguel do Gualtar	0,24	0,04	0,09
27.	S. Miguel de Guisande	-1,33	0,03	0,10
28.	Sta. Maria de Lamaçães	0,40	-0,13	0,26
29.	Sta. Maria de Lamas	0,04	-0,13	-0,44
30.	S. Pedro de Lomar	3,54	0,25	0,38

* Ver S. João Baptista de Nogueira que a anexou.

	Freguesias	1757-1801 Fogos	1801-1878 Fogos	População
31.	S. Paio de Merelim	0,07	0,80	0,57
32.	S. Pedro de Merelim	0,53	1,05	0,95
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	0,61	0,55	0,51
34.	S. Miguel de Morreira	0,44	0,19	0,34
35.	S. Lourenço de Navarra	0,00	0,35	0,63
36.	S. João Baptista de Nogueira	-0,22	0,41	0,51
37.	O Salvador de Nogueiró	0,08	0,26	0,41
38.	S. Pedro de Oliveira	-0,11	0,53	0,52
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	-0,04	0,51	0,54
40.	Sta. Maria de Palmeira	0,41	0,58	0,51
41.	Sta. Maria de Panóias	0,11	1,16	1,05
42.	S. Paio de Parada de Tibães	0,25	0,35	0,66
43.	S. Julião de Passos	0,03	0,12	0,32
44.	O Salvador de Pedralva	-0,22	0,16	0,13
45.	Sto. Estevão de Penso	0,40	-0,13	-0,17
46.	S. Vicente de Penso	0,35	-0,30	0,27
47.	S. Paio de Pousada	0,38	0,33	0,23
48.	Santiago de Priscos	0,44	0,03	0,22
49.	S. Jerónimo de Real	0,67	0,31	0,54
50.	S. Paio de Ruilhe	0,11	0,36	0,01
51.	Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	0,08	0,31	0,15
52.	S. João Baptista de Semelhe	-0,07	0,19	0,43
53.	Sta. Maria de Sequeira	0,44	0,27	0,56
54.	Sta. Maria de Sobreposta	-0,94	0,74	0,42
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	-0,03	0,66	0,46
56.	O Salvador de Tebosa	0,03	0,50	0,35
57.	Sta. Eulália de Tenões	1,04	0,06	0,35
58.	O Salvador de Trandeiras	0,26	0,00	0,23
59.	Sta. Cecília de Vilaça	0,61	0,04	0,22
60.	Sant'Ana do Vimieiro	-0,26	0,08	-0,01

Quadro 24

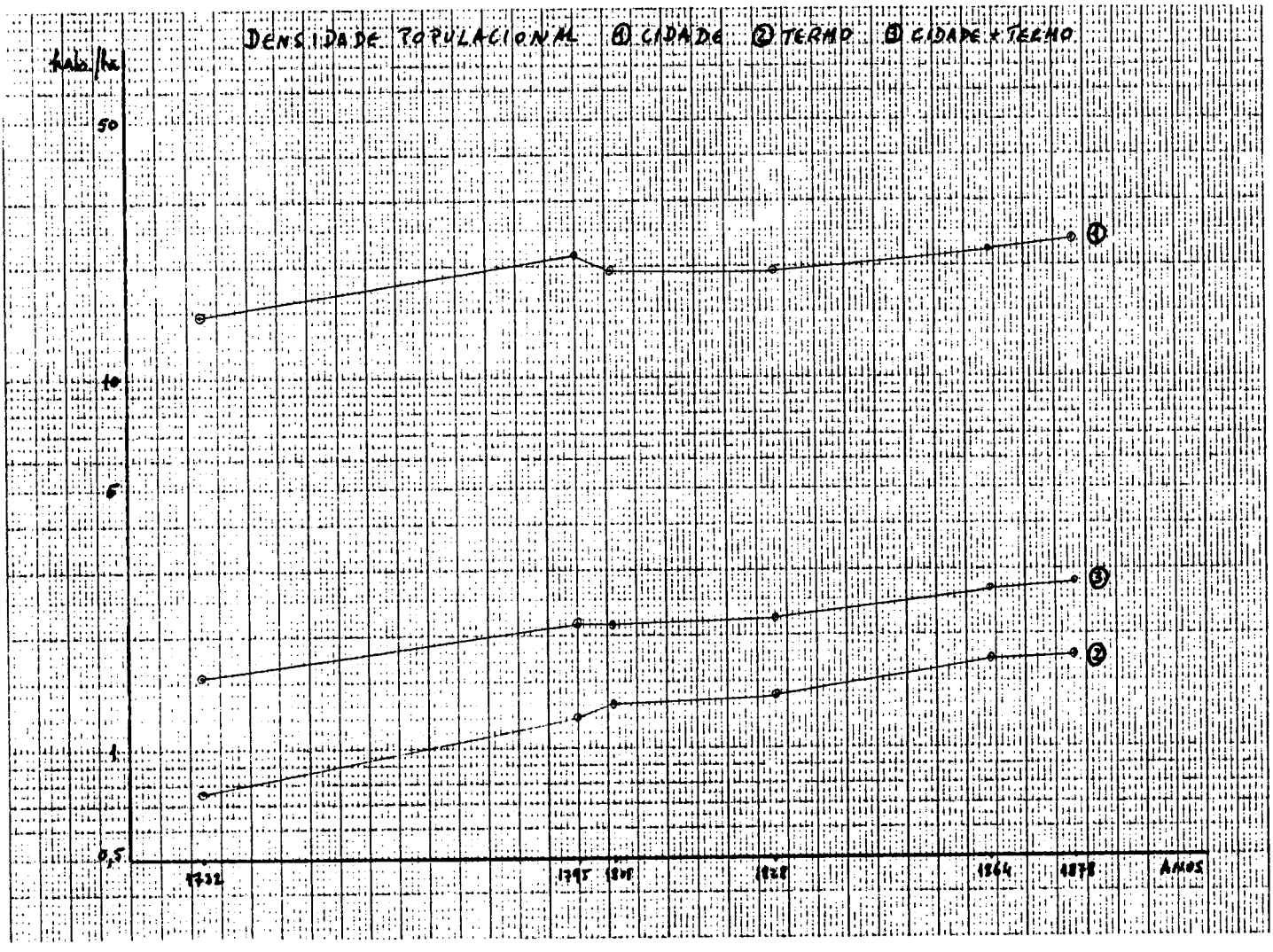
Densidade populacional das freguesias (hab./ha)

	Freguesias	Área (ha)	1732	1795	1801	1828	1864	1878
1.	Santiago da Cividade	28		52,11	35,79	30,36	43,75	53,07
2.	S. Pedro de Maximinos	176		7,61	7,09	7,39	9,35	9,16
3.	S. José de S. Lázaro	172		19,47	21,24	22,34	21,98	23,56
4.	S. Vitor	395 *		11,20	11,37	12,84	13,17	14,62
5.	Sta. Maria da Sé	33		127,15	83,61	58,64	87,24	89,91
6.	S. João do Souto	22		137,09	132,09	140,00	158,45	177,95
7.	Sta. Maria de Adaúfe	1016	0,95	1,56	1,37	1,33	1,79	1,98
8.	S. Paio de Arcos	141	1,21	0,79	1,18	1,21	1,49	**
9.	O Salvador de Arentim	231	1,00	1,26	1,49	1,58	1,90	1,83
10.	Sta. Maria de Aveleda	221	0,76	1,63	1,48	1,63	1,81	1,60
11.	S. Miguel de Cabreiros	276		1,51	1,68	1,56	2,31	2,39
12.	S. Lourenço de Celeirós	236	1,24	2,70	2,53	2,75	2,84	2,77
13.	Sta. Eulália de Crespos	419	0,85	1,52	1,58	1,67	1,82	1,81
14.	S. Miguel da Cunha	301	0,80	1,28	1,27	1,50	1,73	1,45
15.	S. Martinho de Dume	434	1,00	1,61	2,32	3,23	3,62	3,82
16.	S. Pedro de Escudeiros	388	0,76	1,05	1,00	1,13	1,41	1,32
17.	S. Martinho de Espinho	499	0,56	0,53	0,66	0,56	0,52	0,60
18.	Santiago de Esporões	442	0,61	1,06	1,12	0,73	1,26	1,11
19.	S. Mamede de Este	578	0,66	0,66	0,82	0,88	1,22	1,22
20.	S. Pedro de Este	409	0,49	0,95	1,03	1,05	1,57	1,56
21.	Sta. Maria de Ferreiros	327	0,98	1,99	1,99	2,00	2,54	2,80
22.	O Salvador de Figueiredo	186	0,75	1,67	1,85	1,18	1,68	1,72
23.	Santiago de Fraião	322		0,40	0,50	0,65	0,66	0,64
24.	S. Miguel de Frossos	140	1,20	2,36	2,19	3,86	5,06	5,01
25.	Sto. André de Gondizalves	176	0,61	0,92	1,14	1,22	1,41	1,47
26.	S. Miguel do Gualtar	379	0,53	0,97	1,15	0,98	1,13	1,22
27.	S. Miguel de Guisande	238		0,68	0,67	0,82	0, 74	0,72
28.	Sta. Maria de Lamaçães	216	0,62	1,40	1,20	1,25	1,49	1,47
29.	Sta. Maria de Lamas	85		2,32	3,20	2,49	2,15	2,27
30.	S. Pedro de Lomar	281	0,27	1,29	1,45	1,35	2,11	1,93

* 253 + 142 (de S. Vicente).

** Ver S. João Baptista de Nogueira que a anexa.

	Freguesias	Área (ha)	1732	1795	1801	1828	1864	1878
31.	S. Paio de Merelim	239		2,72	2,63	2,85	3,85	4,07
32.	S. Pedro de Merelim	234	0,92	1,85	2,09	2,56	3,81	4,32
33.	Sta. Maria de Mire de Tibães	507	0,69	1,11	1,09	1,03	1,54	1,61
34.	S. Miguel de Morreira	352	0,80	0,98	1,05	1,12	1,46	1,36
35.	S. Lourenço de Navarra	224	0,64	1,06	1,04	1,42	1,66	1,69
36.	S. João Baptista de Nogueira	382	0,73	1,01	0,69	0,92	1,12	1,21
37.	O Salvador de Nogueiró	281	0,64	0,88	0,93	1,03	1,28	1,28
38.	S. Pedro de Oliveira	287		1,03	0,87	1,06	1,15	1,30
39.	Sto. Adrião de Padim da Graça	335		1,40	1,41	1,37	2,03	2,13
40.	Sta. Maria de Palmeira	872	0,69	1,15	1,57	1,75	2,09	2,33
41.	Sta. Maria de Panóias	115	1,57	2,09	2,71	2,87	4,58	6,09
42.	S. Paio de Parada de Tibães	140	0,94	1,40	1,36	1,43	2,04	2,27
43.	S. Julião de Passos	196		1,69	1,72	1,50	1,99	2,20
44.	O Salvador de Pedralva	820	0,56	0,60	0,65	0,52	0,68	0,72
45.	Sto. Estevão de Penso	216	0,69	0,88	1,36	1,39	1,54	1,19
46.	S. Vicente de Penso	206	1,30	0,92	1,10	1,12	1,44	1,35
47.	S. Paio de Pousada	304		1,27	1,41	1,33	1,75	1,68
48.	Santiago de Priscos	387		1,08	1,14	1,24	1,30	1,35
49.	S. Jerónimo de Real	132	2,40	6,20	6,55	7,95	9,13	9,89
50.	S. Paio de Ruilhe	211	0,94	1,56	1,73	1,89	1,93	1,89
51.	Santiago de Sta.Lucrécia de Algeriz	449	0,47	0,82	0,93	0,71	0,98	1,05
52.	S. João Baptista de Semelhe	348	0,53	0,60	0,68	0,87	1,08	0,95
53.	Sta. Maria de Sequeira	453		1,37	1,40	1,31	1,75	2,15
54.	Sta. Maria de Sobreposta	507	0,58	0,57	0,56	0,79	0,79	0,77
55.	S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos	281		1,36	1,32	1,57	1,63	1,88
56.	O Salvador de Tebosa	266		1,26	1,38	1,32	2,17	1,81
57.	Sta. Eulália de Tenões	213	0,75	1,36	1,51	1,36	1,96	1,98
58.	O Salvador de Trandeiras	85	1,45	2,05	1,94	2,18	2,04	2,32
59.	Sta. Cecília de Vilaça	251		0,84	0,93	0,88	1,09	1,10
60.	Sant'Ana do Vimieiro	291	0,59	1,12	1,15	1,17	1,41	1,14


DENSIDADE POPULACIONAL ① CIDADE ② TERMO ③ CIDADE + TERMO
hab./ha
50
10
5
1
0,5
1732
1795
1801
1828
1864
1878
ANOS
①
③
②

Quadro 25

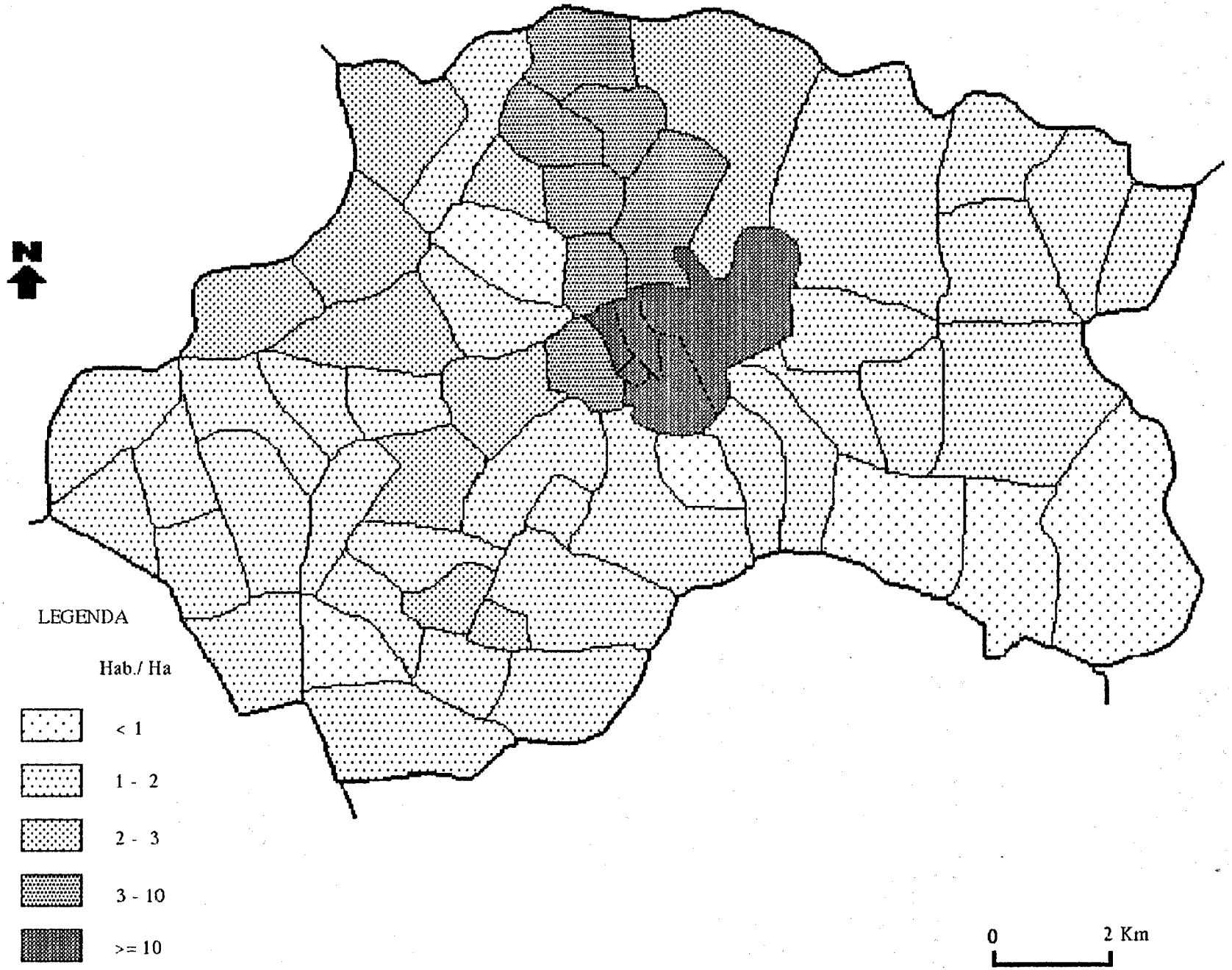
Resumo da densidade populacional das freguesias (hab./ha)

	Área (ha)	1732	1795	1801	1828	1864	1878
Cidade	826	14,97	21,53	19,44	19,46	22,06	23,98
Termo	17525	0,76	1,22	1,31	1,39	1,72	1,78
Cid. + Termo	18351	1,57	2,14	2,12	2,21	2,64	2,78

Quadro 26

Distribuição por intervalos das densidades populacionais

	1795		1801		1828		1864		1878	
hab./ha	Nº freg.	%	Nº freg.	%	Nº freg.	%	Nº freg.	%	Nº freg.	%
0-1	17	28,3	12	20,0	12	20,0	8	13,3	6	10,2
1-2	30	50,0	34	56,7	32	53,3	30	50,0	31	52,5
2-3	6	10,0	6	10,0	7	11,7	10	16,7	10	16,9
3-4	—	—	1	1,7	2	3,3	3	5,0	1	1,7
4-5	—	—	—	—	—	—	1	1,7	2	3,4
5-10	2	3,3	2	3,3	2	3,3	3	5,0	4	6,8
10-20	2	3,3	1	1,7	1	1,7	1	1,7	1	1,7
20-50	—	—	2	3,3	2	3,3	2	3,3	1	1,7
50-100	1	1,7	1	1,7	1	1,7	1	1,7	2	3,4
100-150	2	3,3	1	1,7	1	1,7	—	—	—	—
150-200	—	—	—	—	—	—	1	1,7	1	1,7



Densidade Populacional - 1878

3. A MORTALIDADE NO CONCELHO DE BRAGA

3.1. Os registos paroquiais

A notícia mais antiga, no que diz respeito aos registos paroquiais, prende-se com uma lei promulgada em Évora, pelo rei D. Afonso IV, a 7 de Dezembro de 1352, e na qual se instituía a obrigatoriedade dos registos de casamentos "... para reprimir os crimes e os abusos cometidos pelo clero"[112]. Se esta lei foi ou não observada, e em caso afirmativo com que extensão, nada sabemos, dado que nenhum documento, que a tal se refira, chegou até nós.

Teremos de esperar mais de dois séculos para que no decurso de uma das sessões do Concílio de Trento, a 11 de Novembro de 1563, sejam definitivamente criados os registos de baptismos e casamentos, os quais se estenderão aos óbitos apenas a 17 de Junho de 1614, como assinala o ritual romano, editado sob a ordem de Paulo V[113].

No entanto, e no que a Portugal se refere, já na primeira metade do séc. XVI sabemos da existência de registos paroquiais, quer da iniciativa dos párocos, quer das directivas emanadas através das constituições diocesanas. Assim, o livro paroquial mais antigo, de que temos conhecimento, é um de assentos de baptizados da extinta freguesia de Santiago da cidade de Coimbra, abarcando o período de 1510 a 1569[114].

---

112 FÉLIX, Emília — *Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal, in* «Archivum», Vol. VIII (1958), 1959, p. 89; CABRAL, António Machado de Faria de Pina — *Da instituição dos registos paroquiais em Portugal, in* «Arqueologia e História», Vol. X, 1932, pp. 8-10.

113 FÉLIX, Emília — *Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal*, cit., p. 90; CABRAL, António Machado de Faria de Pina — *Da instituição dos registos paroquiais em Portugal*, cit., p. 7.

114 CABRAL, António Machado de Faria de Pina — *Da instituição dos registos paroquiais em Portugal*, cit., pp. 11-12; ALCOCHETE, Nuno Daupias d' — *Considerações acerca do valor dos assentos paroquiais anteriores à lei do registo civil de 1911*, Lisboa, União Gráfica, 1964, p. 6. Sobre este assunto ver também LOUREIRO, Henrique — *Os assentos parochiaes anteriores ao Concílio de*

Provavelmente como resultado destas práticas que vão lentamente surgindo, um pouco, por diversas paróquias, o sínodo reunido em Lisboa, a 25 de Agosto de 1536, por iniciativa do Cardeal Infante D. Afonso, Arcebispo de Lisboa, filho de D. Manuel I, estabelece a obrigatoriedade do registo de baptismos e óbitos[115].

Logo no ano seguinte, nas constituições do Arcebispado de Braga, publicadas a 14 de Setembro de 1537 no sínodo convocado pelo Arcebispo Infante D. Henrique, e impressos em Lisboa, por German Galharde, em 1538[116], se refere a obrigatoriedade da existência, em cada paróquia, de um livro onde serão lançados os baptizados e os óbitos.

"... E em outra parte do dito livro escreva os que faleçerem de sua parochia e ho dia/mes e anno: e a quem deixarã por seus testamenteiros"[117]. Mais tarde, no século XVII, por iniciativa do Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha são ordenadas novas constituições sinodais do Arcebispado de Braga, que embora datadas de 1639, são mandadas imprimir por D. João de Sousa, apenas em 1697[118].

Nelas se obriga a que os livros sejam compostos de quatro partes: a primeira para os baptizados, a segunda para os crismados, a terceira para os casados e a derradeira para os defuntos.

Trento, in «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», II volume, 1927, pp. 113-118. Emilia Félix, no seu trabalho "*Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal*", por nós já referido, indica como o registo mais antigo uma acta de baptismo de 1529, pertencente à paróquia de Nabainhos, concelho de Gouveia (FELIX, Emilia, *op. cit.*, p. 89).

115 FÉLIX, Emília — *Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal*, cit., p. 89; ALCOCHETE, Nuno Daupias d' — *Considerações acerca do valor* (...), cit., p. 4.

116 VASCONCELLOS, António de — *Nota chronológico — bibliográphica das constituições diocesanas portuguêsas, até hoje impressas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911.

117 *Constituições do Arcebispado de Braga, (Infante D. Henrique)*, Lisboa, German Galharde, 1538, fól. IIII.

118 VASCONCELLOS, António de — *Nota chronológico-bibliográfica* (...), cit.

"... Os defuntos, em que dia falecerão, onde se enterrarão, & quem forão seus testamenteiros, se deixarão obrigação de Missas perpetuas"[119].

São estas as directivas que vão servir de base à feitura dos livros de assentos paroquiais, e que se vão manter praticamente inalteradas até final da época sobre a qual nos debruçamos, pese embora algumas tentativas para os alterar resultantes de diversas reformas liberais.

Teremos de esperar por 1859, e tendo por base um relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Martens Ferrão[120], onde era referido, nomeadamente, que:

"... O estado em que presentemente se acha o registro parochial, Senhor, é lastimoso tanto mais, se se considerarem os seus effeitos em relação aos factos sociaes, onde a sua intervenção é decisiva e indispensável. Os seus principaes defeitos podem ser reduzidos a quatro:

1º Falta de unidade de fórma, resultante, já da irregularidade e falta de formularios nas diferentes constituições diocesanas, já da falta de observancia d'esses mesmos formularios n'aquellas partes onde existem.

2º Imperfeição de execução, já na deficiencia das declarações, já na irregularidade das emendas e additamentos, já na verificação e guarda dos documentos comprovativos.

---

119 *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, Ordenadas no anno de 1639 pelo Illustríssimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustríssimo Senhor D. João de Sousa* (...), Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 24.

120 *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida por José Máximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos, Anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 465.

3º Falta de fiscalização da boa execução do registro.

4º Finalmente, deficiencia de garantias da sua fiel e segura conservação", para que fosse elaborado um Decreto[121] para "...regular o registro parochial em harmonia com as prescripções da Lei civil e eclesiastica, para que possa satisfazer aos fins que as mesmas leis tiveram em vista".

O Decreto estipulava, entre outras coisas, os assentos que deviam continuar a ser feitos pelo respectivo pároco ou pelo eclesiástico que para este fim legitimamente o substituísse, que os registos paroquiais compreendessem os nascimentos, casamentos, óbitos e o reconhecimento e legitimação dos filhos e que os assentos devessem sempre declarar: o dia, mês e ano em que eram feitos; a paróquia, concelho, distrito eclesiástico e bispado a que pertencessem; o nome, apelido e qualidade do pároco ou eclesiástico que os fez; o nome e apelido, naturalidade e residência da pessoa ou pessoas por cuja causa tivesse lugar o assento, e de seus pais e mães, e os nomes de seus avós paternos e maternos; os nomes, apelidos, estado, profissão e residência de quaisquer outras pessoas que tenham de figurar nos assentos, tais como padrinhos e testemunhas, e reconhecimento desses; finalmente, todas as outras declarações que no Decreto vão indicadas para cada uma das espécies de assentos.

Os assentos de óbitos deverão especialmente declarar: o dia, mês e ano em que teve lugar o falecimento; o sexo, idade e estado do falecido, e sendo casado ou viúvo o nome do cônjuge com quem tinha sido casado; se faleceu com ou sem testamento; se a pessoa morta for desconhecida, declarar os sinais que tem, as feições,

121 Decreto de 19 de Agosto de 1859, *in Colecção Official da Legislação Portugueza (...), Anno de 1859*, cit., pp. 465-468.

o lugar em que foi encontrada, e finalmente todos os indícios que pudessem ajudar o seu reconhecimento.

Também era estabelecido que no prazo dos primeiros dois meses de cada ano, os vigários da vara ou Arciprestes fizessem a visita à sua vigairaria ou arciprestado, para verificar o estado do registo paroquial, e a regularidade com que era feito, conferindo todos os livros de registo do ano anterior, lançando no fim deles o seu visto, e anotando as faltas ou irregularidades que encontrassem.

Este decreto era complementado por um outro[122], em que foram publicados os modelos dos assentos tal como deveriam ser lançados nos livros de registo paroquial.

Mais tarde, em 1861, é nomeada uma comissão para analisar as reclamações apresentadas por alguns párocos e propor as alterações necessárias para que o Decreto de 19 de Agosto de 1859 pudesse ser aplicado com maior facilidade[123], dela resultando um novo Decreto[124], que para além de apresentar novos modelos para a execução dos respectivos registos, introduziu algumas alterações nos assentos de óbitos, entre as quais destacamos a indicação da profissão do falecido; se era filho legítimo, ilegítimo ou exposto; se deixou filhos; se recebeu sacramentos e o lugar da sepultura.

Estes decretos que acabamos de referir tiveram como principal objectivo a uniformização dos assentos através da imposição de formulários rigorosos. Também, como ficou visto, a efectivação e controlo da qualidade dos registos paroquiais esteve

---

122 Decreto de 8 de Outubro de 1859, *in Collecção Official da Legislação Portugueza (...) Anno de 1859*, cit., pp. 663-667.

123 Decreto de 22 de Maio de 1861, *in Collecção Official da Legislação Portugueza (...), Anno de 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 198.

124 Decreto de 2 de Abril de 1862 *in Collecção Official da Legislação Portugueza (...), Anno de 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, pp. 68-75.

sempre sob a alçada exclusiva das autoridades eclesiásticas, sendo a forma e o conteúdo dos mesmos verificados pelo visitador, através de visitas anuais (o que algumas das vezes não acontecia...). Depois de observar os livros, neles eram registados os reparos julgados pertinentes, sendo datados e assinados. Exemplo do papel dos visitadores pode ser dado pelas diversas "reprimendas" que ficaram exaradas nos livros de óbitos da freguesia de O Salvador de Tebosa resultantes do grande número de óbitos incompletos.

Quando nos dispomos a utilizar este tipo de fontes, como diz Pierre Goubert, "... é preciso saber o que são os registos paroquiais, e o que se lhes pode pedir: eles não foram criados para satisfazer a curiosidade dos historiadores demógrafos"[125]. O mesmo autor refere ainda que "... cada grupo paroquial fornece ao investigador a sua originalidade, por vezes bem desapontadora. É preciso portanto interessarmo-nos por a descobrir: as regras da crítica das fontes aplicam-se também a esta categoria de documentos"[126].

A principal fonte manuscrita por nós utilizada foi constituída pelos livros de assentos paroquiais, tendo sido consultados os existentes no Arquivo Distrital de Braga, e os ainda depositados na Conservatória do Registo Civil de Braga.

No que diz respeito ao estado de conservação dos livros, eles encontram-se em condições razoáveis, notando-se, no entanto, uma certa dificuldade na leitura de certos óbitos resultante da utilização, quer de papel, quer especialmente de tintas, que corroeram os respectivos assentos. De todos os livros compulsados apenas um não foi utilizado — o Misto 2 de S. Paio de Ruilhe, referente ao período 1665-1741, dado o seu

125 GOUBERT, Pierre — *Une richesse historique en cours d'exploitation: Les registres paroissiaux, in* «Annales E.S.C.», 9e. année, nº 1 (Jan. - Mars), 1954, p. 84.

126 GOUBERT, Pierre — *Une richesse historique* (...), cit., p. 85.

péssimo estado de conservação, com a distruição de cerca de um terço de todas as folhas. Noutros casos o seu mau estado não nos impediu a observação necessária, sendo disso exemplo o Misto 2 de S. Martinho de Espinho (1691-1701) e o Misto 2 de Sta. Maria de Lamações (1668-1722).

Infelizmente, e por razões que depois apontaremos, não possuimos séries completas de assentos de óbitos para as 60 freguesias, que são objecto do mesmo estudo, e para o período temporal (1700-1880) que foi considerado.

No quadro 27, que a seguir apresentamos, são indicadas as lacunas detectadas.

Quadro 27

Lacunas nas séries cronológicas (1750-1880)

Nº	Freguesias	Lacunas	Obs.
1.	Cividade	Setembro 1837 — Fevereiro 1860	
3.	S. Lázaro	Julho 1837 — Janeiro 1860	Grandes falhas, apenas 16 óbitos
4.	S. Vitor	Agosto 1751 — Março 1754	Grandes falhas
6.	Souto	Abril 1801 — Junho 1811	
8.	Arcos	Junho 1803 — Outubro 1860	
12.	Celeirós	Fevereiro 1803 — Janeiro 1878	
15.	Dume	Setembro 1766 — Abril 1830	
16.	Escudeiros	Agosto 1807 — Janeiro 1860	
17.	Espinho	Março 1802 — Outubro 1847	
19.	Este (S. Mamede)	Setembro 1777 — Março 1809	
21.	Ferreiros	Julho 1799 — Abril 1811	Lº Misto 5 começa no fól. 25
33.	Mire de Tibães	Maio 1811 — Março 1841	
34.	Morreira	Novembro 1726 — Dezembro 1757	
35.	Navarra	Dezembro 1714 — Janeiro 1808	
		Novembro 1872 — Janeiro 1876	
38.	Oliveira	Julho 1845 — Agosto 1860	
41.	Panoias	Julho 1736 — Janeiro 1803	
43.	Passos	Junho 1808 — Abril 1837	
46.	Penso (S. Vicente)	Janeiro 1700 — Fevereiro 1719	
		Novembro 1856 — Outubro 1862	Apenas 3 óbitos em 1858
47.	Pousada	Janeiro 1733 — Julho 1811	
		Setembro 1843 — Janeiro 1860	
50.	Ruilhe	Janeiro 1700 — Novembro 1741	Lº Misto 2 em mau estado de conservação
51.	Sta. Lucrécia de Algeriz	Fevereiro 1808 — Abril 1873	
55.	Tadim e Fradelos	Julho 1851 — Outubro 1855	
		Abril 1858 — Abril 1868	
		Setembro 1868 — Dezembro 1880	
56.	Tebosa	Março 1829 — Abril 1835	
58.	Trandeiras	Março 1714 — Julho 1803	

Estes períodos para os quais não possuímos informação podem ser explicados por diversas razões. Antes do mais, alguns livros ter-se-ão deteriorado, quer como resultado do tempo, quer pela forma como estavam guardados; outros terão sido total ou parcialmente destruídos aquando dos períodos de turbulência social, de que as Invasões Francesas são um bom exemplo. Sabemos da falta de fólios em determinados livros: em S. Paio de Arcos foram rasgados os seis últimos fólios do Misto 3 (1755-1803); no Misto 2 de S. Miguel de Guisande (1705-1773) faltam os fólios 48, 52, 71, 72, 73, 76 e 77; no Óbitos 2 de S. Vicente de Penso (1789-1876) faltam os fólios 70 a 73, no Óbitos 1 de O Salvador de Tebosa desapareceram um número indeterminado de fólios, como refere especificamente uma nota inserida pelo vigário Custódio Ribeiro de Guimarães:

"No anno de 1809 a 20 de Março entrando os Franceses nesta freguesia onde estiverão 5 dias rasgarão as folhas que faltão neste livro e para não fazer duvida fiz esta declaração 30 de Julho de 1809"[127].

Por outro lado, pode ser o próprio pároco a alertar-nos para a ausência de óbitos num dado ano, tal é o caso da freguesia de São Bartolomeu de Tadim e Fradelos, para o ano de 1875:

"Attesto, e juro se mister é que desde o primeiro de Janeiro até o ultimo de Dezembro do corrente anno de mil oitocentos setenta e cinco, não falleceo pessoa algua n'esta freguesia de Tadim"[128].

Outros pormenores são ainda de referir relativamente aos livros de registos paroquiais por nós compulsados:

---

127 ADB,O Salvador de Tebosa, *Lº Óbitos 1*, fól. 40 vº.

128 CRCB (Conservatória do Registo Civil de Braga), São Bartolomeu de Tadim e Fradelos, *Lº Misto 1868-1878*, fól. 7 vº.

2. S. Pedro de Maximinos — Os livros Mistos 9 e 10 da Conservatória do Registo Civil de Braga[129] referentes aos anos de 1877-1880 contêm os assentos de óbitos de Santo André de Gondizalves, de 1870 a 1880, por motivo de anexação.

21. Sta. Maria de Ferreiros — Os fólios do livro Misto 2 (1683-1714) não estão por ordem correcta: os óbitos dos anos 1700-1705 vêm a fóls. 91-93, enquanto os dos anos 1706-1714 vêm a fóls. 45-52

22. O Salvador de Figueiredo — Os óbitos de 1877 estão repetidos nos livros Mistos da CRCB referentes a 1850-1877 e 1877-1880.

32. S. Pedro de Merelim — Os livros Mistos 4 e 5 têm fólios trocados, óbitos repetidos e alternados.

33. Sta. Maria de Mire de Tibães — Os óbitos referentes a 1876 devem estar incompletos, faltando os de Maio a Dezembro.

35. S. Lourenço de Navarra — Os óbitos de 1872 estão repetidos nos livros Misto 3 e da CRCB referente a 1872-1880.

36. S. João Baptista de Nogueira — Os livros Misto 5 e da CRCB referente a 1877-1880 contêm os assentos de óbitos de S. Paio de Arcos, de 1870 a 1880, por motivo de anexação.

43. S. Julião de Passos — O livro Misto 4 é um duplicado do Misto 3.

---

129 Sempre que nos referirmos à Conservatória do Registo Civil de Braga utilizaremos a sigla CRCB.

52. S. João Baptista de Semelhe — Os livros Misto 3 e da CRCB referente a 1875-1880 contêm os óbitos de S. Paio de Parada de Tibães, de 1867 a 1880. Não aparecem óbitos em 1841, 1842 e 1843.

53. Sta. Maria de Sequeira — Os óbitos do lugar de São Saturnino, referentes aos anos 1803 a 1822 foram lançados, em separado, no livro Óbitos 2.

54. Sta. Maria de Sobreposta — O ano de 1876 não acusa qualquer óbito.

55. S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos — O livro Óbitos 2, referente a 1860, não contém um único óbito.

60. Sant'Ana de Vimieiro — Os óbitos de 1875 estão repetidos nos livros Óbitos 2 e Misto da CRCB referente a 1875-1880.

Quanto à existência, em simultâneo, de livros de Óbitos e Mistos, para o período de 1700-1880, talvez possamos afirmar que a tendência foi de nas freguesias mais populosas, principalmente as da cidade, os livros estarem separados, havendo pois maior número de livros só de óbitos, enquanto que nas freguesias rurais é mais vulgar encontrarem-se livros mistos.

No entanto, como muitas encadernações são posteriores à época dos lançamentos, pode ter havido alterações de vário tipo nesse momento.

Se agora nos debruçarmos sobre os redactores dos assentos paroquiais, observamos a seguinte distribuição:

Quadro 28

Duração média de funções de cada redactor paroquial

Nº	Freguesias	Total de anos	Nº Red.	$\overline{X}$(anos)
1.	Cividade	159	**12**	13,3
2.	Maximinos	181	**32**	5,7
3.	S. Lázaro	121	**30**	4,0
4.	S. Vitor	181	**46**	3,9
5.	Sé	181	**29**	6,2
6.	Souto	171	**25**	6,8
7.	Adaúfe	181	**24**	7,5
8.	Arcos	124	**10**	12,4
9.	Arentim	181	**18**	10,1
10.	Aveleda	181	**13**	13,9
11.	Cabreiros	181	**15**	12,1
12.	Celeirós	106	**18**	5,9
13.	Crespos	181	**25**	7,2
14.	Cunha	181	**19**	9,5
15.	Dume	118	**11**	10,7
16.	Escudeiros	129	**14**	9,2
17.	Espinho	136	**8**	17,0
18.	Esporões	181	**20**	9,1
19.	Este (S. Mamede)	150	**12**	12,5
20.	Este (S. Pedro)	181	**25**	7,2
21.	Ferreiros	169	**18**	9,4
22.	Figueiredo	181	**16**	11,3
23.	Fraião	181	**20**	9,1
24.	Frossos	181	**20**	9,1
25.	Gondizalves	181	**15**	12,1
26.	Gualtar	181	**13**	13,9
27.	Guisande	181	**20**	9,1
28.	Lamaçães	181	**20**	9,1
29.	Lamas	181	**18**	10,1
30.	Lomar	181	**20**	9,1

Nº	Freguesias	Total de anos	Nº Red.	$\bar{X}$(anos)
31	Merelim (S. Paio)	181	13	13,9
32.	Merelim (S. Pedro)	181	12	15,1
33.	Mire de Tibães	151	47	3,2
34.	Morreira	150	11	13,6
35.	Navarra	85	10	8,5
36.	Nogueira	181	17	10,6
37.	Nogueiró	181	12	15,1
38.	Oliveira	166	14	11,9
39.	Padim da Graça	181	14	12,9
40.	Palmeira	181	14	12,9
41.	Panóias	84	15	5,6
42.	Parada de Tibães	181	14	12,9
43	Passos	153	13	11,8
44.	Pedralva	181	11	16,5
45	Penso (St. Estevão)	181	16	11,3
46.	Penso (S. Vicente)	158	12	13,2
47.	Pousada	87	6	14,5
48.	Priscos	181	22	8,2
49.	Real	181	18	10,1
50.	Ruilhe	139	15	9,3
51.	St. Lucrécia de Algeriz	116	12	9,7
52.	Semelhe	177	25	7,1
53.	Sequeira	181	20	9,1
54.	Sobreposta	181	19	9,5
55.	Tadim e Fradelos	165	17	9,7
56.	Tebosa	175	11	15,9
57.	Tenões	181	15	12,1
58.	Trandeiras	93	7	13,3
59.	Vilaça	181	14	12,9
60.	Vimieiro	181	20	9,1

Quadro 29

Resumo da duração média de funções de cada redactor paroquial

	Nº Freguesias	Total de anos	Nº redactores	$\overline{X}$(anos)
Cidade	6	994	174	5,7
Termo	54	8804	878	10,0
Total	60	9798	1052	9,3

Ao observarmos a duração média de funções de cada redactor paroquial, o respectivo quadro resumo e os livros paroquiais, concluimos que é na cidade que encontramos as mais baixas médias de duração de funções por parte dos redactores, excluindo a freguesia da Cividade; que é também na cidade que aparecem em maior número as alternâncias, naturalmente resultantes de um clero mais numeroso, em que a presença de coadjutores levaria a que os assentos de uma dada freguesia tivessem mais de um redactor simultaneamente. Como consequência do que acabamos de afirmar também aí é mais vulgar encontrarmos assentos com mais de uma assinatura.

Em contraposição, é nas freguesias do termo que se detectam as mais altas médias de duração de funções por parte dos redactores paroquiais, sendo sempre superiores às da cidade se delas excluirmos três freguesias: Celeirós, Parada de Tibães e Panoias. A presença de 47 redactores em Parada de Tibães está provavelmente relacionada com a interdependência existente com o Mosteiro de Tibães e a rotação trienal dos respectivos superiores. É também nas freguesias rurais que encontramos menor número de alternâncias, assim como só muito raramente aparece mais de uma assinatura por assento.

Ainda no que diz respeito ao quadro 28, queriamos chamar a atenção para o facto de tais resultados deverem ser tomados com algumas precauções, isto porque os valores médios são afectados pelos inúmeros membros do clero que tiveram uma estadia bastante curta nas freguesias. Pensamos que pertencem a este grupo aqueles que asseguravam o cumprimento das funções paroquiais nos períodos de substituição do respectivo pároco, seja por falecimento deste, seja por outras razões, de que são exemplo os dois óbitos assinados na freguesia de Tenões, em Dezembro de 1839 e Fevereiro de 1840, por Rodrigo Leite de Magalhães, pois como refere o pároco Manuel d'Araújo Coutinho tal resultou "... da minha expulsão que durou de 24 de Novembro de 1839 a 31 de Julho de 1840".

A duração da estadia dos párocos ou priores atingiu por vezes valores elevados. Se em freguesias citadinas apenas encontramos dois com permanências superiores aos trinta anos — na Cividade e na Sé —, nas freguesias rurais setenta e seis clérigos são responsáveis pela redacção dos assentos paroquiais por períodos superiores a trinta anos — 44 no grupo 30-39 anos, 21 no grupo 40-49 anos, 10 no grupo 50-59 anos e 1 mais de 60 anos (em Gondizalves) —, ou seja, a 8,7% dos redactores correspondem 34,5% dos assentos; nestes valores não incluimos o pároco de Ferreiros que assinou os assentos de Outubro de 1793 a Julho de 1799, e que depois de um período para o qual não possuimos informações, volta a assinar entre Agosto de 1811 e Fevereiro de 1830, nem o de Oliveira, que em situação idêntica, assina entre Abril de 1825 e Julho de 1845 e, posteriormente, de Agosto de 1860 a Fevereiro de 1868.

Embora nada saibamos sobre a idade dos párocos, pensamos poder avançar com a ideia de que alguns terão atingido a velhice à frente das suas paróquias, não só pelo grande número de anos que estiveram presidindo aos seus destinos, como

também por dois outros pormenores por vezes detectáveis — deterioração da letra e, mesmo, da qualidade dos assentos.

Não queremos concluir este ponto sem uma chamada de atenção para o facto de também termos encontrado assentos de óbitos sem estarem assinados, e de que são exemplo alguns dos lançados no livro Misto 2 de S. Paio de Pousada e referentes aos anos 1728 a 1733. Uma das razões para a ausência de assinatura pode ser a de o redactor do texto do óbito não ser a mesma pessoa que o assina, facto de mais difícil detecção mas que aconteceu, estamos crentes, por diversas vezes.

3.2. O conteúdo e as características dos assentos

O conteúdo e as características dos assentos variaram fundamentalmente em função do espaço, de freguesia para freguesia, e do tempo. As razões para estas diferenças são múltiplas.

Em primeiro lugar, e como diz Carlo Cipolla, "... variaram segundo a maior ou menor acidental qualidade de inteligência, diligência e competência dos párocos"[130]. A inexistência de um formulário comum a todas as freguesias é outra das razões a ter em conta. Pese embora algumas tentativas, quer das autoridades religiosas, quer das civis, estas últimas fazendo-se sentir, particularmente, a partir da revolução liberal, só a lei de 1859 vai conseguir impôr um formulário para a redacção dos assentos; no entanto essa

130 CIPOLLA, Carlo M. — *I Libri dei Morti*, *in* «Le fonti della demografia storica in Italia, Atti del seminario di demografia storica 1971-1972», Vol. I, Parte II, Comitato Italiano per lo Studio della Demografia Storica, s. d., p. 855.

melhoria não é total, e só como tal se compreendem os decretos promulgados em 1861 e 1862.

Por outro lado, e numa primeira fase, ainda se nota a tendência para os assentos de óbitos responderem, prioritariamente, às necessidades de controle das disposições testamentárias, legados pios e, ainda, às despesas de funeral e sepultura. Assim sendo, embora raramente, vamos encontrar testamentos no seguimento de assentos de óbitos, bem como outras indicações de interesse económico, de que é exemplo a seguinte anotação feita, pelo pároco de S. Paio de Pousada, no ano de 1705 "... Achei por uso e costume nesta freguesia dar-se de obrada do óbito hum carneiro e dois alqueires de pão meado e hum almude de vinho, e nos mais officios sem ser o do dia do óbito duzentos reis de obrada e da reza annual por achar variedade me pareceu conformar-me com os vizinhos e com a cidade e com o que aqui levou alguas vezes o meu antecessor dois mil e seiscentos reis de que fis esta lembrança 13 de Outubro de setecentos e cinco"[131].

Ainda nesta linha de acção, encontram-se amiudadamente, anotados à margem dos assentos de óbitos, os ofícios religiosos que foram mandados rezar e se já tinham sido satisfeitos.

Como seria de esperar, é sobretudo entre os dados que não eram motivo de um registo mais ou menos sistemático que encontramos as maiores divergências. Os assentos podem ter sido afectados pela morte do pároco, ou pela sua dificuldade em anotar todas as ocorrências, de que é talvez exemplo a ausência de óbitos na freguesia de Sobreposta, no ano de 1876 — sabemos que o pároco faleceu em Janeiro de 1877,

131 ADB, S. Paio de Pousada, *Lº Misto 2*, fól. 125 vº.

pelo que uma possível doença pode ter obstado ao lançamento dos respectivos assentos.

Outras dificuldades prendem-se com o facto de que muitas das vezes os assentos não eram lançados no momento do óbito, sendo tomadas notas em papéis soltos para posterior passagem para o respectivo livro. Tal prática pode ter ocasionado: falhas nos lançamentos por extravio das notas que tinham sido coligidas — possivelmente a razão pela qual na freguesia de Passos, a 30 de Janeiro de 1858 foram lançados, por ordem do Arcebispo, os óbitos que o Pe Domingos Francisco da Costa omitiu entre 26 de Novembro de 1848 e 6 de Novembro de 1854 — ou a ausência de uma ordem cronológica nos lançamentos, de que a freguesia da Sé ao longo do primeiro terço do século XIX é um bom exemplo. Se há casos em que a alteração da cronologia na redacção do óbito não pode ser imputada ao pároco — na freguesia de Santiago de Priscos, ano de 1859, pode ler-se em nota colocada à margem "... O assento infra de Francisco Martins devia ir aqui não digo a causa da demora por vergonha da sua família"[132], vindo a transcrição do mesmo no fólio seguinte — noutros a falha pode ter sido de sua responsabilidade — em Escudeiros, no ano de 1863, onde só aparecem três óbitos, está anotado que os falecidos nesse ano viriam nas folhas 35 e seguintes, porém tais transcrições estão ausentes.

A falta de uniformidade temporal de referência constitui outro obstáculo: em geral, o sexo e a data do falecimento são as únicas características constantemente presentes (mesmo a data por vezes é esquecida, como acontece com vários óbitos da freguesia da Sé na primeira metade do século XIX, facto que talvez se prenda com o já atrás referido de se tomarem apontamentos em folhas soltas) e portanto comparáveis. No entanto, a utilização destes dados é muito limitada, pela razão de nos faltarem

---

132 ADB, Santiago de Priscos, *Lº Misto 10*, fól. 9 vº.

normalmente notícias relativas à população e à sua estrutura por idades e sexos, e as hipóteses de população estável apresentarem dificuldades por causa da forte incidência das crises e dos movimentos migratórios[133]. Como diz Louis Henry, "... é pouco provável que nós cheguemos a conhecer com precisão a dimensão da população de dada região e de um dado país, numa época sem recenseamentos. As migrações impossibilitam a reconstituição da população duma paróquia a partir dos registos, fossem eles perfeitos"[134]. Outro cuidado a ter em conta resulta da possibilidade de existência de um duplo registo do mesmo acontecimento: uma paróquia pode ter anotado a morte de um indivíduo, e uma outra a respectiva sepultura, isto, como é óbvio, quando falecimento e sepultura ocorreram em paróquias distintas. Embora pensemos, pela análise feita, que tal facto não tenha afectado particularmente os nossos dados, devemos assinalar que alguns óbitos lançados nos livros de Sé e de S. João do Souto se referem a pessoas que residiram e faleceram noutras freguesias, normalmente nas da cidade, e que escolheram a Real Capela da Misericórdia, S. Miguel o Anjo, a igreja do Hospital, a capela de uma irmandade,... para serem sepultadas.

A definição da população (residente ou presente) de uma dada freguesia coloca algumas questões, não só devido a fenómenos migratórios, os quais podem estar relacionados com epidemias ou carestias, como também às populações flutuantes, nas quais se incluem os marginais. Tais factos levaram-nos a adoptar como critério para a contagem dos óbitos o considerar somente aqueles que aconteceram na área definida pelas sessenta freguesias que são objecto do nosso estudo. Seria difícil incluir no cálculo das crises de mortalidade todos aqueles que migraram, quer para outras regiões do país, quer para o estrangeiro. De muitos dos ausentes chegou notícia do seu óbito,

---

133 CIPOLLA, Carlo M. — *I Libri dei Morti*, cit., p. 861.

134 HENRY, Louis — *Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux*, 2ª ed., *in* «Population», Paris, Hachette, 1985, p. 140.

de outros, e quando tal afastamento se verificava há dezenas de anos, a iniciativa foi tomada pelo juiz dos resíduos; de qualquer forma, será sempre uma tarefa ingrata estimar a percentagem de migrantes a que corresponderiam tais óbitos. Ligadas a esta última questão estão outras duas: a ausência de informação sobre há quanto tempo residiam numa dada freguesia pessoas oriundas de uma outra; a dos militares que ao longo dos séculos XVIII e XIX morreram nas diversas lutas, quer em solo nacional quer estrangeiro, e de que vêm muitas notícias nos livros paroquiais.

Pese embora todos os problemas levantados, pensamos que a não consideração de um ou outro óbito, mesmo quando estes se deram em freguesias limítrofes da área por nós considerada, não virá influenciar, pelo menos sensivelmente, a definição dos períodos de crise, isto porque, se pode afectar pontualmente um ou outro resultado, não será no seu todo significativa, tendo em conta quer o número total de óbitos, quer o número de freguesias consideradas.

No que diz respeito a outros tipos de omissões, podem ter sido excluídos alguns óbitos em hospitais, embora tal se nos afigure algo difícil (exceptuando alguns momentos da crise), tão numerosas que são as referências a mortes acontecidas no hospital de Braga (S. Marcos). No entanto, não nos devemos esquecer, como lembra J. Meuvret[135], que o hospital, do século XVIII e mesmo do XIX, deve ser cuidadosamente distinguido da instituição que tem hoje este nome. Era normalmente utilizado por doentes pobres; aquele que não era pobre, quer dizer indigente, não ia para o hospital.

Podem ainda faltar registos de óbitos em conventos — apenas nos aparece o falecimento de um monge no Mosteiro de Tibães; nas prisões — conhecemos dois

135 MEUVRET, Jean — *Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime*, cit., p. 650.

casos, um no castelo e outro no aljube de Braga; nos lazaretos e em outras instituições de assistência.

Quanto à identificação, vem normalmente apontado o nome e cognome do defunto, para as crianças é indicado o nome do pai (e mãe) e para as mulheres o nome do chefe de família (sempre que se trate do marido, vivo ou morto).

Outro grave problema que se nos coloca está relacionado com a idade dos defuntos. A sua inclusão sistemática e minimamente rigorosa só se faz a partir de 1860, e mesmo depois desta data ainda há excepções, de que são exemplo as freguesias de S. Mamede de Este e S. Paio de Pousada. Até aí, e no que se refere aos adultos, só rarissimamente é indicada a idade, e quando tal acontece temos de ter em atenção as dificuldades que levantam a sua qualidade — atracção pelos números terminados em zero ou cinco, ou ainda pelos números pares; tendência para aumentar a idade no óbito, principalmente nos maiores de sessenta anos. Quanto aos menores os obstáculos não são inferiores. Embora se observe o registo de óbitos de crianças ao longo de todo o período temporal que temos vindo a estudar, este não foi feito de forma sistemática, variando de freguesia para freguesia e ao longo dos anos. Dentro da mesma freguesia, e normalmente função do redactor paroquial, tanto encontramos a indicação da idade do óbito de menores como, de seguida, tal informação está omissa. Também ao longo do tempo a melhoria dos assentos, no que se refere a este ponto, não se faz de forma contínua — é vulgar encontrarmos, mesmo para o século XIX, períodos em que não é dada qualquer informação sobre a idade, e as dificuldades aumentam nas freguesias mais pequenas, em que estas omissões tanto podem resultar da ausência de óbitos de menores, como não existir informação sobre as idades, ou então, existir um sub-registo.

Mesmo para os períodos em que tal informação é fornecida, torna-se bastante difícil o seu estudo: porque as variadíssimas lacunas não permitem a existência, em

todas as freguesias, de períodos relativamente longos em que tal dado possa ser estudado de uma forma comparativa; porque esta varia muitíssimo de qualidade, de freguesia para freguesia — desde aquelas em que predomina, de uma forma quase exclusiva, a informação "menor" até aquelas em que a idade aparece dividida por grupos: "menores" ou "maiores de sete anos" e "menores" ou "maiores de catorze anos", isto porque só raramente é explicitada a idade exacta. Muitas das vezes a idade de menores é indicada de forma vaga — "anjo", "tenra idade", "inocente", "párvulo", "idade da infância", "menino", "menino pequeno", "donzela", "moço", "mocinha", "criança", "nos anos da sua puberdade", etc..., sendo também muito raras as referências a nados-mortos.

Quanto à detecção das causas de morte, ela é bastante difícil. Em primeiro lugar, elas são normalmente omitidas; depois, e como já vimos anteriormente, grande parte das enfermidades de então são dificilmente identificáveis e muito menos podem ser descritas em termos análogos aos que se utilizam no vocabulário médico actual. Quando comparamos uma enfermidade dos nossos dias e a sua homónima em tempos recuados referimo-nos a realidades de certo modo diferentes. Como diz Carlo Cipolla[136], importa ver de que maneira a formulação dos diagnósticos variou no tempo em relação com os progressos feitos pela ciência médica.

As poucas referências a enfermidades são feitas de forma pouco rigorosa: assim, as "doenças prolongadas", as "febres", as "febres malignas", a "morte apressada", são expressões normalmente utilizadas, e se os surtos de "bexigas" ou de "bichas" são por vezes detectáveis, os óbitos pouco ou nada nos informam sobre o tifo, cólera (um dos pouquíssimos casos referenciado aconteceu em S. Vitor, tendo o falecimento sido a 26 de Agosto de 1855 e somente lançado em Dezembro de 1859,

136 CIPOLLA, Carlo M. — *I Libri dei Morti*, cit., p. 862.

juntamente com outros óbitos de anos anteriores — mais um exemplo de assentos que não foram redigidos na altura própria e que o são em data posterior, normalmente por decisão superior e a pedido dos familiares dos falecidos), disenteria, tuberculose, sífilis, sarampo..., as quais sabemos atingiram fortemente as populações ao longo dos séculos XVIII e XIX. São de assinalar alguns curtos períodos em que tal informação surge, e de que são exemplo a freguesia de Sant'Ana de Vimieiro, nos anos setenta e oitenta do século XVIII, e as de S. Pedro de Este, Sta. Maria de Palmeira e Sta. Cecília de Vilaça nos anos quarenta do século XIX.

No entanto havia situações em que as causas de morte eram normalmente referidas: quando pelas suas manifestações impediam o recebimento dos últimos sacramentos; as mortes súbitas e violentas — apoplexia, militares em campanha, acidentes de trabalho ou com arma de fogo, por facadas, por queda de uma árvore, por enforcamento, esmagado por um carro de bois, esmagado debaixo do comboio (em Cabreiros, ano de 1879 — o comboio havia chegado a Braga em 1875), por coice de um burro, afogamentos (no rio ou no mar), assassínios,...; quando o falecido está afectado por doenças do foro mental — mentecapto, louco,... — ou possuía algum defeito ou incapacidade física. Poucas são as notícias de mortalidade "por parto".

Outras informações vulgarmente citadas são as que nos dão conta dos sacramentos recebidos, do estado religioso e da existência ou não de testamento.

No que se refere às profissões escassíssimas são as informações, embora, por vezes, tal possa acontecer, como sejam as de pedreiros que trabalhavam em obras religiosas. O mesmo poderemos dizer sobre o estatuto social do defunto, sendo o caso mais vulgar em que tal é mencionado o óbito de párocos ou então de pessoas pertencentes às classes superiores da sociedade, de que são exemplo os "filhos família" ou "um cavaleiro da Ordem de Cristo", falecido em Nogueira no ano de 1763.

Outro problema que devemos colocar prende-se com a dificuldade de detecção de minorias religiosas, embora pensemos que, a existirem, o seu peso na estrutura social da região que temos vindo a analisar não terá sido suficiente para influenciar significativamente os resultados. É, no entanto, curioso mencionar o caso de um óbito, lançado na freguesia de Vimieiro[137], de um indivíduo da freguesia de Santiago de Priscos, que tinha sido declarado excomungado por ser sectário da Seita Falperra. Depois de uma tentativa frustrada de enterro nocturno, por a tal se ter oposto o povo da freguesia, acabou por ser sepultado na igreja de Vimieiro, após serem levantadas as censuras, no dia 20 de Março de 1839. Diz ainda o óbito que "teve uma Missa rezada e nada mais por ser o Pai da mesma seita e não o querer satisfazer não receber sacramento algum pro articulo mortis".

No que concerne a determinadas práticas religiosas, teremos de mencionar alguns óbitos de S. Jerónimo de Real, que referem pessoas que sendo de fora do concelho, morreram nesta freguesia quando vinham "aos exorcismos a Sam Frutuozo"[138].

Ainda no que diz respeito aos grupos sociais, são referenciáveis alguns almocreves, vagabundos, miseráveis, mendigos ou ainda peregrinos, os quais eram, por vezes, originários da vizinha Galiza ou mesmo de Castela. Quanto aos estrangeiros, para além dos que acabamos de referir, poucos mais aparecem, e sempre do reino vizinho — um galego que vai às vindimas ao Douro, um filho de oficial pedreiro galego,... . Também se detectam oito escravos, todos eles falecidos ao longo do século XVIII.

---

137 ADB, Sant'Ana de Vimieiro, *Lº Misto* 4, fól. 122.

138 ADB, S. Jerónimo de Real, *Lº Misto 2*, fóls. 183, 183 vº, 185 vº e 186 vº.

Grande número de enjeitados e expostos aparecem nos assentos de óbitos, embora observemos grandes variações de freguesia para freguesia e ao longo do tempo, e poucas vezes nos é fornecida a sua idade exacta.

Em conclusão, pensamos que os maiores problemas se prendem com a possível omissão parcial ou sistemática de dados sobre a mortalidade nos primeiros anos de vida, resultado das flutuações que encontramos nos assentos, com muitos períodos em que a idade não é fornecida ou então o é de forma muito imprecisa, ao que temos de somar os poucos nados-mortos que apontam para a possibilidade de um sub-registo dos mesmos. Também devemos ter em atenção a existência de maiores dificuldades nos assentos em ocasiões de sobremortalidade[139], de que é exemplo o ano de 1809, quando as tropas francesas passaram por Braga, e que levou o pároco de S. Mamede de Este a criar um assento, à parte, para os que morreram na batalha do Carvalho. É ainda de referir que foi encontrada na freguesia de Real, para o ano de 1746, e cumprindo uma antiga disposição, a lista dos crismados desta freguesia, cerimónia que teve lugar na igreja de S. Vicente da cidade de Braga e na presença do Arcebispo[140].

Os livros de óbitos por nós consultados são ainda uma fonte de outros tipos de informação, dos quais destacamos: a mobilidade da população — desde aqueles que iam morrer longe da sua terra, no Brasil, na América, na Índia ou nas Índias de Castela, até àqueles que faleciam bem mais perto, na Póvoa de Varzim ou em Viana do Castelo "estando a banhos" (normalmente no Outono, pois, à época, eram as estações temperadas e os períodos do dia sem demasiada insolação os escolhidos para os

---

139 CORSINI, Carlo — *Problemi di utilizzazione dei dati desunti dei registri di sepulture e morti, in* «Problemi di utilizzazioni delle fonti di demografia storica. Atti del seminario di demografia storica 1972-73», Vol. II, Roma, Comitato Italiano per lo Studio della Demografia Storica, 1977, p. 102.

140 ADB, S. Jerónimo de Real, *Lº Óbitos 1*, fól. 113.

banhos de mar); a construção de grandes obras de âmbito religioso — entre 1730 e 1739 quatro homens, dos quais dois pedreiros, morreram na construção do Mosteiro de Mafra; em 1772 é um trabalhador de Guimarães que falece nas obras do Mosteiro de Tibães e em 1779 um outro nas do Santuário do Bom Jesus; a intervenção portuguesa na guerra da Sucessão de Espanha, em inícios do século XVIII — dezenas são os militares originários do concelho de Braga que caem nas Beiras e no Alentejo naquela que ficou conhecida por "a Guerra das Laranjas" e outros vão morrer a Leão, Castela, Catalunha e mesmo em França, em batalha ou como cativos; as Invasões Francesas — não só são referidas as centenas de mortos provocadas pela sua passagem por Braga, e, em particular, na batalha do Carvalho, como muitas outras em diversas localidades deste reino, entre as quais, quatro no Porto no desastre da Ponte das Barcas. Alguns relatos são mais circunstanciados, assinalando "o saque das igrejas", que a batalha do Carvalho foi "medonha e sanguinolenta" tendo sido mortos "multidão de homens, fugitivos e mansos, athe mulheres", ou então, como já atrás referimos, a destruição de parte do livro de óbitos na freguesia de Tebosa; as lutas liberais, e nomeadamente uma morte "no cerco da cidade do Porto"; as revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia, com os consequentes motins em que intervieram o povo e a tropa da guarnição de Braga; desertores do exército, quer no país quer fugitivos em Castela, ou então, de um degredado para Angola, que sendo aí soldado do Batalhão de Luanda, faleceu em resultado do castigo que lhe foi aplicado ao tentar fugir.

Concluindo, podemos pois afirmar que são múltiplas as informações contidas nos diversos assentos paroquiais, variando segundo as freguesias e ao longo do tempo, e nem sempre no sentido da sua melhoria. Os diversos problemas aqui levantados têm como objectivo principal chamar a atenção para os cuidados a ter na sua utilização. São uma fonte qualitativa e quantitativa de grande importância no estudo global da evolução da mortalidade, no entanto não são de uma fiabilidade total, aliás

como seria de esperar. As críticas que acabamos de formular não lhe tiram importância, pese embora a sua relatividade, na detecção dos períodos temporais em que a mortalidade foi mais forte, fornecendo tendências e outras informações possíveis de análise mais profunda, nomeadamente quando cruzadas com outros tipos de informação.

3.3. Descrição da mortalidade

Com o objectivo de descrevermos a mortalidade fizemos a recolha dos óbitos mensais e dos totais anuais, desde 1700 a 1880, nas sessenta freguesias que no final deste período pertenciam ao concelho de Braga, dados esses que serão apresentados em anexo. Aplicámos a cada uma destas séries a fórmula indicada por Dupâquier com o objectivo de detectar os anos em que houve um aumento excepcional da mortalidade e determinar a amplitude das crises observadas (ver Anexo 1).

Alguns ajustamentos e opções foram feitos:

- Quando do levantamento dos óbitos optámos pela correcção de algumas datas, se tal nos pareceu conveniente.

- Por razões já apontadas, quando tratámos da metodologia, os anos de referência considerados foram sempre os 10 anos anteriores ao submetido a análise. Essa foi também a opção que pareceu mais rigorosa a Teresa Rodrigues, aquando da elaboração do seu trabalho "As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)[141].

141 RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira — *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, Lisboa, 1987, p. 58 (Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH da UNL policopiada).

- Também por razões já atrás referidas, optámos por considerar nos cálculos todos os anos, incluindo os de sobremortalidade, mesmo que eles possam anular algumas pequenas crises. No entanto, alguns cuidados foram tomados, em especial no que se refere aos anos de 1810-19 (ver Quadro 3 do Anexo 2).

- Com o objectivo de recuperar parte da informação contida nos 10 primeiros anos de cada série ou sempre que nos encontrámos perante lacunas na informação, decidimos calcular os índices para os quais foi possível aplicar a fórmula tendo em conta os 5 anos anteriores e posteriores ao ano considerado.

- Embora tenha acontecido para um número muito reduzido de casos — 9 — optámos por assinalar com um X os anos que, embora não fosse possível calcular o seu índice pelo método que temos vindo a utilizar, se nos apresentavam claramente como anos de sobremortalidade.

Efectuados que foram os cálculos foi elaborado um quadro (ver Quadro 1 do Anexo 2) em que são indicadas as amplitudes das crises surgidas nas sessenta freguesias, ano a ano[142]. Dado que a frequência das crises ultrapassa, por vezes, os

142 Após análise dos resultados optámos pela eliminação das seguintes crises:
S. Lázaro — 1866 — por faltarem os óbitos de Julho de 1864 a Abril de 1865
S Vitor — 1761 — por falhas nos óbitos de 1751 a 1754
Parada de Tibães — 1706, 1708, 1709 e 1712 — pela ausência de óbitos entre 1702 e 1705.
Penso (S. Vicente) — 1864, 1866 e 1867 — por faltarem quatro fólios entre 1857 e 1862
Semelhe — 1844, 1845, 1848, 1849 e 1853 — pela ausência de óbitos entre 1841 e 1843.
Foram consideradas de intensidade indeterminada (x):
S. Vitor — 1762 e 1763 — porque embora tenha havido falhas entre 1751 e 1754, o volume de óbitos o justifica.
Escudeiros — 1866 — porque embora tenha havido falhas, pelo menos, em 1863, é notória a subida do número de mortes.
Não foi calculada a intensidade para Tadim e Fradelos, em 1873, por ser um valor isolado.

limites impostos pelo ano civil, foi construído um outro quadro (ver Quadro 2 do Anexo 2) em que a intensidade de crises que se estendem por n anos é calculada a partir da soma dos n índices, subtraindo n-1 ao resultado[143]. Este valor é atribuído ao ano que apresente maior índice, sendo os outros anos assinalados com um "C". Este quadro deve ser utilizado com certas precauções, pois tanto podem acontecer, por exemplo, certas crises de tipo endémico, que se estendem por vários anos, como uma sucessão de crises sazonais.

Foi também necessário estabelecer um critério para saber quando é que poderíamos falar de ocorrência de uma dada crise na região por nós considerada. Tendo em conta as opções tomadas por Pérez Moreda[144] e Del Panta[145], decidimos considerar todos os anos em que pelo menos 25% das freguesias com informação atingissem, de mínimo, a amplitude 1 da escala de Dupâquier.

Como diz Pérez Moreda, "... os resultados da análise das crises de mortalidade só adquirem um significado coerente se são examinados no contexto da mortalidade habitual de um período determinado"[146], razão pela qual iremos avançar com alguns dados que tornem possível uma sua caracterização. Se atentarmos agora no número médio de óbitos por freguesia, calculando as médias decenais ao longo de todo o período considerado, pensamos poder distinguir três grupos. Um conjunto, formado por quatro freguesias citadinas — S. Lázaro, S. Vitor, Sé e Souto — com um número de óbitos anuais sempre superior a 30. Outro, constituído pelas duas restantes freguesias citadinas — Cividade e Maximinos — e ainda por Adaúfe, Crespos, Merelim (S. Paio),

---

143 DUPÂQUIER, Jacques — *L'analyse statistique des crises de mortalité*, cit., p. 92.

144 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 108.

145 DEL PANTA, Lorenzo — *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*, Torino, Loescher Editore, 1980, p. 203.

146 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 131.

Palmeira, Real e Sequeira, em que o número de óbitos oscila entre os 10 e os 30 anuais, ultrapassando quatro delas este limite, mas apenas nos dois últimos decénios. Todas as outras freguesias do termo, em número de quarenta e oito, apresentam normalmente menos de 10 óbitos anuais, podendo este valor ser pontualmente ultrapassado, especialmente ao longo da segunda metade do século XIX. Embora a não tenhamos incluído neste grupo, por motivo das lacunas encontradas nas séries de óbitos, devemos ressaltar o caso de S. Martinho de Dume, que mesmo levando em consideração os baixos valores ocorridos ao longo da primeira metade do século XVIII, apresenta um número de óbitos anuais sempre superior às três dezenas, a partir da década 1630-39. Esta divisão que acabamos de fazer vem ao encontro da existência de diferenças na ocupação do espaço. Quando analisámos os ritmos de crescimento das freguesias e as respectivas densidades populacionais fomos levados a uma classificação em parte semelhante a esta, apresentando as freguesias urbanas as maiores densidades populacionais, e entre as do seu termo apenas Real possuía, em 1878, uma densidade populacional superior a Maximinos.

Estas médias decenais, embora afectadas pelos sub-registos, em particular de menores, serviram-nos de ponto de partida para uma tentativa de cálculo das linhas de tendência da mortalidade. No caso da cidade a nossa opção recaiu sobre as três freguesias — Maximinos, S. Vitor e Sé — de que possuímos séries completas de valores. No entanto algumas limitações foram-nos impostas: para a primeira metade do século XVIII, período anterior à criação da freguesia de S. Lázaro (1747), os valores, em especial os de S. Vitor, incluem grande parte dos que pertencerão à nova freguesia; os valores da década 1750-59 estão afectados por falhas nos registos de S. Vitor; finalmente os valores, em particular das décadas 1820-29, 1830-39, 1840-49 e 1850-59, parecem-nos indicar a existência de sub-registos, dado que nem o aumento da população, nem as crises das décadas 1860-69 e 1870-79, podem justificar, por si sós,

o grande crescimento dos valores decenais das duas últimas décadas. A possibilidade de encontrar linhas de tendência, para a cidade de Braga, fica pois bastante condicionada.

Para as freguesias do termo, e dada a exiguidade do número de óbitos decenais para grande número delas, a nossa escolha recaiu nas seis freguesias — Adaúfe, Crespos, Merelim (S. Paio), Palmeira, Real e Sequeira — que, para além de apresentarem, desde o século XVIII, médias decenais superiores a 10 óbitos, eram constituídas por séries completas de dados.

Embora estes valores também possam estar afectados quer pelos sub-registos, quer pelas variações nos assentos de menores, parece-nos poder destacar uma tendência, mais ou menos constante, para um crescimento do número de óbitos ao longo de todo o período estudado, acentuando-se fortemente esta tendência, nos dois últimos decénios, em parte resultado da melhoria da qualidade dos registos a partir de 1860.

Quadro 30

Médias decenais dos óbitos

Freg.	1700-09	1710-19	1720-29	1730-39	1740-49	1750-59	1760-69	1770-79	1780-89	1790-99	1800-09	1810-19	1820-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79
1.	10,1	14,2	16,9	18,2	19,6	20,1	15,5	15,2	17,1	21,7	20,9	17,8	25,8				25,7	34,6
2.	15,7	15,4	16,4	17,9	15,7	19,6	15,5	18,2	15,2	26,6	27,3	16,4	15,9	12,2	9,5	11,7	33,4	45,8
3.						51,6	51,6	41,8	46,2	47,8	60,9	55,4	49,1				63,7	112,1
4.	62,5	80,1	84,6	102,1	97,4	38,8	61,8	61,8	60,9	63,1	59,3	60,1	38,4	53,6	49,7	48,3	113,1	157,2
5.	41,1	31,7	39,8	43,2	35,0	44,8	48,3	38,0	47,5	58,6	62,2	38,9	31,0	35,9	39,3	41,6	56,9	90,8
6.	52,9	56,0	51,7	65,3	61,6	62,5	64,8	62,6	69,5	86,0			76,8	70,0	71,8	78,5	75,4	87,4
7.	28,8	17,5	20,8	27,0	30,9	28,5	28,6	30,2	22,0	25,2	26,8	21,4	19,9	26,7	21,2	25,6	39,8	39,4
8.	2,0	6,1	3,4	4,1	4,2	2,0	2,5	1,9	1,6	2,1							2,5	4,0
9.	4,4	3,2	4,8	4,6	6,6	8,5	7,6	6,0	5,5	5,5	5,3	5,2	4,4	6,0	4,9	7,2	5,0	7,1
10.	5,7	3,8	5,2	5,1	5,4	7,3	7,2	7,5	8,3	5,1	5,7	4,8	3,6	4,9	5,6	4,4	6,2	7,8
11.	5,5	6,0	4,6	5,2	4,6	5,5	5,5	4,8	7,1	7,9	7,4	13,1	13,0	13,3	9,3	10,9	11,7	15,4
12.	6,8	8,4	7,0	6,3	7,9	7,0	8,1	6,5	8,2	11,6								
13.	6,1	8,8	10,7	13,6	11,9	12,3	11,1	12,4	12,0	15,0	17,7	13,1	12,4	12,8	12,5	10,3	16,4	17,5
14.	3,4	7,8	5,4	7,0	7,6	6,4	7,0	7,1	7,3	7,5	6,4	6,3	8,2	6,8	8,2	9,6	9,3	9,5
15.	8,3	7,5	8,4	8,5	10,3	9,1								32,5	38,5	30,2	37,8	43,7
16.	6,0	3,8	3,6	6,1	6,7	8,2	9,7	6,0	10,6	10,1							10,7	8,7
17.	6,6	3,9	4,1	5,1	5,0	5,4	6,1	3,3	3,6	6,0						4,1	4,3	6,0
18.	6,0	7,3	9,8	8,5	6,1	7,1	6,0	4,8	4,4	7,5	8,6	7,6	4,6	6,6	5,3	6,2	8,8	13,0
19.	7,2	6,9	6,1	9,1	10,5	7,0	8,3					5,2	5,6	8,3	6,0	5,7	8,4	17,6
20.	7,6	7,3	6,9	9,3	7,6	6,6	8,0	10,2	8,4	9,3	13,0	7,3	4,9	5,8	9,6	12,2	15,7	15,8

Freg.	1700-09	1710-19	1720-29	1730-39	1740-49	1750-59	1760-69	1770-79	1780-89	1790-99	1800-09	1810-19	1820-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79
21.	5,1	6,9	7,7	6,0	9,2	9,4	7,5	8,6	6,9	7,5			8,3	7,6	8,2	8,8	13,6	22,9
22.	2.8	3,7	4,2	4,4	4,7	4,3	3,8	6,5	5,1	6,0	6,0	4,3	3,7	4,6	3,9	5,0	6,6	8,8
23.	2,3	1,2	1,8	2,5	2,7	2,1	2,9	1,2	4,8	3,0	2,1	1,1	1,8	1,9	1,3	1,1	3,4	4,1
24.	3,9	5,2	5,0	3,9	4,3	4,1	3,6	4,3	4,8	6,0	4,2	3,4	5,5	6,5	4,8	5,8	13,9	16,8
25.	2,0	2,1	2,3	2,1	2,0	2,4	2,1	2,2	2,9	2,1	3,1	2,4	4,5	1,6	2,3	2,1	4,2	7,5
26.	4,1	3,7	5,2	8,9	9,6	8,5	8,9	9,0	6,8	8,1	8,4	9,1	4,7	5,4	7,4	6,9	7,6	9,7
27.	4,5	4,1	2,0	4,2	4,2	3,6	3,5	4,0	2,5	3,7	2,3	2,1	1,8	3,2	2,8	3,2	1,6	4,1
28.	2,1	2,4	2,6	2,7	3,3	2,6	4,6	6,5	8,3	6,6	8,5	5,5	6,7	6,2	6,7	5,8	5,6	6,1
29.	4,0	2,8	3,7	2,9	4,5	6,1	4,9	3,9	3,5	2,8	3,7	3,1	3,6	3,4	4,0	3,5	3,0	4,1
30.	2,7	4,0	3,2	5,2	5,8	4,9	4,0	4,4	3,9	4,3	10,0	5,6	4,6	5,3	4,5	6,0	5,5	4,9
31.	9,1	8,1	6,9	13,8	9,3	12,6	10,7	10,5	15,9	18,0	19,9	18,6	19,1	26,0	22,8	29,4	13,2	16,9
32.	4,5	6,5	6,1	8,4	7,6	7,2	7,3	8,2	7,4	5,9	6,5	12,2	19,5	19,3	26,3	25,0	17,5	13,1
33.	3,9	7,1	5,3	4,9	6,5	6,0	6,3	6,0	5,7	6,1	4,5					8,5	11,7	22,5
34.	6,5	3,7					8,3	8,8	10,0	5,5	7,6	5,1	6,5	5,6	10,0	10,4	9,4	11,9
35.	4,2											5,1	4,4	7,7	8,2	4,9	6,7	
36.	5,8	5,9	5,7	4,9	6,5	6,4	5,9	6,7	5,6	6,1	8,7	6,6	7,4	8,9	8,7	5,9	6,8	8,6
37.	3,8	4,9	3,6	5,1	5,6	4,7	8,8	8,0	8,2	9,3	8,5	6,2	7,0	7,2	6,1	7,2	8,6	9,2
38.	2,7	3,4	5,8	6,5	7,8	4,3	6,5	4,6	5,4	3,8	5,5	4,1	4,3	3,6			4,0	7,3
39.	6,9	8,7	7,3	6,8	7,4	9,3	7,9	7,6	6,8	7,5	6,8	7,0	6,4	8,9	8,0	10,8	12,9	19,2
40.	18,3	17,2	14,5	17,4	17,2	18,5	14,9	17,9	15,9	14,6	15,3	18,8	18,9	16,1	24,2	16,9	33,5	39,4

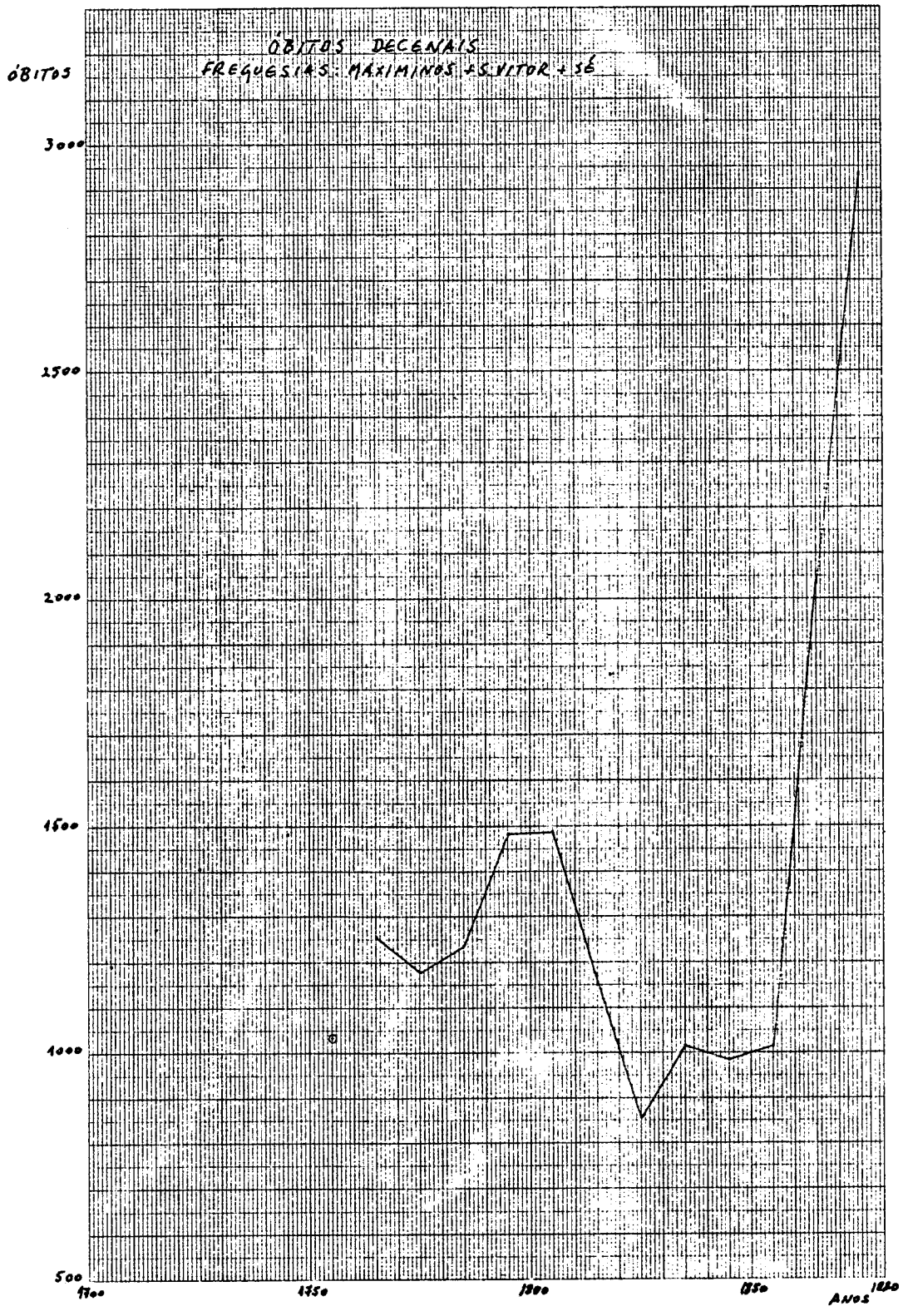
Freg.	1700-09	1710-19	1720-29	1730-39	1740-49	1750-59	1760-69	1770-79	1780-89	1790-99	1800-09	1810-19	1820-29	1830-39	1840-49	1850-59	1860-69	1870-79
41.	3.9	5,0	4,9									2,7	5,3	5,2	5,3	6,8	10,6	19,0
42.	1,3	1,6	2,4	3,5	5,3	3,6	4,3	3,0	3,0	3,6	4,0	3,1	2,7	4,2	1,8	3,6	5,7	7,6
43.	4,9	4,2	3,8	4,4	5,2	5,3	4,3	4,4	5,0	3,4					5,6	6,0	7,5	11,1
44.	12,2	9,6	7,7	10,0	10,1	8,5	8,6	8,0	6,4	9,4	7,8	7,0	7,4	10,8	7,6	8,7	13,5	14,0
45.	4,1	2,8	2,2	3,2	4,8	3,5	3,5	5,3	4,9	3,0	5,3	5,7	6,0	5,8	7,7	6,4	6,3	7,6
46.			4,2	5,4	4,9	6,3	4,8	5,2	6,7	5,8	5,2	4,9	6,7	6,5	5,6			5,0
47.	5,0	6,2	4,8										5,7	6,9			8,9	9,7
48.	6,8	6,2	7,3	6,6	9,6	7,3	10,0	9,5	8,0	8,7	11,5	11,1	9,7	7,6	8,2	7,5	7,3	11,3
49.	4,0	6,3	5,5	7,1	7,1	9,7	9,7	9,7	10,2	10,8	12,3	11,0	9,6	13,5	14,0	8,2	20,5	27,0
50.						4,3	5,0	4,7	3,7	6,1	7,5	7,8	7,1	4,4	3,7	6,0	8,5	8,2
51.	4,3	5,9	4,8	6,8	5,1	6,3	9,2	8,6	10,5	7,8								
52.	3,6	3,8	3,5	3,8	6,4	3,6	3,5	4,4	3,6	5,3	7,7	4,0	3,2	2,6	4,2	5,4	5,9	7,0
53.	9,7	8,8	7,5	8,9	9,5	9,6	8,4	11,9	12,1	12,9	9,6	10,9	12,2	16,8	16,7	15,6	17,1	27,6
54.	4,4	4,6	6,2	6,1	5,3	5,8	6,3	6,5	6,1	4,8	8,6	6,8	7,2	5,5	4,1	7,1	10,3	9,1
55.	3,8	6,5	8,0	6,5	7,3	8,0	9,7	7,6	9,5	9,3	11,2	13,5	10,7	11,7	6,4			
56.	5,1	3,9	5,6	7,0	6,5	4,9	7,1	8,9	9,7	9,1	10,3	7,2			5,5	6,5	7,1	8,7
57.	2,0	3,7	2,7	3,9	3,9	4,0	3,5	5,5	7,6	8,8	10,7	5,6	5,1	7,3	8,3	9,8	10,3	14,3
58.	3,0											3,2	4,3	2,9	3,5	2,0	3,5	4,5
59.	2,5	2,8	21,9	3,5	4,2	2,8	3,1	2,3	4,0	5,9	6,3	5,0	4,2	4,9	5,4	2,3	4,8	6,9
60.	2,8	3,0	3,3	4,5	4,4	5,3	5,1	7,4	9,0	6,4	6,8	3,5	3,8	4,0	4,0	5,8	6,2	7,9

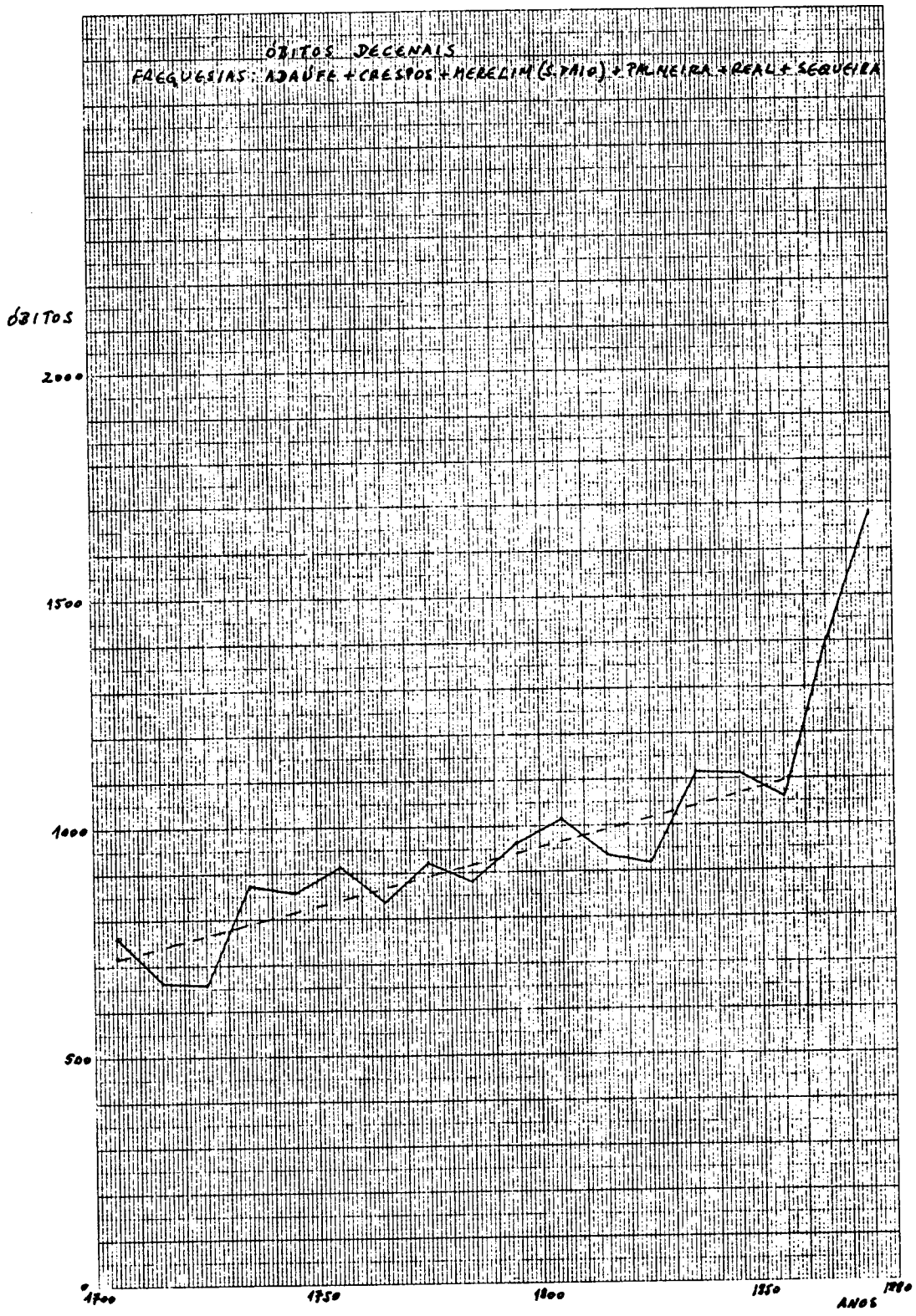
Quadro 31

Médias de óbitos

Nº	Freguesias	1700-49	1750-99	1800-49	1850-80
1.	Cividade	15,8	17,9		
2.	Maximinos	16,2	19,0	16,3	30,7
3.	S. Lázaro		47,8		
4.	S. Vitor	85,3	57,3	52,2	107,8
5.	Sé	38,2	47,4	41,5	63,5
6.	Souto	57,5	69,1		81,1
7.	Adaúfe	25,0	26,9	23,2	34,7
8.	Arcos	4,0	2,0		
9.	Arentim	4,7	6,6	5,2	6,5
10.	Aveleda	5,0	7,1	4,9	6,3
11.	Cabreiros	5,2	6,2	11,2	12,8
12.	Celeirós	7,3	8,3		
13.	Crespos	10,2	12,6	13,7	14,4
14.	Cunha	6,2	7,1	7,2	9,4
15.	Dume	8.6			37,4
16.	Escudeiros	5,2	8,9		
17.	Espinho	4,9	4,9		4,6
18.	Esporões	7,5	6,0	6,5	9,4
19.	Este (S. Mamede)	7,9			10,8
20.	Este (S. Pedro)	7,7	8,5	8,1	14,4
21.	Ferreiros	7,0	8,0		15,5
22.	Figueiredo	4,0	5,1	4,5	6,9
23.	Fraião	2,1	2,8	1,6	2,9
24.	Frossos	4,5	4,6	4,9	12,5
25.	Gondizalves	2,1	2,3	2,8	4,6
26.	Gualtar	6,3	8,3	7,0	8,1
27.	Guisande	3,8	3,5	2,4	2,9
28.	Lamaçães	2,6	5,7	6,7	5,9
29.	Lamas	3,6	4,2	3,6	3,6
30.	Lomar	4,2	4,3	5,9	5,7

Nº	Freguesias	1700-49	1750-99	1800-49	1850-80
31.	Merelim (S. Paio)	9,4	13,5	21,3	19,5
32.	Merelim (S. Pedro)	6,6	7,2	16,8	18,4
33.	Mire de Tibães	5,5	6,0		14,0
34.	Morreira			7,0	10,5
35.	Navarra				
36.	Nogueira	5,8	6,1	8,1	7,1
37.	Nogueiró	4,6	7,8	7,0	8,5
38.	Oliveira	5,2	4,9		
39.	Padim da Graça	7,4	7,8	7,4	14,5
40.	Palmeira	16,9	16,4	18,7	30,2
41.	Panóias				12,4
42.	Parada de Tibães	2,8	3,5	3,2	5,8
43	Passos	4,5	4,5		8,2
44.	Pedralva	9,9	8,2	8,1	11,9
45	Penso (Sto. Estevão)	3,4	4,0	6,1	7,0
46.	Penso (S. Vicente)		5,8	5,8	
47.	Pousada				
48.	Priscos	7,3	8,7	9,6	9,0
49.	Real	6,0	10,0	12,1	19,2
50.	Ruilhe		4,8	6,1	7,7
51.	Sta. Lucrécia de Algeriz	5,4	8,5		
52.	Semelhe	4,2	4,1	4,3	6,1
53.	Sequeira	8,9	11,0	13,2	19,9
54.	Sobreposta	5,3	5,9	6,4	8,8
55.	Tadim e Fradelos	6,4	8,8	10,7	
56.	Tebosa	5,6	7,9		7,7
57.	Tenões	3,2	5,9	7,4	11,3
58.	Trandeiras				3,5
59.	Vilaça	3,2	3,6	5,2	4,7
60.	Vimieiro	3,6	6,6	4,4	6,6


ÓBITOS DECENAIS
FREGUESIAS: MAXIMINOS + S. VITOR + SÉ
ÓBITOS
3000
2500
2000
1500
1000
500
1700
1750
1800
1850
1870
ANOS


ÓBITOS DECENAIS
FREGUESIAS: AJAÚDE + CRESPOS + MERELIM (S. PAIO) + PALMEIRA + REAL + SEQUEIRA
ÓBITOS
2000
1500
1000
500
0
1700
1750
1800
1850
1880
ANOS

Outro indicador a ter em conta, não obstante os múltiplos problemas que levanta, é a taxa bruta de mortalidade (TBM). Como sabemos a TBM é um instrumento grosseiro que isola muito rudimentarmente os efeitos de estrutura, e resulta da interação entre o modelo do fenómeno — conjunto de taxas por idades (ou grupo de idades) — e a estrutura por idades (ou grupos de idades).

Consequentemente qualquer análise executada com base neste indicador tem que ser feita com bastante prudência uma vez que as variações observadas podem resultar apenas de oscilações em aspectos exógenos ao fenómeno em análise.

A impossibilidade de cálculo das taxas por idades (ou grupos de idades) vai conduzir-nos à utilização de modelos construídos em função da esperança de vida e da taxa de crescimento médio da população.

Os nossos cálculos tiveram por base os cômputos populacionais de 1795, 1801, 1828, 1864 e 1878, e as médias de quatro anos dos óbitos. Os resultados, que se apresentam em forma de quadro, parecem reflectir, numa primeira análise, as imprecisões cometidas nas contagens da população e no sub-registo dos óbitos — estas dificuldades foram sentidas por vários investigadores, de que é exemplo a afirmação de Albert Silbert ao calcular as taxas brutas da natalidade e mortalidade para a Beira Baixa e Alentejo, nos inícios do século XIX: "... compreender-se-á mais do que nunca porque não vale a pena tratar cientificamente tais estatísticas"[147], sendo os valores encontrados inferiores àqueles que esperaríamos, embora tenhamos de ter em atenção que "... a omnipresente instabilidade (dos níveis de mortalidade) invalida a utilidade do conceito de taxa de mortalidade "normal". Inclusivé ao longo do século XIX, o

147 SILBERT, Albert — *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIe — Début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 2ª ed., Lisboa, I.N.I.C., 1978, Vol. I, p. 119.

que foi mais normal na mortalidade da Europa ocidental foi a sua instabilidade"[148]. Estas variações faziam-se sentir temporal e espacialmente — para o séc. XIX, em França, a TBM oscilou, com poucas excepções, entre os 25‰ em1816-1831, e os 22-22,5‰ em 1872-1895 [149], enquanto que em Espanha, e para a segunda metade do século, a TBM foi, em média, de 30,5‰ em 1858-1870 e 31,6‰ em 1878-1887[150].

148 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 139.

149 ARMENGAUD, André — *La population française au XIXe siècle*, 2e. éd., Paris, P.U.F., 1976, pp. 18 e 50.

150 ROMERO DE SOLIS, Pedro — *La población española en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1973, p. 264.

Quadro 32

Taxas brutas de mortalidade (‰)

Nº	Freguesias	1795		1801		1828		1864		1878	
		Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.
1.	Cividade	22,75	15,6	19,5	19,5	23,5	27,6	25,0	20,4	35,5	23,9
2.	Maximinos	31,5	23,5	28,0	22,4	16,75	12,9	38,75	23,6	44,75	27,7
3.	S. Lázaro	38,0	11,3	58,0	15,9	48,25	12,6	53,75	14,2	106,75	26,3
4.	S. Vitor	61,5	13,9	58,0	12,9	54,25	10,7	117,0	22,5	152,75	26,5
5.	Sé	54,75	13,0	55,25	20,0	28,5	14,7	59,0	20,5	86,0	29,0
6.	Souto	73,5	24,4			76,25	24,8	78,75	22,6	85,75	21,9
7.	Adaúfe	17,0	10,8	23,75	17,1	22,75	12,9	39,0	21,5	24,25	12,0
8.	Arcos	3,0	26,8	2,0	12,0			2,75	13,1	3,75	*
9.	Arentim	6,25	21,6	7,0	20,3	3,0	8,2	3,75	8,5	9,25	21,9
10.	Aveleda	3,75	10,4	4,5	13,8	4,5	12,5	5,5	13,8	7,5	21,2
11.	Cabreiros	9,5	22,8	8,5	18,4	14,75	34,3	11,75	18,4	15,5	23,5
12.	Celeirós	12,0	18,8								
13.	Crespos	15,0	23,6	14,75	22,2	12,0	17,1	15,25	20,0	19,5	25,8
14.	Cunha	7,5	19,5	5,75	15,1	9,0	20,0	11,25	21,6	10,5	24,0
15.	Dume							34,75	22,1	45,0	27,1
16.	Escudeiros	11,75	28,7	5,75	14,8			10,0	18,3	7,25	14,1
17.	Espinho	4,5	17,0					5,25	20,3	4,0	13,3
18.	Esporões	6,5	13,9	5,75	11,6	5,75	17,7	8,5	15,2	14,25	29,0
19.	Este (S. Mamede)					8,5	16,7	6,5	9,2	16,25	23,1
20.	Este (S. Pedro)	8,25	21,2	11,75	27,9	6,5	15,1	17,0	26,5	15,5	24,2
21.	Ferreiros	8,5	13,1			7,75	11,8	11,0	13,2	22,0	24,0
22.	Figueiredo	6,5	21,0	6,5	18,9	6,0	27,3	5,25	16,8	7,75	24,2
23.	Fraião	3,0	23,4	3,0	18,5	3,0	14,4	2,5	11,7	4,25	20,5
24.	Frossos	5,0	15,2	3,75	12,2	6,0	11,1	12,5	17,7	20,75	29,6
25.	Gondizalves	3,25	20,1	3,5	17,5	1,5	7,0	5,5	22,2	7,75	30,0
26.	Gualtar	4,25	11,5	6,5	15,0	5,25	14,2	9,0	21,1	9,75	21,0
27.	Guisande	3,5	21,5	2,75	17,3	1,5	7,7	2,0	11,3		
28.	Lamaçães	5,5	18,2	7,75	29,8	7,75	28,7	6,25	19,4	5,5	17,3
29.	Lamas	1,25	6,3	4,25	15,6	4,25	20,0	2,5	13,7	4,0	20,7
30.	Lomar	4,25	11,7	5,75	14,1	7,0	18,4	4,5	7,6	7,25	13,4

* Ver Nogueira

		1795		1801		1828		1864		1878	
Nº	Freguesias	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.	Óbitos	TBM.
31	Merelim (S. Paio)	15,75	24,2	20,0	31,8	22,75	33,5	10,0	10,9	19,75	20,3
32.	Merelim (S. Pedro)	4,25	9,8	7,25	14,9	21,5	35,8	22,25	25,0	13,25	13,1
33.	Mire de Tibães	4,5	8,0	4,75	8,6			11,75	15,0	20,5	25,1
34.	Morreira	5,75	16,7	11,25	30,5	9,5	24,1	9,5	18,4	11,0	23,0
35.	Navarra					6,0	18,9	6,0	16,1	7,75	20,4
36.	Nogueira	5,0	13,0	8,75	33,4	9,75	27,9	8,0	18,6	6,0	15,4
37.	Nogueiró	9,0	36,4	8,0	30,5	6,0	20,7	10,25	28,4	9,0	25,0
38.	Oliveira	3,75	12,7	5,0	20,0	5,5	18,0	4,5	13,7	8,5	22,8
39.	Padim da Graça	6,75	14,4	8,5	18,0	7,25	15,8	11,75	17,3	18,25	25,5
40.	Palmeira	10,0	10,0	15,75	11,5	21,5	14,1	31,25	17,2	42,5	20,9
41.	Panóias					5,5	16,7	10,0	19,0	19,0	27,1
42.	Parada de Tibães	2,25	11,5	3,75	19,6	3,5	17,5	5,75	20,2	7,75	24,4
43	Passos	3,0	9,0	4,25	12,6			8,0	20,5	8,0	18,6
44.	Pedralva	8,25	16,7	7,75	14,5	9,25	21,7	13,75	24,6	10,5	17,8
45	Penso (Sts. Estevão)	3,0	15,9	5,25	17,9	7,75	25,8	6,75	20,3	7,0	27,1
46.	Penso (S. Vicente)	5,75	30,4	4,0	17,7	6,0	26,0	4,0	13,5	5,0	18,0
47.	Pousada					6,75	16,7	12,0	22,6	11,75	23,0
48.	Priscos	9,0	21,5	9,5	21,4	11,0	22,9	5,75	11,4	13,0	24,8
49.	Real	9,75	11,9	12,25	14,2	10,0	9,5	23,75	19,7	31,0	23,7
50.	Ruilhe	4,0	12,2	5,5	15,1	4,75	11,9	9,5	23,3	6,5	17,6
51.	St. Lucrécia de Algeriz	9,0	24,3	8,25	19,7					14,0	29,8
52.	Semelhe	6,25	29,6	8,75	36,8	5,0	24,5	6,0	16,0	6,75	20,4
53.	Sequeira	14,0	22,5	12,5	19,7	15,0	25,2	15,25	19,3	28,5	29,3
54.	Sobreposta	5,0	17,3	8,5	30,0	9,0	22,5	10,25	25,5	9,75	25,0
55.	Tadim e Fradelos	8,25	21,6	10,0	27,0	12,5	28,4				
56.	Tebosa	10,0	29,9	10,0	27,2			5,5	9,5	9,75	20,3
57.	Tenões	8,25	28,4	8,75	27,3	4,5	15,5	8,0	19,2	12,5	29,7
58.	Trandeiras					3,25	17,6	2,0	11,6	5,75	29,2
59.	Vilaça	3,75	17,8	5,5	23,6	4,5	20,5	4,25	15,5	6,25	22,7
60.	Vimieiro	6,75	20,8	5,5	16,5	4,5	13,2	6,5	15,9	8,25	24,8

Passando agora para regiões mais próximas da que é objecto do nosso estudo servem-nos de referência os valores apontados por Norberta Amorim, para Guimarães, em 1802 — 33,2‰ para a zona urbana e 17,5‰ para a zona rural[151]; e por Pérez Moreda, para a Galiza em 1878-1900 — as taxas médias de mortalidade foram de 24,80‰ para a Corunha, 27,41‰ para Lugo, 27,64‰ para Orense e 23,55‰ para Pontevedra, sendo das mais baixas registadas em território espanhol[152].

Se atentarmos agora nos valores por nós obtidos observamos uma grande diversidade, resultado das imprecisões já atrás referidas, e das reduzidas dimensões de grande número das freguesias — 48 (80%) não atingem, em média, os dez óbitos anuais, pelo que o subregisto de um pequeno número de óbitos pode alterar profundamente o valor da TBM —, e mesmo naquelas em que esse número de óbitos anual é significativo as variações da TBM também são muito acentuadas.

Quadro 33

Resumo da Taxa Bruta de Mortalidade (‰)

	1795	1801	1828	1864	1878
Cidade	15.9	16.6	15.4	20.4	25.8
Termo	17.1	18.8	18.5	18.0	22.1
Cidade + Termo	16.5	17.9	17.1	19.0	23.6

151 AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt — *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987, pp. 481-482.

152 PÉREZ MOREDA, Vicente — *La evolución demografica española en el siglo XIX (1797-1930) tendencias generales y contrastes regionales, in* «La popolazione italiana nell'ottocento. Continuitá e mutamenti», relazioni e communicazioni presentate al convegno tenuto al Assisi nei giorni 26-28 Aprile 1983, Societá Italiana di Demografia Storica, Bologna, Editrice CLUEB, 1985, p. 76.

Mesmo levando em conta que estes valores não têm a amplitude temporal dos que Pérez Moreda calculou para a Galiza, pensamos ser de realçar o facto dos valores para 1878 estarem muito próximos dos das províncias mais ocidentais da Galiza — Corunha e Pontevedra.

Ora é notória a subida do número de mortes anuais a partir de 1860, como já atrás referimos, e com uma taxa de crescimento médio anual muito superior à da população.

Quadro 34

Taxas de crescimento médio anual da população e dos óbitos (%)

	1828/64		1864/78	
	Taxa de c.m. anual da pop.	Taxa de c.m. anual dos óbit.	Taxa de c.m. anual da pop.	Taxa de c.m. anual dos óbit.
Cidade	0,35	1,17	0,60	2,30
Termo	0,59	0,93	0,22	1,84
Cidade + Termo	0,50	1,03	0,37	2,04

Se esta diferença vem confirmar, para um lado, a melhoria gradual da qualidade dos registos de óbitos a partir de 1860, a qual terá sido particularmente sentida nas crianças que morreram nos primeiros anos de vida e, em especial, nos nados-mortos e naqueles que faleceram antes do baptismo, por outro lado alerta-nos para a influência que terá tido a estrutura da população na mortalidade.

Para tal calculámos a distribuição da população, por grupos de idades[153], para os anos que tal foi possível — 1864 e 1878. Quando comparamos os valores a que chegámos com o modelo teórico de Bourgeois-Pichat e com os obtidos por Miriam Halpern Pereira constatamos um envelhecimento da população, a que o facto de Braga ser um dos principais polos de emigração portuguesa está certamente associado[154]. O grupo das idades de 0 a 25 anos é menos numeroso que no modelo teórico, em especial na cidade, apontando no sentido de uma alta da mortalidade e uma baixa da natalidade nos anos anteriores ao censo; o grupo de idades dos 26 aos 50 anos tem um valor próximo ao teórico, mas teremos de distinguir os valores encontrados para a cidade, acima do valor teórico, resultado muito provavelmente dos movimentos migratórios e da atracção pelo principal centro populacional, das do termo, que são nitidamente inferiores; o grupo de idades de 50 ou mais anos é também maior do que o teórico, não apresentando diferenças notórias entre a cidade e o termo. Se agora atentarmos na distribuição da população, por grupos de idade, sexos separados, observamos, no grupo de idades dos 26 aos 50 anos, um peso muito menor de população masculina, com tendência para a descida nas freguesias do termo, resultado da emigração e para uma subida, embora mais ligeira, nas freguesias citadinas, reflexo dos fluxos migratórios.

---

153 A escolha dos grupos de idades — 0-25 anos; 26-50 e Mais de 50 anos — foi feita de molde a permitir-nos uma comparação com os valores apresentados por Miriam Halpern Pereira no seu trabalho *Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX* (*in* «Análise Social», Vol. VII, nº 25-26, 1969, pp. 85-117) e com o modelo teórico de uma população estável, segundo Bourgeois-Pichat, o qual apresentaria as seguintes proporções:

0-25 anos	520‰
25-50 anos	325‰
Mais de 50 anos	155‰

Bourgeois-Pichat, «Population», Oct.-Dec. 1951, p. 645 (citado por Miriam Halpern Pereira, no trabalho atrás referido, p. 108, nota38).

154 SERRÃO, Joel — *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp. 136-146.

Quadro 35

Distribuição da população, por grupos de idades, em 1864 a 1878 (‰) (sexos reunidos)

	1864			1878		
Idade (anos)	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
0-25	471,29	508,39	493,98	469,46	505,62	491,63
26-50	342,80	312,72	324,41	349,80	315,92	329,03
Mais de 50	185,91	178,88	181,61	180,74	178,45	179,34

Quadros 36 e 37

Distribuição da população, por grupos de idades, em 1864 e 1878 (‰) (sexos separados)

HOMENS

	1864			1878		
Idade (anos)	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
0-25	518,26	522,30	520,78	518,54	529,12	525,17
26-50	303,33	302,05	302,53	313,95	292,20	300,31
Mais de 50	178,41	175,65	176,68	167,51	178,68	174,52

MULHERES

	1864			1878		
Idade (anos)	Cidade	Termo	Cid. + Termo	Cidade	Termo	Cid. + Termo
0-25	434,61	496,36	471,68	431,07	485,14	463,58
26-50	373,63	321,96	342,61	377,84	336,61	353,05
Mais de 50	191,76	181,68	185,71	191,09	178,26	183,37

Pensamos pois poder afirmar que as migrações, actuando sobre as estruturas populacionais, também influenciaram de forma não negligenciável o cálculo da TBM.

As variações existentes de freguesia para freguesia, e de ano para ano, levaram-nos a tentar um método que nos aproximasse dos valores "reais" da TBM. Com esse objectivo utilizámos as "Regional model life tables and stable populations" de A. J. Coale e F. Demeny[155], dado que são das mais provadas em estudos históricos. A sua consulta requer a selecção da família de tábuas que melhor reflectem o comportamento da mortalidade em estudo e a esperança de vida à nascença (e_0) prevista para essa mesma população, tendo as opções sido tomadas com base no trabalho de Fausto Dopico[156] para Espanha. Das quatro diferentes famílias de Tábuas modelo, coincidindo com áreas geográficas particulares, as escolhidas foram as "model south", pois são as que melhor se adaptaram à grande maioria das províncias espanholas (embora no caso da Galiza houvesse variações conforme o critério seguido)[157]; quanto à esperança de vida à nascença constatámos que os valores obtidos para a Galiza e respectivas províncias, em 1863-1870, foram os seguintes: Galiza — 34,8 anos; Corunha — 35,3 anos; Lugo — 35,5 anos; Orense — 30,0 anos e Pontevedra — 37,1 anos[158], pelo que, por razões de proximidade geográfica, escolhemos o valor de $e_0 = 35$ anos como referência. A partir daqui, com o auxílio das "Life Table", foram calculadas as TBM, majorando os menores de sete anos; e utilizando as tabelas das "stable populations", conhecidas que eram as taxas de crescimento médio anual das populações (r), foram calculados outros valores de TBM.

Assim, e para as sessenta freguesias, foram executados gráficos em que se mostra a evolução da TBM segundo a própria definição, a partir da majoração dos

---

155 COALE, A. J.; DEMENY, P. — *Regional model life tables and stable populations*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

156 DOPICO, Fausto — *Regional Mortality Tables for Spain in the 1860s ,in* «Historical Methods», Vol. 20, nº 4, 1987, pp. 173-179.

157 DOPICO, Fausto — *Regional Mortality Tables for Spain in the 1860s*, cit., p. 175.

158 DOPICO, Fausto — *Regional Mortality Tables for Spain in the 1860s*, cit., pp. 176 e 178.

menores de sete anos e função da taxa de crescimento médio anual das populações (ver Anexo 3).

Dado o volume de informação e com o objectivo de uma melhor leitura dos resultados assim obtidos, foram construídas cinco tabelas (para 1795, 1801, 1828, 1864 e 1878) em que para cada uma das freguesias foi calculada a amplitude dos valores da TBM e o respectivo ponto médio (P. M.), e ainda, as diferenças.

$$A = TBM\ (definição) - TBM\ (f(r)) \text{ e } B = TBM\ (Maj. < 7\ anos) - TBM\ (f\ (r))$$

Por fim, foram calculadas as médias aritméticas das TBM, dos pontos médios e dos desvios.

Quadro 38

Médias das TBM e dos pontos médios (‰)

	Cidade				Termo				Cid. + Termo			
	Def.	Maj. <7 a.	f (r)	P. M.	Def.	Maj. < 7 a.	f(r)	P. M.	Def.	Maj. < 7 a.	f (r)	P. M.
1795	17,0	27,4	30,1	24,9	18,4	29,7	30,7	26,6	18,2	29,4	30,6	26,4
1801	18,1	29,3	30,0	24,9	19,8	32,0	30,2	27,6	19,7	31,7	30,2	27,3
1828	17,2	27,8	29,2	25,4	19,1	30,8	29,1	26,6	18,9	30,5	29,1	26,4
1864	20,6	33,3	29,1	27,5	17,6	28,3	29,2	24,8	17,9	28,9	29,2	25,1
1878	25,9	41,7	29,3	33,8	22,4	36,0	29,4	29,7	22,7	36,6	29,4	30,1

Quadro 39

Médias dos desvios (‰)

	Cidade		Termo		Cid. + Termo	
	A	B	A	B	A	B
1795	- 13,2	- 2,8	-12,2	-1,0	-12,3	-1,2
1801	-11,8	-0,7	-10,4	1,7	-10,6	1,5
1828	-12,0	-1,4	-10,0	1,8	-10,2	1,4
1864	-8,5	4,2	-11,7	-0,9	-11,3	-0,3
1878	-3,4	12,4	-7,1	6,6	-6,7	7,2

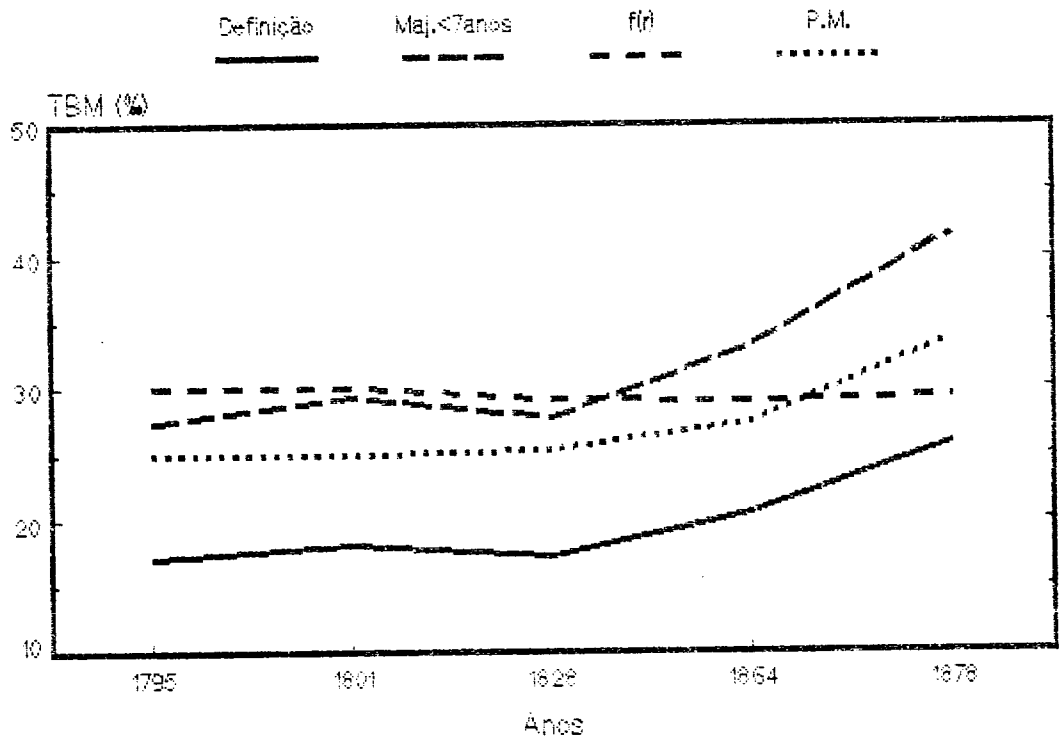
Dos quadros e das representações gráficas deles decorrentes, pensamos poder apontar algumas sugestões:

— para 1795, 1801 e 1828 os pontos médios serão valores de referência a considerar, sendo de salientar que as médias dos valores para a cidade são inferiores às do termo.

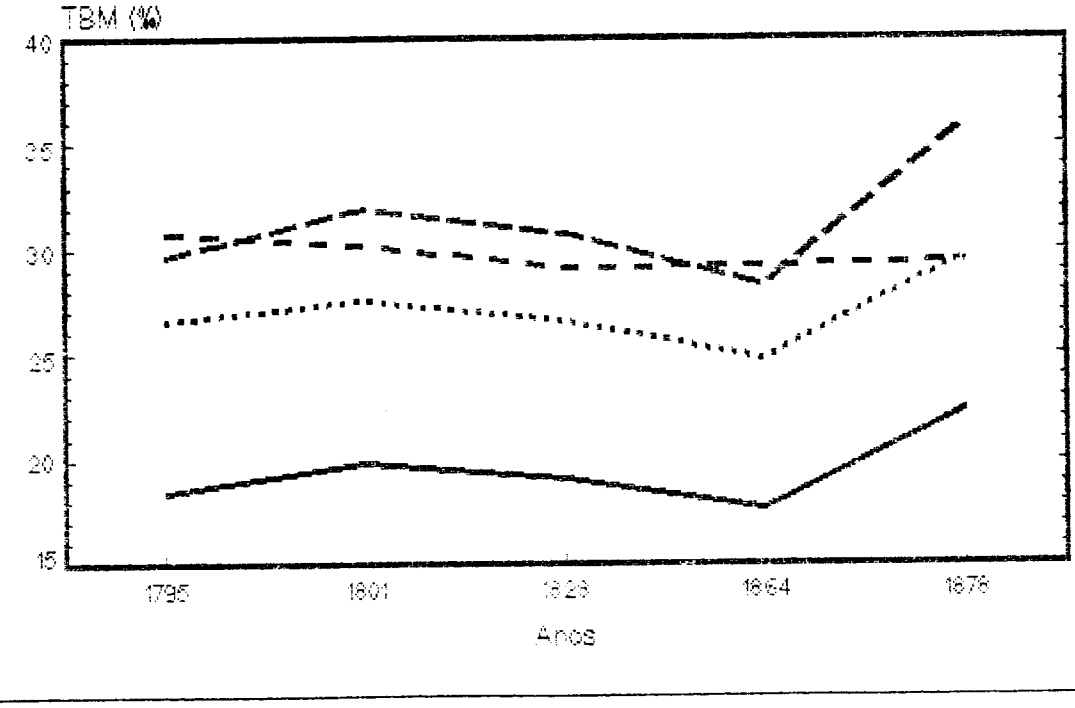
— para 1864 constata-se uma subida dos valores para a cidade, a qual não é acompanhada no termo, o que pode traduzir uma mais rápida resposta, por parte das freguesias urbanas, às alterações introduzidas em 1860, e a um maior "envelhecimento" da estrutura populacional.

— para 1878 são notórias as subidas dos valores, na cidade e no termo, pelo que os valores da TBM calculados a partir da definição se devem aproximar muito dos "reais".

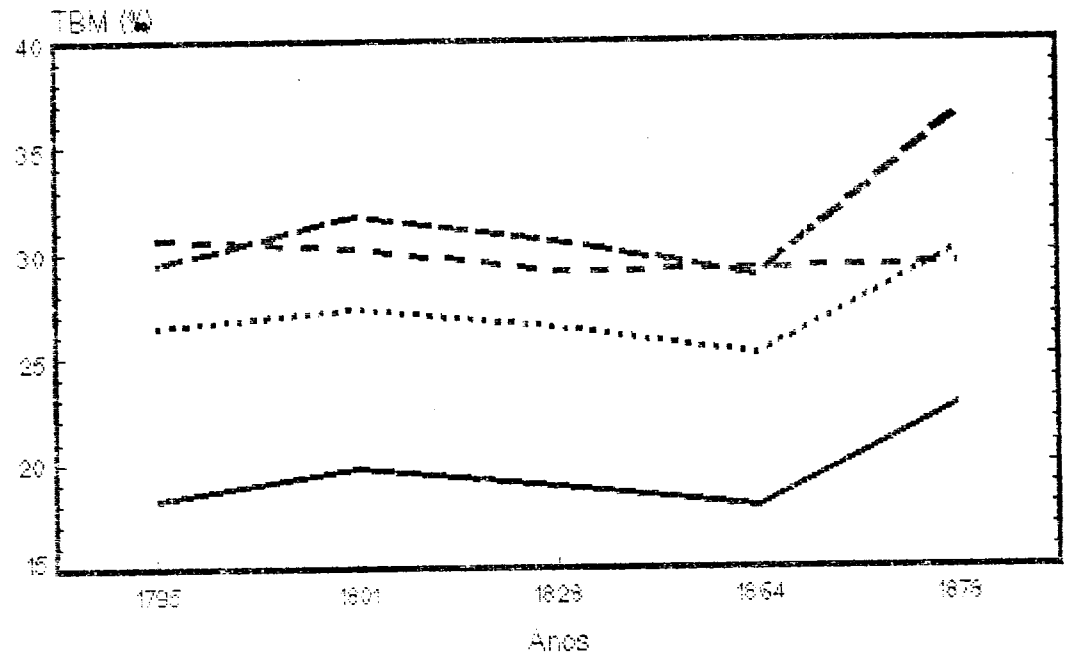
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
Cidade



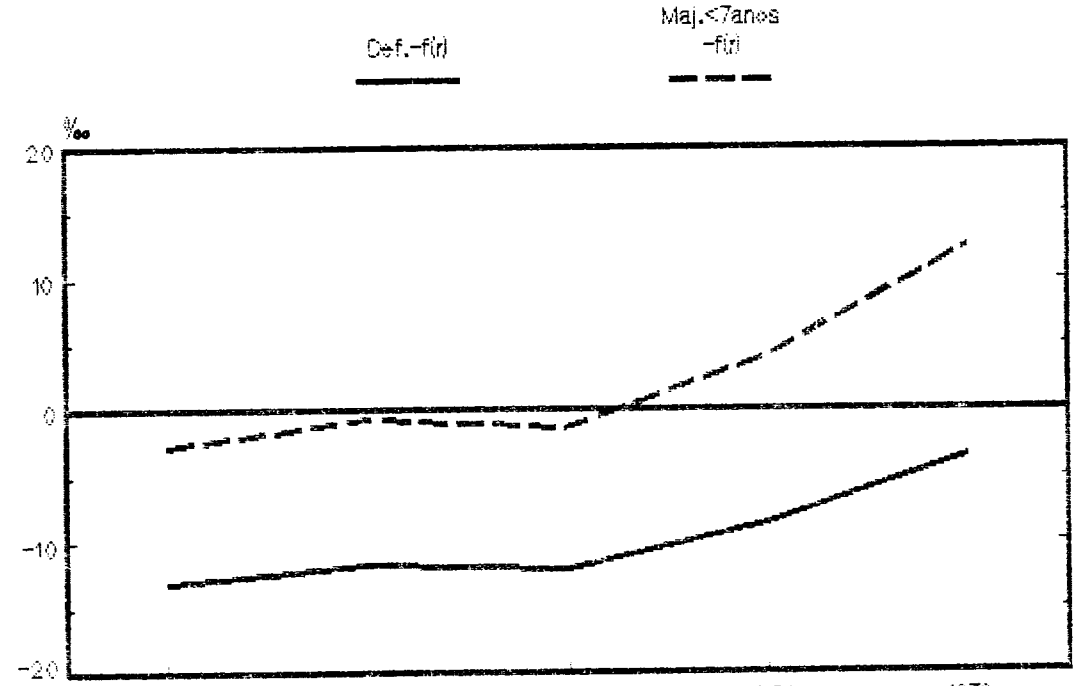
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
Termo

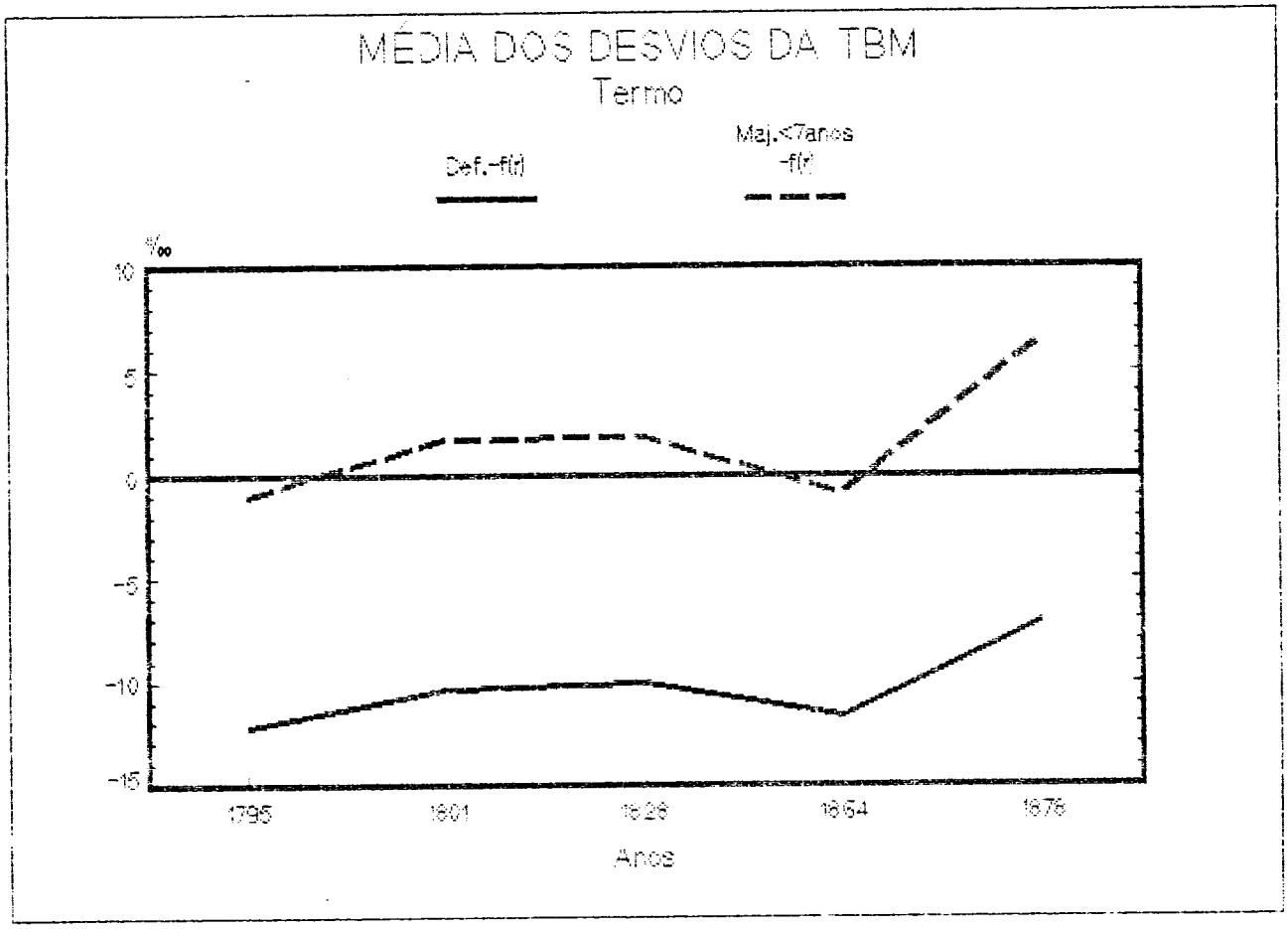


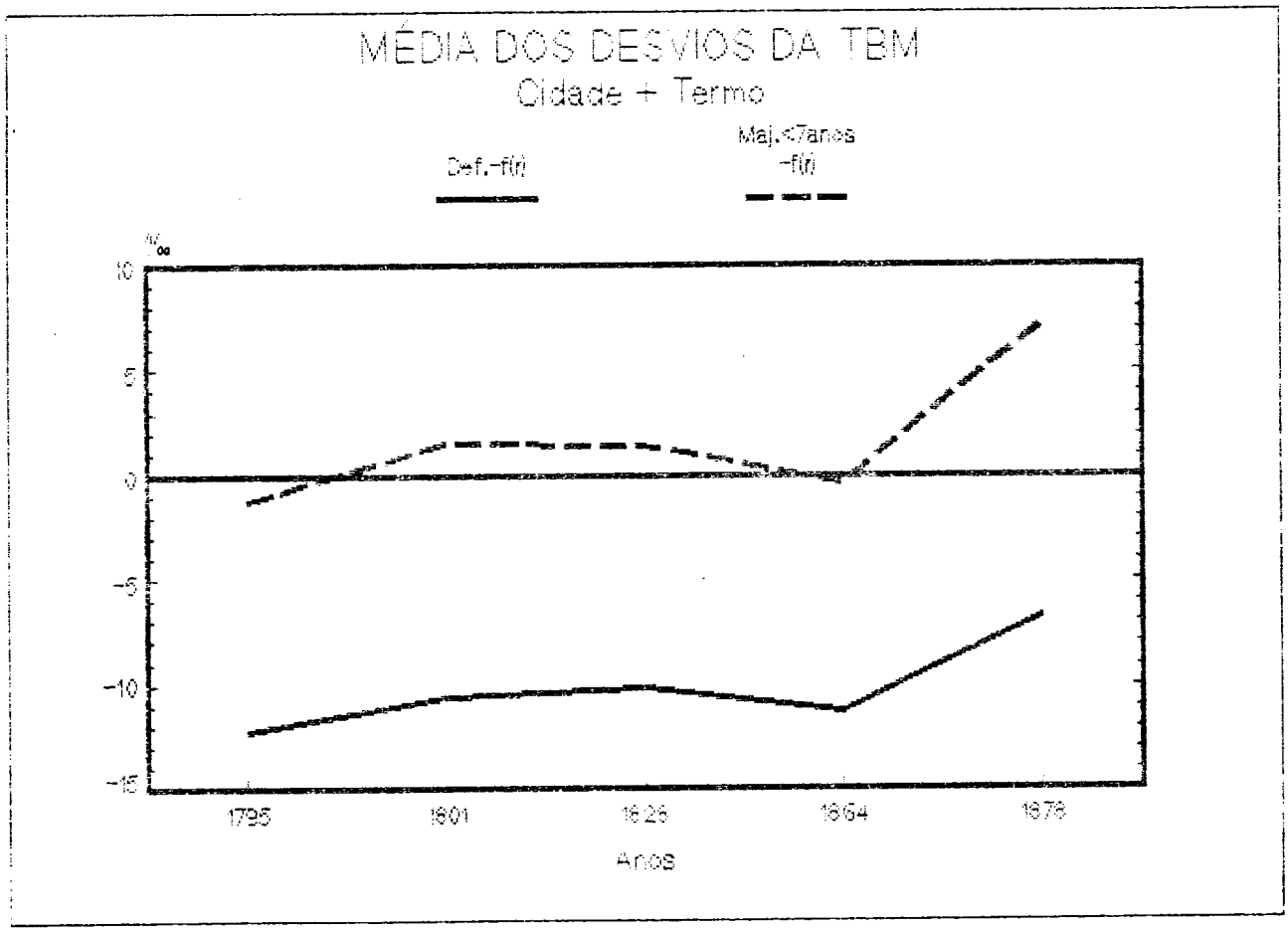
TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
Cidade + Termo



MEDIA DOS DESVIOS DA TBM
Cidade




MÉDIA DOS DESVIOS DA TBM
Termo
Def.-f(r)
Maj.<7anos
-f(r)
‰
10
5
0
-5
-10
-15
1795
1801
1826
1864
1878
Anos


MÉDIA DOS DESVIOS DA TBM
Cidade + Termo
Def.-f(r)
Maj.<7anos
-f(r)
‰
10
5
0
-5
-10
-15
1795
1801
1826
1864
1878
Anos

Para a análise da mortalidade por meses utilizámos o método dos números proporcionais, tal como foi enunciado por Louis Henry[159], o qual tem em conta a desigualdade dos meses permitindo a comparação de períodos temporais de desigual duração.

Por razões já atrás referidas, o estudo incidiu sobre as freguesias citadinas e seis freguesias do termo — Adaúfe, Crespos, Merelim (S. Paio), Palmeira, Real e Sequeira — e optámos pela utilização do total de óbitos, mesmo tendo em consideração as possíveis diferenças de comportamento entre crianças e adultos.

Se observarmos, em primeiro lugar, o que se passa ao longo do século XVIII, comprovamos uma grande semelhança nas curvas da primeira e segunda metade do século, apresentando a cidade um valor máximo invernal, correspondente aos meses de Dezembro e Janeiro, e que normalmente se relaciona com as afecções do foro respiratório e pulmonar que atacavam preferencialmente as populações de idade mais avançada; nas freguesias do termo é visível um máximo outono-invernal, de Setembro a Janeiro em que o máximo de final de Verão/Outono é, naturalmente, resultante de uma maior mortalidade infantil, particularmente forte nos meses de Setembro e Outubro.

Outra conclusão a retirar é a da existência de uma sazonalidade mais forte nas freguesias do termo do que nas da cidade, com uma maior amplitude entre os valores mínimo e máximo dos "números proporcionais". Como diz Etienne François, isso "... significa que a mortalidade na cidade depende menos que a dos campos do ritmo das estações e da natureza, e que ela é antes de mais resultado duma mortalidade especificamente urbana com aspectos permanentes, pelo que é preciso procurar as

159 HENRY, Louis — *Técnicas de análise em demografia histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988, pp. 68-69.

causas nas condições de habitat, sujidade das cidades, a qualidade das águas, etc"[160]. Quanto ao período 1800-1879, verificamos o seguinte: na primeira metade do século uma grande semelhança nos comportamentos da cidade e do seu termo, com dois máximos, um no período estival (Agosto e Setembro), e outro no período invernal (Dezembro e Janeiro), apresentando ambos um valor mínimo no mês de Junho. Tal como já tínhamos observado para o século XVIII, a subida no Verão é muito mais notória entre as freguesias do termo por nós estudadas do que na cidade, o que tanto pode traduzir uma maior mortalidade infantil como uma diferença na qualidade dos dados; no período 1850-1879 continua a manter-se um paralelismo entre as curvas da cidade e do termo, no entanto o máximo estival apresenta uma amplitude de flutuações notavelmente maior (cidade — Julho, Agosto e Setembro, termo — Agosto e Setembro), sendo a subida invernal diminuta quando comparada com esta. Pensamos que tal se fica a dever a uma grande estacionalidade da mortalidade infantil e juvenil numa época em que há uma melhoria na qualidade dos assentos de óbitos, o que podemos comprovar através das curvas decenais para as freguesias citadinas, notando-se uma nítida diferença de comportamento entre 1850-59 e os dois decénios seguintes.

Pensamos pois poder concluir, tal como Pérez Moreda, pela "persistência das estruturas tradicionais da mortalidade até tempos muito próximos aos nossos"[161], as quais se caracterizam por um máximo estival, ligado à mortalidade infantil e, fundamentalmente, às doenças do aparelho digestivo, máximo este que por vezes se prolonga pela época outonal como resultado de certas epidemias, e um outro máximo invernal, normalmente não tão violento, relacionado com as doenças do foro respiratório e pulmonar. A Primavera era a estação do ano em que menos se morria.

---

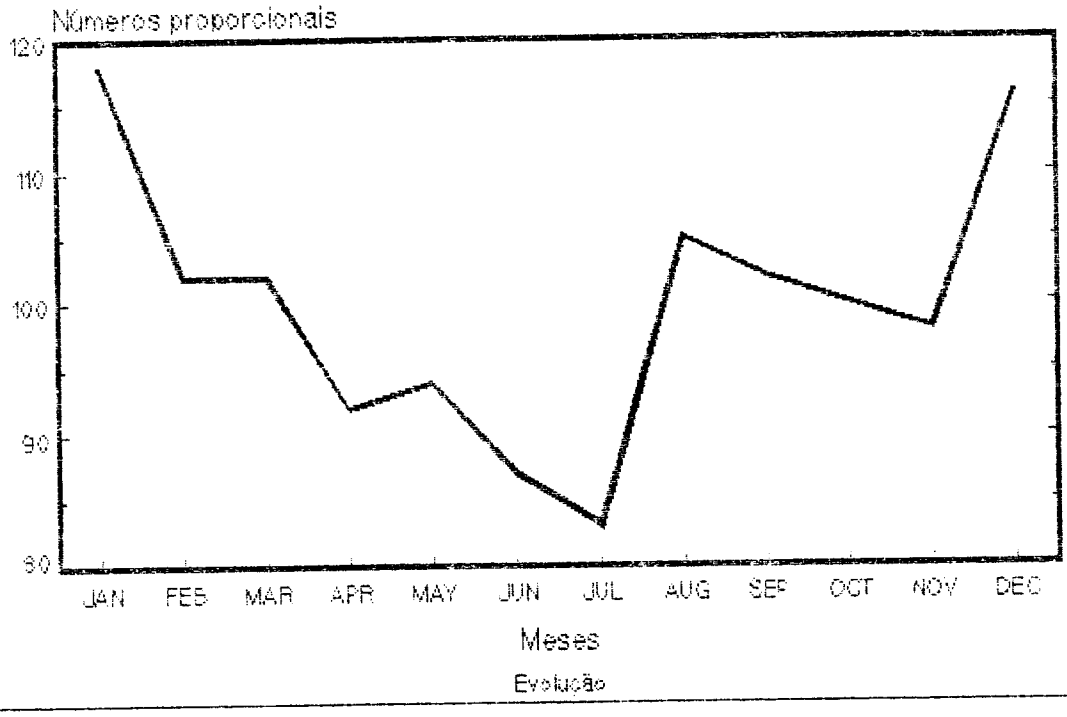
160 FRANÇOIS, Etienne — *La mortalité urbaine en Allemagne au XVIIIe siècle, in* «Annales de Démographie Historique», 1978, p. 161.

161 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 210.

MORTALIDADE POR MESES

Cividade,Maximinos,Souto,S.Vitor e Sè

1700-1749

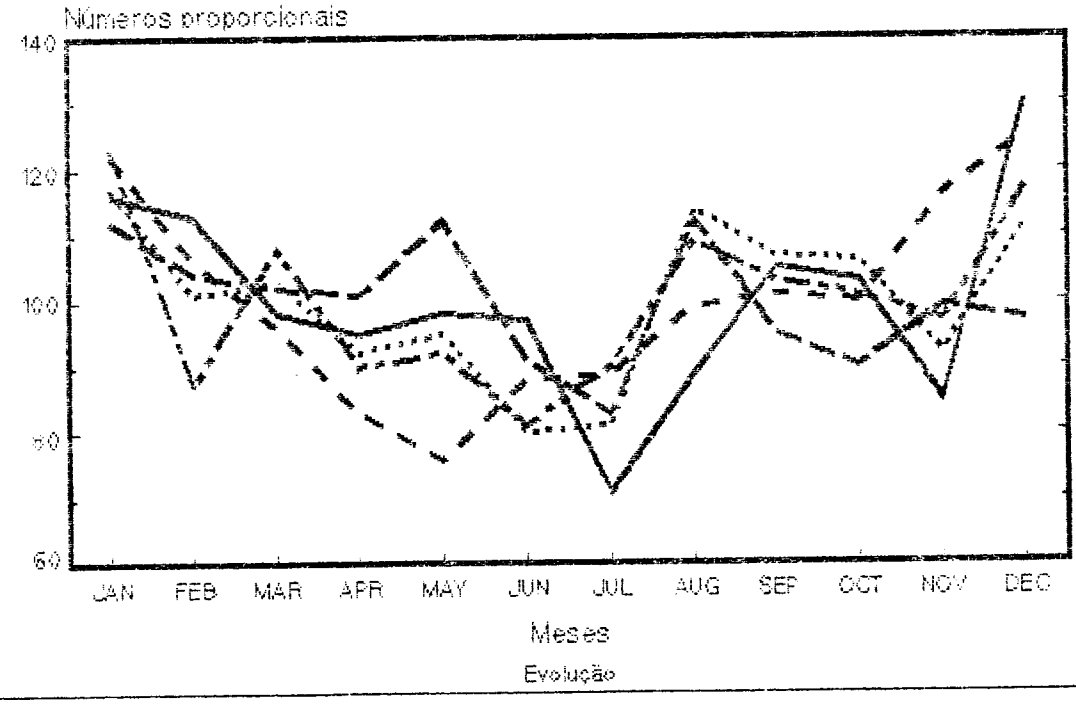


Evolução

MORTALIDADE POR MESES

Cividade,Maximinos,Souto,S.Vitor e Sè

1700-1709 1710-1719 1720-1729 1730-1739 1740-1749

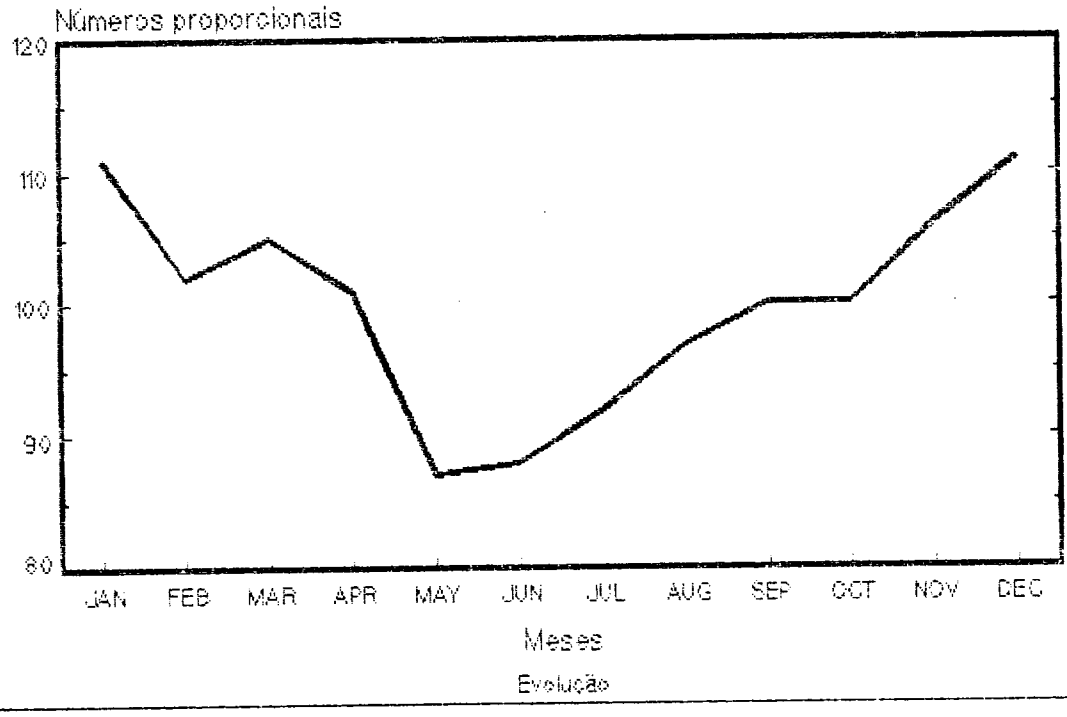


Evolução

MORTALIDADE POR MESES

Cividade,Maximinos,Souto,S.Lázaro,S.Vitor e Sé

1750-1799

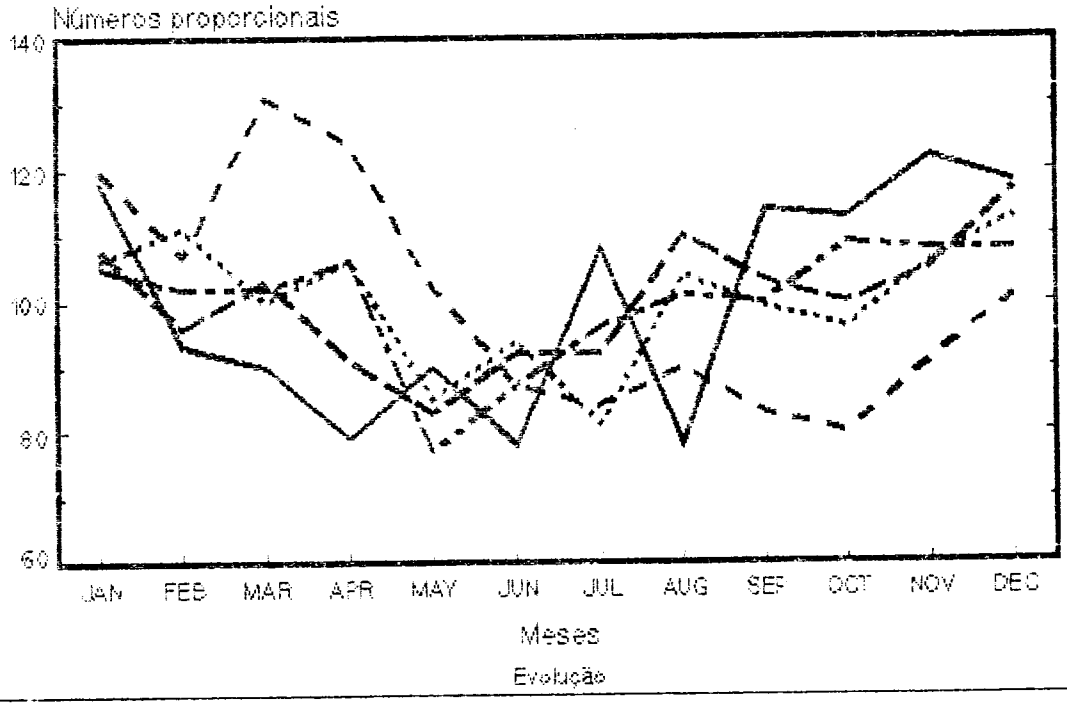


Evolução

MORTALIDADE POR MESES

Cividade,Maximinos,Souto,S.Lázaro,S.Vitor e Sé

1750-1759 1760-1769 1770-1779 1780-1789 1790-1799

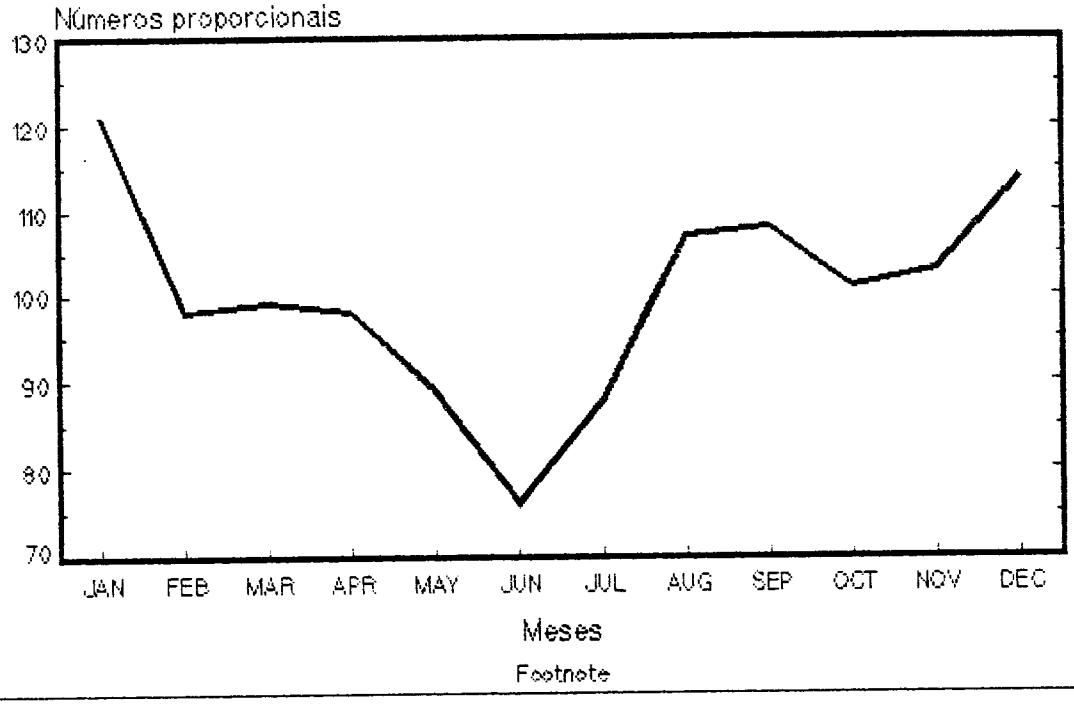


Evolução

MORTALIDADE POR MESES

Maximinos, S. Vitor e Sé

1800-1849

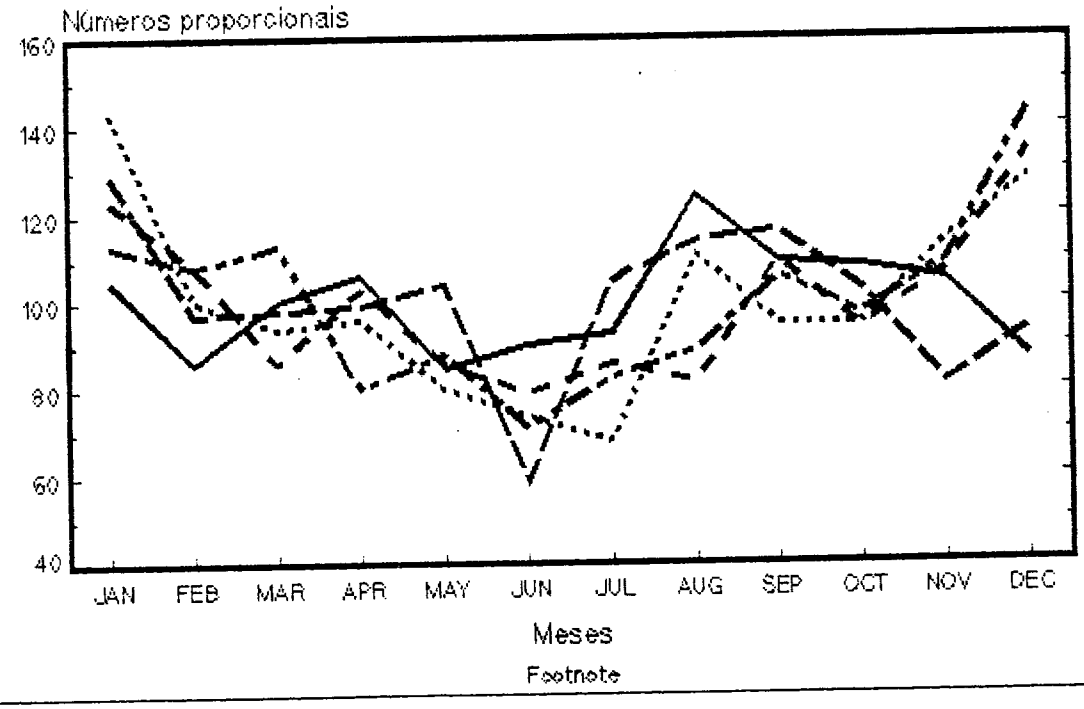


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Maximinos, S. Vitor e Sé

1800-1809 1810-1819 1820-1829 1830-1839 1840-1849

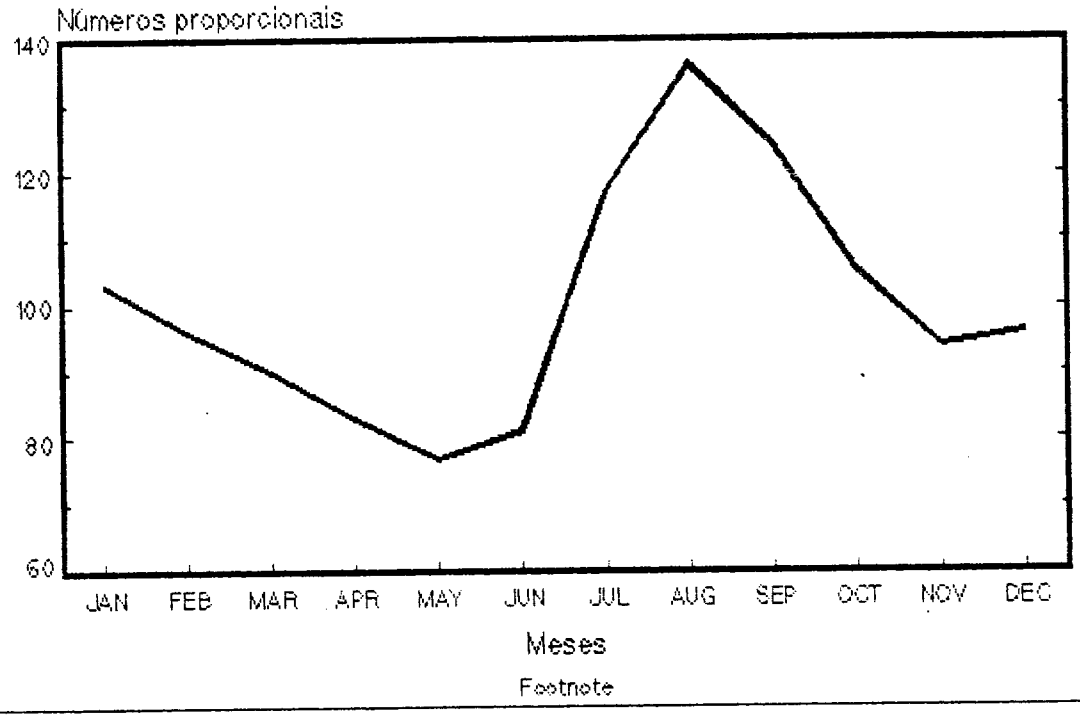


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Maximinos,S.Vitor,Sé e Souto

1650-1679

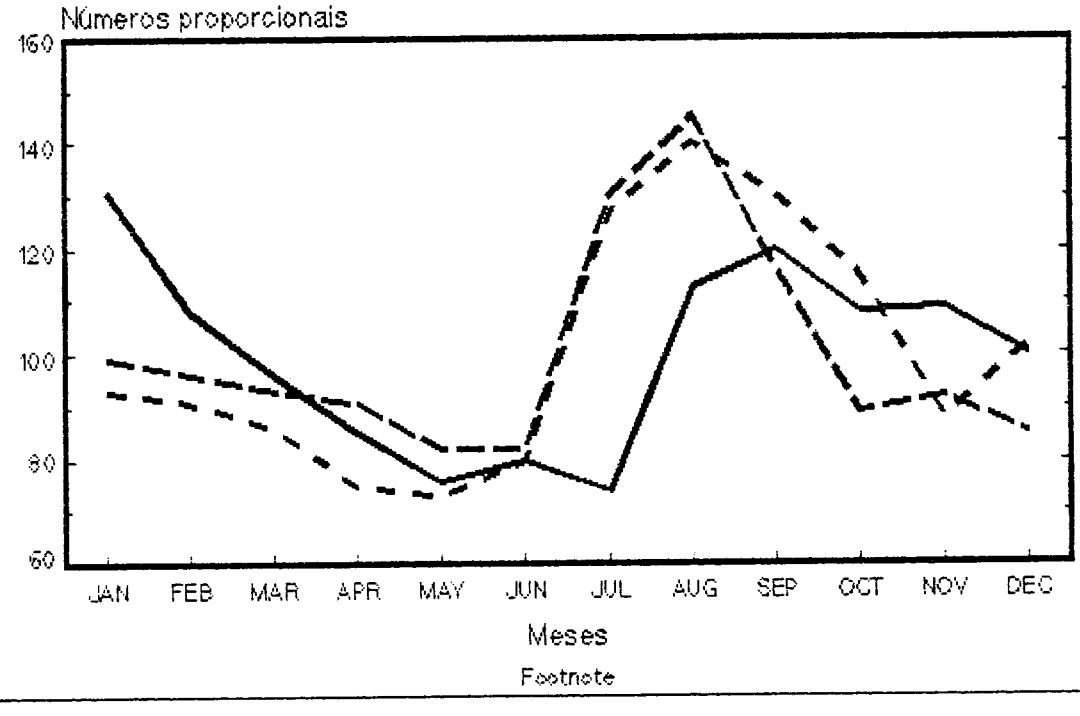


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Maximinos,S.Vitor,Sé e Souto

1650-1659 1660-1669 1670-1679

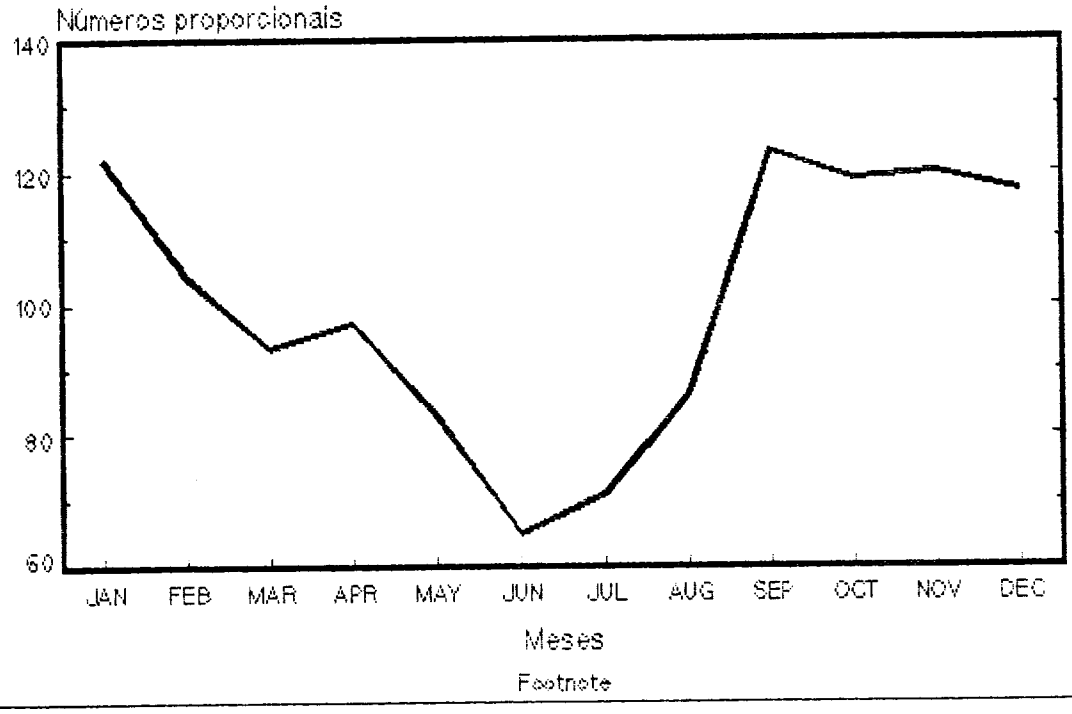


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

1700-1749

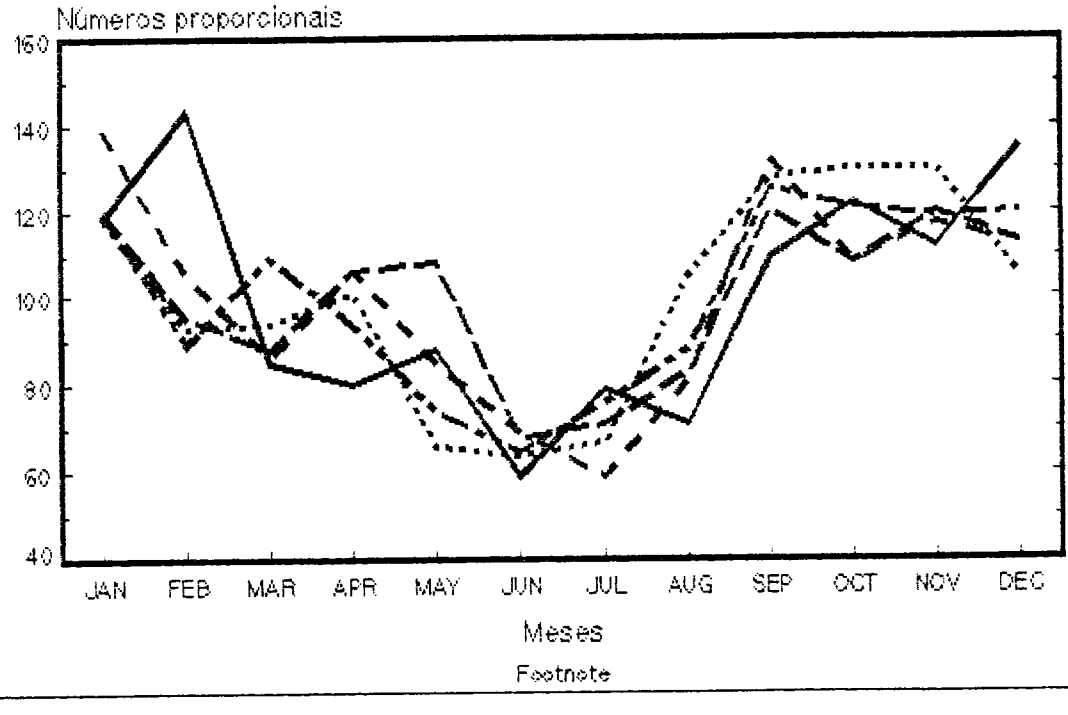


Footnote

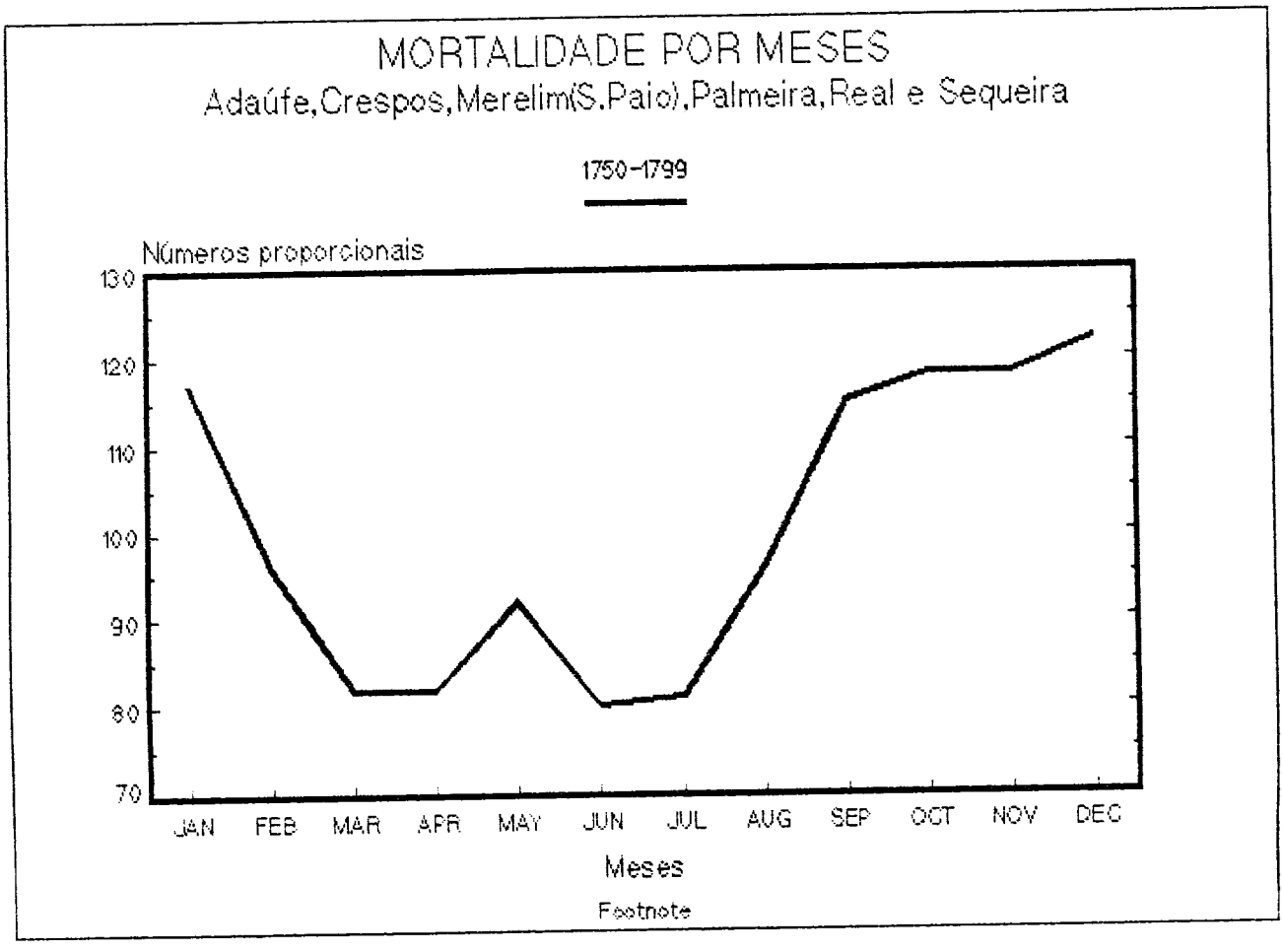
MORTALIDADE POR MESES

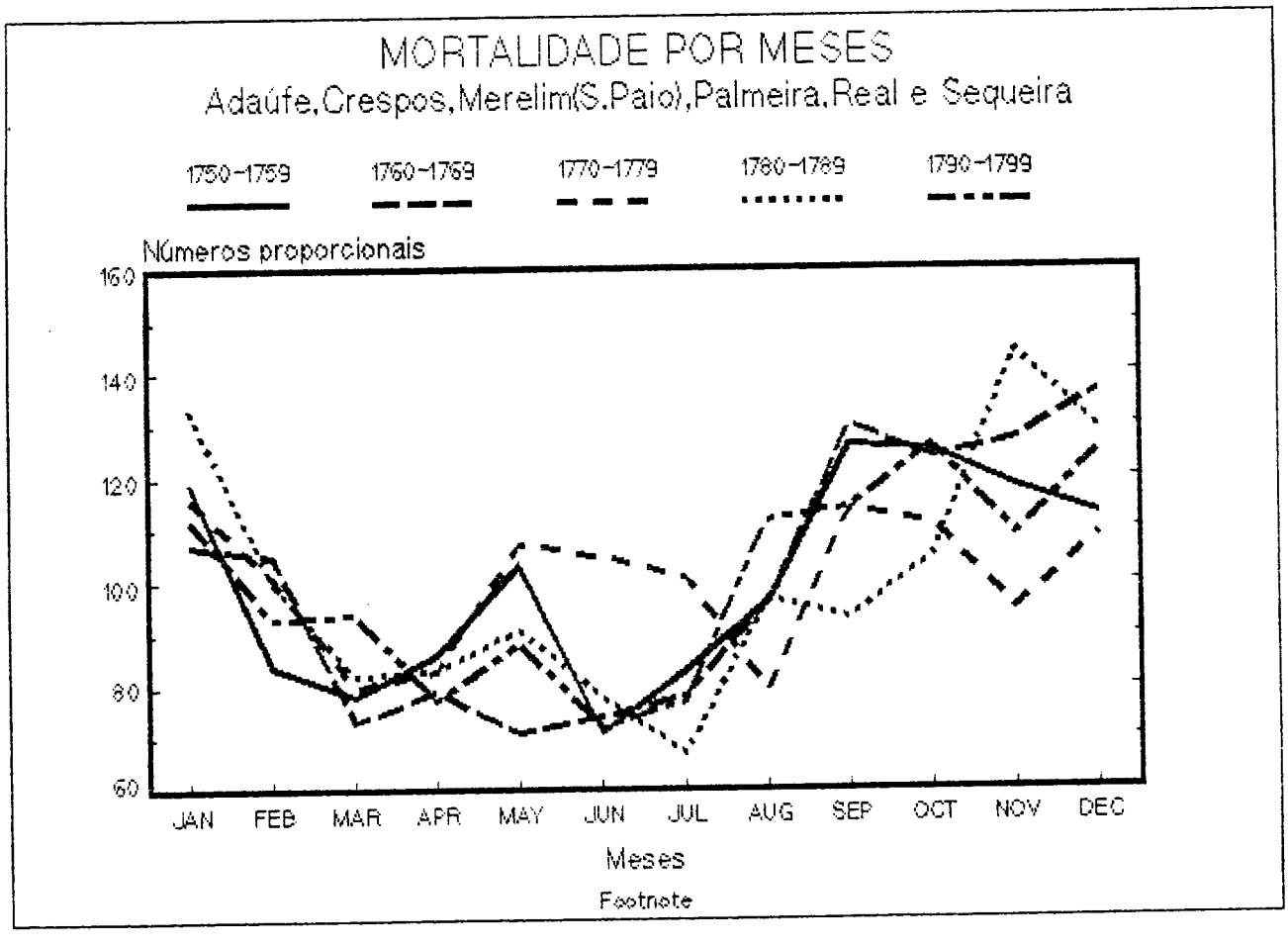
Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

1700-1709 1710-1719 1720-1729 1730-1739 1740-1749



Footnote

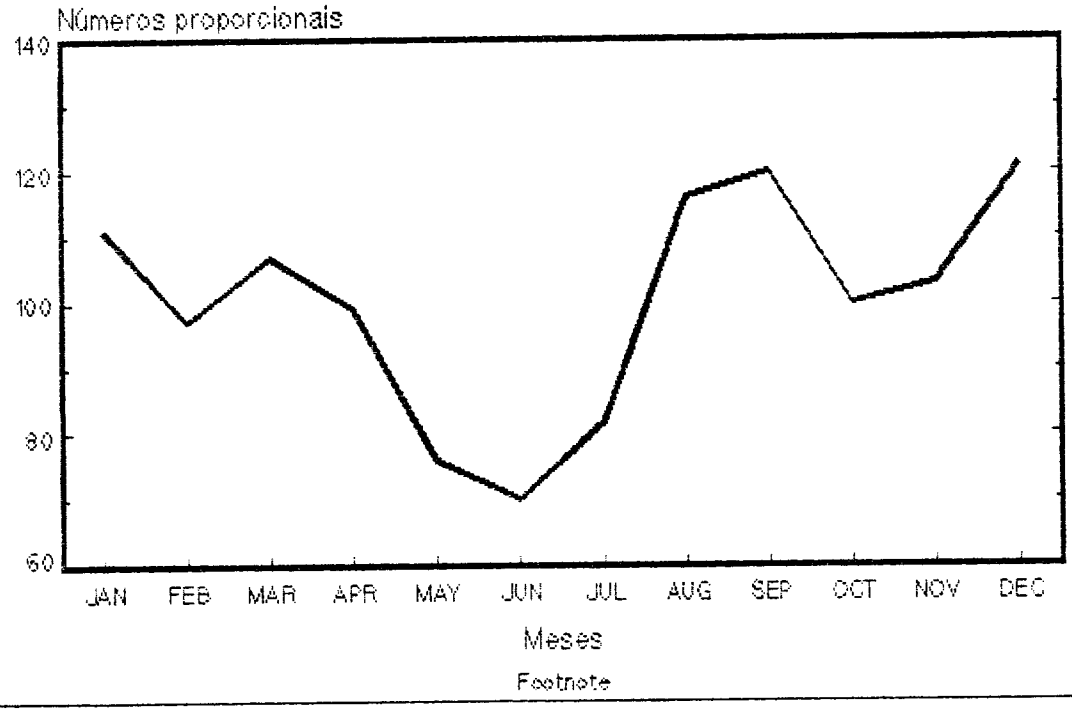

MORTALIDADE POR MESES
Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira
1750-1799
Números proporcionais
130
120
110
100
90
80
70
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote


MORTALIDADE POR MESES
Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira
1750-1759
1760-1769
1770-1779
1780-1789
1790-1799
Números proporcionais
160
140
120
100
80
60
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

1600-1649

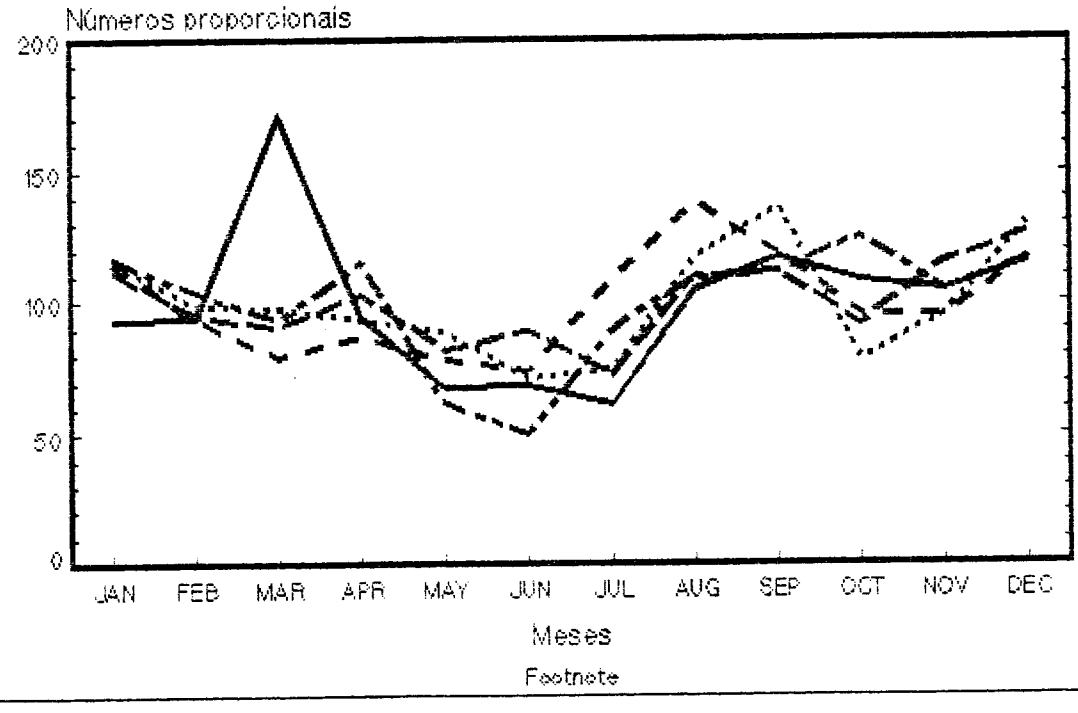


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

1600-1609 1610-1619 1620-1629 1630-1639 1640-1649

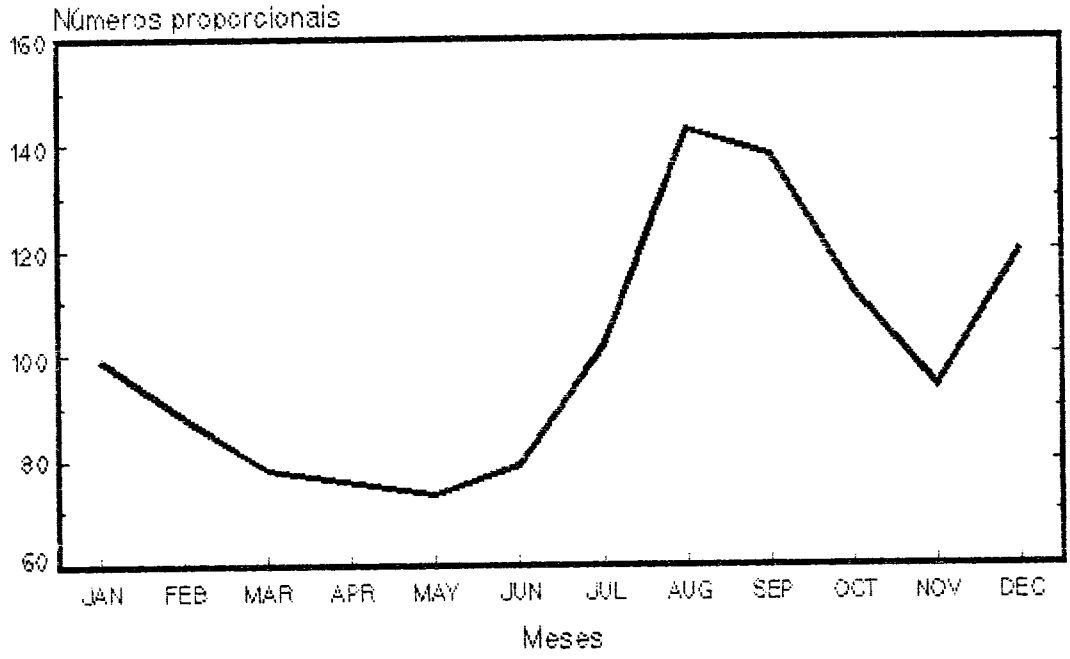


Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

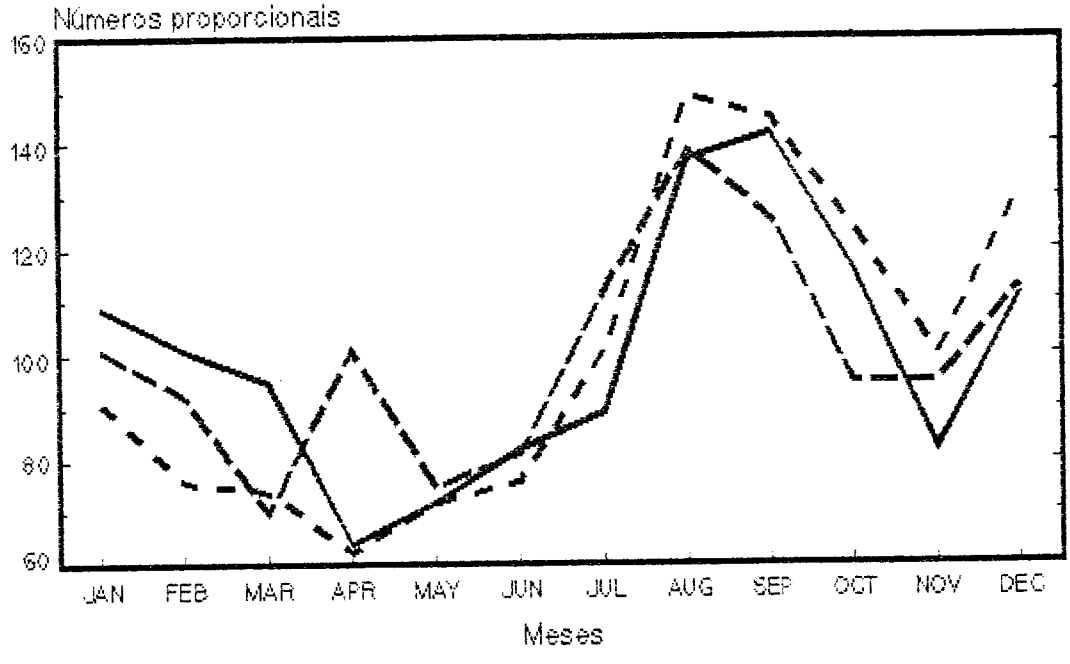
1650-1679



MORTALIDADE POR MESES

Adaúfe,Crespos,Merelim(S.Paio),Palmeira,Real e Sequeira

1650-1659 1660-1669 1670-1679



Por vezes, e como podemos comprovar pelas curvas decenais, estes ritmos eram alterados pelo aparecimento de crises, as quais, em alguns casos, coincidem com os máximos já atrás referidos, fazendo apenas com que as amplitudes entre máximos e mínimos ainda mais se acentuassem; noutros casos tal não se verifica, como resultado de surtos epidémicos, passagem de tropas, ou outros factores, que tornam imprevisíveis as variações sazonais do fenómeno e nos conduzirão a um estudo à escala anual.

3.4. Identificação das crises

A influência que as crises demográficas tiveram no desenvolvimento populacional da cidade de Braga e do seu termo leva-nos ao caminho da sua identificação. Resultantes de causas nem sempre fáceis de determinar, vão contudo conduzir a subidas acentuadas do número total de óbitos, os quais são facilmente detectáveis quando observamos as séries longas de valores.

Iremos começar por reconhecer os diversos surtos de sobremortalidade, quer através da sua cronologia, quer pela sua intensidade.

O conhecimento, em todo o período considerado, de séries de óbitos sempre superiores a 75% do total das freguesias, vai permitir-nos conclusões de certo rigor quantitativo.

A aplicação do método indicado por J. Dupâquier a cada uma das séries de óbitos possibilitou-nos isolar os anos afectados por crises de sobremortalidade, pese embora a existência de períodos mais ou menos afectados pelo sub-registo de menores.

Dadas as dificuldades de visualização a partir das séries de valores encontradas para as 60 freguesias, e tendo em conta as grandes disparidades no tamanho dessas mesmas freguesias bem como a sua localização espacial, optámos pela elaboração de alguns quadros-resumo.

Num primeiro quadro (ver quadro 40) são apresentados, para todas as freguesias, o total de anos para o qual foi possível calcular o índice de Dupâquier, o total de anos normais, o total de anos que acusam a existência de uma crise, e os respectivos rácios (R). Num outro quadro (ver quadro 41) desde 1705 a 1880, são indicados o total de freguesias com informação (TFI), o número de freguesias tocadas por crises (TFC), independentemente da intensidade das mesmas, e a percentagem destas últimas relativamente às anteriores. O critério por nós seguido, ao qual já atrás fizemos referência, e que tem por objectivo diferenciar as crises localizadas das gerais é o mesmo que foi adoptado por Pérez Moreda e Del Panta, pelo que somente os anos em que 25% das freguesias com informação são tocadas por crises, seja qual seja a intensidade das mesmas, serão considerados de crise geral. Assim sendo, e observando o quadro das crises de mortalidade em Braga por freguesia, foi possível destacar 51 anos (entre 1705 e 1880), e destes, 3 (1754, 1809 e 1872) com mais de 50% das freguesias tocadas por crises. Apenas um ano — 1838 — não regista qualquer sobremortalidade.

Podemos assim estabelecer a cronologia das crises gerais em Braga e seu termo, repartindo-as por quatro períodos.

Quadro 40

Mortalidade normal e extraordinária por freguesia (1705-1880)

Nº	Freguesias	Total de anos	Anos Normais	Anos de Crise	R
1.	Cividade	148	118	30	25
2.	Maximinos	176	141	35	25
3.	S. Lázaro	100	82	18	22
4.	S. Vitor	176	134	42	31
5.	Sé	176	130	46	35
6.	Souto	161	130	31	24
7.	Adaúfe	176	139	37	27
8.	Arcos	114	93	21	23
9.	Arentim	176	136	40	29
10.	Aveleda	176	140	36	26
11.	Cabreiros	176	137	39	28
12.	Celeirós	98	76	22	29
13.	Crespos	176	141	35	25
14.	Cunha	176	146	30	21
15.	Dume	107	85	22	26
16.	Escudeiros	118	90	28	31
17.	Espinho	125	95	30	32
18.	Esporões	176	144	32	22
19.	Este (S. Mamede)	141	108	33	31
20.	Este (S. Pedro)	176	140	36	26
21.	Ferreiros	160	122	38	31
22.	Figueiredo	176	141	35	25
23.	Fraião	176	139	37	27
24.	Frossos	176	136	40	29
25.	Gondizalves	176	138	38	28
26.	Gualtar	176	142	34	24
27.	Guisande	176	141	35	25
28.	Lamaçães	176	138	38	28
29.	Lamas	176	138	38	28
30.	Lomar	176	138	38	28

Nº	Freguesias	Total de anos	Anos Normais	Anos de Crise	R
31	Merelim (S. Paio)	176	141	35	25
32.	Merelim (S. Pedro)	176	137	39	28
33.	Mire de Tibães	142	108	34	31
34.	Morreira	140	111	29	26
35.	Navarra	70	52	18	35
36.	Nogueira	176	143	33	23
37.	Nogueiró	176	143	33	23
38.	Oliveira	156	117	39	33
39.	Padim da Graça	176	134	42	31
40.	Palmeira	176	140	36	26
41.	Panóias	105	81	24	30
42.	Parada de Tibães	176	145	31	21
43	Passos	141	112	29	26
44.	Pedralva	176	142	34	24
45	Penso (Sto. Estevão)	176	141	35	25
46.	Penso (S. Vicente)	141	109	32	29
47.	Pousada	72	55	17	31
48.	Priscos	176	136	40	29
49.	Real	176	138	38	28
50.	Ruilhe	134	110	24	22
51.	Sta. Lucrécia de Algeriz	103	82	21	26
52.	Semelhe	176	142	34	24
53.	Sequeira	176	150	26	17
54.	Sobreposta	176	141	35	25
55.	Tadim e Fradelos	145	120	25	21
56.	Tebosa	164	135	29	21
57.	Tenões	176	141	35	25
58.	Trandeiras	82	61	21	34
59.	Vilaça	176	147	29	20
60.	Vimieiro	176	140	36	26

Quadro 41

Crises de mortalidade por ano (1705-1880)

Anos	TFI	TFC	%	Anos	TFI	TFC	%	Anos	TFI	TFC	%
1705	57	26	45,6	1740	53	14	26,4	1775	55	19	34,5
1706	57	9	15,8	1741	53	9	17,0	1776	55	5	9,1
1707	57	9	15,8	1742	53	11	20,8	1777	55	6	10,9
1708	57	10	17,5	1743	53	8	15,1	1778	54	9	16,7
1709	57	15	26,3	1744	53	15	28,3	1779	54	4	7,4
1710	57	14	24,6	1745	53	5	9,4	1780	54	11	20,4
1711	57	13	22,8	1746	53	17	32,1	1781	54	19	35,2
1712	57	20	35,1	1747	54	13	24,1	1782	54	16	29,6
1713	57	11	19,3	1748	54	9	16,7	1783	54	8	14,8
1714	57	5	8,8	1749	54	7	13,0	1784	54	6	11,1
1715	55	2	3,6	1750	54	7	13,0	1785	54	22	40,7
1716	55	11	20,0	1751	54	6	11,1	1786	54	9	16,7
1717	55	3	5,5	1752	54	9	16,7	1787	54	5	9,3
1718	55	5	9,1	1753	55	18	32,7	1788	54	5	9,3
1719	55	7	12,7	1754	55	34	61,8	1789	54	4	7,4
1720	55	8	14,5	1755	55	11	20,0	1790	54	8	14,8
1721	55	2	3,6	1756	55	8	14,5	1791	54	23	42,6
1722	55	20	36,4	1757	55	3	5,5	1792	54	16	29,6
1723	55	12	21,8	1758	55	4	7,3	1793	54	13	24,1
1724	56	12	21,4	1759	55	12	21,8	1794	54	4	7,4
1725	56	8	14,3	1760	55	10	18,2	1795	54	16	29,6
1726	56	11	19,6	1761	55	13	23,6	1796	54	4	7,4
1727	55	13	23,6	1762*	55	5	9,1	1797	54	16	29,6
1728	55	11	20,0	1763*	56	8	14,3	1798	54	10	18,5
1729	55	7	12,7	1764	56	6	10,7	1799	54	10	18,5
1730	55	8	14,5	1765	56	24	42,9	1800	53	22	41,5
1731	55	25	45,5	1766	55	13	23,6	1801	52	6	11,5
1732	55	8	14,5	1767	55	4	7,3	1802	51	9	17,6
1733	54	10	18,5	1768	55	7	12,7	1803	50	7	14,0
1734	54	14	25,9	1769	55	27	49,1	1804	49	11	22,4
1735	54	25	46,3	1770	55	26	47,3	1805	49	3	6,1
1736	54	7	13,0	1771	55	2	3,6	1806	49	1	2,0
1737	53	10	18,9	1772	55	4	7,3	1807	48	3	6,3
1738	53	14	26,4	1773	55	2	3,6	1808	46	2	4,3
1739	53	18	34,0	1774	55	6	10,9	1809*	49	42	85,7

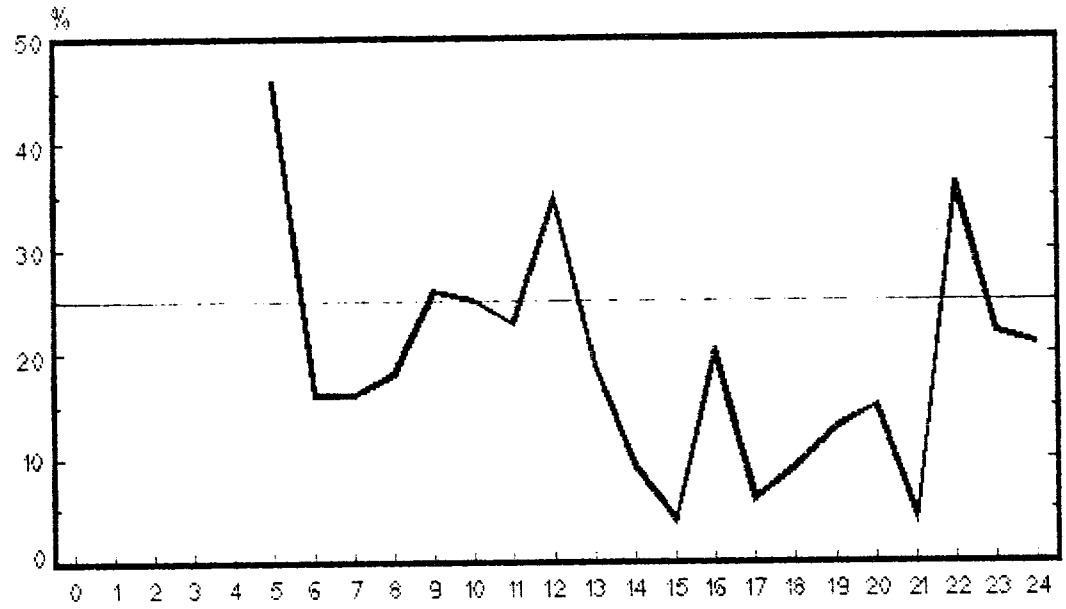
* Anos com uma ou mais crises de intensidade indeterminada.

Anos	TFI	TFC	%	Anos	TFI	TFC	%	Anos	TFI	TFC	%
1810	48	7	14,6	1845	51	13	25,5	1880	56	13	23,2
1811	47	8	17,0	1846	51	12	23,5				
1812	47	7	14,9	1847	51	25	49,0				
1813*	49	2	4,1	1848	51	16	31,4				
1814	49	5	10,2	1849	51	6	11,8				
1815*	50	7	14,0	1850	50	10	20,0				
1816	50	2	4,0	1851	50	11	22,0				
1817	52	1	1,9	1852	50	10	20,0				
1818	52	4	7,7	1853	51	8	15,7				
1819	52	2	3,8	1854	51	9	17,6				
1820	52	7	13,5	1855	51	20	39,2				
1821	52	6	11,5	1856	51	9	17,6				
1822	52	5	9,6	1857	50	7	14,0				
1823	52	8	15,4	1858	50	10	20,0				
1824	52	12	23,1	1859	50	8	16,0				
1825	52	18	34,6	1860	50	12	24,0				
1826	52	16	30,8	1861	50	10	20,0				
1827	52	17	32,7	1862	50	22	44,0				
1828	52	13	25,0	1863	50	8	16,0				
1829	51	17	33,3	1864*	51	23	45,1				
1830	51	15	29,4	1865	54	17	31,5				
1831	51	19	37,3	1866*	56	18	32,1				
1832	51	23	45,1	1867	56	13	23,2				
1833	51	22	43,1	1868	56	27	48,2				
1834	51	8	15,7	1869	56	14	25,0				
1835*	52	8	15,4	1870	56	18	32,1				
1836	52	9	17,3	1871	56	10	17,9				
1837	50	5	10,0	1872	56	39	69,6				
1838	50	0	0	1873	56	16	28,6				
1839	50	1	2,0	1874	56	7	12,5				
1840	50	3	6,0	1875	56	8	14,3				
1841	51	4	7,8	1876	56	17	30,4				
1842	51	5	9,8	1877	56	2	3,6				
1843	51	8	15,7	1878	56	7	12,5				
1844*	52	17	32,7	1879	56	10	17,9				

* Anos com uma ou mais crises de intensidade indeterminada.

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

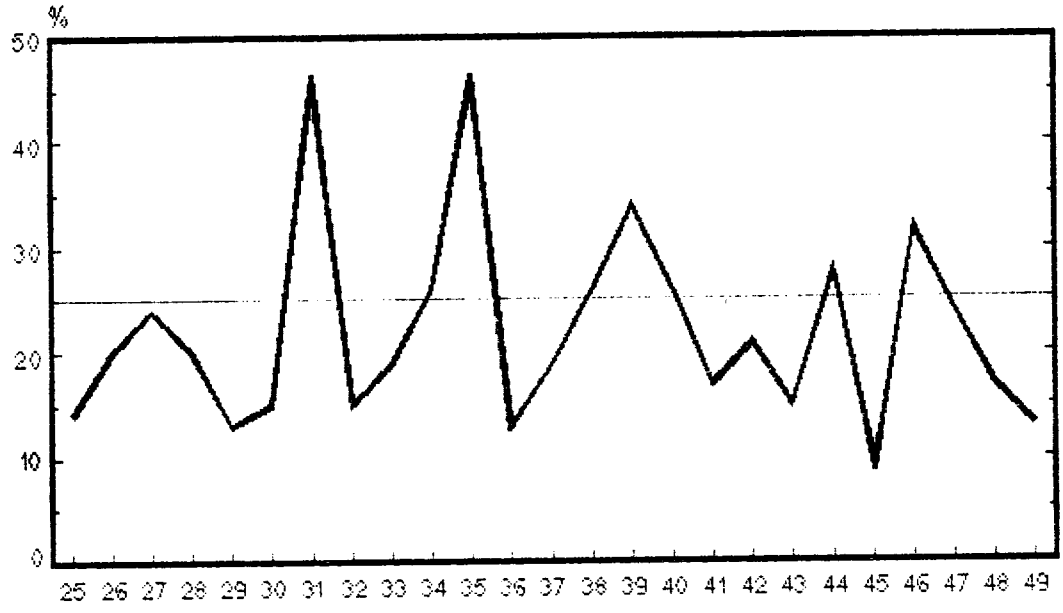
1705-1724



Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

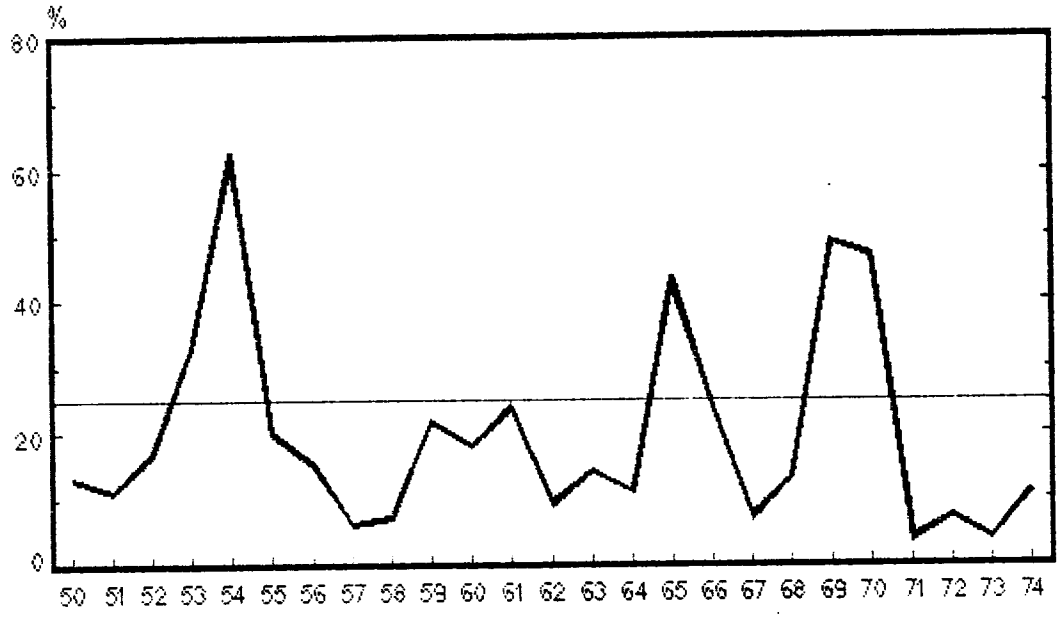
1725-1749



Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

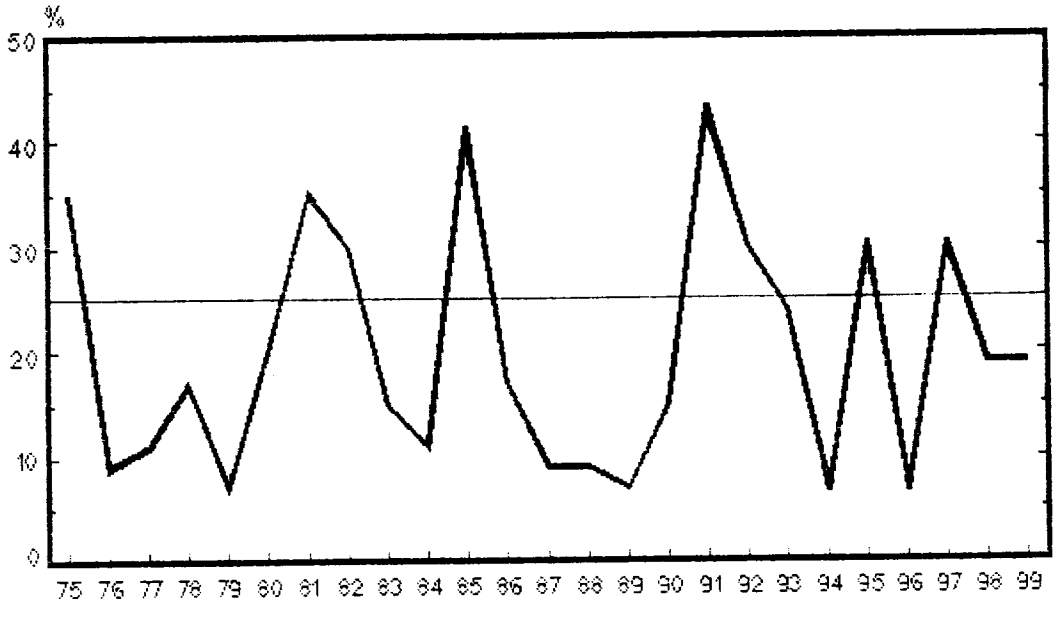
1750-1774



Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

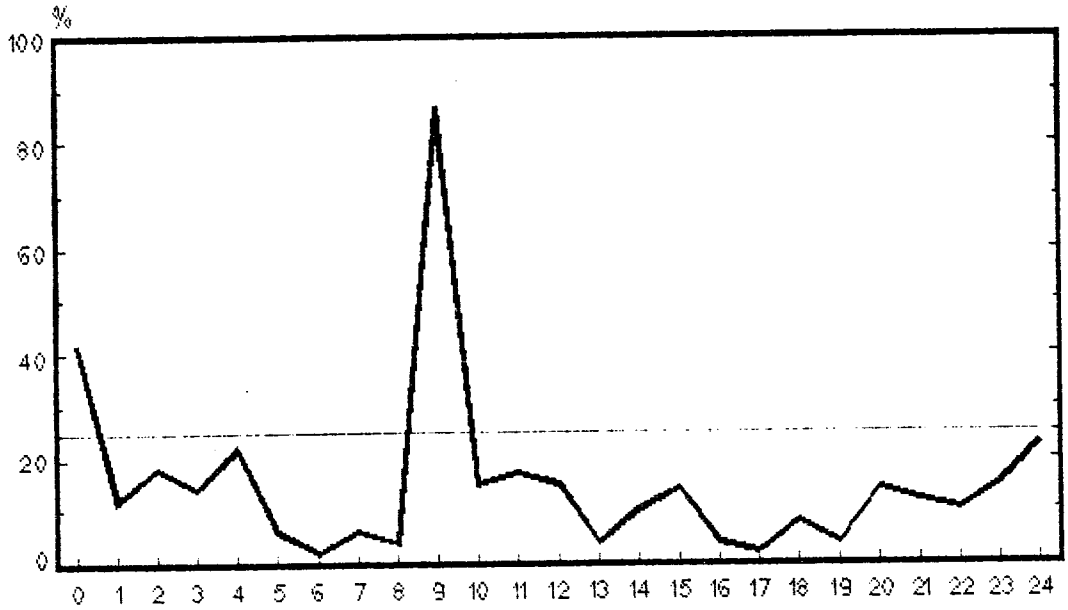
1775-1799



Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

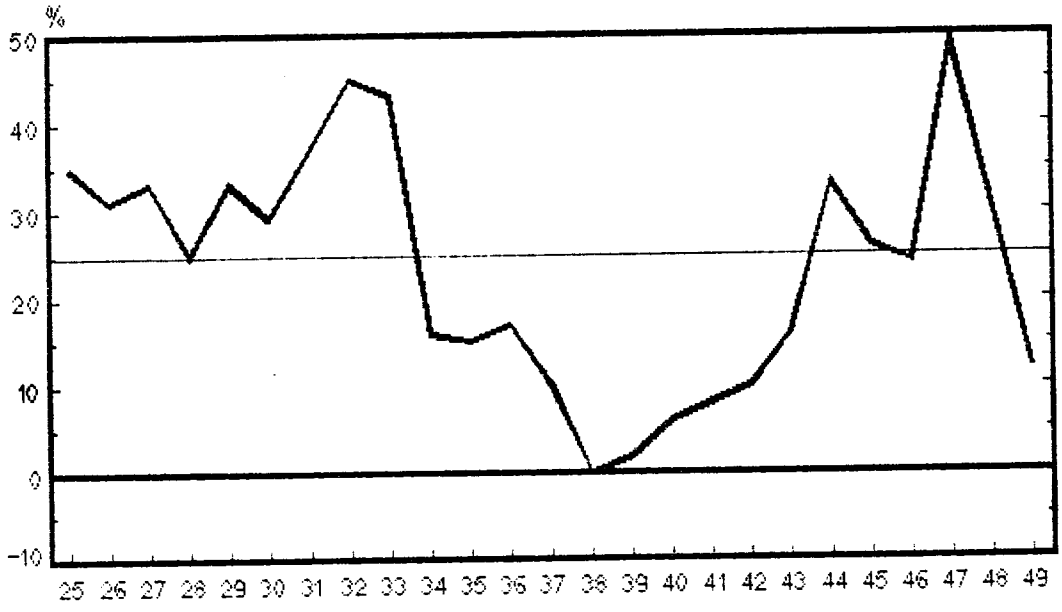
1800-1824



Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade
Cidade de Braga e seu termo

1825-1849

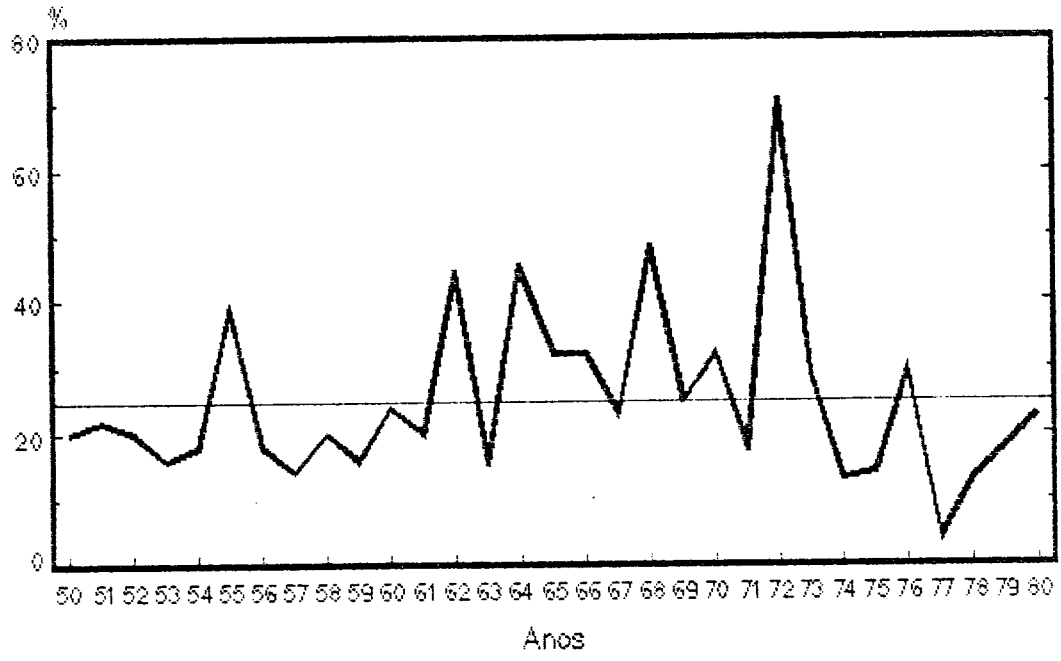


Footnote

% de freguesias tocadas anualmente por crises de mortalidade

Cidade de Braga e seu termo

1650-1680



Quadro 42

Anos de crise geral

1705-1749	1750-99	1800-49	1850-80
1705	1753/54	1800	1855
1709	1765	1809	1862
1712	1769/70	1825/33	1864/66
1722	1775	1844/45	1868/70
1731	1781/82	1847/48	1872/73
1734/35	1785		1876
1738/40	1791/92		
1744	1795		
1746	1797		

Quadro 43

Anos de crise geral (1705-1880)

(TF - Total de freguesias; TFS/I - total de freguesias s/ informação; TFC/C - total de freguesias c/ crise; TFS/C - total de freguesia s/crise)

Anos de crise	TF	TFS/I	%	TFC/C	%	TFS/C	%
1705	59	2	3,4	26	44,1	31	52,5
1709	59	2	3,4	15	25,4	42	71,2
1712	59	2	3,4	20	33,9	37	62,7
1722	59	4	6,8	20	33,9	35	59,3
1731	59	4	6,8	25	42,4	30	50,8
1734	59	5	8,5	14	23,7	40	67,8
1735	59	5	8,5	25	42,4	29	49,2
1738	59	6	10,2	14	23,7	39	66,1
1739	59	6	10,2	18	30,5	35	59,3
1740	59	6	10,2	14	23,7	39	66,1
1744	59	6	10,2	15	25,4	38	64,4
1746	59	6	10,2	17	28,8	36	61,0
1753	60	5	8,3	18	30,0	37	61,7
1754	60	5	8,3	34	56,7	21	35,0
1765	60	4	6,7	24	40,0	32	53,3
1769	60	5	8,3	27	45,0	28	46,7
1770	60	5	8,3	26	43,3	29	48,3
1775	60	5	8,3	19	31,7	36	60,0
1781	60	6	10,0	19	31,7	35	58,3
1782	60	6	10,0	16	26,7	38	63,3
1785	60	6	10,0	22	36,7	32	53,3
1791	60	6	10,0	23	38,3	31	51,7
1792	60	6	10,0	16	26,7	38	63,3
1795	60	6	10,0	16	26,7	38	63,3
1797	60	6	10,0	16	26,7	38	63,3
1800	60	7	11,7	22	36,7	31	51,7
1809*	60	11	18,3	42	70,0	7	11,7
1825	60	8	13,3	18	30,0	34	56,7
1826	60	8	13,3	16	26,7	36	60,0
1827	60	8	13,3	17	28,3	35	58,3
1828	60	8	13,3	13	21,7	39	65,0
1829	60	9	15,0	17	28,3	34	56,7
1830	60	9	15,0	15	25,0	36	60,0

Anos de crise	TF	TFS/I	%	TFC/C	%	TFS/C	%
1831	60	9	15,0	19	31,7	32	53,3
1832	60	9	15,0	23	38,3	28	46,7
1833	60	9	15,0	22	36,7	29	48,3
1844*	60	8	13,3	17	28,3	35	58,3
1845	60	9	15,0	13	21,7	38	63,3
1847	60	9	15,0	25	41,7	26	43,3
1848	60	9	15,0	16	26,7	35	58,3
1855	60	9	15,0	20	33,3	31	51,7
1862	60	10	16,7	22	36,7	28	46,7
1864*	60	9	15,0	23	38,3	28	46,7
1865	60	6	10,0	17	28,3	37	61,7
1866*	60	4	6,7	18	30,0	38	63,3
1868	60	4	6,7	27	45,0	29	48,3
1869	60	4	6,7	14	23,3	42	70,0
1870	60	4	6,7	18	30,0	38	63,3
1872	60	4	6,7	39	65,0	17	28,3
1873	60	4	6,7	16	26,7	40	66,7
1876	60	4	6,7	17	28,3	39	65,0

* Anos com uma ou mais crises de intensidade indeterminada.

Quadro 44

Anos de crise geral e amplitude das crises

(TFI - total de freguesias com informação; TFC - total de freguesias com crise; X - crises de intensidade indeterminada)

Anos	TFI	TFC	%	1	2	3	4	5	6	X
1705	57	26	45,6	12	11	3				
1709	57	15	26,3	12	2	1				
1712	57	20	35,1	9	9	1	1			
1722	55	20	36,4	11	8	1				
1731	55	25	45,5	16	6	2	1			
1734	54	14	25,9	6	6	2				
1735	54	25	46,3	14	9	2				
1738	53	14	26,4	9	3	2				
1739	53	18	34,0	14	4					
1740	53	14	26,4	7	6	1				
1744	53	15	28,3	13	2					
1746	53	17	32,1	11	4	2				
1753	55	18	32,7	14	2	2				
1754	55	34	61,8	13	15	6				
1765	56	24	42,9	14	8	2				
1769	55	27	49,1	17	4	4	2			
1770	55	26	47,3	9	11	5	1			
1775	55	19	34,5	10	6	3				
1781	54	19	35,2	12	7					
1782	54	16	29,6	9	5		2			
1785	54	22	40,7	15	6	1				
1791	54	23	42,6	11	8	3	1			
1792	54	16	29,6	12	3	1				
1795	54	16	29,6	10	4	2				
1797	54	16	29,6	11	4	1				
1800	53	22	41,5	13	8	1				
1809	49	42	85,7	5	10	19	6	1		1
1825	52	18	34,6	9	7	2				
1826	52	16	30,8	9	5	2				
1827	52	17	32,7	6	9	2				
1828	52	13	25,0	6	7					
1829	51	17	33,3	10	6	1				
1830	51	15	29,4	8	6	1				

Anos	TFI	TFC	%	1	2	3	4	5	6	X
1831	51	19	37,3	13	5	1				
1832	51	23	45,1	15	6	2				
1833	51	22	43,1	17	4	1				
1844	52	17	32,7	7	5	4				1
1845	51	13	25,5	6	6	1				
1847	51	25	49,0	10	11	3	1			
1848	51	16	31,4	10	5	1				
1855	51	20	39,2	12	5	3				
1862	50	22	44,0	13	7	2				
1864	51	23	45,1	13	9					1
1865	54	17	31,5	12	5					
1866	56	18	32,1	9	7	1				1
1868	56	27	48,2	13	13	1				
1869	56	14	25,0	9	3	2				
1870	56	18	32,1	12	6					
1872	56	39	69,6	9	12	15	3			
1873	56	16	28,6	12	3		1			
1876	56	17	30,4	9	8					

Quadros 45 a 48 — Quadros-resumo

Considerando todos os anos do período 1705-1880:

	1705-49		1750-99		1800-49		1850-80		1705-1880	
	Total	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*
s/crise	1960	79,3	2189	80,3	2036	80,6	1234	74,9	7419	79,2
c/crise	511	20,7	537	19,7	489	19,4	413	25,1	1950	20,8
	2471		2726		2525		1647		9369	

	1705-49		1750-99		1800-49		1850-80		1705-1880	
Crises	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*
1 menores	323	63,21	332	61,82	279	57,06	253	61,26	1187	60,87
2 médias	146	28,57	156	29,05	146	29,86	123	29,78	571	29,28
3 fortes	38	7,44	41	7,64	50	10,22	31	7,51	160	8,21
4 maiores	4	0,78	6	1,12	8	1,64	4	0,97	22	1,13
5 superiores					1	0,20			1	0,05
6 catastróficas										
X			2	0,37	5	1,02	2	0,48	9	0,46
	511		537		489		413		1950	

Considerando apenas os anos de crise geral, no período 1705-1880:

	1705-49		1750-99		1800-49		1850-80		1705-1880	
	Total	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*
s/crise	431	65,9	433	61,1	475	61,7	367	61,4	1706	62,5
c/crise	223	34,1	276	38,9	295	38,3	231	38,6	1025	37,5
	654		709		770		598		2731	

	1705-49		1750-99		1800-49		1850-80		1705-1880	
Crises	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*	*Total*	*%*
1 menores	134	60,09	157	56,88	144	48,81	123	53,25	558	54,44
2 médias	70	31,39	83	30,07	100	33,90	78	33,77	331	32,29
3 fortes	17	7,62	30	10,87	41	13,90	24	10,39	112	10,93
4 maiores	2	0,90	6	2,17	7	2,37	4	1,73	19	1,85
6 superiores					1	0,34			1	0,10
6 catastróficas										
X					2	0,68	2	0,87	4	0,39
	223		276		295		231		1025	

Das 9369 freguesias-ano consideradas, cerca de 80% registaram um nível normal (7419, 79,2%) e apenas 20% (1950, 20,8%) um nível considerado de crise.

A estas 1950 corresponderiam 1025 de crise geral, com a seguinte distribuição: 223 entre 1705 e 1749, 276 entre 1750 e 1799, 295 entre 1800 e 1849 e 231 entre 1850 e 1880.

Da distribuição do número e da intensidade das crises resulta uma maior dispersão da sobremortalidade na primeira metade do século XVIII, com grande predominância de crises "menores". As crises "fortes" e "maiores" são em maior número na segunda metade deste século, e pensamos poder afirmar que elas tendem a diminuir ao longo do século XIX, se tivermos em conta que só o ano de 1809 foi "responsável" por 19 crises "fortes", 6 "maiores" e 1 "superior", e que os valores da década de sessenta do século XIX podem estar influenciados pela sensível melhoria da qualidade dos lançamentos.

A duração destas crises tem valores bastantes distintos: assim, enquanto no século XVIII predominam as de duração inferior a um ano, sendo a mais longa a de 1738/40, no século XIX surgem várias crises de duração superior a um ano, sendo de destacar o longo período de 1825 a 1833, o qual corresponde a uma época de grande instabilidade política e social, resultante das perturbações surgidas após a morte de D. João VI, e nela se vêm inserir diversos movimentos armados, com os consequentes prejuízos nas colheitas, desarticulação nas redes de abastecimento, aumento da população flutuante, a qual é, muitas vezes, responsável pelo transporte de vírus que vão provocar o deflagrar de epidemias. Assim se põe em relevo o papel desempenhado pelas crises mistas, a que já atrás nos referimos, tendo então apontado as suas características.

Tendo em atenção os anos de crise geral, observamos a ausência de crises catastróficas, e apenas uma freguesia atinge um grau "superior"; há um grande predomínio das sobremortalidades pouco intensas — "menores" e "médias" — que representam sempre mais de 80% das crises, e o peso das de intensidade indeterminada é pouco relevante. Se correlacionarmos a intensidade das crises com a sua duração, verificamos que as sobremortalidades "maiores" estão associadas a crises que se prolongam por menos de dois anos, e a mesma tendência se observa no que respeita às crises "fortes", apresentando as sobremortalidades mais prolongadas a predominância das "menores" e "médias".

Da elaboração de quadros que nos dão a distribuição das crises registadas na cidade de Braga e no seu termo, separadamente, podemos concluir que os três mais baixos níveis de intensidade de mortalidade abarcam a quase totalidade das crises — 97,5% na cidade e 98,5% no termo. Das 22 crises "maiores" apenas 2 se registam em freguesias citadinas — S. Lázaro em 1809 e Sé, em 1872, que correspondem a máximos de freguesias atingidas.

Os outros vinte casos, assim como a única crise "superior", verificaram-se sempre em freguesias muito pequenas, que, em média, não atingiam os dez óbitos anuais, com exclusão de Sta. Maria de Adaúfe, e também para 1809. Entre as sobremortalidades "maiores" apenas três — 1711 em Santa Eulália de Tenões, 1713 em Santiago de Esporões e 1834 em S. Bartolomeu de Tadim e Fradelos — não se observaram em anos de crise geral.

Também podemos verificar, década a década, uma maior dispersão das crises registadas na cidade do que no seu termo, apresentando maiores desvios em relação ao valor percentual médio.

Em conclusão, pensamos poder afirmar que estamos perante uma situação diferente da dos séculos anteriores, com o desaparecimento das grandes crises, prevalecendo as sobremortalidades de tipo endémico, confirmadas pelas curvas de mortalidade sazonal, e para as quais E. François já havia chamado a atenção quando estudou a mortalidade urbana na Alemanha do século XVIII: "Contrariamente, portanto, à convicção dos contemporâneos, a mortalidade epidémica não ocupa senão um lugar secundário no conjunto da mortalidade. Na longa duração, um quinto somente (na pior situação um quarto) dos óbitos lhe era devido, o resto resultando das doenças endémicas"[162]. Observamos um ligeiro crescimento na duração média das crises, principalmente nas que apresentam menor intensidade, e um comportamento, no que diz respeito à intensidade e frequência, mais ou menos constante, sendo provável um decréscimo a partir de meados do século XIX, se levarmos em linha de conta as interrogações já levantadas. Aliás, os resultados a que chegámos têm, neste ponto, algumas semelhanças com os obtidos por Pérez Moreda[163] para 54 localidades da Espanha Interior, confirmando uma grande regularidade de valores ao longo de todo o século XVIII, ao que se segue uma ligeira subida no primeiro quarto do século XIX, uma descida no quarto de século seguinte e, provavelmente, uma quebra definitiva no período posterior.

162 FRANÇOIS, Etienne — *La mortalité urbaine en Allemagne au XVIIIe siècle*, cit., p. 158.

163 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., pp. 124-128.

Quadro 49

Número e amplitude das crises — Cidade de Braga — 1705-1880

Anos	Total de Freg. -ano	Anos Normais Freg. -ano	%	Anos de crise Freg. -ano	%	1	2	3	4	5	6	X
1705-09	25	19	76,0	6	24,0	2	4					
1710-19	50	41	82,0	9	18,0	4	5					
1720-29	50	39	78,0	11	22,0	6	4	1				
1730-39	50	33	66,0	17	34,0	16	1					
1740-49	50	46	92,0	4	8,0	1	3					
1750-59	57	38	66,7	19	33,3	10	7	2				
1760-69	60	49	81,7	11	18,3	7	2					2
1770-79	60	53	88,3	7	11,7	1	3	3				
1780-89	60	46	76,7	14	23,3	7	7					
1790-99	60	43	71,7	17	28,3	5	8	4				
1800-09	51	40	78,4	11	21,6	4	3	3	1			
1810-19	54	52	96,3	2	3,7	1						1
1820-29	60	45	75,0	15	25,0	9	4	2				
1830-39	54	44	81,5	10	18,5	6	3	1				
1840-49	40	34	85,0	6	15,0	3	3					
1850-59	40	31	77,5	9	22,5	6	2	1				
1860-69	50	29	58,0	21	42,0	14	6	1				
1870-80	66	52	78,8	14	21,2	6	4	3	1			

Quadro 50

Número e amplitude das crises — Termo de Braga — 1705-1880

Anos	Total de Freg. -ano	Anos Normais Freg. -ano	%	Anos de crise Freg. -ano	%	1	2	3	4	5	6	X
1705-09	260	197	75,8	63	24,2	42	16	5				
1710-19	510	428	83,9	82	16,1	45	26	8	3			
1720-29	503	410	81,5	93	18,5	54	32	7				
1730-39	490	368	75,1	122	24,9	77	35	9	1			
1740-49	483	379	78,5	104	21,5	76	20	8				
1750-59	490	397	81,0	93	19,0	57	28	8				
1760-69	493	387	78,5	106	21,5	70	26	8	2			
1770-79	488	412	84,4	76	15,6	46	24	5	1			
1780-89	480	389	81,0	91	91,0	60	25	4	2			
1790-99	480	376	78,3	104	21,7	69	27	7	1			
1800-09	446	351	78,7	95	21,3	43	26	19	5	1		1
1810-19	442	399	90,3	43	9,7	28	10	4				1
1820-29	459	355	77,3	104	22,7	61	38	5				
1830-39	455	355	78,0	100	22,0	66	27	5	1			1
1840-49	470	367	78,1	103	21,9	58	32	11	1			1
1850-59	464	371	80,0	93	20,0	65	22	6				
1860-69	479	336	70,1	143	29,9	81	53	7				2
1870-80	550	417	75,8	133	24,2	81	36	13	3			

4. AS CRISES DE MORTALIDADE

4.1. Crises localizadas

Como já atrás referimos foi construído um quadro (ver Quadro 2 do Anexo 2) em que, para as sessenta freguesias, foram assinaladas com um algarismo as magnitudes atingidas pelas crises, com um C a extensão da crise sobre os anos enquadrantes e com um X os anos para os quais não foi possível o cálculo da respectiva intensidade. Dele foi possível extrair os seguintes resultados:

1705/49	1- Crises menores	215, estendidas sobre 237 anos (236 + 1*)
	2. Crises médias	142, estendidas sobre 186 anos (185 + 1*)
	3. Crises fortes	45, estendidas sobre 74 anos (73 + 1*)
	4. Crises maiores	5, estendidas sobre 12 anos
1750/99	1. Crises menores	200, estendidas sobre 219 anos (218 + 1*)
	2. Crises médias	141, estendidas sobre 206 anos (205 + 1*)
	3. Crises fortes	52, estendidas sobre 87 anos
	4. Crises maiores	9, estendidas sobre 21 anos
1800/49	1. Crises menores	161, estendidas sobre 173 anos
	2. Crises médias	116, estendidas sobre 165 anos (163 + 2**)
	3. Crises fortes	70, estendidas sobre 136 anos (133 + 3*)
	4. Crises maiores	8, estendidas sobre 8 anos
	5. Crises superiores	1, estendidas sobre 1 ano
1850/80	1. Crises menores	139, estendidas sobre 156 anos (155 + 1**)
	2. Crises médias	104, estendidas sobre 151 anos
	3. Crises fortes	36, estendidas sobre 69 anos
	4. Crises maiores	8, estendidas sobre 32 anos

* — Anos pertencentes ao período imediatamente posterior

** — Anos pertencentes ao período imediatamente anterior

que nos conduzem às seguintes conclusões:

- As crises menores raramente se estendem por mais de 1 ano civil, apontando para uma duração média de 3/4 meses.

- As crises médias, com excepção do perído 1705/49 em que a sua duração é menor, prolongaram-se em média 6 a 7 meses.

- As crises fortes têm uma duração maior no século XIX do que no século XVIII, podendo, nos primeiros oitenta anos de novecentos, atingir ou mesmo ultrapassar 1 ano.

- As crises maiores são as que apresentam maiores variações — ao longo do século XVIII a sua duração é, em média, cerca de 1 ano; na primeira metade do século XIX dá-se uma redução para 3 a 4 meses; no período 1850-1880 deveriam ultrapassar um ano de duração.

Nos 125 anos designados de mortalidade normal, entre 1706 e 1880, verificamos a existência de 915 casos de crises locais atingindo as freguesias de Braga e do seu termo.

Se as distribuirmos segundo a intensidade alcançada, obtemos:

Quadro 51

Distribuição das amplitudes das crises em anos de mortalidade "normal"

	1705-49		1750-99		1800-49		1850-80		1705-1880	
Crises	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1. Menores	189	65,63	175	67,05	135	69,59	130	71,43	629	68,00
2. Médias	76	26,39	73	27,97	46	23,71	45	24,73	240	25,94
3. Fortes	21	7,29	11	4,21	9	4,64	7	3,84	48	5,19
4. Maiores	2	0,69			1	0,52			3	0,32
5. Superiores										
6. Catastróficos										
X			2	0,77	3	1,55			5	0,54
	288		261		194		182		925	

Comparando estes valores com os da intensidade global observamos uma certa semelhança entre ambos, embora o peso das sobremortalidades "menores" tenha crescido à custa das "médias", "fortes" e "maiores" que se concentram preferencialmente em épocas de crise geral.

Pensamos pois poder falar da existência de uma relação directa e positiva entre a intensidade das crises e o número de freguesias atingidas. Quanto maior é o número de freguesias tocadas pela sobremortalidade, maior é a intensidade; nas crises locais, em que menos freguesias são atingidas, são as "menores" que têm maior peso, as quais, como acabámos de ver, têm uma duração de 3 a 4 meses. Esta conclusão não exclui uma ou outra excepção, como é o exemplo de 3 casos de crises "maiores" que escapam aos anos de crise geral, que deverão ser considerados como meros acidentes e deverão ter razões bem específicas.

Se atentarmos na distribuição espacial destas pequenas sobremortalidades, em anos que não são considerados de crise geral, observamos que a cidade não é atingida por nenhuma crise "maior", e apenas por 3 "fortes". Para além disso, em mais de metade destes anos — 38 em 70 (54,3%) para o período 1705-1799, e 32 em 55 (58,2%) para o período de 1800-1880 — a cidade não conhece qualquer tipo de sobremortalidade. No que se refere às freguesias do termo, em todos os anos, com excepção de um único, o de 1834, se detectam crises, com grande predominância das "menores"; ora como a maioria destas freguesias — 48 em 54 (88,9%) — não atinge, em média, 10 óbitos anuais, será suficiente uma pequeníssima subida da mortalidade, em números absolutos, para que se alcancem valores de sobremortalidade.

Quanto à sua dispersão observa-se uma grande variedade de situações, sendo extremamente difícil de compreender a forma de expansão ou de transmissão das crises, no caso de tal mecanismo ter existido.

4.2. Crises gerais

Já atrás fizemos referência aos critérios por nós seguidos na escolha dos anos em que se verificaram crises gerais. Os anos em que pelo menos 25% das freguesias, para as quais possuímos informação, atingiram uma intensidade de crise, foram os seguintes:

1705/49: 1705, 1709, 1712, 1722, 1731, 1734/35, 1738/40, 1744 e 1746

1750/99: 1753/54, 1765, 1769/70, 1775, 1781/82, 1785, 1791/92, 1795 e 1797

1800/49: 1800, 1809, 1825/33, 1844/45 e 1847/48

1850/80: 1855, 1862, 1864/66, 1868/70, 1872/73 e 1876

Atendendo à pequenez populacional da maioria das freguesias optámos por privilegiar nos nossos cálculos as crises em que fossem atingidas as amplitudes "maior" ou "superior", embora na descrição seja feita uma referência a todas elas. Curiosamente estas coincidem, na sua quase totalidade, com as melhor documentadas. Calculando a intensidade geral, por aplicação do método de J. Dupâquier, obtemos os seguintes resultados:

Anos	Mx	Int.	Ampl.
1711/13	1701/10	4,53	3
1731	1721/30	6,38	3
1753/54	1743/52	8,13	4
1769/70	1759/68	8,00	4
1781/82	1771/80	5,54	3
1791/92	1779/80, 1783/90	8,99	4
1809	1799/1808	12,39	4
1825/34	1815/24	7,98	3
1844/48	1824, 1835/43	5,73	3
1872/73	1862/71	9,23	4

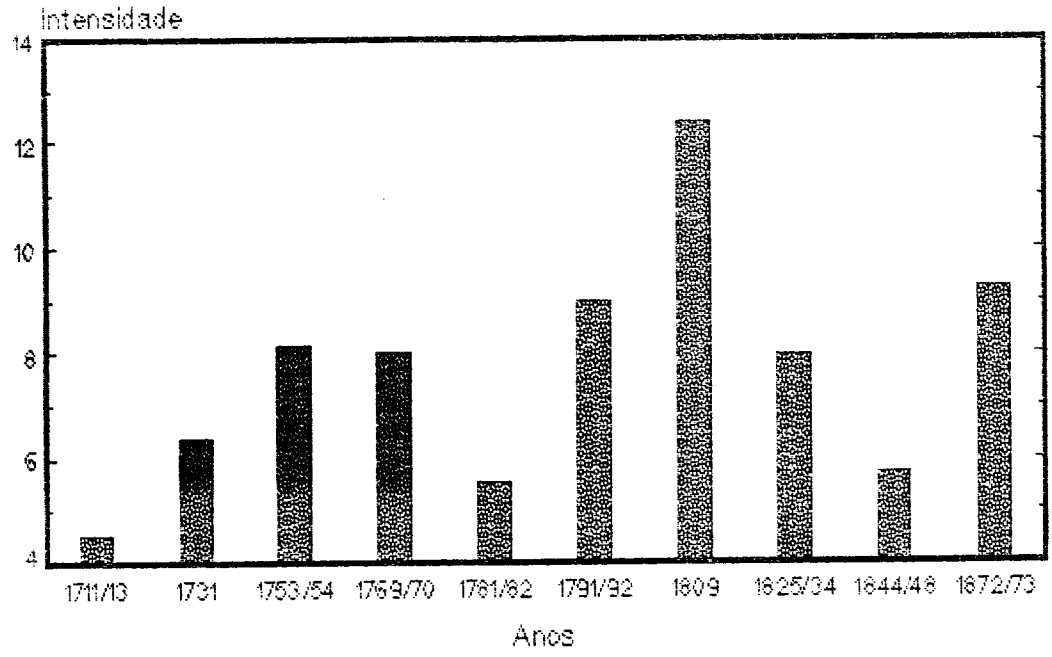
(considerámos o período 1711/13 pela proximidade de duas freguesias com crises "maiores"; 1753/54 pelo grande volume de freguesias tocadas; 1825/34 pelo grande número de anos consecutivos com crise e pelo aparecimento em 1834 de uma freguesia com uma crise "maior"; 1844/48 pela proximidade das crises 1844/45 e 1847/48).

Sem nunca atingirmos amplitudes "superiores" ou "catastróficas", parece-nos ser de destacar, numa primeira aproximação ao seu estudo, os anos de 1753/54,

1769/70 e 1791/92, na segunda metade do século XVIII, 1809 e 1825/34, este último pela sua extensão, na 1ª metade do séc. XIX, e 1872/73.

Vamos agora passar à descrição das crises gerais (ver a representação cartográfica no Anexo 4), tendo em conta quer a sua dimensão espácio-temporal, quer a sua intensidade e impacto que terão provocado em termos demográficos.

INTENSIDADE GERAL DAS CRISES DE MORTALIDADE



As crises de 1705, 1709 e 1711/13

O período em que estes anos se inserem, corresponde ao da nossa intervenção na Guerra de Sucessão de Espanha, a qual se saldou por poucos ou nenhuns benefícios para Portugal, e que teve de suportar diversas incursões em especial na raia beirã e alentejana, com a consequente destruição de colheitas[164].

Os primeiros anos do século XVIII foram extremamente maus no que diz respeito à produção agrária em toda a Península Ibérica[165], e como diz Aurélio de Oliveira "... surgem as fomes e logo de seguida as febres malignas e as epidemias fazem o seu lúgubre trabalho em muitas localidades, acontecendo concomitantemente, em algumas terras, tumultos populares, quase sempre relacionados com a carestia de cereais e géneros alimentares. São do mesmo teor as gravíssimas crises de 1700, 1701, 1703, 1705 (ano em que novamente sobe o pão pelo Douro), 1706, 1709-1710 e sobretudo 1711 (calamidade que há muito se não experimentou nesta província de Entre-Douro-e-Minho... avendo todos os dias queixas de pobres...") e ainda 1713", concluindo, de seguida, o mesmo autor: "esta situação não é específica do quadro nacional, sendo esta ponta final do século XVII e princípios do XVIII conotada com as grandes crises europeias, elas também relacionadas com um agravamento geral das condições climáticas"[166].

---

164 MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal, Vol. 1 Das origens às revoluções liberais*, 3ª ed., Lisboa, Edições Ágora, 1973, p. 568.

165 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit. p. 329.

166 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime* . (Tese de Doutoramento policopiada), Vol. II, Porto, 1979, p. 501. Sobre a situação noutras regiões, ver, entre outros, para além da obra de Vicente Pérez Moreda, já citada, LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles in* «Annales E.S.C.», 35e. Année, nº 2 Mars-Avril 1980, pp. 220-222, POUSSOU, Jean-Pierre — *Les crises démographiques en millieu urbain*: l'exemple de Bordeaux (fin XVIIe. - fin XVIIIe. siècle) *in* «Annales E.S.C.», 35e. Année, nº 2, Mars-Avril 1980, pp.

Como diz uma fonte da época: "Em 1704 houve grande carestia no pão e trigo"[167], e as grandes dificuldades sentidas neste ano e no seguinte reflectem-se no quadro da mortalidade mensal, de algumas freguesias, para 1705:

Quadro 52

Mortalidade em 1705

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
S. Vitor	9	17	13	7	11	7	6	8	3	8	9	6
Sé	3	11	10	4	3	7	4	8	2	7	4	5
Souto	11	6	11	5	6	4	6	7	4	6	5	5
Adaúfe	10	7	7	4	8	—	5	2	3	3	4	5
Merelim (S. Paio)	2	3	1	5	4	4	—	—	—	2	—	1
Sequeira	8	2	3	5	2	2	2	—	—	—	1	—

A crise atingiu três freguesias citadinas — S. Vitor, Sé e Souto — fazendo-se notar particularmente nos meses finais do Inverno — Fevereiro e Março —, não ultrapassando contudo a intensidade "média". Nas freguesias do termo a mortalidade aparece-nos mais disseminada pelos meses de Inverno e Primavera, o que poderá apontar para uma possível relação com as dificuldades alimentares, enquanto na cidade um recrudescimento das doenças do foro respiratório não é de excluir.

As informações para os anos que se seguem não são melhores:

235-242; DUPÂQUIER, Jacques — *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris-Lille, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris — Publications de l'Université de Lille III, 1979, pp. 248-266.

167 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 737 *Memórias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviários(...)*, fól. 104.

"Em 1709 também foi a carestia grande valeu o trigo a 800 e a segunda a 400 e assim tudo o mais: Em 1710 cresceu a fome o trigo valeu 1000: a segunda 550: Em 1712: igualmente e foi também o azeite a 140: e por isso não devem causar admiração as carestias destes tempos"[168]. As grandes dificuldades sentidas nestes anos ficam bem espelhadas noutra fonte do séc. XVIII: "Houve grande carestia neste anno de 1709 para o de 1710 e assim valeo o trigo a 800 reis, e o milho, e centeyo a 400 reis; a pipa de vinho a oito mil reis, e o mosto a dez reis o quartilho: o sal a dezasseis vinténs, e tudo o mais carissimo, e muitos ladroens, que roubaram dez, ou doze Igrejas... Em o mez de Mayo [1711] valeo em Braga o trigo a dez tostoens o alqueire, o milho, e centeyo a 550 reis, o unto na Alfandega a duzentos reis o arratel, e o sal a duzentos reis o alqueire, e o quartilho de vinho a seis reis. No seguinte anno de 1712 continua a carestia nos mantimentos, e o quartilho de azeite vai a cento, e quarenta reis"[169]. Estas informações são confirmadas por Aurélio de Oliveira: "... O ano de 1709 foi particularmente difícil, atingindo os cereais preços muitíssimo elevados de tal modo "que até os grandes sofrem com preços, quanto mais os pobres...", carestia agravada pela desenfreada especulação o que "se não pode compadecer que por terem os senhorios e rendeiros em si todo o pão hajam de assolar o miserável povo com a injusta ambição". A situação manteve-se no ano seguinte de 1710, culpabilizando-se também os absentistas e outros comerciantes de grãos, prolongando-se esta difícil situação até 1712"[170].

---

168 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 737 *Memórias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviários(...)*, fól. 104.

169 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diario Bracarense das Epocas, Fastos, e Annaes mais remarcaveis, e successos dignos de mençam, que succederam em Braga, Lisboa, e mais partes de Portugal, e Cortes da Europa. Para se escreverem as Memorias Ecclesiasticas dos Arcebispos Primazes desde o principio do secullo XVI athe o meyo do secullo XVIII. Escripto com fidelissima verdade pelos dias dos mezes por..., presbytero secular, advogado nos auditorios da cidade de Braga, e natural da mesma* (Braga, Anno de 1764). Manuscrito consultado devido à simpatia do Snr: Luís Costa, da Câmara Municipal de Braga, a quem muito agradecemos.

170 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., p. 433.

É pois, tendo o quadro que acabamos de traçar como pano de fundo, que iremos analisar os resultados por nós obtidos. No que se refere ao ano de 1709 observamos que nenhuma freguesia citadina foi atingida por uma mortalidade de "crise", e quanto ao termo apenas três freguesias, de reduzidíssimas dimensões, atingem uma intensidade "média" ou "forte", estando neste último caso a de Espinho, tal ficando a dever-se ao excepcional número de óbitos em Janeiro — 21 — que poderá apontar para uma crise epidémica de reduzida dispersão geográfica.

Através da representação gráfica da mortalidade por meses, verificamos em 1711 uma subida da mortalidade nos meses de Agosto e de finais do Outono, em S. Vitor e nas freguesias do termo; em 1712 é de assinalar que todas as freguesias da cidade foram tocadas por mortalidade de crise, embora não ultrapassando uma mortalidade "média", com ligeiras subidas nos meses de Maio e Dezembro, e nas freguesias do termo os máximos aparecem nos meses de Março e Julho; em 1713, ano em que apenas são atingidas freguesias rurais, são os meses de Inverno os que apresentam maior mortalidade.

Pensamos que o aparecimento de valores mínimos nos meses de Abril e Junho são de realçar numa conjuntura em que as graves crises de subsistência não apontariam nesse sentido.

O ano de 1722 conheceu um recrudescimento da mortalidade, que contudo não atingiu nenhuma freguesia do centro urbano. No que se refere aos preços dos bens alimentares entramos num período sem grandes oscilações, mesmo atendendo a algumas dificuldades registadas no ano anterior[171]. Se nos debruçarmos sobre a mortalidade mensal registada nas freguesias do termo, e se centrarmos a nossa atenção nas de intensidade "média" ou "forte", dadas as reduzidas dimensões das mesmas, observamos:

---

171 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1630-1820* (no prelo). Obra cuja consulta nos foi gentilmente facultada pelo autor, o que muito agradecemos.

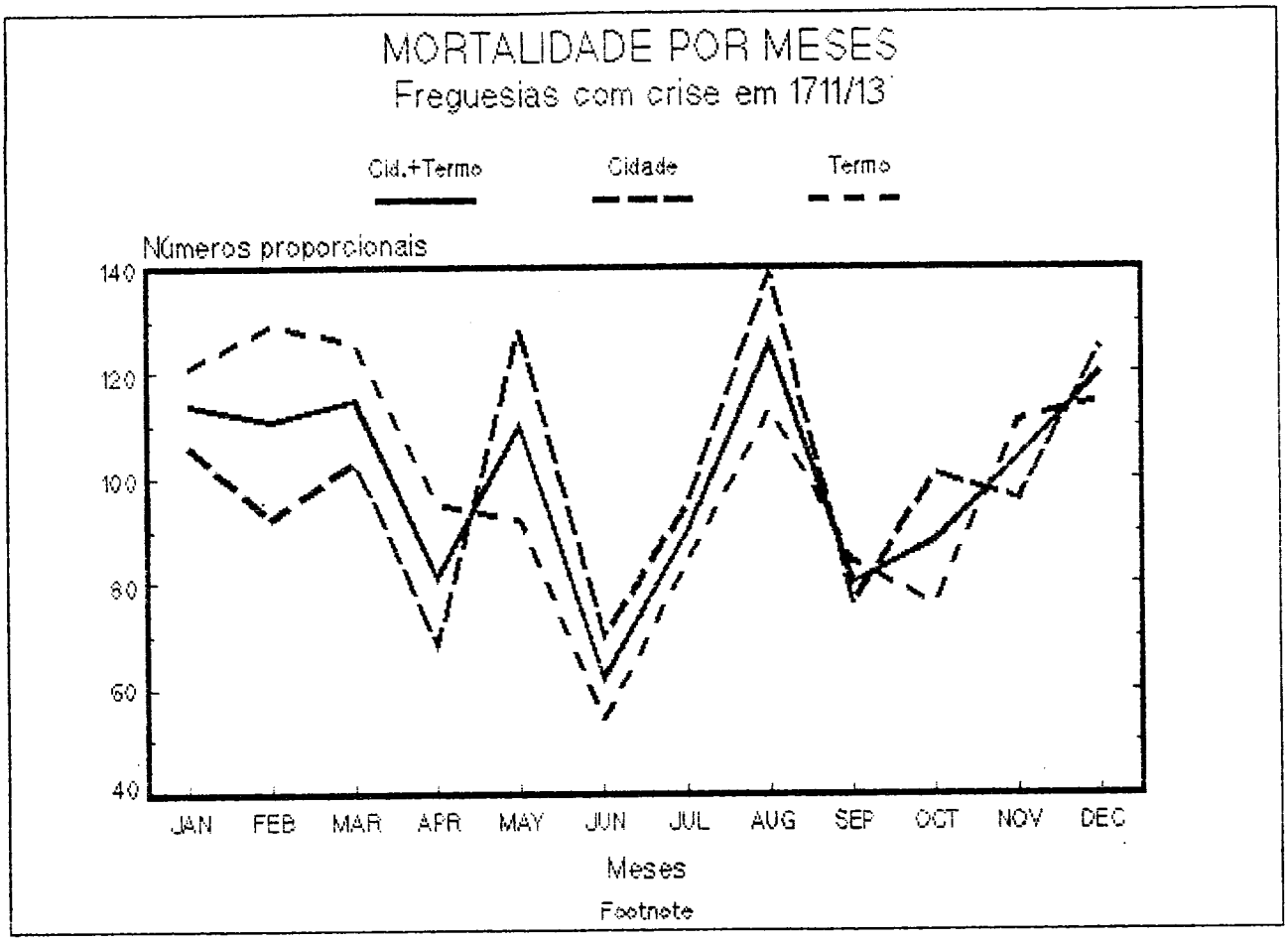
Quadro 53

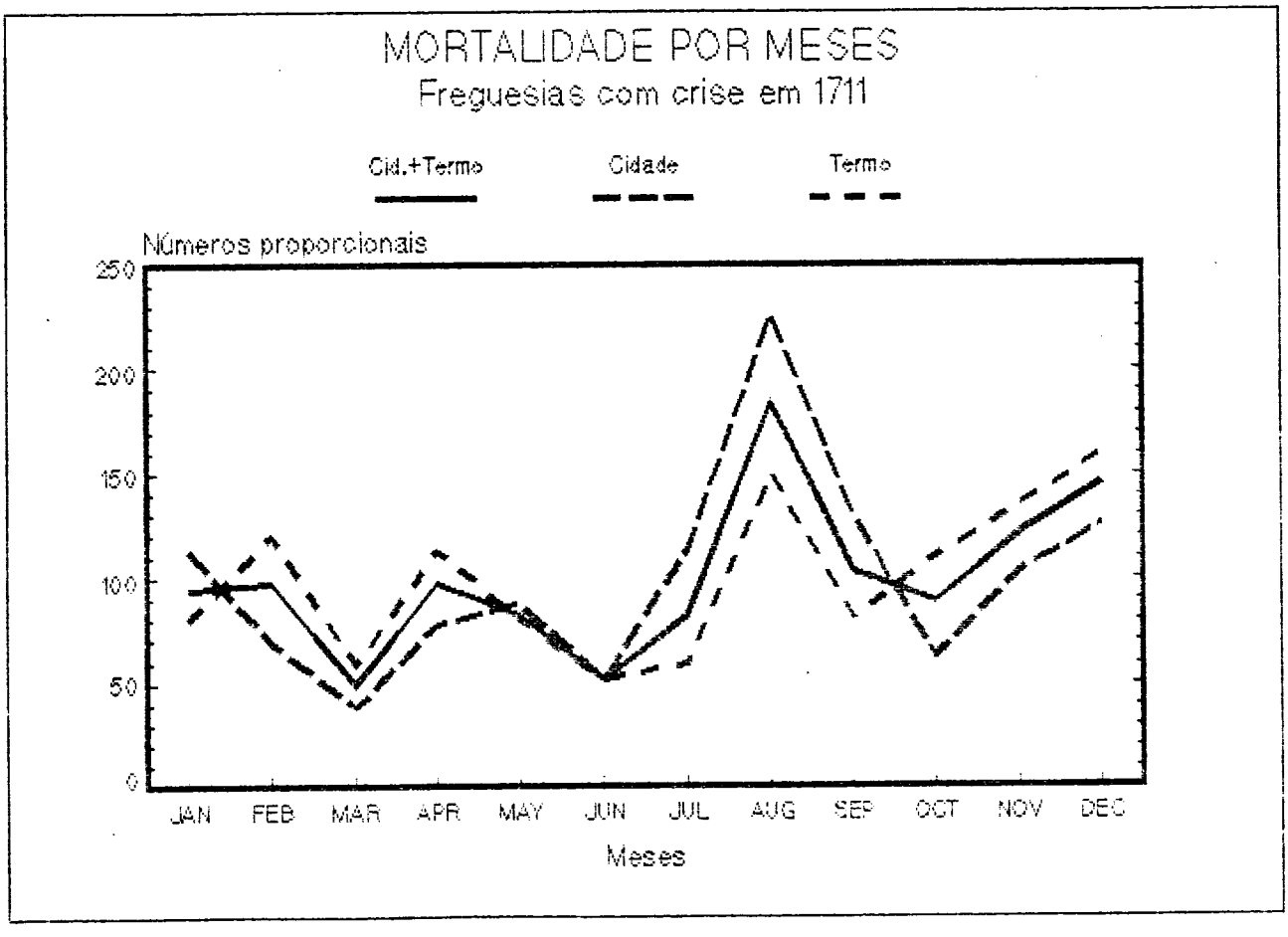
Mortalidade em 1722

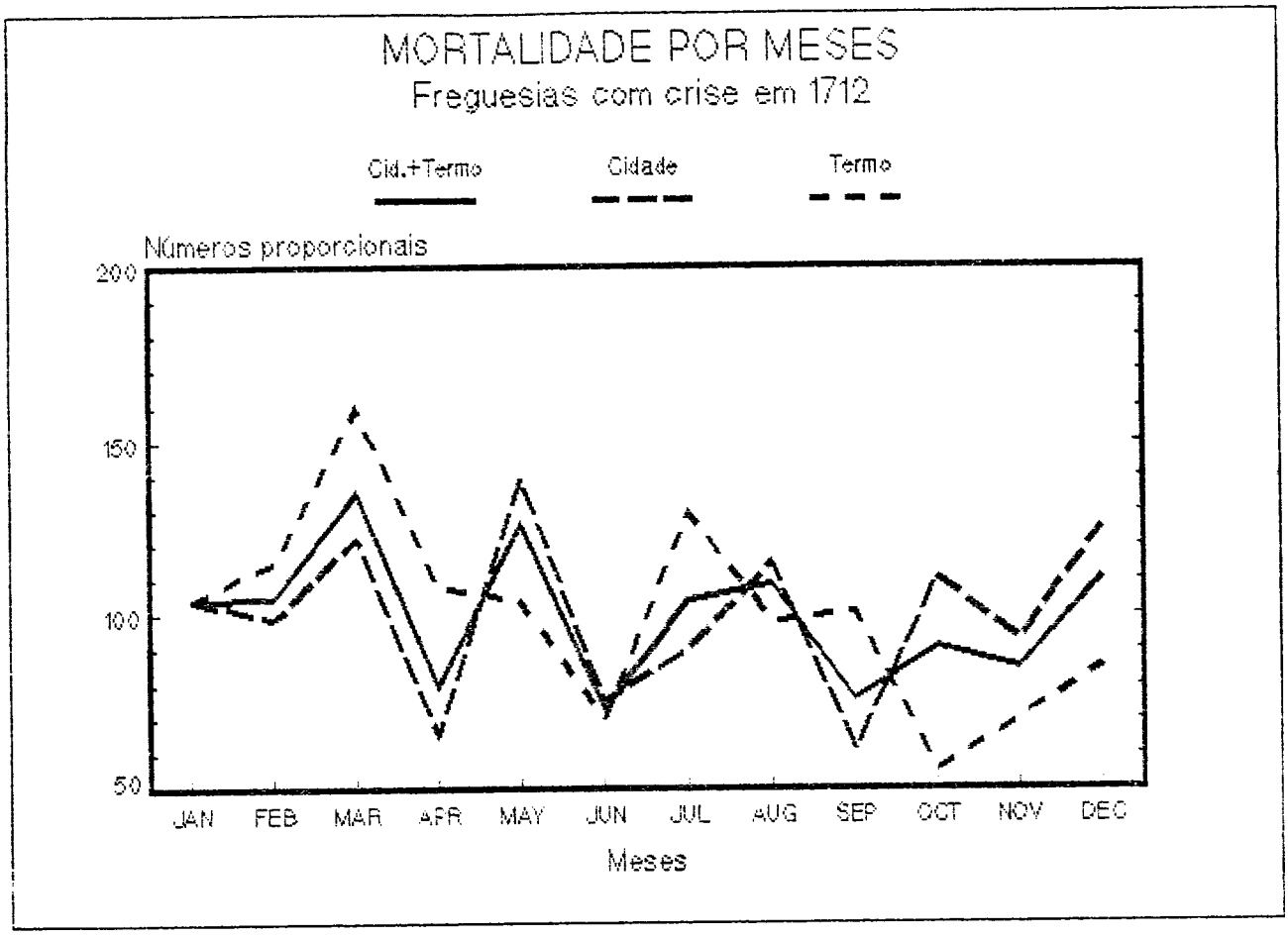
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Adaúfe	2	1	—	3	2	—	1	6	7	4	2	2
Arentim	—	1	—	1	4	—	—	1	—	—	1	—
Aveleda	1	—	1	1	4	1	—	1	2	—	1	—
Cabreiros	—	—	2	—	1	—	—	—	3	1	—	2
Merelim (S. Pedro)	1	—	1	—	—	1	—	2	9	1	—	1
Nogueira	2	—	—	3	—	—	—	2	1	—	2	1
Panoias	—	1	—	1	—	—	—	—	4	1	1	2
Priscos	—	—	4	1	1	—	—	1	4	—	2	2
Sobreposta	2	1	—	—	—	—	—	1	1	3	—	1

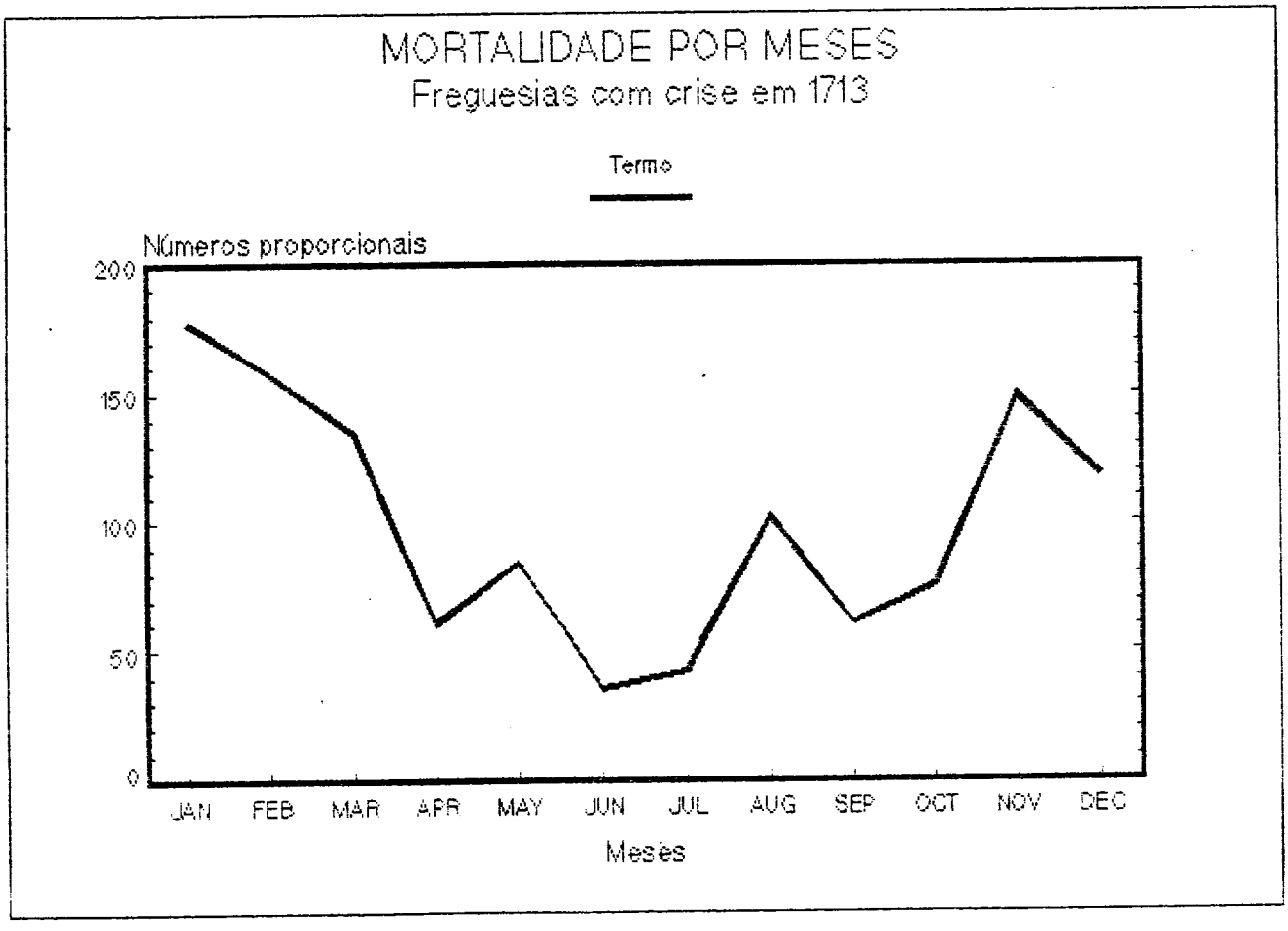
o que aponta para a existência de um foco cíclico epidémico[172], de dimensão limitada, e com particular incidência no mês de Setembro.

172 DUPÂQUIER, Jacques — *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, cit., pp. 258-259.


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1711/13
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
140
120
100
80
60
40
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1711
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1712
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1713
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A crise de 1731

O ano de 1731 insere-se num triénio — 1731/33 — em que os volumes de produção de cereais são extraordinariamente baixos[173], observando-se também que "... os ingressos das maquias se mantêm mostrando que essa crise deve ter sido extremamente difícil para a população ante a quebra grave da produção, e o número de bocas a alimentar"[174].

Quando atentamos nas freguesias que foram atingidas verificamos que, na cidade, três delas conheceram uma subida da mortalidade, embora de intensidade "menor" — Cividade, S. Vitor e Sé —, e que no termo vinte e duas foram assoladas pela crise.

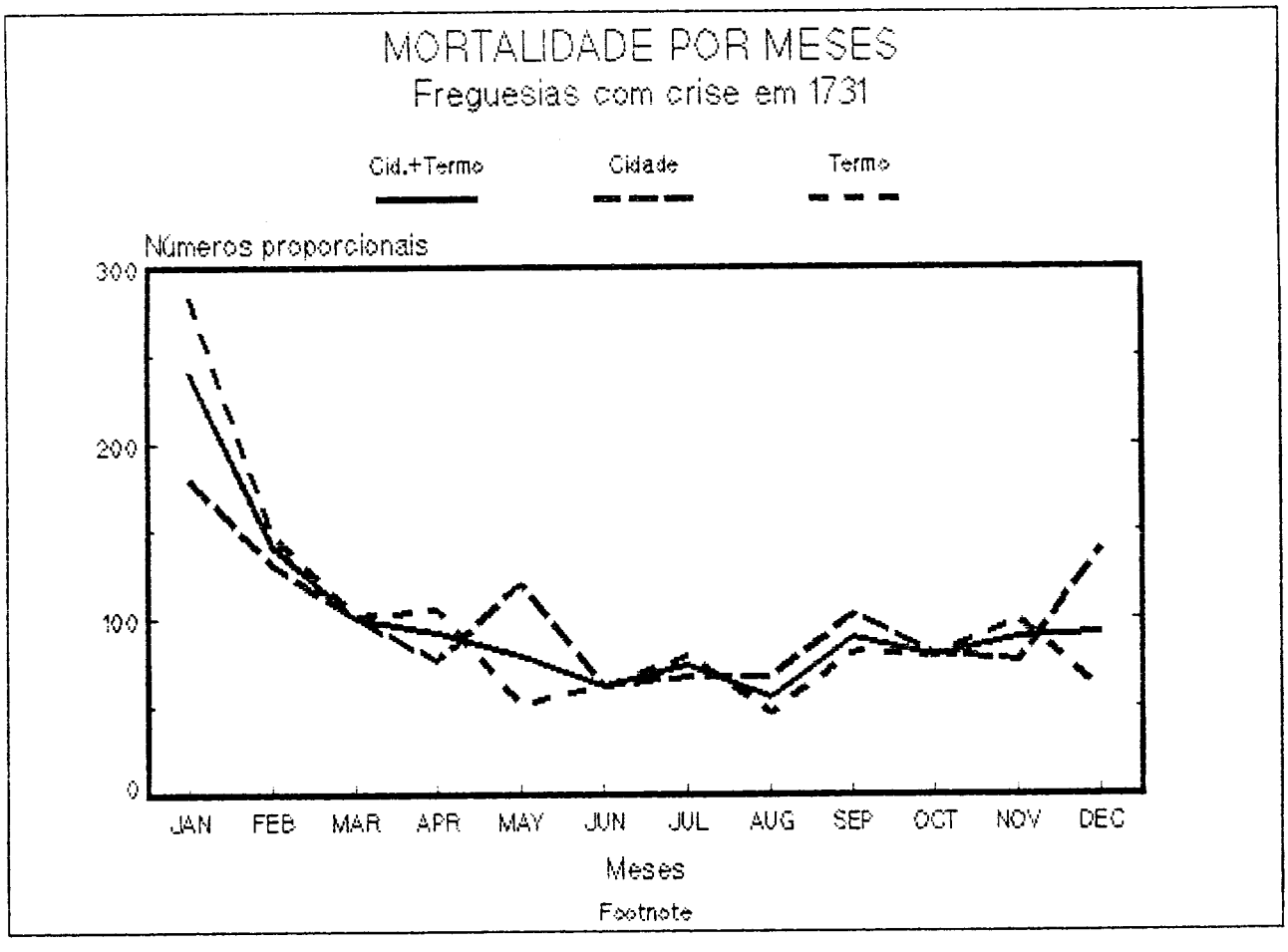
Observando, no gráfico que se segue, a distribuição da mortalidade por meses, verificamos que dois deles — Janeiro e Fevereiro — conheceram um forte crescimento do número de óbitos, em especial nas freguesias de S. Vitor, Sé, Cabreiros, Espinho, Gualtar, Lomar e Palmeira. Ora uma fonte da época diz-nos que "o mez de Fevereiro, e Janeiro deste anno de 1731 tem grassado hua grande epidemia da qual tem morrido muita gente, e para se aplacar este contagio se fez nesta cidade hua solemnissima procissam aos 3 de Fevereiro com as Confrarias, e Irmandades, Cabido e S. Sebastiam foi debaixo do palio. Sahio a procissam da Se, e cercou os muros da cidade, e nella foram alguns andores. Havia quatro mezes, que nam tinha chovido, e as fornadas hiam a moer as Assanhas, mas depois da procissam tem chovido bastante, e as doenças foram applacando"[175].

---

173 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., p. 572.
174 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., p. 575.
175 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diario Bracarense (...)*, cit., fóls. 102 e 103.

Esta informação vem ao encontro das nossas observações, excluindo o forte crescimento dos óbitos em S. Paio de Merelim nos meses de Outono. Pérez Moreda refere, para o mesmo período, a existência de "... «epidemia de fiebre maligna... acompañada de exantemas», y de «fiebres malignas», «constitución catarral», «enfermidad epidémica catarral», «peripneumonias» y «fiebres malignas petequiales pestilentas»"[176], se atendermos, também, à rápida queda da mortalidade desde o início da Primavera, pensamos que estamos perante uma epidemia invernal de gripe ou de qualquer outra doença do foro respiratório ou pulmonar (ou tifo?).

176 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 334.


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1731
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
300
200
100
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote

Os anos trinta e quarenta do século XVIII

Entre a crise de 1731 e os anos difíceis de 1753/54 a cidade e o termo de Braga não acusam anos de grande mortalidade. Aqueles que nos apresentam alguns fenómenos de sobremortalidade são os de 1734/35, 1738/40, 1744 e 1746, mas surgem-nos como acontecimentos de carácter menor, com relativa independência de crises agrárias que eventualmente tenham surgido. Aliás, nas palavras de Aurélio de Oliveira estamos perante um "... período em que a fisionomia monótona dos preços se mantém; um certo imobilismo em todas as curvas de cereais, salvo para o trigo cuja fisionomia, como de costume, é muito mais nervosa, é um longo período, de preços normalmente baixos considerando sobretudo as grandes alterações do início do século e aquelas que se verificarão na década de 1790"[177]. Também no domínio da produção cerealífera estamos perante um período em que se registam excelentes médias[178], embora seja detectável uma quebra no triénio 1737/40[179], coincidente com um dos períodos atrás referidos.

Analisando agora ano a ano observamos que no primeiro dos anos do biénio 1734/35, excluindo a freguesia citadina de S. Vitor, atingida por uma mortalidade "menor", as freguesias do termo cuja intensidade de crise foi "média" ou "forte", respectivamente em número de seis e duas, são de reduzidíssimas dimensões (só Dume e Tebosa apresentavam entre 10 e 20 óbitos anuais), pelo que só muito dificilmente poderíamos apontar este ano como de crise. No ano de 1735, embora a intensidade das crises se tenha mantido a um nível bastante baixo, com apenas duas freguesias do termo a atingir um grau "forte", já nos é possível detectar um crescimento dos óbitos, que devemos assinalar, nos meses de Setembro e Outubro.

177 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1680-1820* (no prelo).

178 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80-1813 (...)*, cit., pp. 494 e 572.

179 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., pp. 494 e 502.

Quadro 54

Mortalidade em 1735

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
S. Vitor	8	5	8	11	9	5	6	15	10	15	8	12
Adaúfe	3	3	1	3	1	1	1	1	13	9	7	2
Este (S. Pedro)	1	2	2	—	—	—	1	3	5	2	2	1
Figueiredo	—	—	1	—	1	—	—	1	2	4	—	—
Gualtar	—	2	—	—	—	—	—	—	5	6	1	1
St. Lucrécia de Algeriz	—	2	—	2	1	1	—	—	2	4	1	2

Por outro lado temos conhecimento de que este ano conheceu uma prolongada estiagem durante os meses de Verão, no seguimento de um Inverno com poucas chuvas e de uma Primavera seca. Muitos ribeiros ficaram sem água, perdendo-se os pastos, as hortaliças e os legumes, e os milhos de sequeiro ficaram miúdos e de escassa produção. Várias procissões de penitência foram organizadas pedindo a intercessão divina para pôr cobro a tamanha fatalidade[180]. Pensamos pois que estes acontecimentos estarão ligados com este aumento da mortalidade em finais de Verão, para o que terá contribuído a falta de alimentos frescos e de frutos bem amadurecidos, pelo que não será de excluir o aparecimento de focos de enterocolites e de outras enfermidades gastro-intestinais, ou ainda de casos de desidratação que tanto afectavam as populações de mais tenra idade.

No triénio 1738/40, apesar da quebra da produção cerealífera já referida e de fortes temporais que assolaram, durante o mês de Dezembro de 1739, toda a província do Minho e outras regiões do país, como foram o caso do Porto e Coimbra, e que

180 FEIO, Alberto — *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*, Braga, Universidade do Minho e Biblioteca Pública de Braga, 1984, pp. 58-59.

provocaram grandes estragos[181], apenas notamos uma ligeiríssima subida da mortalidade. No conjunto dos três anos apenas três freguesias, todas do termo, apresentam uma intensidade "forte", sendo a maioria (trinta em quarenta e seis casos) de intensidade "menor". Se atentarmos na distribuição da mortalidade por meses nas freguesias citadinas, de maiores dimensões, que foram atingidas por intensidade de crise verificamos que, no triénio, vão ser os meses de Janeiro, Agosto e Setembro os que apresentam mais forte mortalidade, coincidindo pois com os máximos esperados para os anos "normais" nessa época. Pensamos que uma ou outra subida pontual não será razão para podermos afirmar a existência de um período de assinalável sobremortalidade.

Tudo o que acabamos de dizer vale de uma forma ainda mais afirmativa para os anos de 1744 e 1746, quer porque nenhuma das freguesias da cidade é atingida por uma intensidade de crise, quer porque as freguesias rurais onde observamos uma subida da mortalidade ou são de intensidade "menor" — treze em quinze e onze em dezassete casos, respectivamente — ou então têm uma expressão diminuta. Os dois únicos casos de intensidade "forte" detectam-se em 1746.

Quadro 55

Mortalidade em 1746

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Este (S. Mamede)	1	—	1	1	—	1	1	6	3	3	1	3
Pedralva	1	2	—	—	3	1	—	2	6	8	2	1

181 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 737 *Memorias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviarios(...)*, fól. 104 vº; THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diário Bracarense (...)*, cit., fól. 107.

A crise de 1753/54

"O anno de mil setecentos, e cinquenta, e trez tem sido, muito seco sem chuva tanto no Veram como no Inverno. O rio da Ponte de Guimaraens vai todo seco no mez de Julho, os possos, e fontes estam exhauridos de aguas. Fizeram-se varias procissoens de preces... Por causa desta secura no Outono foi o pam de toda a mistura a cruzado o alqueire, milho alvo, nem houve quasi nenhum... Por causa da muita seca fizeram-se varias atafonas na cidade para moerem o pam"[182]. É com estas palavra que Manoel Joze da Silva Thadim se refere à "secura do anno de 1753", facto confirmado por outro autor contemporâneo dos acontecimentos: "... os moinhos, e zenhas não moião", o pão estava muito caro, "... valeo a 400 reis o milho e não houve milho alvo"[183]. Também Aurélio de Oliveira, ao analisar as curvas dos proventos decimais dos mosteiros da Ordem de S. Bento, observa a existência de dificuldades no triénio 1752/55, que vai quebrar a tendência de subida do período 1740/61 e "... impedirá as séries de voltar aos altos níveis anteriores"[184]. O preço do meado, o cereal de maior difusão nesta região, atinge um valor máximo[185], reflexo provavelmente dessas dificuldades, e num mercado próximo, como é o Porto, também o milho conhece uma subida acentuada do preço[186].

Se atentarmos agora nos dados fornecidos pela fonte que tem servido de base ao nosso trabalho, observamos que a intensidade das crises nunca ultrapassou o grau "forte", e que, enquanto em 1753 são dezoito as atingidas (catorze "menores", duas

182 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diario Bracarense (...)*, cit., fóls. 369 e 370.

183 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 737 *Memorias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviarios(...)*, fóls. 98, 116 e 140.

184 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., pp. 491 e 494.

185 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1630-1820* (no prelo).

186 GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, Librairie Armand Colin, 1955, pp. 81 e 172.

"médias" e "duas fortes"), em 1754 são trinta e quatro freguesias (treze "menores", quinze "médias" e seis "fortes"), ou seja, 61,8% das que possuimos informação. Este crescendo é sentido quer na cidade, onde de três freguesias atingidas em 1753 — Cividade, S. Lázaro e Sé — se estende no ano seguinte a todas elas (infelizmente não possuimos dados sobre S. Vitor para o biénio que temos vindo a considerar), quer nas freguesias do termo, que quase duplicam (de quinze para vinte e nove), embora seja de assinalar a ausência de uma continuidade geográfica de um ano para o outro.

Da representação gráfica que se segue, ressalta, em 1753, uma maior concentração dos óbitos nos meses de Setembro a Novembro, com uma quebra em Outubro, nas freguesias do termo, e em 1754, para além de um máximo invernal, centrado no mês de Janeiro, tem a mortalidade uma nova subida nos meses de Setembro a Novembro, particularmente sentida nas freguesias citadinas. Como resultado da distribuição mensal dos óbitos, em que são notórios os mínimos atingidos nos meses de Primavera, pensamos poder afirmar que a conjuntura agrícola não terá sido, por si só, determinante na explicação da subida da mortalidade, sendo de suspeitar o aparecimento de focos epidémicos em finais de Verão, que se prolongariam pelos meses seguintes, e no início do Inverno.

O ano de 1765 conheceu uma subida do número de óbitos em algumas freguesias, sendo atingida uma intensidade de crise em três freguesias citadinas — Cividade, S. Lázaro e Sé — e em dezasseis do termo; no entanto a amplitude das mesmas manteve-se nos níveis mais baixos, atingindo a sua maior expressão em Cabreiros e S. Pedro de Este.

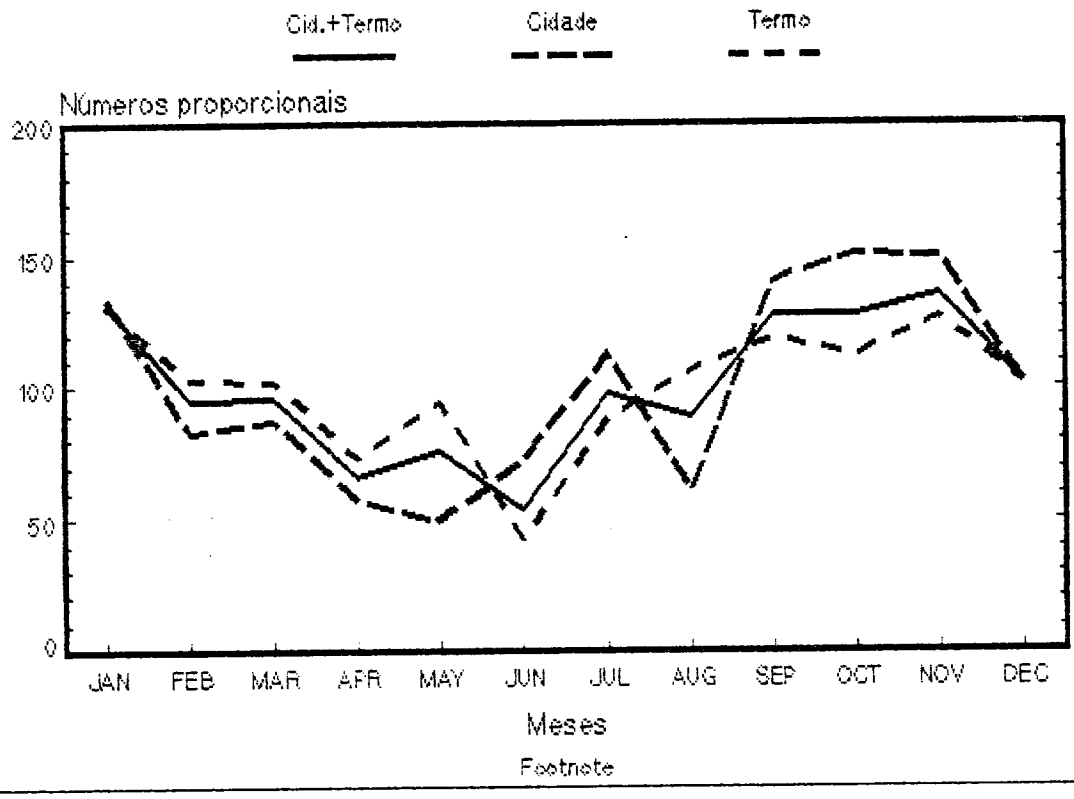
Se atendermos à distribuição mensal do número de mortes nas freguesias que foram mais tocadas por este crescimento, observamos que as variações sasonais são muito ligeiras, no que se refere às freguesias da cidade ou do termo, sendo detectável uma pequeníssima subida no último trimestre do ano.

Quadro 56

Mortalidade em 1765

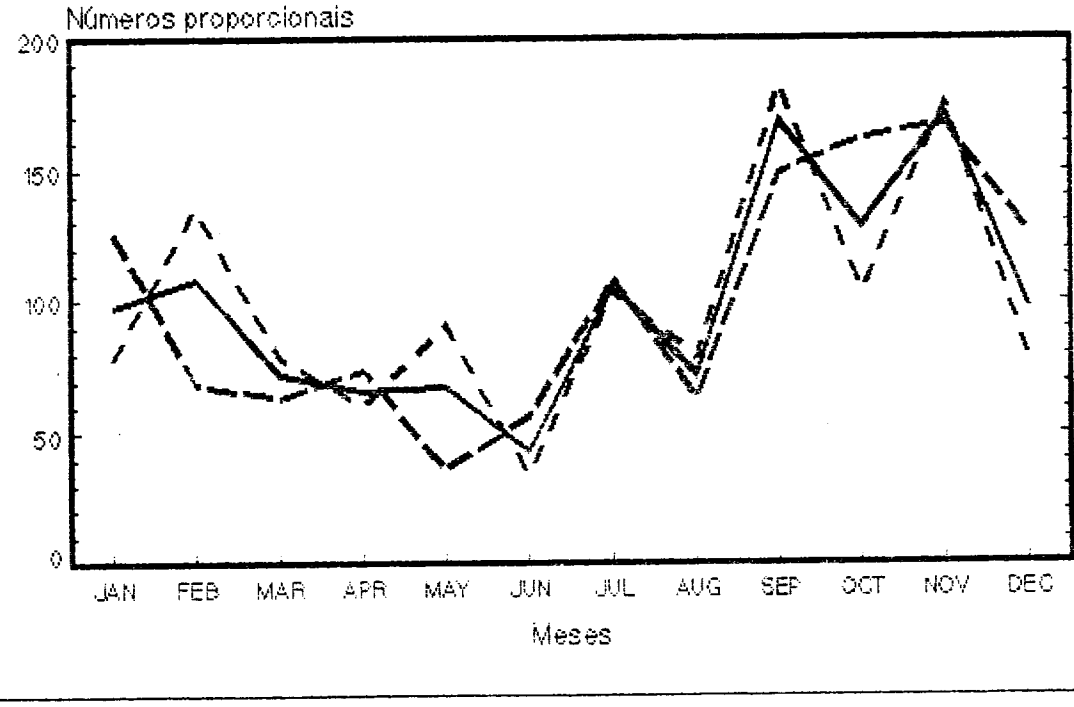
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Cividade	3	—	2	1	—	2	5	2	1	3	3	2
S. Lázaro	9	6	4	5	4	3	6	5	2	7	6	8
Sé	4	2	5	6	7	2	5	6	8	4	4	6
Adaúfe	5	6	5	2	2	2	1	2	4	6	5	7
Cabreiros	1	—	2	4	3	3	—	1	—	1	—	1
Crespos	2	3	1	2	—	—	—	3	2	3	3	2
Este. (S. Pedro)	1	1	1	—	1	2	—	—	3	1	3	6
Fraião	—	—	—	—	1	4	1	—	1	—	—	—
Gualtar	1	—	1	1	1	2	5	2	1	—	3	2
Lamaçães	—	—	—	—	—	3	3	—	—	—	1	—
Merelim (S. Pedro)	2	2	1	1	2	—	—	1	1	—	2	2
Semelhe	—	2	3	—	—	—	—	2	—	1	—	—

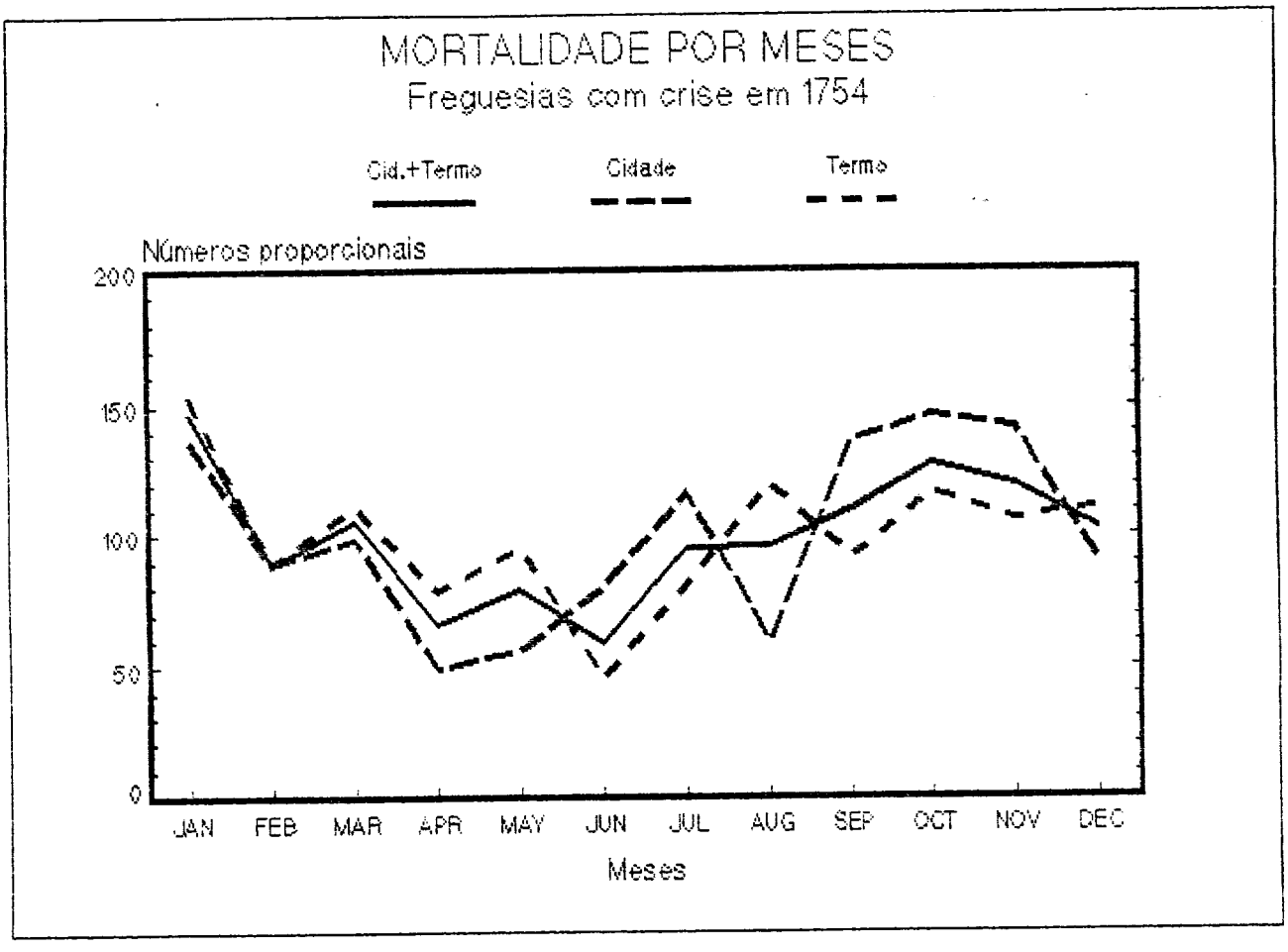
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1753/54



Footnote

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1753




MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1754
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A crise de 1769/70

Estes anos marcam não só uma profunda crise cerealífera, das mais graves do século XVIII, como o início de um período em que as quebras de produção se vão agravar, com a exclusão de um ou outro ano excepcional, até finais da centúria. Tal ficou demonstrado, para a região de Braga, por Aurélio de Oliveira, quer por análise dos dízimos e produção dos passais,[187] quer pelo estudo da evolução dos preços[188].

As condições climáticas adversas e as péssimas colheitas são-nos descritas da seguinte forma por uma fonte da época: "Nestes princípios do mes de Abril [de 1769] junto com muita chuva ouveram huns bentos muito rigos; continuados que fizeram derreter de repente as neves que estavão pellos montes; e da sorte encheram os rios que nunca se viram maiores athe com esta cheia se arruinou hum bocado da Ponte do Prado da parte de Braga; e no Porto encheu o Douro tambem de repente; com tanta furia que arruinou muitos armazens levando por agoa abaixo tudo o que dentro tinhão — maiormente da parte de Vila Nova athe nos navios fez perder muitos;... houve grandessisima falta de pam pellas colheitas do anno passado serem muito ruins por cauza da munta chuva; e como por Barozo: e mais partes não tiveram nada de pam todos deceram a comprallo por onde o acharam que foi a causa maior de chegar ao preço que chegou athe que se veio atalhar a sahida do mesmo pam andando a Camara toda encorporada por caza de todos os cabalheiros e rendeiros; e por quem tinha seleiros de pam para vender e tomarlhe conta delles; e depois de tomada a conta pozeramlhe a taxa que vendessem o senteio a 480 milho alvo a 440 e o milham a 420 e os feigois a 360 porem esta deligençia surtiu pouco efeito porque todos o que o tinham se ficharam

187 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit.,pp. 464 e 572-573.

188 OLIVEIRA, Aurélio de — *Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830), in* «Bracara Augusta», Vols. XXV-XXVI (1971-1972), pp. 125-141; OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado (1630-1820)*, (no prelo).

com elle principalmente os cabalheiros não fazendo cazo das graves penas em que cahião como por repetidos vandos se publicaram a quem o tivesse; e não o vendesse; e tanto assim não aparessia pam que muito tempo não apareceu nos dias da feira hum so carro de pam para se vender ao povo; e algum que obrigavam a vir a feira andavam os almotasseis a repartillo ao povo dando hum alqueire a quem queria dous; e embargarão todo o pam do termo para não sahir para fora delle; e o mesmo fizeram em Guimarães; e Barcellos que todos estes termos tomaram conta do pam; e so para a gente delle he que davam licença para se vender; e por esta cauza se fazia a maior falta; e fez que chegasse a valler o senteio nesta cidade a 800 reis milho alvo; e milham a 700, e a 750 reis; o feigão a cete tostois; e mais com que tudo hera fome porque athe por estes preços o não havia e fez esta falta deitar tanta gente a pedir tanto da cidade como das aldeias que hera pasmar ver as molheres de fora com os ranchos de filhos atras de si pedindo hum bocadinho de pam para comerem; e munta gente se desfez de trastes e pessas que tinhão para comprarem pam; e de tal sorte apertou a carestia; e falta de pam que a porta dos padeiros paressia hua continua romaria de gente com bulhas; alaridos para lhe chegarem; e so por empenhos se dava tanto assim que S. A. o Sr. D. Gaspar mandou vir do Norte poucas de embarcaçõis de pam por sua conta o coal mandou repartir nesta cidade ao povo couza que foi de munta utilidade por eludir com isto a falta que delle havia; e juntamente ser mais barato como tambem a Cambra desta cidade escreveu a de Barcellos pedindolhe de favor deixassem passar para esta cidade algum pam do seu termo por nelle haver munto; e neste menos; e com efeito assim o fizeram o coal pam mandou S. A. pagar e meter no colejo; e repartir ao povo pello mesmo que ca ficou posto que senão fosse o que veio de Barcellos; e o que se mandou vir de fora sertamente chegava o pam desta cidade a meia moeda assim como foi por a Veira Minho Tras dos Montes; e outras partes que chegou o pam a dous mil reis; e desta cidade levavam os daldeia o farello e misturado com algua farinha o cozião para comerem athe se chegou a cozer linhassa; e eu vi o pam della que a esta Cidade

veio a vender; em fim anno de mais fome nenhum velho se lembra delle nem o eu vi de mais pobreza; e lamentação que cauzava grande lástima as necessidades que se viram nelle Deos Nosso Senhor nos libre de outro semilhante"[189]. Da grande carestia dos cereais, da fome que atingiu as classes mais desfavorecidas e da intervenção do Arcebispo, D. Gaspar de Bragança, também nos dá conta uma outra fonte: "Em 1769: a carestia dos víveres foi grande em Braga: o centeio valeo a 800 rs. o alqueire e o milhão a 700: a pobreza foi excessiva a pobreza morria de fome, das aldeias desertavam muitos o Sr. D. Gaspar acodio a necessidade publica manda vir pão das Ilhas, e das Marinhas, e o por em selleiro que se faz nas aulas que foram dos Jesuitas, e athe o fazia vender ao povo mais barato, com o que se escondeu muito a necessidade. Tambem as Justiças impedirao com cuidado os monopolistas"[190].

A resposta positiva, por parte da Câmara de Barcelos, ao pedido feito pela edilidade bracarense, para que levantasse a interdição à saída de milho do seu termo em direcção a Braga, pode ser comprovada pela Acta de Vereação de 21 de Abril de 1769[191], e as grandes privações por que passavam as populações são também atestadas pela entrega à Câmara, por parte de Sua Alteza Real, de três mil cruzados para serem utilizados na aquisição de milho, atendendo à sua grande falta, e posterior venda ao público[192].

No ano seguinte, 1770, a situação tem tendência a agravar-se principalmente no que diz respeito às freguesias citadinas.

---

189 ADB, Manuscritos de Fundo Geral, Ms. 341 *Livro curioso, que contem as principais novidades sucedidas no dizcurso de 35 annos prencipiando pello de 1755 athe o de 1790. Escrito por hum curioso natural da Nobre e sempre Lial Cidade de Braga*, Tomo I, pp. 186-190.

190 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 737 *Memórias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviários(...)*, fól. 116.

191 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 45 de 4 de Setembro de 1767 a 21 de Janeiro de 1774*, fóls. 40 vº e 41.

192 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 45 de 4 de Setembro de 1767 a 21 de Janeiro de 1774*, fóls. 41 e 41vº

"Em 8 de Maio de 1770 a requerimento do povo mandou S. A. o Sr. D. Gaspar buscar o Bom Jezus do Monte o coal veio para a Igreja de S. Vitor por cauza das doenssas irem em aumento com muita força de sorte que andava a gente como pasmada por que alem de serem as febres contagiosas; e apegadissas; eram sumarias de sorte que o munto que duravam as pessoas em quem davam heram catorze dias; e menos; e poucos escapavam em quem ellas davam de sorte que des Oitubro ou Nobr. do anno passado em que ellas tiveram prencipio athe ao prezente tempo obriguousse que nas freguesias da cidade e no Hospital de S. Marcos da mesma tinhão falecido mil, e duzentos, e trinta, e tantas pessoas: no Hospital erram tantos os duentes que depois de estarem cheos todos os coredores; e lugares que pudião ter camas metião dous a dous por não haver mais donde camas se fizessem no coal ouve dias em que moreram cinco; e seis que de tres cada dia isso era geralmente em o coal adoesseram e moreram emfermeiras emfermeiros capelais; e athe os mordomos que hião acestir muitos della trouceram a febre de corte que não havia quem lo quizesse hir acestir com o medo; e pella cidade todos os que adoessião eram muito mal acistidos; e vezitados dos amigos, e parentes com o medo de se lhe apegar athe que aflitos, e coaze doudos entraram a requerer a S. A. para que mandasse vir o Bom Jezus do Monte para com as presses que se lhes fizessem apelacar a sua irra e moderar as enfermidades a coal com efeito veio para a dita Igreja de S. Vitor donde se lhe principiaram a fazer as presses"[193]. O texto que acabamos de transcrever parece-nos suficientemente eloquente para retratar a situação sanitária vivida na cidade de Braga. Às grandes dificuldades alimentares somava-se uma epidemia de tifo exantemático, nas palavras de Alberto Feio[194], que terá grassado desde o último trimestre de 1769 até meados de 1770. A gravidade da crise terá atingido a sua máxima expressão no mês de Abril de 1770, o que terá levado

193 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Mr. 341, *Livro Curioso (...)*, cit., pp. 202-203.
194 FEIO, Alberto — *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos*, cit., p. 38.

à saída de numerosas procissões pedindo a intercessão divina para aplacar tão grande calamidade.

Pensamos terem sido os dois manuscritos que temos vindo a seguir, que serviram de base aos textos que Senna Freitas e Alberto Feio publicaram sobre esta mesma crise, dada a grande coincidência de informações[195].

Antes de prosseguirmos com a nossa análise, não queremos deixar de assinalar as "mil, e duzentas, e trinta, e tantas pessoas" que teriam morrido durante o período que durou a crise, no Hospital de S. Marcos, e que só parcialmente se encontram assinaladas nos assentos paroquiais, pelo que, ou estamos perante uma contagem menos rigorosa por parte do redactor da fonte por nós citado, ou diante de um subregisto provocado por uma elevada mortalidade.

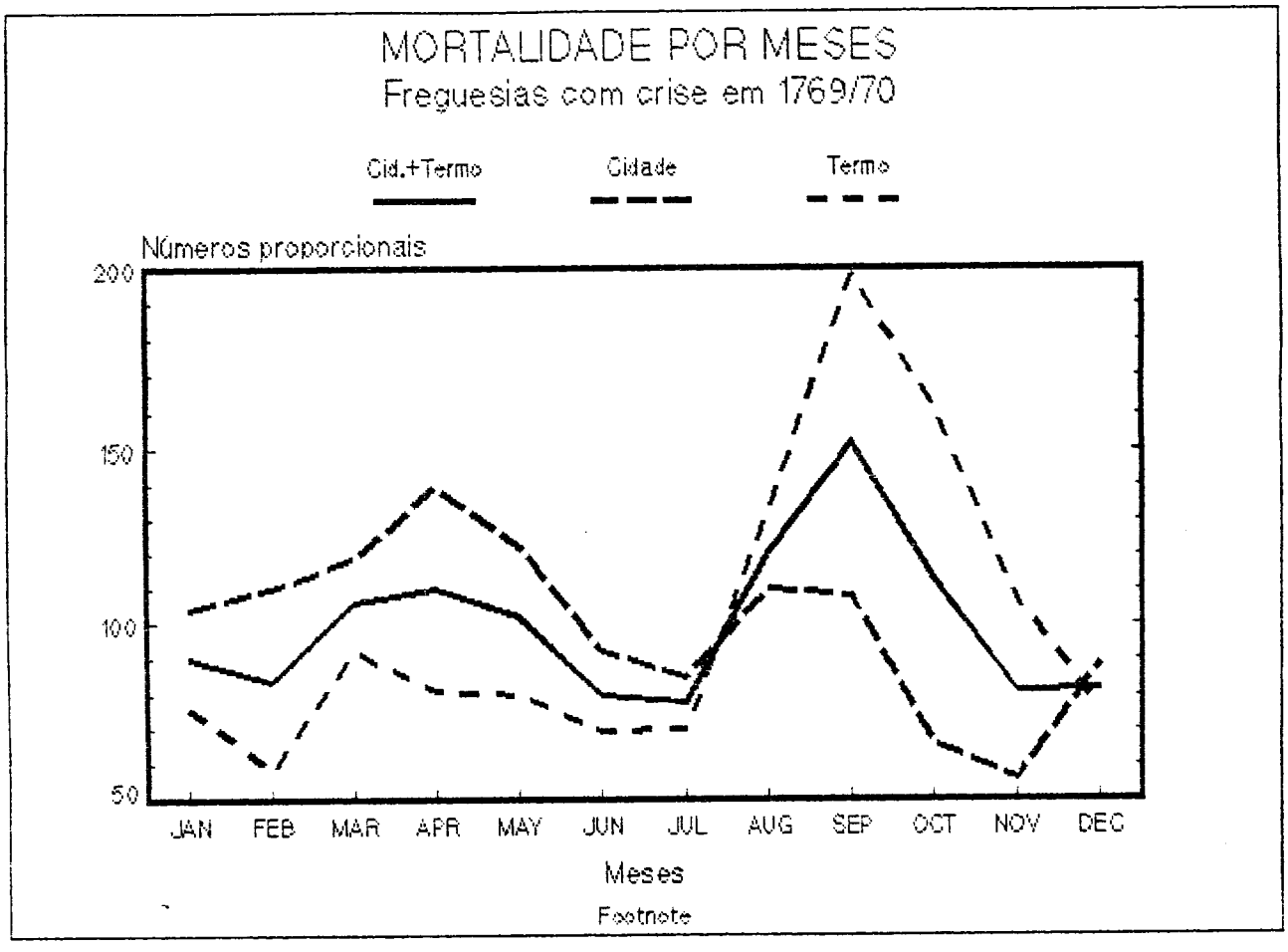
Os anos de 1769 e 1770 apresentam-nos uma situação de sobremortalidade em que a intensidade global, praticamente igual a 8 (7,998726), nos assinala (juntamente com 1753/54 e 1791/92) uma das mais graves crises do século XVIII. Nos dois anos aproxima-se dos 50% o número de freguesias que são atingidas (27 e 26 em 55, respectivamente), sendo em três casos — Cunha e Tebosa, em 1769, Frossos em 1770 — a amplitude "maior".

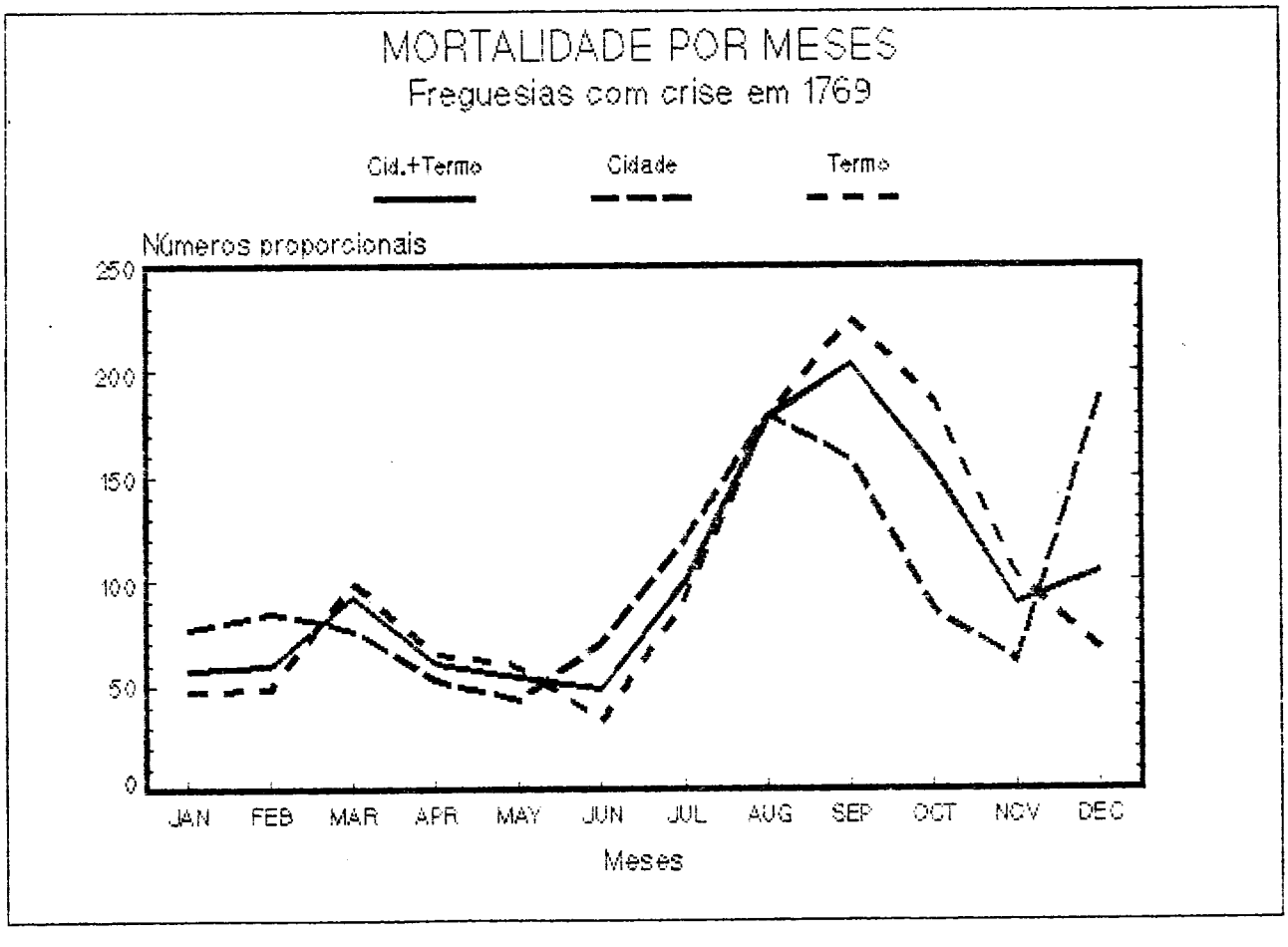
A observação da mortalidade por meses durante o período de 1769-70, a qual foi motivo da representação gráfica que se segue, mostra um comportamento diferenciado nas freguesias citadinas e rurais; enquanto nestas últimas se assinala uma subida da mortalidade em finais de Verão de ambos os anos, na cidade verifica-se a extensão da crise de duas freguesias — S. Vitor e Sé — para todas as que faziam parte dela, com o consequente aumento da intensidade quando passamos de um ano para outro; e enquanto em 1769 os valores máximos de mortalidade são atingidos em

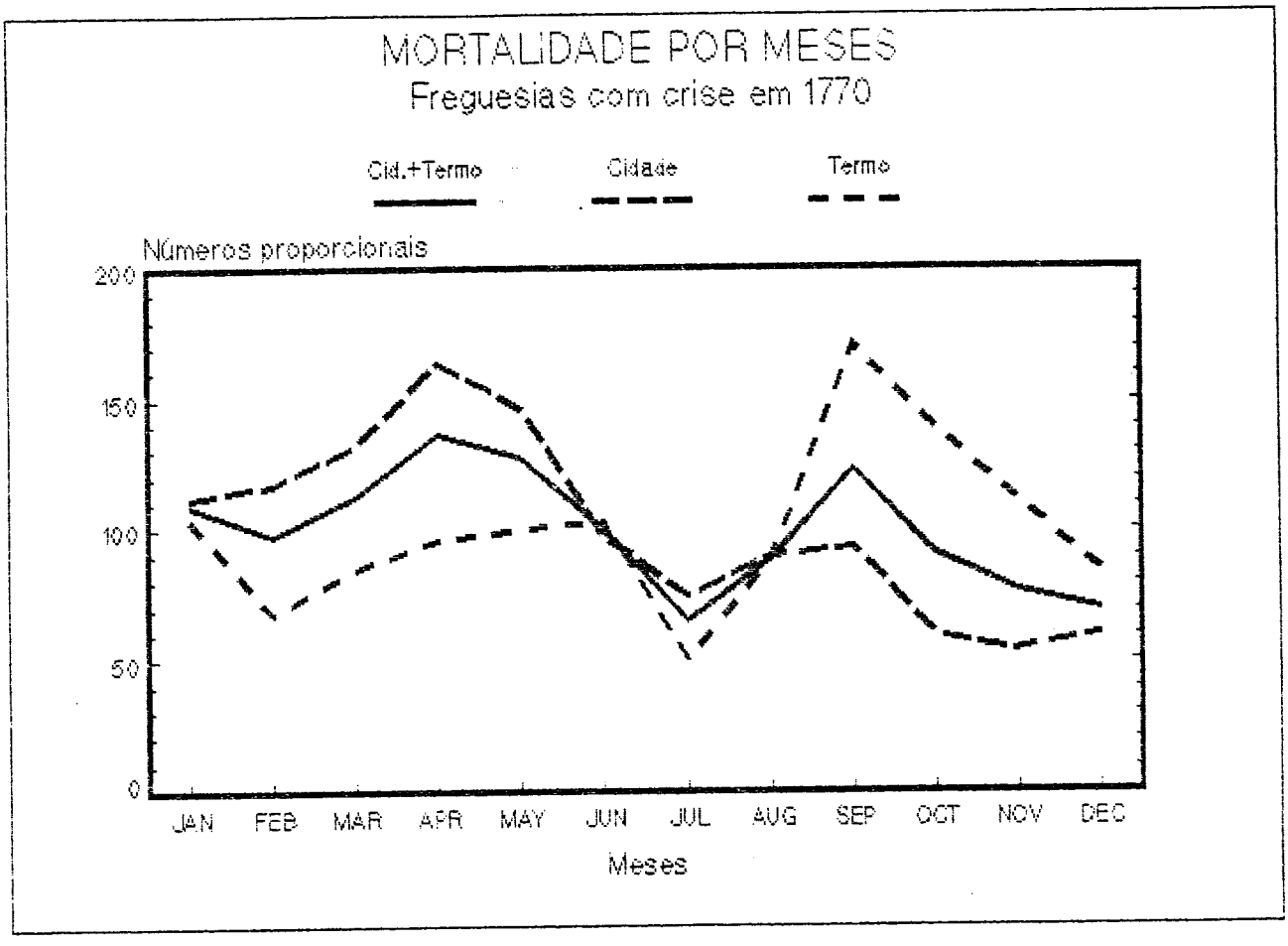
195 FREITAS, Bernardino José de Senna — *Memórias de Braga*, Vol. III, Braga, Imprensa Catholica, 1890, pp. 276-279; FEIO, Alberto — *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos*, cit., pp. 38-39.

Agosto, Setembro e Dezembro, em 1770 são os meses de Janeiro a Maio os mais atingidos, com um máximo em Abril. Tal observação vem ao encontro das informações que nos foram oferecidas pelas fontes já citadas, sendo pois de registar uma epidemia de tifo exantemático, hipótese que pode ser corroborada pelo facto de que "o munto que duravam as pessoas em que davam heram catorze dias", período de incubação da doença[196], que se terá estendido desde finais de 1769 até meados de 1770, atacando preferencialmente as freguesias urbanas, e que terá sido agravada pelas dificuldades cerealíferas, por uma situação de subalimentação, tão propícia ao eclodir deste tipo de doença. Nas freguesias do termo ressaltam os máximos de finais de Verão, que apareciam com grande regularidade na época que temos vindo a analisar.

196 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 72.


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1769/70
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1769
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1770
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A década de 1771-80 caracteriza-se por uma quase ausência de sobremortalidades, sendo apenas de referir o ano de 1775 em que dezanove freguesias do termo foram tocadas por uma mortalidade de crise. Nenhuma freguesia da cidade foi atingida nesta subida, e entre as do termo devemos destacar Crespos, S. Paio de Merelim e S. Pedro de Merelim, com uma amplitude "forte".

Quadro 57

Mortalidade em 1775

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Crespos	3	3	1	8	10	1	1	2	3	—	—	—
Merelim (S. Paio)	—	—	—	1	3	10	8	4	2	—	—	1
Merelim (S. Pedro)	—	1	—	—	2	8	10	4	—	—	—	—

O crescimento da mortalidade nos meses de Maio a Julho é corroborado quando analisamos a distribuição mensal dos óbitos nas freguesias de maior dimensão populacional.

Quadro 58

Mortalidade em 1775

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Adaúfe	1	3	4	2	7	7	8	3	1	5	2	7
Nogueira	2	—	—	—	—	3	4	1	1	1	1	—
Priscos	—	—	1	—	3	1	4	—	1	1	1	2
Sta. Lucrécia de Algeriz	1	1	—	1	2	2	3	—	—	—	—	3
Sequeira	—	2	—	—	2	7	4	1	1	—	1	2
Tebosa	2	—	1	—	1	4	6	4	—	—	—	2

Pensamos que esta subida momentânea dos óbitos deverá estar ligada a um eventual pequeno surto, por parte de uma das enfermidades que se mantinham de forma endémica entre as populações desta época.

A produção cerealífera vai conhecer uma situação bastante difícil na década de oitenta do século XVIII, a qual se vai ver agravada na década seguinte e no período que se estende até finais das Invasões Francesas. Estas dificuldades reflectem-se nas curvas dos preços dos cereais na região de Braga, as quais apresentam uma subida moderada ao longo dos anos oitenta (com uma ligeira melhoria nos anos de 1787 e 1788, observável nos casos do trigo meado e milhão), e uma alta bastante forte desde o início da década de noventa, período de violentas oscilações mas sempre com tendência para a subida dos preços, atingindo a sua máxima expressão nos anos de 1810-12[197]. Esta realidade, com ligeiras variações, é detectável noutros mercados nacionais, nomeadamente num outro centro de Entre Douro e Minho, o Porto, estudado por Vitorino Magahães Godinho, no que diz respeito ao centeio e ao milho[198].

---

197 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80 — 1813 (...)*, cit., pp. 506 e 572-573; IDEM, *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1630-1830* (no prelo).

198 GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*, cit., pp. 164-175.

A crise de 1781-82

Entre os anos em que encontrámos freguesias acusando uma mortalidade de crise com amplitude "maior", 1781 e 1782 apresentam uma intensidade das mais baixas. Se é um facto que em ambos os anos foram atingidas mais de 25% do total de freguesias, para as quais possuímos informação, devemos ter em atenção alguns factos: em 1781 todas as crises são "menores" ou "médias"; em 1782 para além das "menores" e "médias", surgem-nos somente duas crises "maiores" em Fraião e Gondizalves, freguesias bastante pequenas que alcançaram esta amplitude com apenas dez e nove óbitos anuais, respectivamente; a amplitude das crises que atingem as freguesias citadinas nunca ultrapassam a amplitude "média".

Se atentarmos na representação gráfica da mortalidade por meses, nos anos de 1781-82, observamos, em 1781, um pequeno máximo invernal, centrado no mês de Fevereiro, e um outro, em fins de Verão/Outono, com maior incidência nas freguesias do termo; em 1782, destacamos um máximo invernal, também em Fevereiro, e outro outonal, em Novembro, nas freguesias citadinas, e um máximo em Maio e outro estival, centrado no mês de Setembro, nas freguesias rurais. Com excepção dos óbitos de Maio de 1782, este comportamento aproxima-se bastante do "normal" para a época. Estamos perante uma subida moderada da mortalidade, que não terá tido grande expressão e que talvez explique a escassez de outros tipos de informação nas fontes para nós compulsadas.

O ano de 1785 conheceu nova subida da mortalidade, a qual atingiu um número significativo de freguesias — vinte e duas, sendo três urbanas e dezanove do termo — mas de uma forma muito ligeira, a qual pode ser comprovada pelo facto de em quinze casos a amplitude ter sido "menor", e em apenas numa — Cabreiros — "forte".

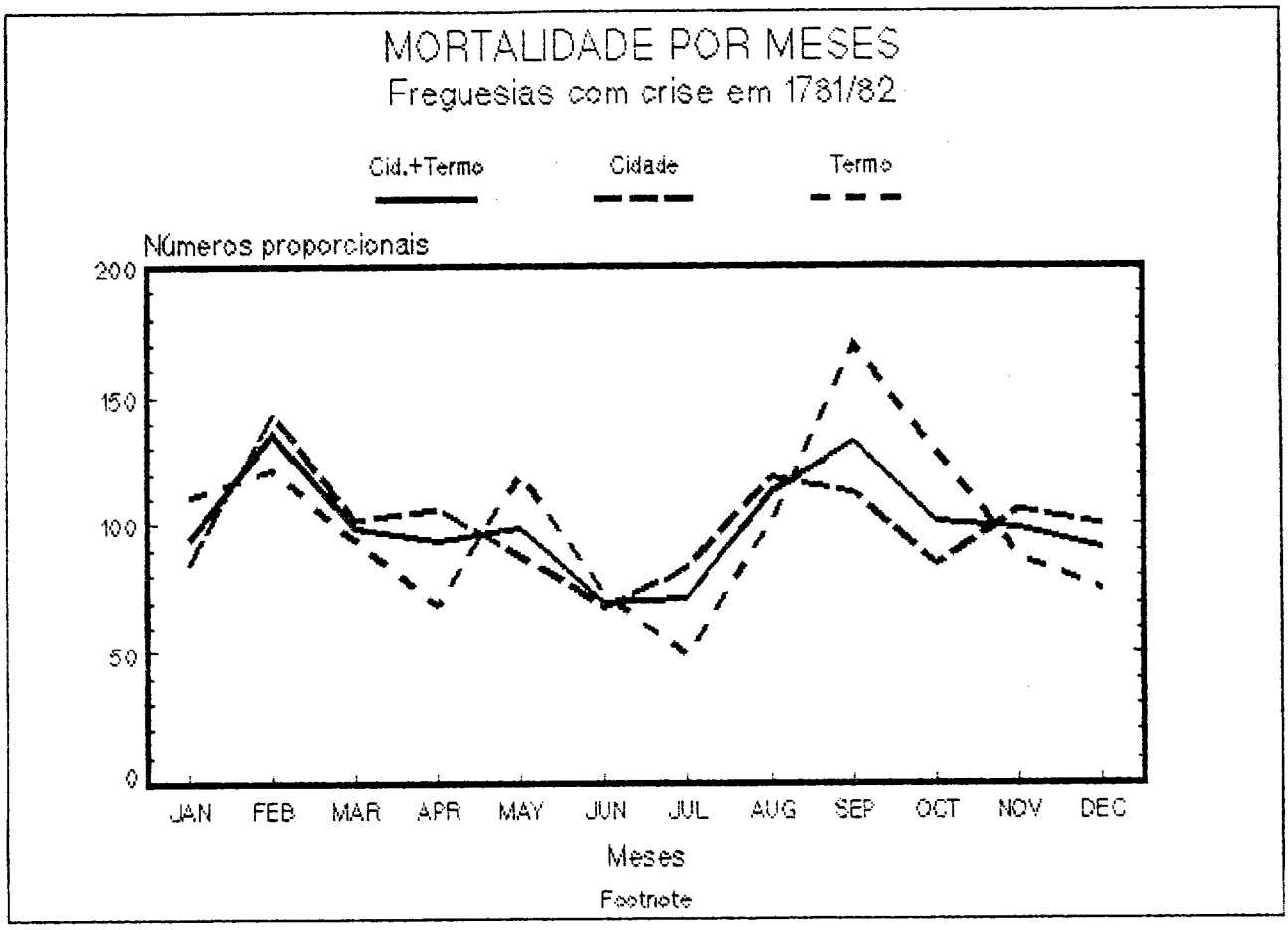
A distribuição mensal dos óbitos nas freguesias citadinas e nas do termo que atingiram uma amplitude "média" ou "forte" aponta no sentido de comportamentos diferenciados segundo a sua localização.

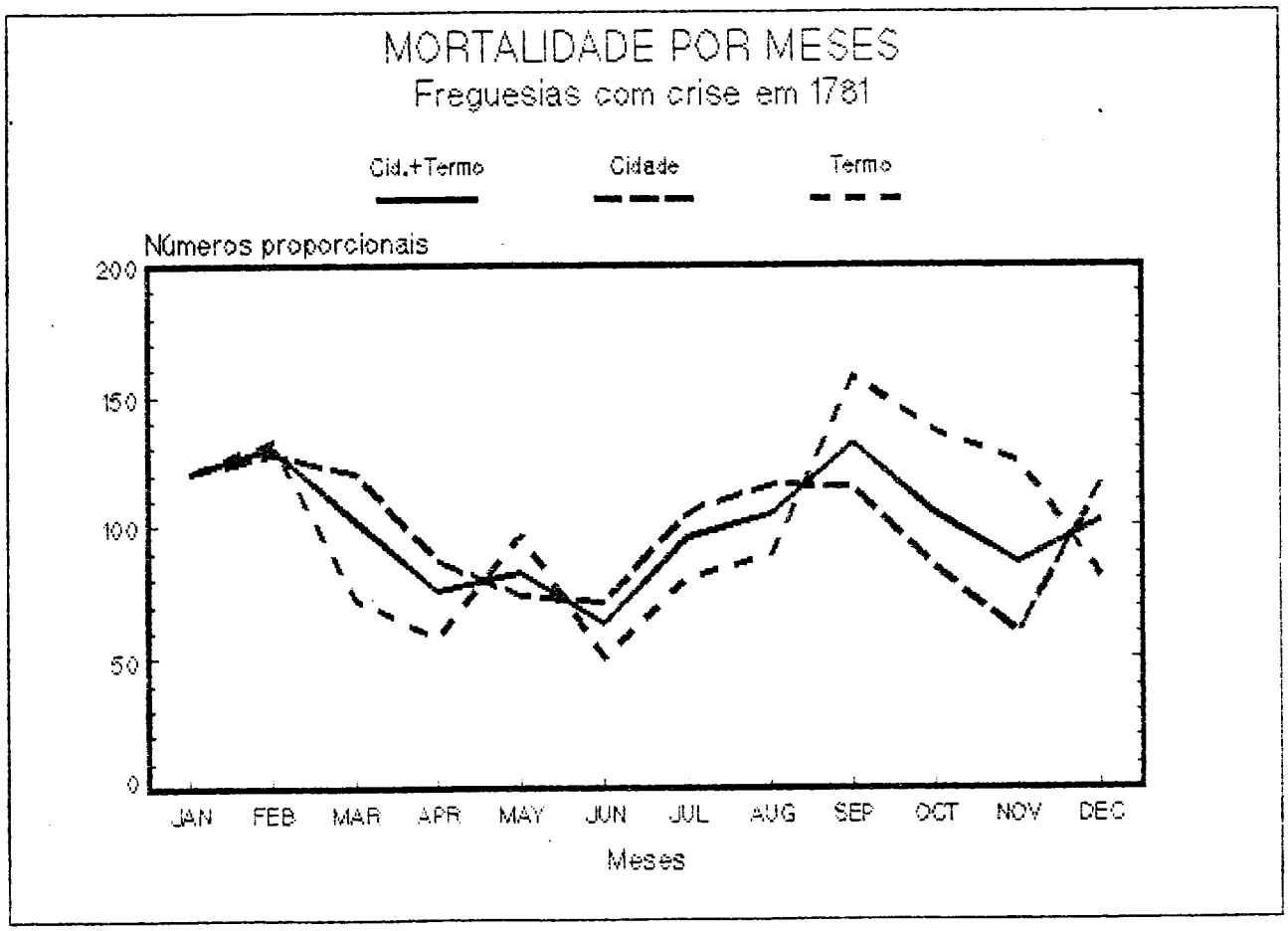
Quadro 59

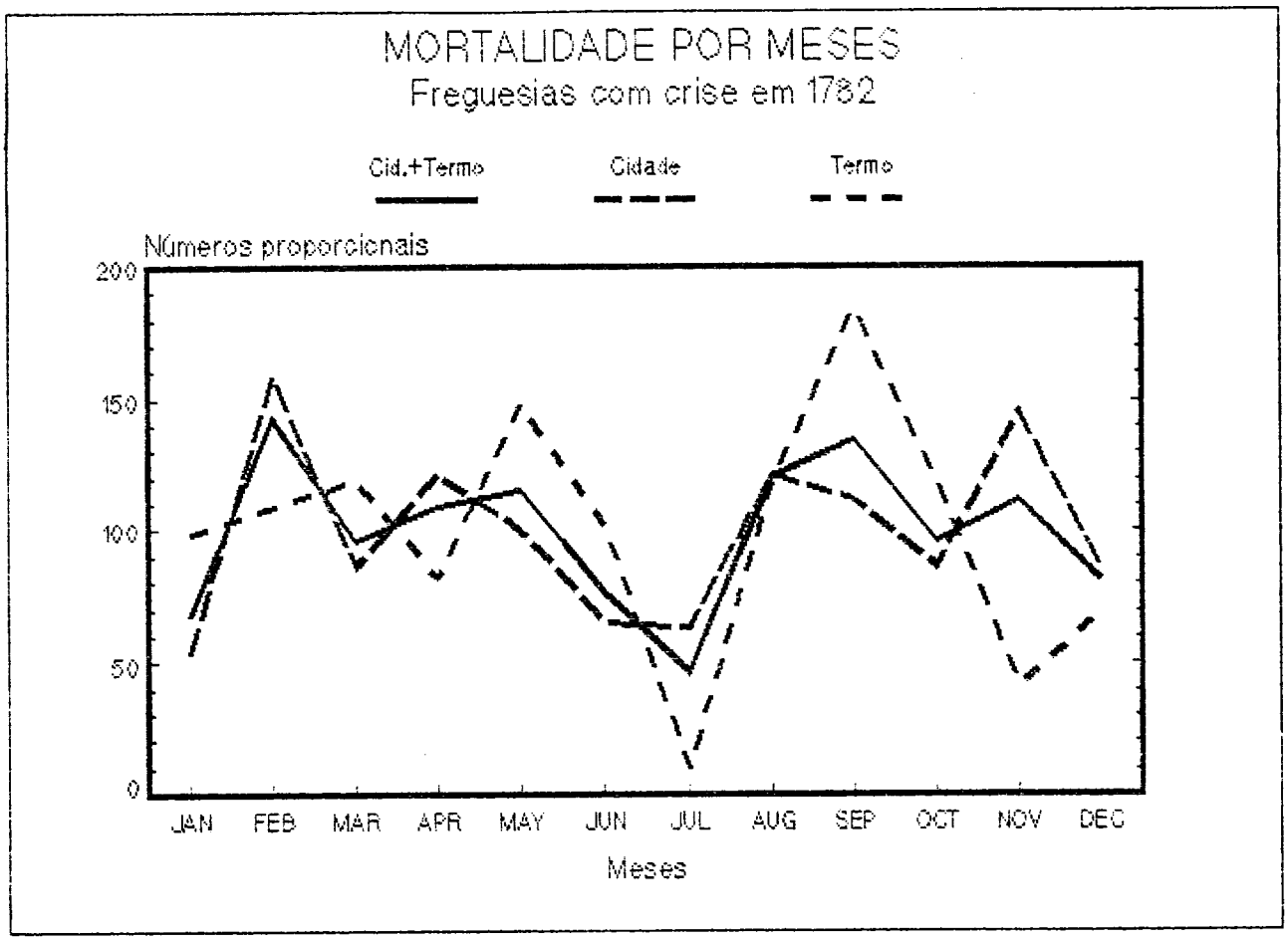
Mortalidade em 1785

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
S. Lázaro	3	2	4	8	1	2	6	5	8	3	—	8
S. Vitor	8	7	4	6	5	10	4	2	8	3	8	8
Sé	4	7	4	6	6	4	8	7	10	4	3	5
Aveleda	—	1	1	—	1	2	2	—	—	4	1	2
Cabreiros	1	—	—	1	—	—	—	3	4	2	2	5
Celeirós	1	1	1	—	—	2	2	2	1	2	2	2
Escudeiros	—	—	—	—	—	—	2	2	5	3	5	3
Frossos	—	1	—	—	1	1	—	1	—	2	1	2
Tadim e Fradelos	—	1	1	2	1	—	2	4	—	2	1	5

As variações são muito mais nítidas entre as freguesias do termo, e enquanto na cidade detectamos um máximo estival, embora não muito acentuado, atingindo a sua maior expressão no mês de Setembro, no termo é notório um forte crescimento estival-outonal, com um máximo em Dezembro. É possível que este comportamento da mortalidade esteja associado a qualquer surto de doenças gastro-intestinais (ou outras...), embora pensemos que fosse qual fosse a causa a sobremortalidade foi de reduzida dimensão.


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1781/82
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses
Footnote


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1781
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1782
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A crise de 1791-92

Os anos de 1791 e 1792 foram atingidos por uma das crises de maior intensidade, entre as que ocorreram ao longo do século XVIII. Às dificuldades cerealíferas, a que já nos referimos, vêm somar-se as intempéries e as enfermidades. Sabemos que Março de 1791 "... foi muito doentio nesta cidade e província e por isso houve nella preces gerais e ladainhas a S. Sebastião, e no dia de S. Pedro de Junho seguinte se fizerão açoens de Graças, pois que cessarão as mortandades continuas", porém, em beve, "... voltou-se a sentir a epidemia e della morreo o celebre sapateiro, Francisco Ruibo, homem sempre engraçado e jovial, dezia elle anda a morte pelos sapateiros, eu não posso escapar. Com efeito entroulhe na casa a malina, em mulher, filhos, filhas e cunhada e nelle. Estes que forão os ultimos cederão à violencia do mal"[199]. Em Novembro deste mesmo ano a situação deve ter-se agravado muito fortemente pois "... he notavel a deserção que há na cidade de moradores, tanto por causa do seu habatimento civil, como pela mortandade que tem havido: quatrocentas casas ficarão sem alogadores. Ora o habatimento civil he cousa pasmosa: a jurisdição secular fugio, as demandas deixão se perder, porque não ha com que suprir os gastos: a gente não estava acostumada a elles: ella não sente melhoria alguma no novo sistema: o corregedor esta sem comarca, e não tem que fazer: os dous juizes o mesmo porque o termo he pequeno: assim se conhece a grande mentira que se levanta em fazer a Braga muito cheia de negocios"[200]. A doença que grassava atacava quer no meio urbano, quer no campo: "... Na cidade continuarão as malinas: dellas falecerão

199 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 888 *Memorias particulares que deixou Ignacio José Peixotto Cidadão Bracharense: Dezembargador na Relação de Braga e Procurador Geral da Mitra, e somente para seus filhos saberem, não para comunicar. Annos de 1763 athe a morte de D. Gaspar*, fól. 54vº. Muito agradecemos ao Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela a consulta da leitura deste manuscrito, cuja edição está a preparar.

200 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 858 *Dr. Inácio José Peixoto — Memorias Particulares de 1791 a 1798*, fól. 1vº.

muitos entre estes Manuel Joze de Mattos... O Abade de Sequeira João Manuel Pereira do Lago... Em a freguesia de Panoias junto do Couto de Tibaens faleceo hum velho chamado João Dias do lugar de S. Vicenço,..."[201], sendo estes alguns dos exemplos de óbitos referidos pela fonte que temos vindo a seguir.

O ano de 1792 parece não ter começado da melhor maneira, pois no mês de Janeiro "... forão as cheias extraordinárias e as trovoadas formidáveis; cahirao raios na Torre do Collegio, porem a Senhora defendeo a cidade, que não tivesse perigo"[202], e no mês de Março falecia "da malina" o Dr. Francisco Ferreira Ribeiro "clerigo bom, e temente a Deus"[203].

A análise da mortalidade por meses, observável nos gráficos que se seguem, espelha com grande rigor as informações que acabamos de transcrever.

Na cidade, em 1791, todas as freguesias foram atingidas pela crise — Cividade, Maximinos, S. Vitor e Sé com amplitude "média"; S. Lázaro e Souto com amplitude "forte" — sendo detectados máximos em Junho e Agosto, e um outro, mais forte, em Novembro, mês que conheceu um recrudescimento do surto epidémico; em 1792 as dificuldades mantêm-se, até ao mês de Abril, embora de uma forma mais atenuada, tendo apenas duas freguesias, Sé e Souto, alcançado amplitudes "média" e "menor", respectivamente.

Se agora atentarmos nas freguesias do termo observamos, em 1791, dois máximos, um invernal, no mês de Fevereiro, e outro outonal, em Outubro e Novembro, coincidindo com o máximo de surto epidémico na cidade. Em 1792 é detectável a existência de valores altos até Abril, tal como na cidade.

---

201 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 858, *Dr. Inácio José Peixoto — Memórias Particulares de 1791 a 1798*, fól. 3.

202 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 888, *Memórias particulares que deixou Ignacio José Peixotto (...)*, fól. 55v².

203 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 858, *Dr. Inácio José Peixoto — Memórias Particulares de 1791 a 1798*, fól. 9v².

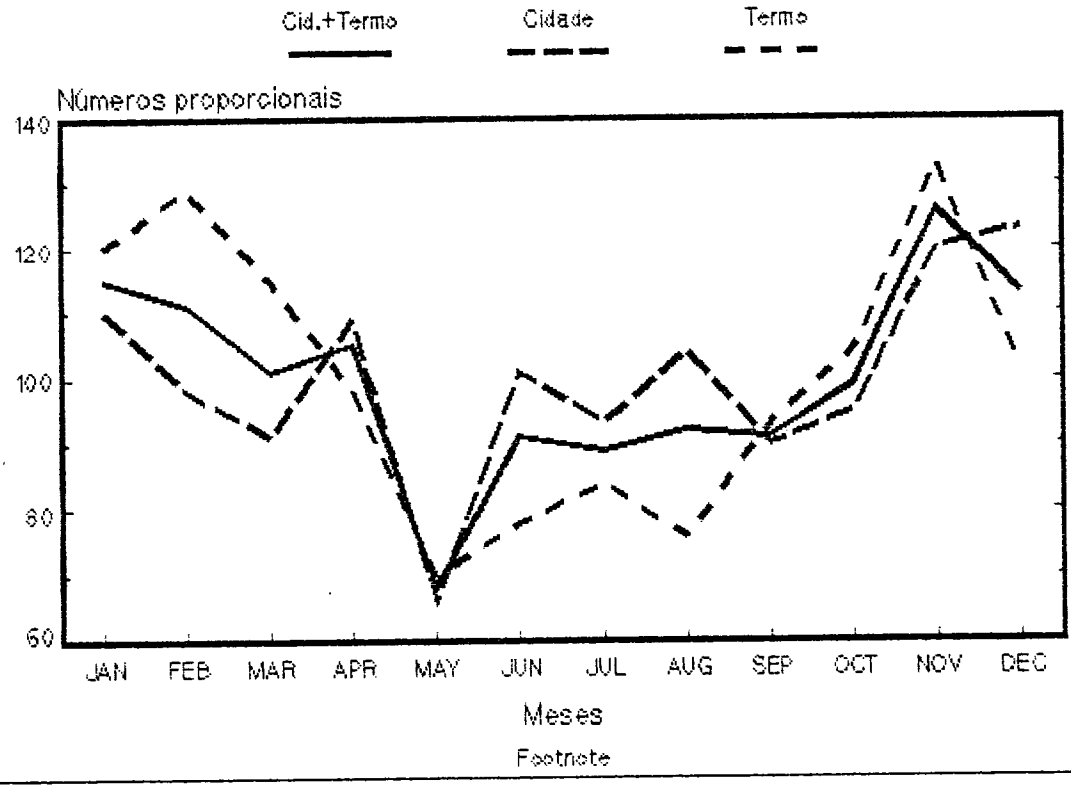
Após Abril de 1792 só voltamos a registar uma subida no número de óbitos nos meses de Novembro (termo) e Dezembro (cidade).

A que doença se ficou a dever este aumento de mortalidade? Sabemos que em 1791 houve uma epidemia de tifo em Lamego e outra de tifo petequial em Penafiel, e que em 1792 grassava a mesma doença no Porto[204]. Se a esta informação juntarmos o facto de que o tifo "... costumava aparecer no Inverno, sobretudo na sua parte final, até bem avançada a Primavera, quando se conjugavam as condições económicas e higiénicas: depois de uma má colheita e uma época longa de alimentação deficitária no Verão e no Outono, junto com o preço dos grãos, podia alcançar valores máximos durante a estação invernal, ao mesmo tempo que o frio desanimava ao banho e à mudança de roupa"[205], pensamos, atendendo ainda à distribuição da mortalidade por meses, podermos estar perante um surto de tifo que se vem encaixar num período de graves problemas cerealíferos.

204 CORREIA, Fernando da Silva — *Portugal Sanitário (subsídios para o seu estudo)*, Dissertação para doutoramento em Medicina na Universidade de Coimbra, 1937, p. 465.

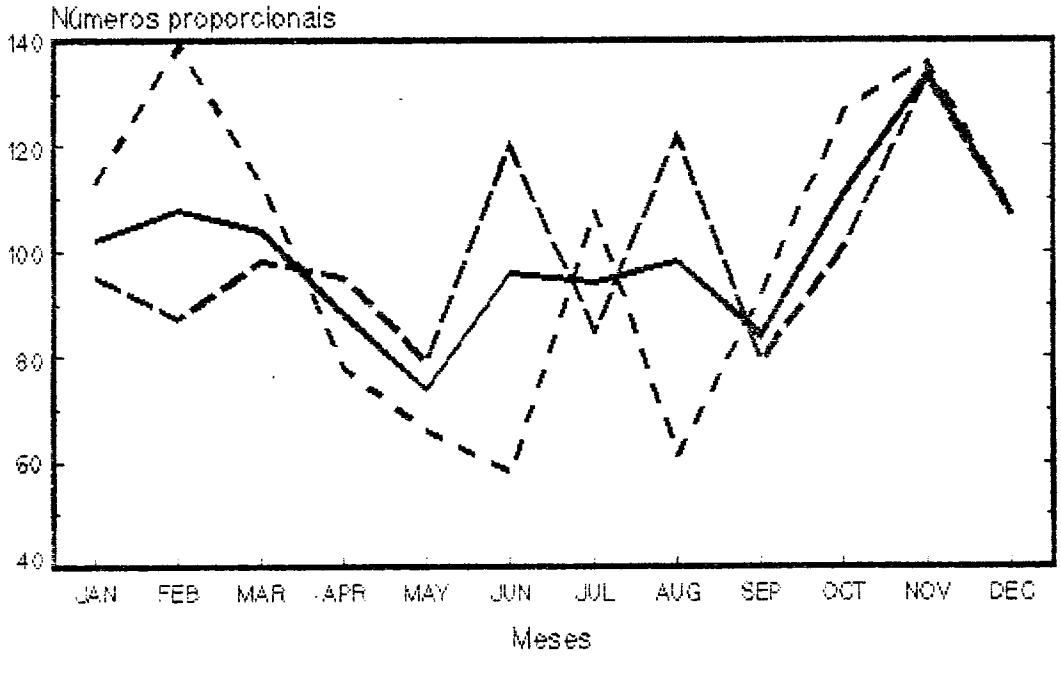
205 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 72.

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1791/92



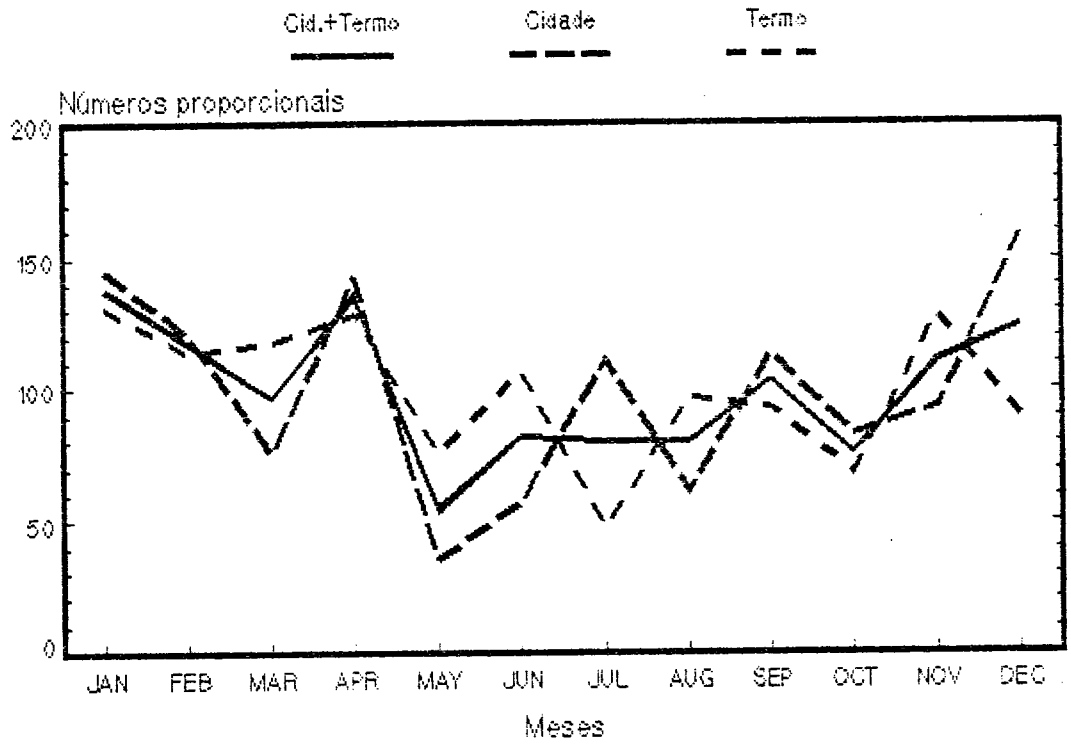
Footnote

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1791



MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1792



O último decénio do século XIX

Referida que foi a crise de 1791-92, sabemos que a situação alimentar não conheceu melhoria até 1794, com grande carestia no trigo, milho, azeite, vinho, carne e peixe, provocando uma imensa pobreza entre a população[206], no entanto em Setembro deste mesmo ano "... hua abundante colheita diminui a carestia de pão existente ha três annos"[207]. No ano seguinte, 1795, em que alguns cereais, nomeadamente o trigo, voltam a conhecer uma subida acentuada nos seus preços[208], observamos um assinalável crescimento da mortalidade em algumas freguesias. Embora só tenham sido tocadas dezasseis freguesias — dez de amplitude "menor", quatro "média" e duas "forte" —, a distribuição mensal da mortalidade, para as duas freguesias citadinas alcançadas pela crise e para as freguesias do termo de amplitude "média" ou "forte" aponta nesse sentido.

Quadro 60

Mortalidade em 1795

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Cividade	2	1	4	5	5	4	4	13	8	—	2	—
Maximinos	—	—	2	—	1	3	3	11	11	4	4	—
Arcos	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	1
Merelim (S. Paio)	4	—	2	3	—	—	2	7	5	3	2	1
Nogueiró	—	1	1	1	—	—	1	3	9	5	2	3
Oliveira	—	—	1	—	1	2	—	—	1	—	2	1
Semelhe	—	—	—	1	—	—	2	2	3	1	1	—

206 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 737 *Memórias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviários(...)*, fól. 116.

207 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms 858 *Dr. Inacio José Peixoto — Memorias Particulares de 1791 a 1798*, fól. 87.

208 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado (1630-1820)*, (no prelo).

Dada a grande concentração dos óbitos em Agosto e Setembro, pensamos que tal se ficou a dever às gastro-enterites, enterocolites e outras doenças do aparelho digestivo, que atacavam preferencialmente as populações mais jovens em anos de fracas colheitas, com o consumo de bens alimentares em estado deficiente.

No biénio seguinte os preços cerealíferos continuaram altos, em 1796 o Inverno foi muito rigoroso[209] e em Novembro desse ano "... se juntarão nesta cidade os corregedores de Barcellos, Viana e Guimaraens com o de Braga, para conferirem sobre a subsistência dos viveres para as tropas que se esperavão na mesma cidade e provincia. Tudo erão já assombros de guerra e a carestia subia de ponto"[210].

Para o ano de 1797 há notícia de que "... entrou hua grande epidemia no Seminario de São Caetano, e tambem as molestias grassavão na cidade. Falecerão no dito Seminario alguas pessoas, e todos os meninos cahirão enfermos. Hum criado do Arcebispo, chamado Cenaculo hia assistir por caridade aos doentes; cahio enfermo e tambem faleceo. O prelado gemia com as discordias do Cabido [resultado da velha questão dos Sceptros e do Solidéo[211]], e com as molestias dos seus pobrinhos que erão a menina dos seus olhos. Tudo estava enfermo no seminario... Recebeu o Prelado depois muitas vesitas do Deão e de outras mais pessoas, e a todos confessava as muitas obrigaçoens em que estava ao seu povo e particularmente ao seu clero. Foi capitulada a sua queixa por epidemica e daquellas febres que se adquirem nos calabouços. O certo he que elle a adquirio no Seminario dos Orfans... Faleceo da epidemia o Doutor Antonio Joze de Figueiredo... Tambem faleceo da mesma o Doutor

209 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 858 *Dr. Inacio José Peixoto — Memórias Particulares de 1791 a 1798*, fól. 111.

210 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 888 *Memorias particulares que deixou Ignacio José Peixotto (...)*, fól. 97.

211 FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (sec. III — sec. XX)*, tomo III, cit., pp. 417-423.

Joze Caetano de Amorim... Faleceo o irmão Dionisio, enfermeiro dos Meninos Orfans,... O Cenaculo, mosso do cubiculo do Prelado tambem, hum cozinheiro, etc..."[212].

Mau grado a situação vivida no Seminário, parece que a epidemia não terá atingido a violência que o relato, que acabámos de transcrever, fazia prever. Das dezasseis freguesias atingidas por uma mortalidade de crise, apenas quatro alcançam uma amplitude "média" e somente uma "forte".

Quadro 61

Mortalidade em 1797

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
S. Lázaro	4	3	5	7	5	8	9	7	8	9	8	4
Sé	7	5	10	5	6	2	5	2	7	5	5	7
Souto	11	11	9	12	3	8	4	11	3	13	11	15
Adaúfe	3	3	2	3	4	4	3	8	6	4	2	3
Espinho	—	—	—	—	1	1	1	1	—	3	—	—
Este (S. Pedro)	3	1	1	1	3	—	2	1	—	2	1	—

Na cidade são as freguesias de S. Lázaro, Sé e Souto que conhecem um maior crescimento no número de óbitos, enquanto no termo é a de Adaúfe, alcançada pela crise com amplitude "forte". Atendendo à distribuição mensal dos óbitos, observamos que as diferenças não são relevantes, o que juntando às informações anteriores nos faz

212 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 888 *Memorias particulares que deixou Ignacio Jozé Peixotto (...)*, fóls. 102-103.

admitir o eclodir de um surto epidémico (tifo?, varíola?) que se terá feito sentir ao longo de todo o ano, embora sem atingir grande virulência.

As carências cerealíferas vão manter-se no triénio final do século, e logo em meados de 1798 as dificuldades no Minho vão crescer com o anúncio da visita a esta província (que acabou por não se realizar) de S. Alteza o Príncipe D. João. Como refere uma fonte da época, o deslocamento de tropas "... começou não sem grandes violencias e vexaçoens dos pobres, arruinando fazendas, embargando viveres, apenando gentes na occazião mais importante às lavouras, e fazendo outros procedimentos, com os quaes o geral alvoroço que havia pela vinda do Principe se tornou em clamor e receio pelos males que já experimentavão, e que necessariamente exercerião, quando se realizasse a mesma vinda"[213]. Neste mesmo ano as colheitas foram "... assas escaças pela intemperança da athmosfera e concorrendo com esta circunstancia a geral penuria de todos os generos occazionda pela guerra que pertinazmente tem continuado na Europa; subio o pão a preços tão exorbitantes que chegou a vender-se o milho grosso a 600-700-800 e 1000 rs. crescendo desta maneira consideravelmente o numero da gente miseravel, e a consternação geral de todas as pessoas sensiveis. Em attenção a isto o N. Rmo. P. D. Abbe. Geral Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcellos não só mandou em grande parte dos Mosteiros da Congregação aumentar a esmola da Portaria, fazendo suspender outros gastos, para acudir a este objecto mais importante; mas tambem neste Mosteiro de Tibaens fez repartir huma esmola de pão tão copiosa que chegarão a concorrer a ella pessoas dos Bairros mais remotos de Braga, e destes arredores. Houve dias em que se contávão à Portaria mais de 1000 pessoas, gastando-se com ellas 14, e

213 *Dietario Principiado no Trienio do N. Rmo. Pe. Pregor. Gal. Jubº. Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcellos por Fr. Francisco de S. Luiz actual Secretario da Congregação*, 1798. (Dietário de Tibães — Ms. de Singeverga), fól. 15. Muito agradecemos ao Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos a consulta deste manuscrito.

15 alqueires de milho cozido: e vindo deste modo a importar o milho dado em esmola de pão cozido desde Maio de 1798 até o Maio de 1799 — 2404 alqueires"[214].

O Inverno de 1798/99 foi rigorosíssimo por toda a Europa, dos de maior frio e chuvas que se sentiram em Portugal, tendo-se esta situação climatérica mantido, no que diz respeito à pluviosidade, até finais de Maio. De Junho a Agosto de 1799 as condições melhoraram, no entanto, em Setembro voltou a chuva, o mesmo sucedendo em Outubro e Novembro, pelo que se perderam grande parte das colheitas, principalmente de milho grosso e feijão, bem como a de vinho, dado que as chuvas continuadas ou fizeram apodrecer parte das uvas ou então não permitiram o normal amadurecimento, tornando os vinhos de fraca qualidade[215].

As carências vividas em todo o Minho, e particularmente em Braga, ficam bem expressas na notícia de que "... o Principe mandou também insinuar aos Negociantes da praça de Lisboa que seria do seu agrado que elles fizessem transportar para esta provincia milho, centeyo ou trigo a fim de socorrer a mizeria publica"[216], e numa outra que nos dá conta de que "... O Arcebispo Primaz tomou esta ocazião da geral necessidade para escrever ao Clero huma carta circular em data de 4 de Junho de 1799 cheia de sentimentos de Piedade, e Humanidade, exhortando a todos a repartirem esmolas aos necessitados segundo as possibilidades de cada hum, e rogando em especial aos Reverendos Abbades e Beneficiados, que por benefício e compaixão dos pobres, mandassem arrecadar os seus dizimos e rendas por sua conta para que os seus Parochianos e mais pessoas mizeráveis escapassem à cruel dureza e insensibilidade com que os rendeiros não só esperavão a occazião de vender o pão

214 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fóls. 51-52. Ver também RAMOS, Luís A. de Oliveira — *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)*, Separata da Revista «Bracara Augusta», tomo XXX, fasc. 69 (81), Janeiro-Junho 1976, p. 59.

215 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fóls. 31, 31vº, 32vº, 33, 33vº.

216 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fól. 52.

pelo mais alto preço; mas até o aferrolhavão com instintos de cobiça e avareza, cauzando, ou augmentando a geral penuria que se experimentava"[217].

Os meses de Inverno de 1799-1800 foram extremamente chuvosos, com imensos ventos, nevões e tempestades, o que propiciou uma das piores colheitas de azeitona de que havia memória[218]. É pois dentro do quadro que acabamos de traçar que registamos, em 1800, uma subida no número dos óbitos, que tocou vinte e duas freguesias — duas da cidade, com amplitude "média" e "menor", e vinte do termo, doze com amplitude "menor", sete "média", e uma apenas "forte" (Morreira).

Observando a mortalidade mensal das duas freguesias da cidade, e das oito do termo que alcançaram no mínimo uma amplitude "média", verificamos um ligeiro crescimento da mortalidade em final de Verão e Outono, pelo que não é de excluir o eclodir de alguns casos epidémicos.

Quadro 62

Mortalidade em 1800

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Maximinos	5	4	—	4	—	2	1	9	10	4	4	3
S. Lázaro	3	—	7	5	6	4	2	11	6	6	16	4
Gondizalves	1	1	—	1	1	1	1	—	—	—	—	—
Lamaçães	1	2	1	1	—	—	—	—	1	2	2	6
Lamas	—	—	1	—	1	1	1	—	1	1	—	1
Morreira	—	1	1	2	2	—	—	3	5	1	2	4
Nogueira	—	1	—	—	1	—	—	—	3	1	—	—
Penso (Sto. Estevão)	—	1	—	—	2	1	1	1	—	—	—	2
Real	3	1	2	1	4	—	—	1	4	4	—	1
Sobreposta	—	—	1	—	—	1	—	2	3	1	—	2

217 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fól. 52.
218 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fóls. 33 e 34.

Pensamos que o facto mais saliente deste final do século XVIII, que se estende até 1809, prende-se com a ausência de assinaláveis crises de mortalidade, embora os preços dos produtos agrários tenham conhecido valores extremamente altos e neste mesmo período se tenham feito sentir algumas das mais graves crises cerealíferas. Esta situação não se confinou à província do Minho, tendo atingido outras regiões do país, de que são exemplo o Alto-Douro, Trás-os-Montes, a Beira, ou a cidade do Porto[219].

Analisando as curvas de nascimentos e óbitos das freguesias que compunham o Couto de Tibães, Aurélio de Oliveira refere 1783-1806/08 como "... o período de mais longo, mais nítido e mais seguro crescimento demográfico de toda a série, não obstante algumas quebras internas que se lhe podem assinalar. O volume de nascimentos sobe constantemente... Por outro lado o volume de óbitos decresce visivelmente... Estamos praticamente perante um quarto de século de lento, mas constante crescimento"[220]. Mau grado as dificuldades surgidas em 1795, 1797 e 1800, não se fez sentir, em termos demográficos, e por forma evidente, a crise alimentar que se tinha instalado na região que temos vindo a estudar. A suposta existência de uma relação inversa entre os níveis de produção agrícola e a mortalidade não é pois fácil de detectar neste caso.

Aliás, como afirma Pérez Moreda "... os efeitos demográficos das crises de subsistências, apreciáveis na microanálise das mesmas em algum caso, seriam todavia de menor importância que os efeitos da mortalidade epidémica"[221] .

---

219 SOUSA, Fernando de — *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*, Separata da Revista «Bracara Augusta», tomo XXX, fasc. 70 (82), Julho-Dezembro 1976, pp. 9-10.

220 OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1630-1820* (no prelo).

221 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 400.

A crise de 1809

No ano de 1809 conheceu a cidade e termo de Braga a mais grave crise de mortalidade de todo o período que é objecto do nosso estudo, como reflexo da grande mortandade provocada pela segunda invasão francesa.

Entrando por Trás-os-Montes e tomada a cidade de Chaves a 12 de Março, as tropas do general Soult dirigiram-se ao Porto, tendo encontrado uma forte oposição à sua passagem pelo Carvalho D'Este (19 de Março). A resistência oferecida por algumas tropas e pelo povo de Braga ficou assim assinalada numa fonte contemporânea dos acontecimentos "... [o ano de 1809] foi lamentável para Portugal pelas invasões que nelle fizerão as tropas francesas de Napoleão Bonaparte, e funestas circunstancias que as precederão, acompanharão e seguirão. Uma divisão do exercito, commandado pelo General Soult, entrou em Braga a 20 de Março de 1809. Pela imprudente e louca resistencia, que o povo amotinado da cidade (a mais ainda das povoações vizinhas) pretendeo fazer lhe nas Serras do Carvalho, etc., teve a tropa invasora ordem de levar a ferro e fogo tudo o que achasse armado: felizmente tinhão evacuado a cidade e maior parte dos habitantes; até o Arcebispo se retirou com a sua família a lugar seguro; Religiosos e Religiosas desampararão os seus Conventos, etc.: assim mesmo forão muitas as victimas sacrificadas ao furor dos inimigos; os quaes tambem saciárão a sua avareza com o saque, que lhes foi concedido por alguns dias"[222].

Para além dos mortos provocados pelas tropas francesas, algumas outras foram cometidas pelas populações amotinadas, principalmente como reflexo da atitude tomada pelos chefes militares, tendo daí resultado, entre outras, as execuções do General Bernardim Freire d'Andrade, dos seus ajudantes D. João Correia de Sá e Manuel Ferreira Sarmento, do Tenente-Coronel de Engenheiros Custódio José de Vilas

222 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 698 *Apontamentos truncados de carácter histórico (séc. XIX).*

Boas e do Dr. Bernardo José de Passos, Desembargador da Relação do Porto e Corregedor de Braga[223].

Para além das atrocidades e desmandos cometidos, alguns deles já por nós aludidos quando nos referimos ao estado dos livros de assentos paroquiais, convém aqui lembrar, no que mais directamente nos preocupa, o desaparecimento de alguns dos livros, o corte de folhas, a necessidade de elaboração de listas independentes para os que morreram na "Batalha do Carvalho", de que são exemplo as freguesias de S. Mamede e S. Pedro de Este.

Como resultado do grande número de mortos, das 48 freguesias de que possuímos informação 41 atingiram mortalidade de crise, e a estas ainda devemos acrescentar S. Mamede de Este, para a qual não podemos calcular a intensidade por a nossa série de valores não ser contínua, mas em que os 34 óbitos ocorridos em Março apontam para uma subida muito significativa da mortalidade.

Uma crise "superior", seis "maiores", dezanove "fortes", dez "médias" e cinco "menores" são o reflexo do grande número de óbitos no mês de Março, e de um crescendo estival, detectável para a cidade nos meses de Julho e Agosto, e no termo em Setembro, mesmo tendo em conta o grande peso que representaram as mortes provocadas pelas invasões francesas.

Se calcularmos as intensidades de crise para os anos de 1810/19, não considerando nos cálculos o ano de 1809, excepção por nós feita devido à grande influência provocada pelo seu excepcional volume, verificamos que os anos de 1810, 1811 e 1812 apresentam uma mortalidade de crise, embora de fraca intensidade (ver Quadro 3 do Anexo 2).

---

223 FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*, Tomo IV, Edição da Mitra Bracarense, 1934, pp. 21-22.

Estas dificuldades ficaram bem espelhadas nas carestias dos cereais e outros bens alimentares: "Neste mes de Agosto de 1810 vendi coatro razas de milhão a preso de 1300 reis o alqueire que importou 5200 reis e no dia 7 do dito mes se vendeu na feira a 1320 e 1350 reis. Em Guimarães se vendeu a 1600 reis na Lixa a 2000 reis em Villa Real pelo mesmo preso e a meia moeda. Vinho maduro se vendia no mes de Setembro a 80 reis o cartilho o verde na feira da Sra. da Mizericordia a 8 de Setembro se vendeu a 60 reis o quartilho e se vendia nas vendas a 45 reis e a 50 reis. Azeite a 180, e a 200 reis. Trigo chegou a 1800 reis, e a 2000 reis neste anno porem no mes de Setembro se vendia a 1500 reis e a 1400 reis"[224].

Esta forte alta dos preços agrícolas é resultado também das intempéries e fracas colheitas: "Este anno de 1810 foi quasi em tudo como o passado pelo que toca ao regulamento das estaçoens, foi quazi todo chuvoso; pelo que toca a sua produção em trigo e milhão foi bastantemente rico principalmente em milhão assim a colheita fosse melhor pois os grandes invernos que o não deixarão colher e secar perderão muito. Em quanto o vinho poucos annos se terão visto mais pobres neste genero. Houverão terras que não tiverão absolutamente nada, houve geada que veio pelos fins de Abril queimou tudo. Azeite ainda houve"[225].

No ano de 1811 os preços continuavam altos: "Neste anno por cauza das guerras chegou o trigo a quinze tostoens e a 1600, milhão a 11 tostoens, senteyo 1250, milho branco a 960 = vinho maduro se vendeu em o mes de Setembro a moeda de ouro o almude que vem a ser a cem reis o quartilho e o verde se vendeu a 50 = a 60 reis o quartilho e a pipa dele a dez moedas, marmelos se vendia o cento a dois mil reis, e a meia moeda"[226].

---

224 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diário Bracarense* (...), cit., fól. 619
225 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fól. 103v².
226 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diário Bracarense* (...), cit., fól. 515.

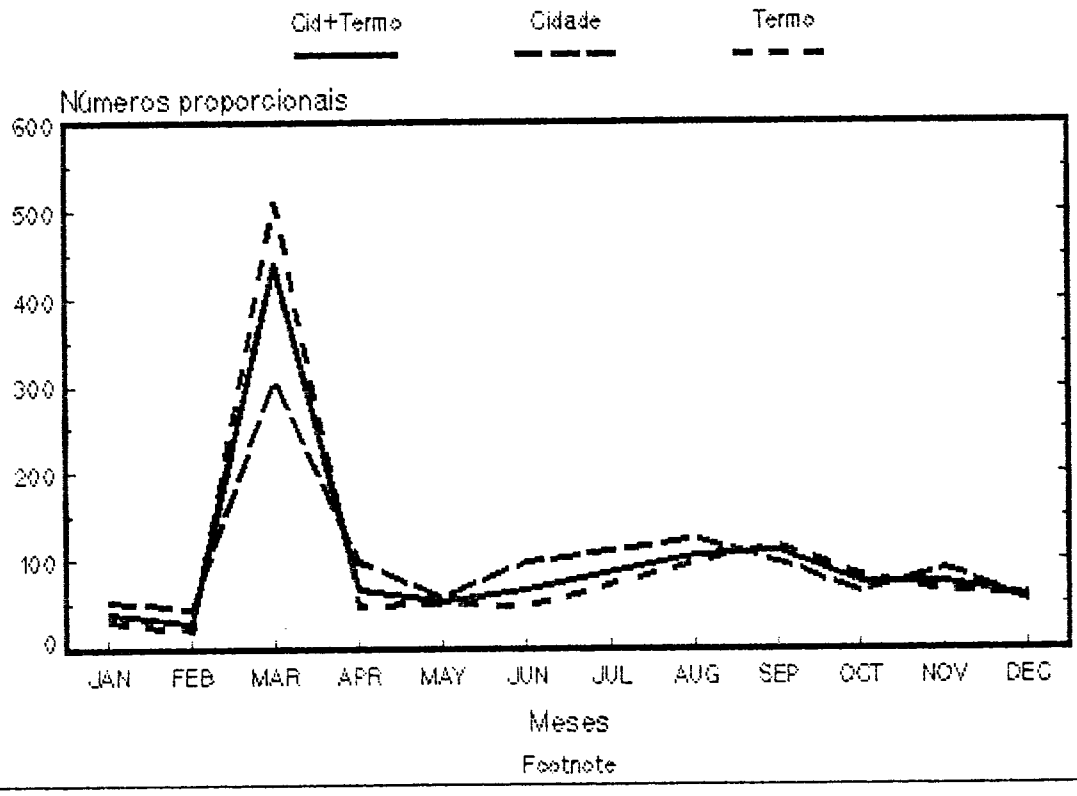
A carestia dos bens alimentares, vinda no seguimento das dificuldades do ano anterior, ficou bem retratada no auxílio prestado pelos monges do Mosteiro de Tibães: "... concorre a esta Portaria diariamente para cima de 400 pessoas a quem o N. Rmo. Fr. Manoel Ignacio das Dores manda socorrer e cuida em que se não falte a este acto de caridade. Nas mais provincias não só devem padecer a mesma necessidade mas ainda maior ou pellos estragos dos Franceses ou ainda por o augmento de bocas na passagem dos Exercitos; hoje fim de Abril que isto escrevemos, dizem estar o trigo na Beira o alqueire a 2400, milhão 1600 vinho a 3200"[227]. Em 1812 a situação mantinha-se: "Em este anno em que havão as guerras com a França estavão os bivres na maior carestia que se podia considerar o vinho se vendia a pipa a dez moedas que eu mesmo vi vender duas pipas por vinte moedas de ouro, milhão a 750 = trigo a 1800 = senteyo a 1000 milho branco a 800 reis leite a 30 reis = carne a 80 = azeite a 8600 reis no mes de Febereiro do dito anno carne de porco a 200 reis, e tambem a 240 = ovos a dez reis cada hum, macaens a 20 reis cada huma que assim as vi pagar"[228].

Este período de fortíssimas altas de preços dos principais bens comestíveis, em Braga e concelhos limítrofes, tem paralelo nas principais praças do país, com pequeníssimas variações no tempo, como demonstrou Vitorino Magalhães Godinho[229]. Analisando a representação gráfica da distribuição mensal da mortalidade nas freguesias atingidas por mortalidade de crise em 1810, 1811 e 1812 (independentemente de 1809), dois factos merecem a nossa atenção: os altos valores na Primavera de 1811, que podem estar relacionados com a grande falta de alimentos, e o "pico" de Agosto de 1812.

227 *Dietário de Tibães* — Ms. de Singeverga, cit., fól. 53.
228 THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diário Bracarense* (...), cit., fól. 218.
229 GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, cit., pp. 147-184.

MORTALIDADE POR MESES

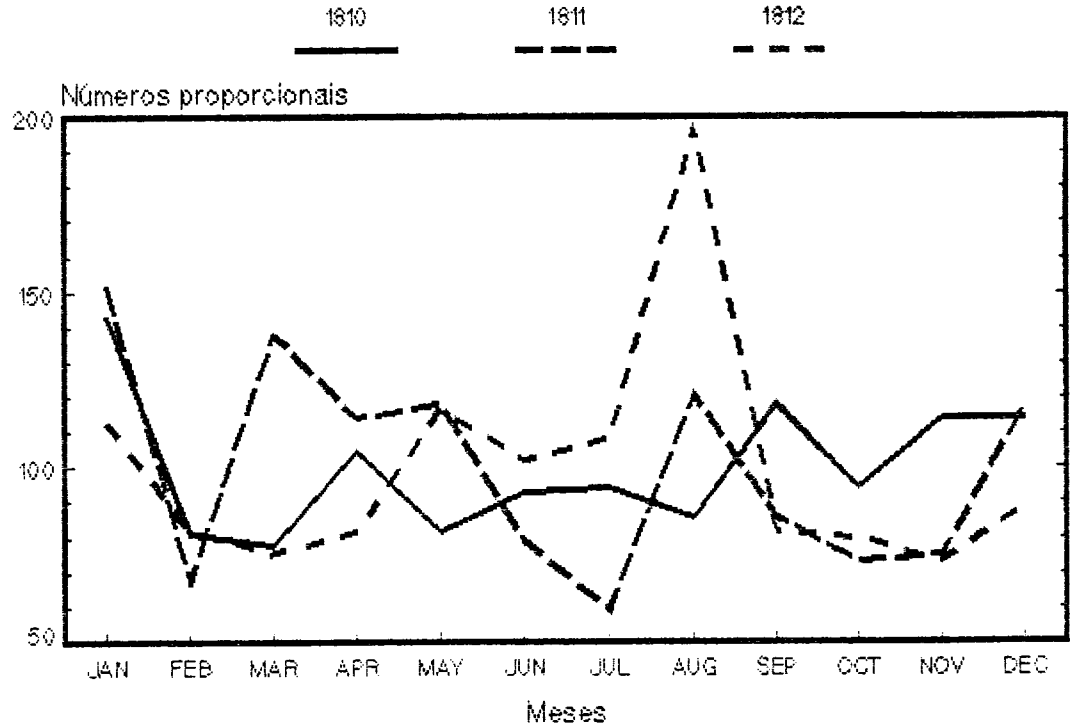
Freguesias com crise em 1809



Footnote

MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1810,1811 e 1812



Não foi considerado 1809 no cálculo da intensidade das crises

A crise de 1825-1834

Estes anos correspondem, na vida política e social portuguesa, a um dos períodos mais agitados do século XIX — tendo o seu início com o "rescaldo" da Abrilada, o primeiro exílio de D. Miguel e o último ano da vida de D. João VI, estende-se até ao final da Guerra Civil (1831-1834) e início do reinado de D. Maria II.

A região de Braga não escapou incólume às convulsões que abalaram o País, sendo diversas as referências a tais acontecimentos. Citemos algumas: no seguimento da revolta militar que estalou na cidade do Porto, em Maio de 1828, houve a 23 de Junho, em Tebosa, uma refrega entre realistas e constitucionais[230]; aquando da retirada do exército constitucional para a Galiza, na sua passagem por Braga, cometeu "... pela rua da Cónega e arrabaldes de S. Jeronymo até á Ponte de Prado o maior saque e espoliação nas principais casas"[231]; a 4 de Julho temos notícia de um combate em Ferreiros entre Liberais e Miguelistas[232]; num outro recontro "... houve toda a suspeita de que pela actividade do fogo fosse consideravel o nº dos mortos; porem alcançasse haver noticia de hum somente de Caçadores 9 rebelde gravemente ferido, que depois morreu, e sete mortos e alguns feridos, a maior parte paizanos"[233].

Durante a Guerra Civil, são inúmeras as alusões a desmandos praticados pelas tropas, de que é exemplo o saque praticado na cidade durante cinco dias[234]; o

230 Dietário de Tibães — Ms. de Singeverga, cit., fól. 171.
231 FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (séc. III-séc. XX)*, Tomo IV, cit., p. 57.
232 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 333 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850*, fól. 34.
233 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 333 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850*, fól. 37vº.
234 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 334 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850*, p. 16.

eclodir de motins, quer na cidade quer no seu termo[235]; a formação de bandos, algumas das vezes de desertores, que provocavam rixas não só entre si como com o povo[236].

Pese o clima de forte turbulência vivido, pensamos que este longo período não conheceu crises de vulto. Na cidade são apenas detectáveis duas crises "fortes" — em 1825 em S. João do Souto e 1827 em S. Vitor —, sendo as restantes oito "menores" e cinco "médias". No termo destacam-se dez crises "fortes" e uma "superior", o que atendendo à dimensão das freguesias atingidas não parece apontar no sentido de uma marcada crise de mortalidade. Se atentarmos na distribuição e intensidade das crises ao longo destes dez anos, pensamos que traduzem um aumento generalizado da mortalidade, afectando praticamente todas as freguesias, mas de uma forma moderada.

A intensidade geral atingida será muito mais resultado do longo período de dez anos que foi considerado, do que de grandes mortalidades anuais.

Observando a mortalidade por meses de todas as freguesias com crise em 1825-34, quer anualmente, quer no seu conjunto, e a respectiva representação gráfica, tendo por base os números proporcionais, verificamos a sua quase total coincidência com o "modelo" de mortalidade mais usual para a época, com dois máximos bem marcados — o de final de Verão, normalmente associado às doenças gastro-intestinais e certas viroses estivais; e o de Dezembro-Janeiro, marcado, fundamentalmente, pelas afecções das vias respiratórias.

Se atentarmos agora nas diferenças de comportamento entre a cidade e o seu termo são detectáveis ligeiras variações. Na cidade aparece levemente acentuado o período invernal, com menores oscilações ao longo de todo o ano, enquanto no termo é

---

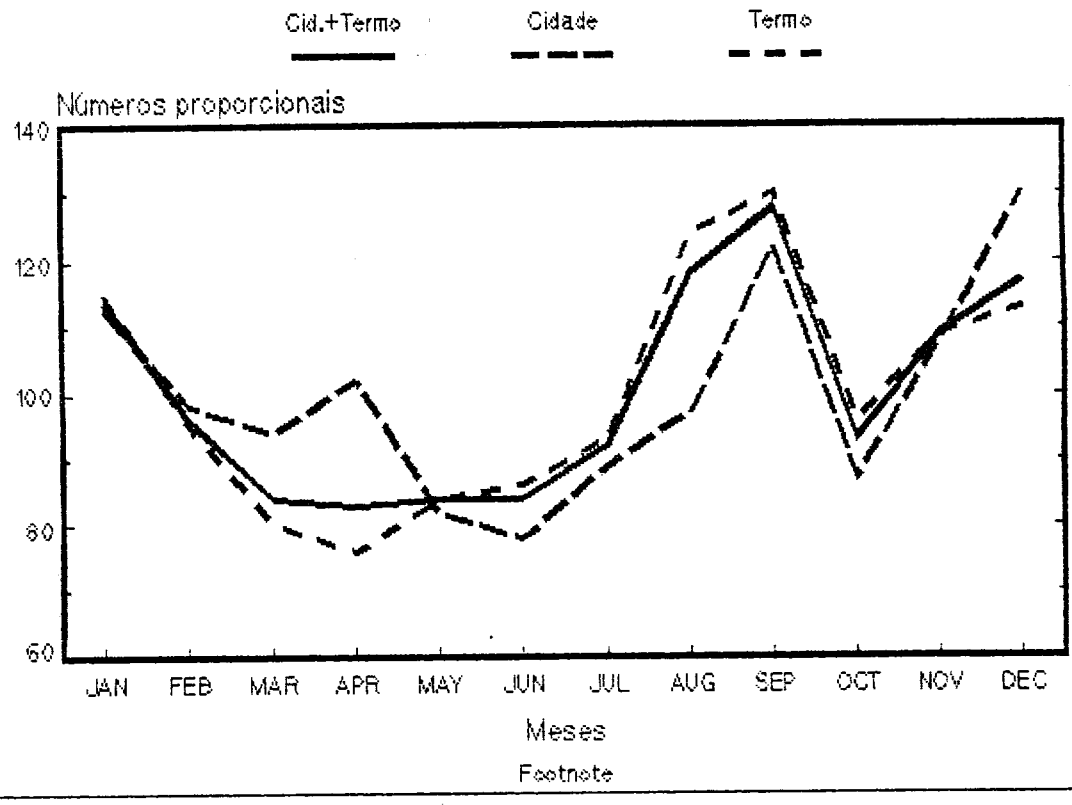
235 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 335 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850*, pp. 38-39.

236 São várias as referências deste tipo em: ADB Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 334 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850.*

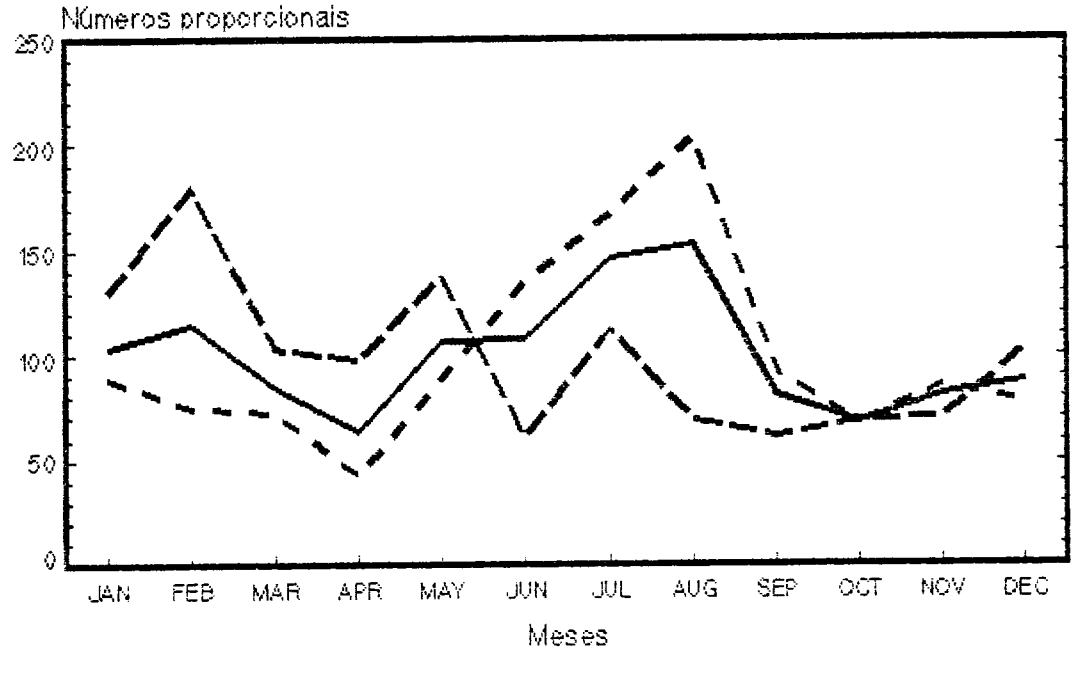
a época estival a mais atingida, sendo disso exemplo algumas das freguesias com crises "fortes" — S. Pedro de Merelim (1825), Sequeira (1829) e Real (1833).

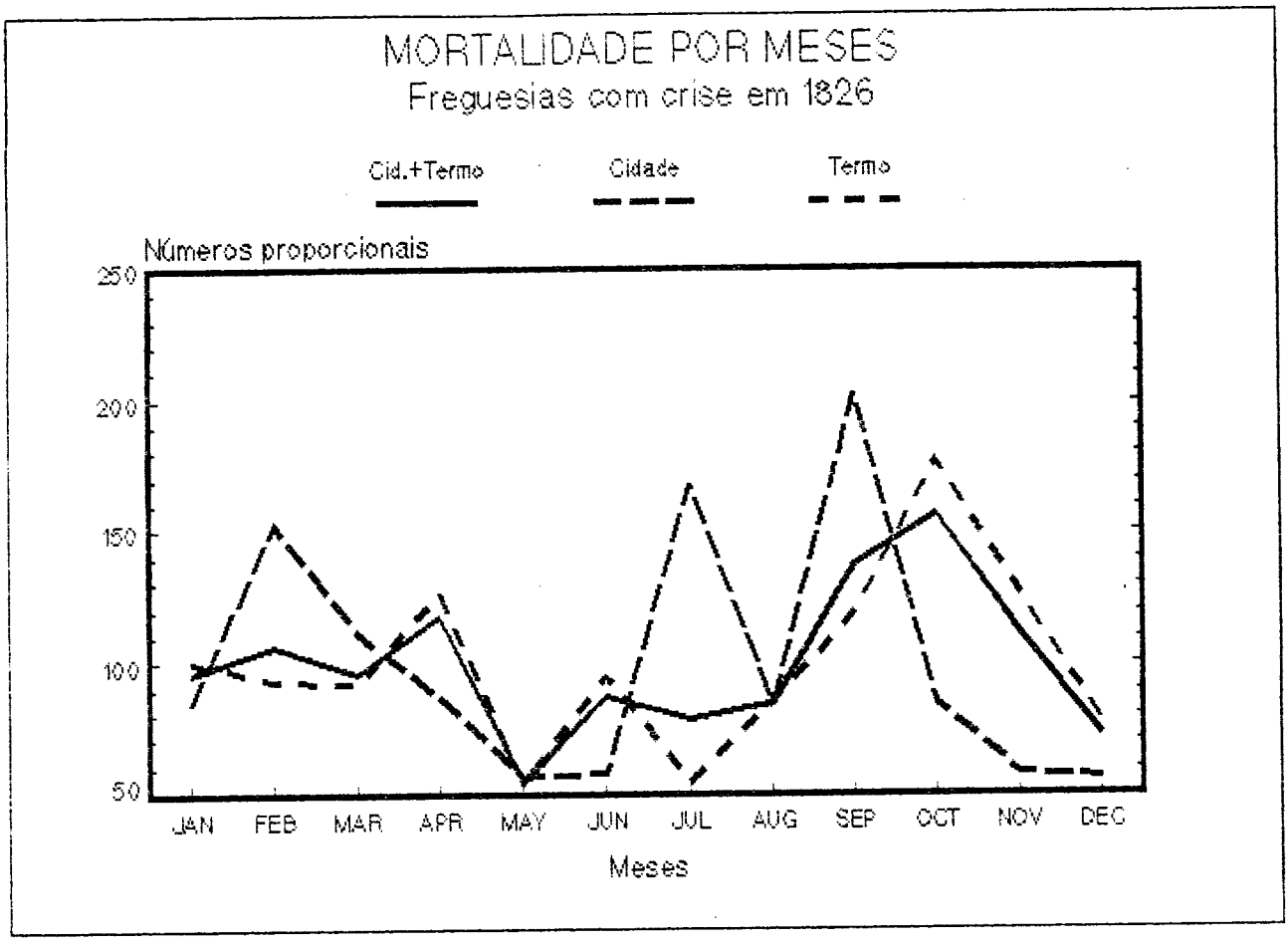
Como sabemos estas crises de Verão atacavam preferencialmente as populações mais jovens, como aconteceu em S. Pedro de Merelim (1825), em que dos vinte e um óbitos referentes aos meses de Julho e Agosto, vinte são menores de sete anos.

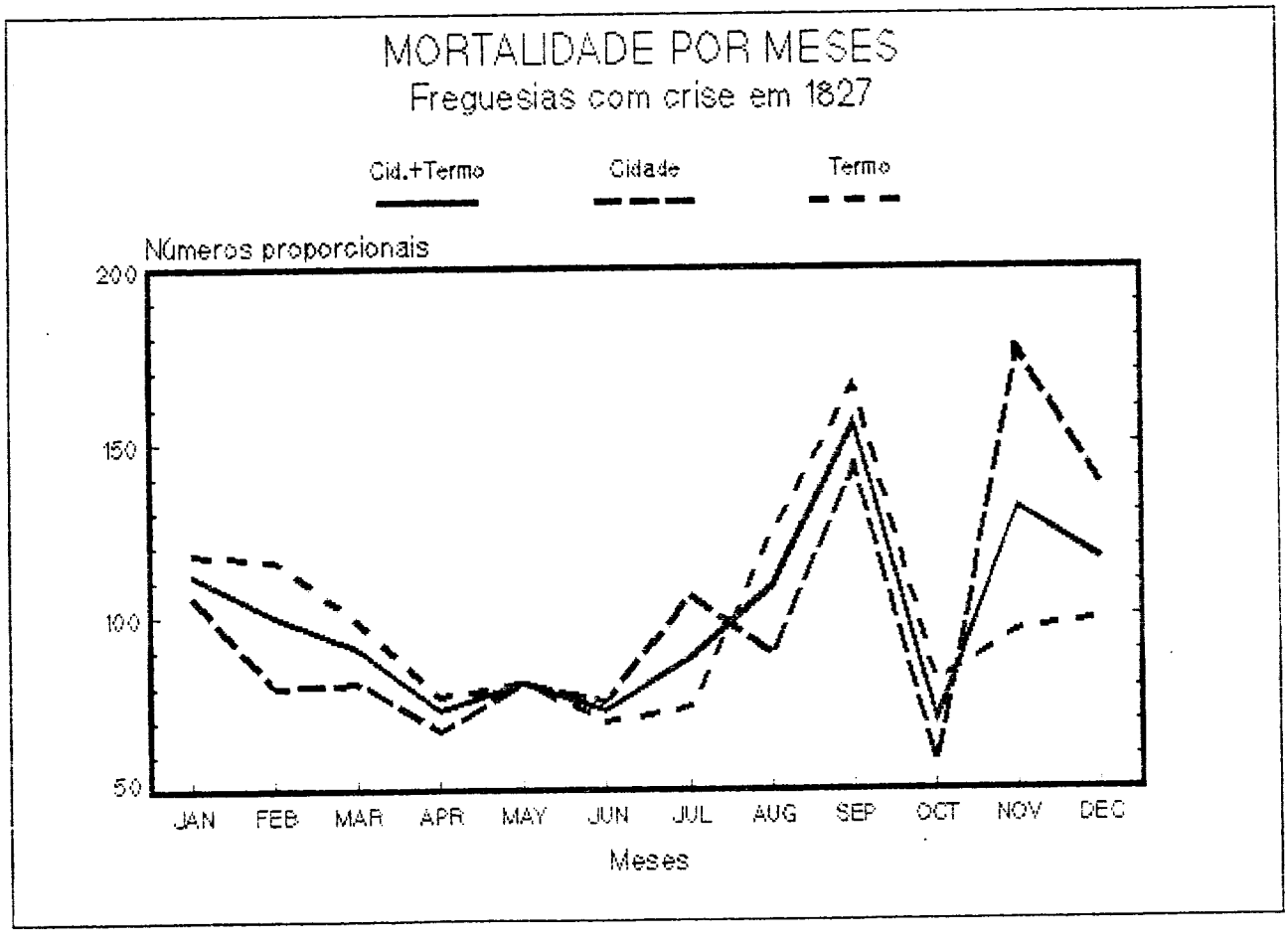
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1825/34

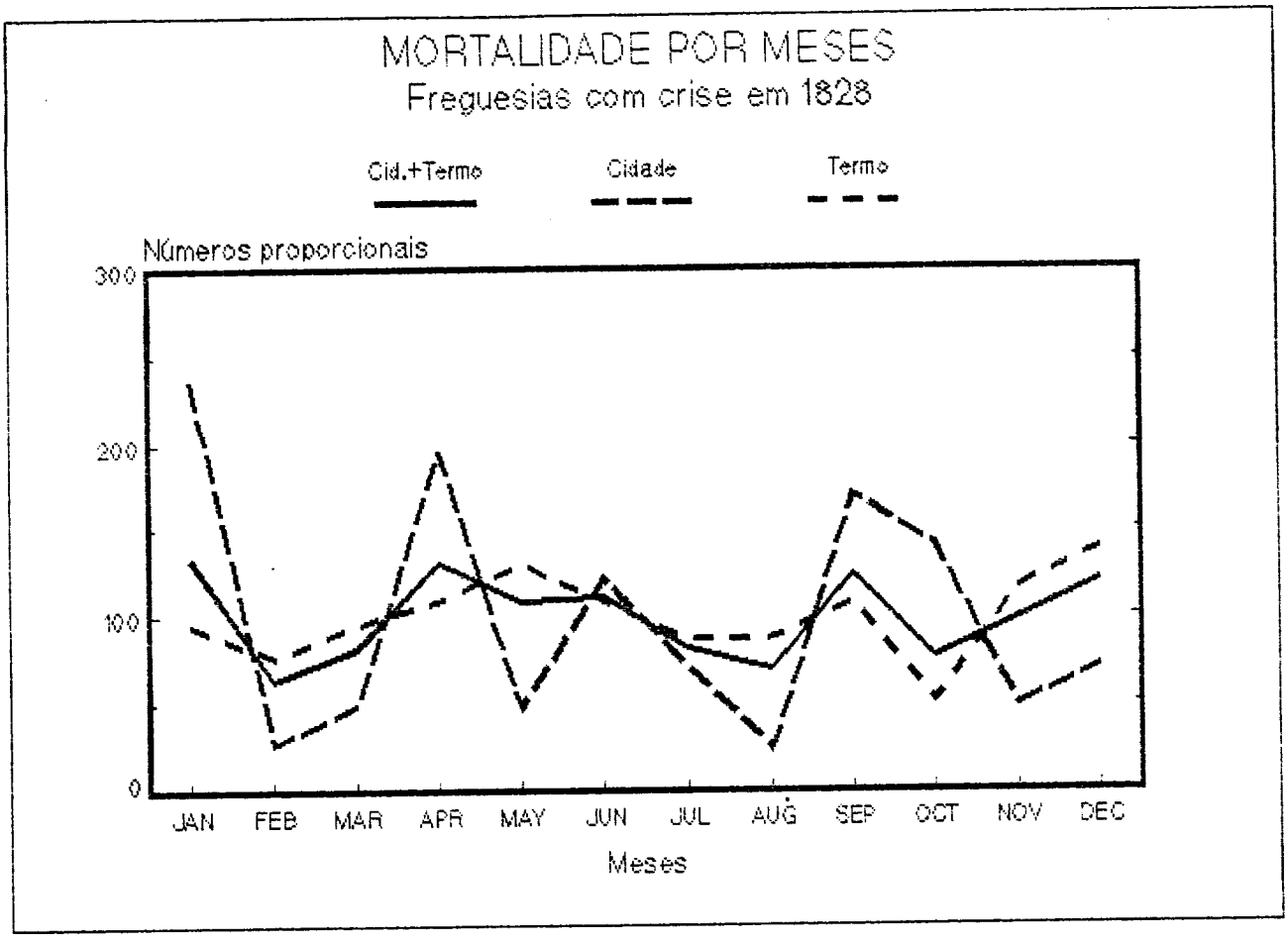


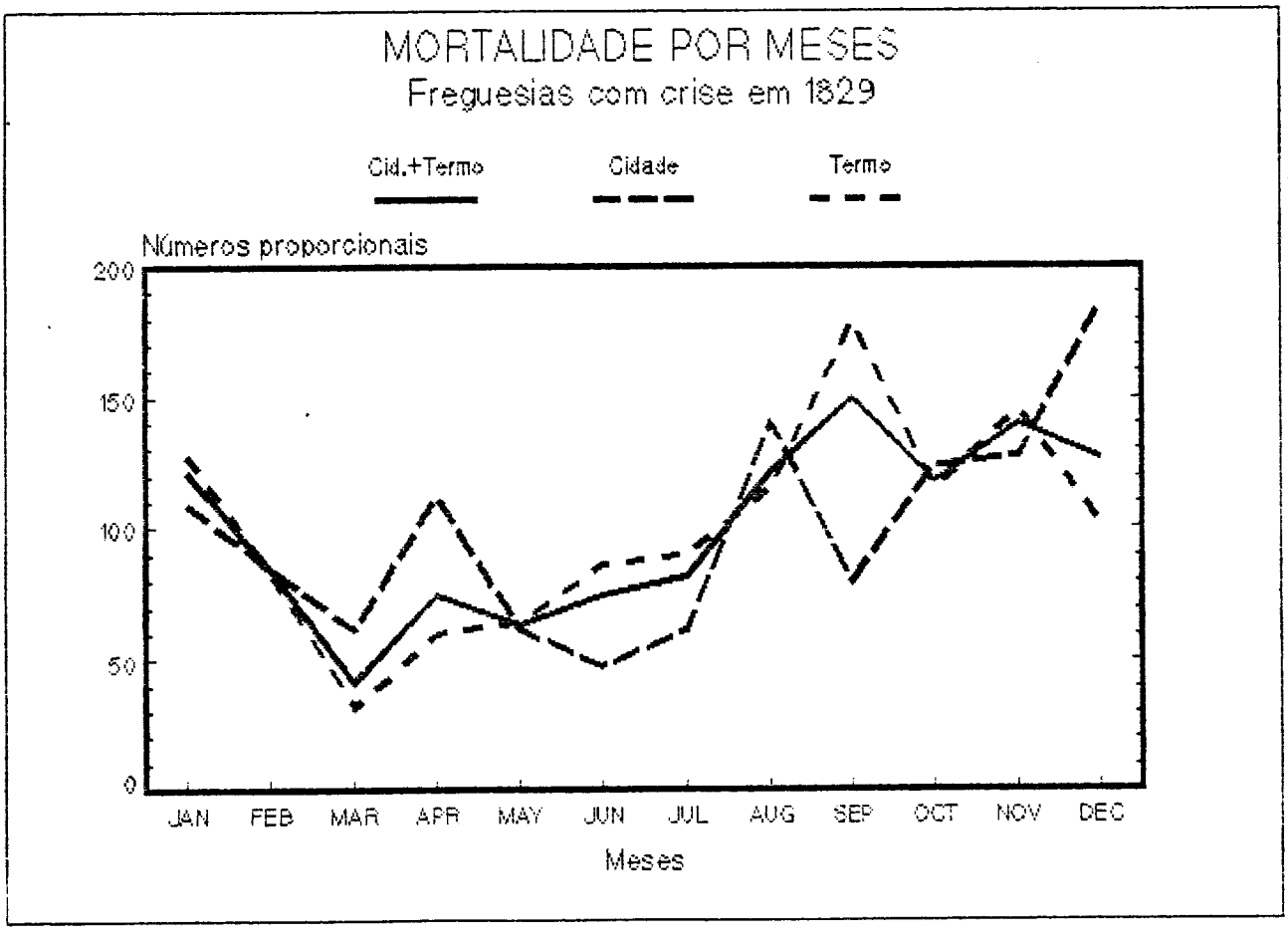
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1825




MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1826
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

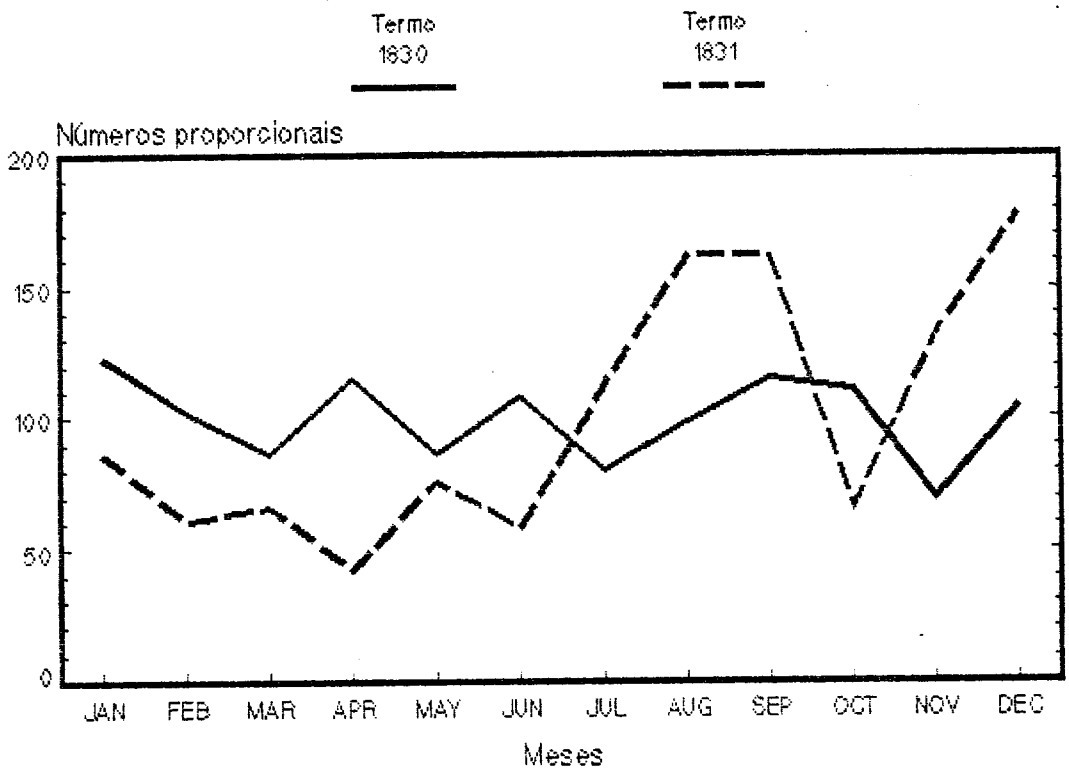

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1827
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1828
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
300
200
100
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1829
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

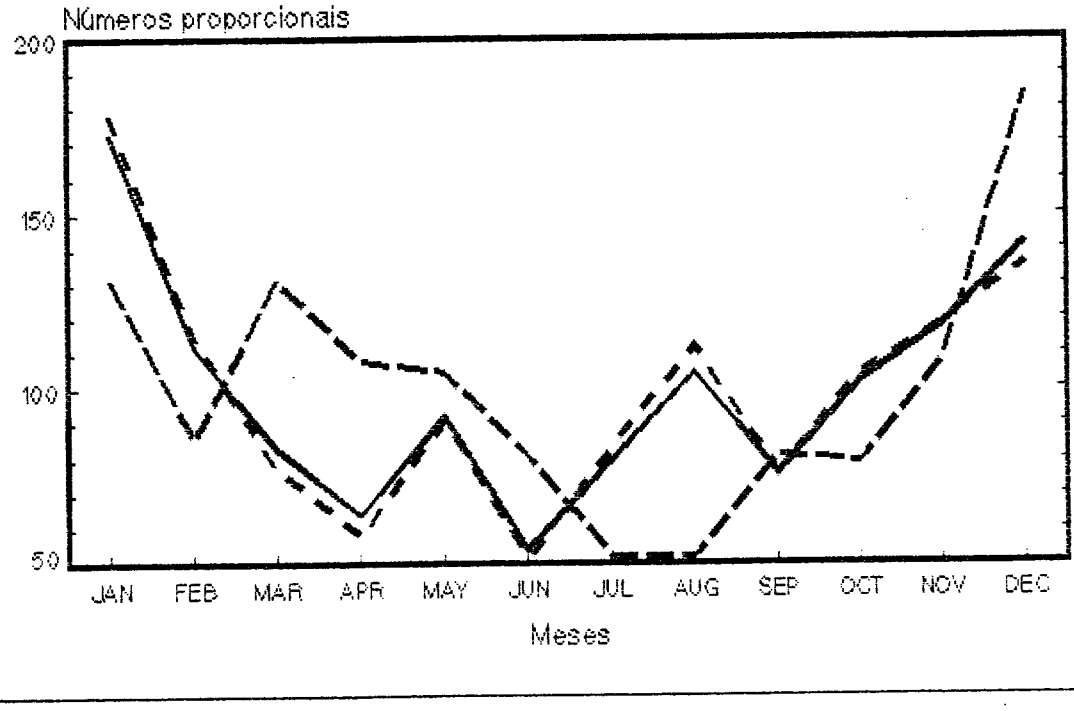
MORTALIDADE POR MESES

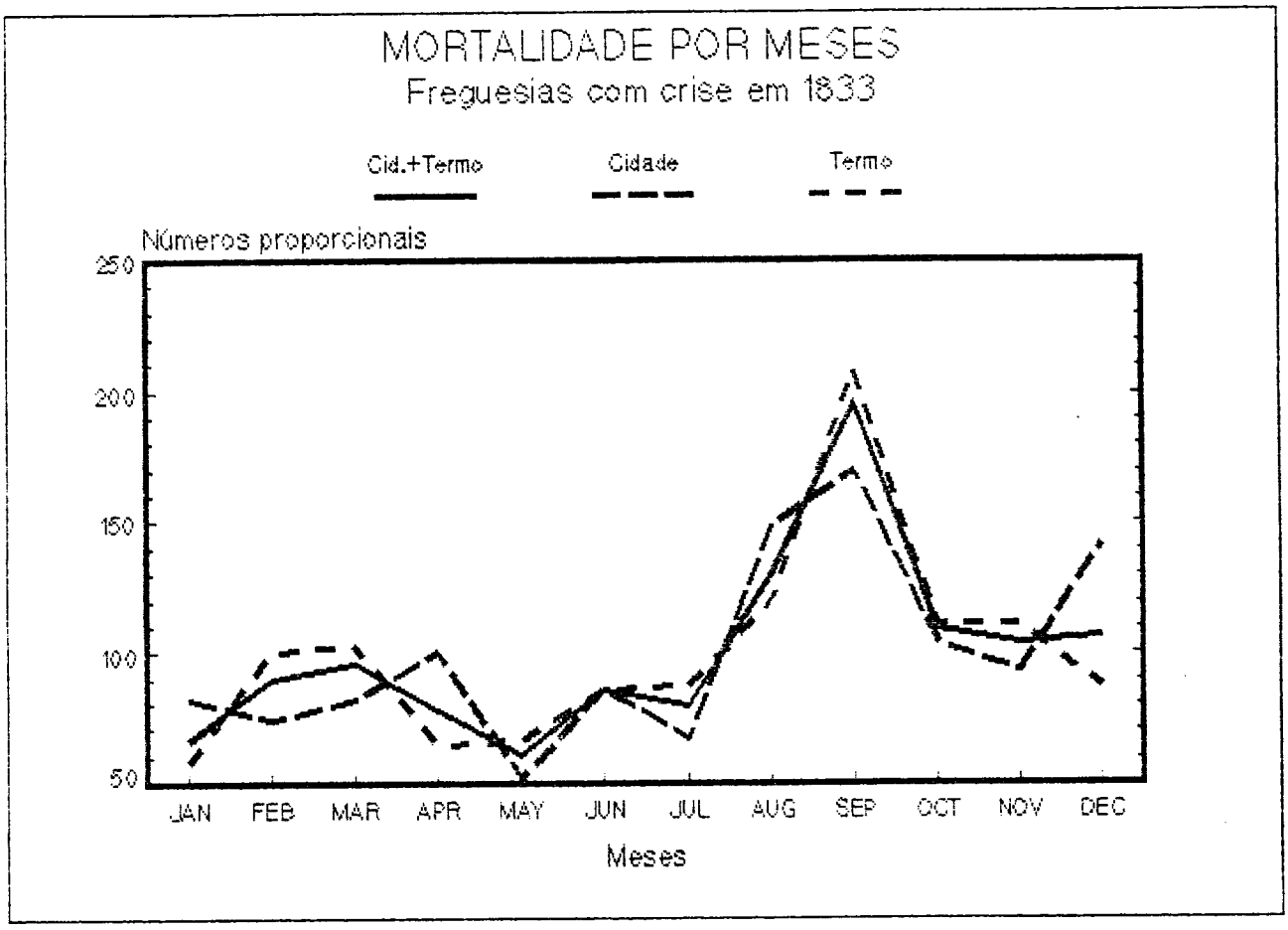
Freguesias com crise em 1830 e 1831

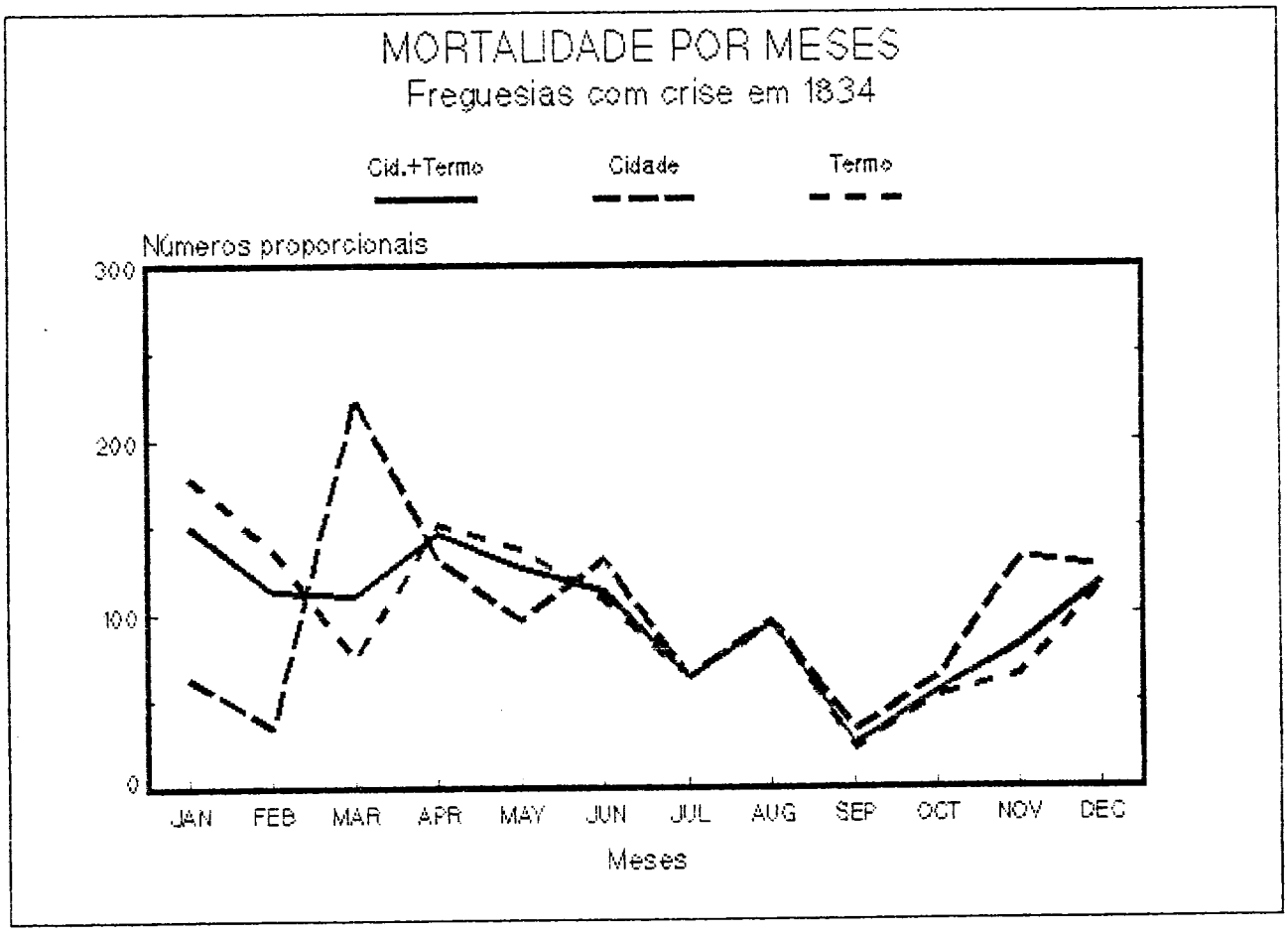


MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1832




MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1833
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1834
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
300
200
100
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A crise de 1844/48

Os anos iniciais desta crise coincidem com o "despotismo impudente" da primeira fase do Cabralismo, nas palavras de Oliveira Marques[237], em que diversas medidas impopulares, desde o aumento das contribuições à proibição dos enterramentos nas igrejas, vão conduzir ao eclodir de revoltas populares, algumas delas com desenvolvimentos importantes na zona de Braga, as quais terão de ser também explicadas, como o demonstrou David Justino "... por uma situação de crise agrícola motivada por dificuldades de comercialização dos excedentes, o que geralmente é conducente a uma situação de falta de numerário disponível"[238].

Os principais produtos agrícolas conheceram um grande abaixamento de preços na década de quarenta, em especial nos anos de 1844 e 1845, em toda a região de Entre Douro e Minho[239] e o seu difícil escoamento ficou bem espelhado, na reunião da Câmara de Braga, de 21 de Agosto de 1844, quando "... Propos o Senhor Prezidente, que se reprezentace ao Governo de S. Majestade por via do Governo Civil a grande afluencia de milho que tem concorrido à cidade do Porto, que se diz ser das Ilhas, quando he de contrabando, e vem de Africa, o que he de hum prejuizo incalculavel para esta Provincia, que ainda em annos pouco abundantes tem de sobejo para consumo, e exportar"[240], o que é confirmado na reunião de 11 de Outubro do mesmo ano, quando "... a Camara intende que não he necessaria a introdução de generos

---

237 MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal, Vol. II Das revoluções liberais aos nossos dias*, 2ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 98.

238 JUSTINO, David — *Conjuntura económica e «Maria da Fonte». Algumas notas, in* «Bracara Augusta»; vol. XXXV, 1981, p. 467.

239 GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, cit., pp. 164-175.

240 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 73 de 5 de Janeiro de 1844 a 31 de Dezembro de 1844*, fóls. 54 e 54vº.

cereais estrangeiros, por'iço que o remanescente da colheita passada supre muito bem alguma escacez que porventura haja na colheita do prezente anno"[241]. No ano de 1845 a situação mantém-se, e um ofício enviado pelo Governo Civil pede esclarecimento à Câmara sobre a causa da depreciação dos cereais, o que leva os vereadores a enviar "... hua representação a S. Majestade, nos termos mais energicos, pedindo-lhe providencias a tal respeito"[242].

É pois num quadro em que não faltavam os produtos agrícolas, em que os assalariados conheceram, inclusivé, um aumento dos salários reais[243], que iremos analisar os dados sanitários e demográficos.

Os problemas resultantes da ausência de uma eficiente rede de esgotos eram constantes, deles advindo prejuízos para a saúde pública e para a qualidade de vida dos habitantes[244], a captação de águas para consumo dos habitantes, e mesmo para os enfermos, era feita em locais em que a limpeza não era a melhor[245], pelo que a pureza da mesma não estaria assegurada, e no domínio da vacinação a situação era, com certeza, bastante deficiente. Embora se saiba que o Provedor de Saúde do Distrito enviava às entidades municipais lâminas de pus vacínico[246], não só para que fosse utilizado nos expostos, como na restante população, deveriam ser inúmeras as rupturas no seu fornecimento, o que levava à paralização das operações de vacinação e ao pedido, às entidades competentes, para que obtivessem o apoio de outros distritos, sendo o do Porto o mais solicitado[247]. Ainda no que diz respeito à vacinação outros

---

241 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 73 de 5 de Janeiro de 1844 a 31 de Dezembro de 1844*, fóls. 96 e 96vº.
242 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 74 de 2 de Janeiro de 1845 a 29 de Junho de 1846*, fól. 69vº.
243 JUSTINO, David — *Conjuntura económica e «Maria da Fonte». Algumas notas*, cit., pp. 471-472.
244 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 73 de 5 de Janeiro de 1844 a 31 de Dezembro de 1844*, fól. 118vº.
245 ACMB, Actas de Vereações, *Lº 74 de 2 de Janeiro de 1845 a 29 de Junho de 1846*, fóls.100 e 100vº.
246 ACMB, *Copiador para diversos de Julho de 1844 a Dezembro de 1845, Ofício nº 81 de 14 de Maio de 1845*, s/ pag.
247 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 75 de 3 de Julho de 1846 a 17 de Novembro de 1847*, fól. 129.

problemas devem ter surgido, nomeadamente quanto à sua qualidade e quantidade, de que dá notícia um ofício enviado pela Câmara ao Provedor de Saúde a 10 de Outubro de 1845 "... tendo-se feito uzo da vaccina ultimamente remetida a esta Camara pela Repartição a que V. Sª prezide, tem constantemente falhado todas as tentativas, sendo por isso clacificada pelos facultativos do partido d'esta Camara como inutil; e sendo da maior transcendencia que este prezervativo seja milhorado, não só para bem dos expostos, que estão a cargo d'esta Municipalidade, mas para que se possa generalizar por toda a cidade, e concelho, onde actualmente não existe nenhuma só pessoa vaccinada, da qual se possa transmittir a vaccina aos outros que d'ella precizem; torna-se por isso indispensável, que V. Sª dê as providencias mais promptas, afim de que immediatamente se remedeie huma falta, cujos rezultados podem ser perfeitamente dezastrosos"[248]. Mesmo tendo em atenção que estas palavras seriam no sentido de pressionar as autoridades responsáveis pelo fornecimento das vacinas, a situação deveria estar muito longe de se poder considerar satisfatória.

No ano de 1846, apesar da revolta da Maria da Fonte ter tido alguns dos seus episódios mais violentos nesta zona, nenhuma freguesia citadina, para as quais possuimos informação, registou um aumento significativo do número de óbitos, e nas do termo o panorama foi semelhante.

Há uma certa discrepância entre as informações fornecidas pelos assentos paroquiais e aquelas que nos chegam através de manuscritos da época. Assim, no que se refere aos livros de óbitos e para os meses de Abril e Maio, período a que corresponde o movimento da Maria da Fonte, são anotados: 1 morto "num motim entre o povo e a tropa da guarnição de Braga, junto à quinta das Infias (Crespos); 3 mortos "da Maria da Fonte" (Ferreiros); 1 morto "na Revolução da Maria da Fonte" e 3 mortos "em

248 ACMB, *Copiador para diversos de Julho de 1844 a Dezembro de 1845, Ofício nº 177 de 10 de Outubro de 1845*, s/ pag.

combate na cidade de Braga" (S. Paio de Merelim). Os assentos em S. Mamede de Este apresentam-se totalmente desordenados a partir de 1845 e os de Oliveira têm um hiato entre esta data e 1860, o que pode indiciar o período vivido de grande turbulência. No entanto, outras fontes da época parecem apontar no sentido da existência de recontros com uma certa violência: a 14 de Maio, como resultado de um enfrentamento junto do Quartel do Pópulo são deixados "... ficar nas ruas alguns mortos"; em S. Vitor e freguesias vizinhas são encontrados três óbitos civis e dois entre a tropa[249]; a 18 de Maio na cidade de Braga, temos notícia de "... hum Tenente, hum corneta, e bastantes soldados mortos, e alguns feridos: e dos povos cinco mortos"[250]. Do que fica dito, e de outros relatos conhecidos para a época[251], resulta que o número de mortos deve ter tido uma expressão superior à apontada nos registos paroquiais, só que algumas omissões podem ter resultado do clima de instabilidade e de muitos dos que foram conduzido para o Hospital terem sido sepultados no cemitério que lhe estava adstrito, e assim lhes termos perdido o rasto.

A revolta da Maria da Fonte saldou-se pela queda de Costa Cabral, e depois de um curto ministério prisidido pelo Duque de Palmela, foi a vez de, em Outubro de 1846, ser nomeado "... Saldanha para chefiar um governo de força. Foi o sinal para a guerra civil em larga escala..."[252], que ficou conhecida por Patuleia.

No período que medeia entre as duas revoltas a situação estava longe de se encontrar controlada. Em Junho, quando da sua retirada "... perdeo a tropa algumas praças (cinco mortos e treze feridos)" e morreu "... hum paizano"[253], e eclodiu "... hum

249 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 338 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, pp. 182 e 186.
250 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 338 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, p. 212.
251 PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, pp. 326-329.
252 MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal, Vol. II Das revoluções liberais aos nossos dias*, cit.,p. 100.
253 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 338 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, p. 229.

motim dos povos contra o Fanha a pedir-lhe a repozição dos impostos de 4000 rs. que os povos tinhão dado para as estradas"[254]. Em Dezembro, já em plena revolta da Patuleia, é significativo o seguinte relato do acontecido nos "... lugares do Pelames, campo dos Remedios, Traz da Sé; quingosta de Urjais ... Como a força inimiga obrava com impeto, tambem os mortos, e feridos forão centos, os quais durante o resto da tarde, e pela noite se tratou do curativo de huns, e sepultura de outros. Aquelles dos mortos soldados erão espoliados de todos os destinctivos para se confundirem com os paizanos; porem de balde foi escolhido este sistema, quando a tropa prescindia de acautelar os cadaveres dos mesmos paizanos, e só recolhia os seus, e quando isto fosse, outros muito emblemas se oferecião para classificar as praças, e segundo o exame imparcial se virão faltos no dia seguinte 50 e tantos, que entre os demais mortos, e sepultados no Cemitério do Hospital em nº de cento e dois se pôde observar a perda dos mortos, que separados aquelles se evidenciou o resto, contando-se na maior parte homens, não combatentes, mas sim inermes, e inuteis, que padecerão o rancôr da desmoralizada tropa"[255]. A instabilidade da situação levava à formação de bandos com o objectivo da prática de furtos e o consequente enfrentamento com as populações[256]; as deserções no exército deveriam ser em grande número, sendo disso exemplo um caso em que "... forão varados dois soldados, por dezerção dos quais hum morreu no Hospital"[257]. Pensamos que o que ficou dito indicia a existência de um número de óbitos, entre Outubro de 1846 e Junho de 1847 (em que foi assinada a Convenção de Gramido), que não ficaram espelhados nos assentos paroquiais, provavelmente pelas razões que já foram apontadas aquando da "Maria da Fonte".

254 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 338 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, p. 250.
255 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 339 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, pp. 30-31.
256 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 339 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, p. 54.
257 ADB, Manuscritos do Fundo Geral, Ms. 339 *Memorias de Braga desde 1828 a 1850*, p. 146.

No entanto, o ano de 1847 registou uma subida da mortalidade, embora não muito forte, como se pode observar, pelo facto de cerca de 50% das freguesias terem sido atingidas por uma mortalidade de crise.

A situação sanitária e de higiene citadina continuava a ser de molde a deixar preocupadas as autoridades municipais. No mês de Maio, mais uma vez é pedido socorro à Comissão Municipal da Cidade do Porto para que sejam enviadas urgentemente vacinas, por se terem extinguido em Braga, ao mesmo tempo que se chama a atenção para os "graves estragos cauzados pelas bexigas"[258]. Os presos das cadeias da cidade achavam-se infectados por moléstias cutâneas e contagiosas[259]; os bandos proibindo os lançamentos de imundícies nos tanques e fontes continuavam a ser publicados assiduamente[260].

Observando a representação gráfica da mortalidade sazonal, para o ano de 1847, notamos que os meses de maior mortalidade coincidem com o fim do Verão e início do Outono. Ora também sabemos que grande parte destes óbitos se deu nos primeiros anos de vida, sendo disso exemplo a morte de 24 "Anjos" entre os 29 falecidos em Dume nos meses de Outubro a Dezembro, e um ofício do Governo Civil recomendando que se investiguem as causas do grande número de óbitos entre os expostos no ano económico de 1847-1848[261], pelo que, atendendo às informações atrás referidas, pensamos estar perante um novo surto de varíola.

---

258 ACMB, *Copiador para diversos de 3 Janeiro de 1846 a 3 de Maio de 1851, Ofício nº 14 de 17 de Maio de 1847*, s/ pag.

259 ACMB, *Copiador para diversos de 3 de Janeiro de 1846 a 3 de Maio de 1851, Ofício nº 10 de 21 de Dezembro de 1847*, s/ pag.

260 ACMB, *Copiador para diversos de 3 de Janeiro de 1846 a 3 de Maio de 1851, Bando de 29 de Fevereiro de 1848*, s/ pag.

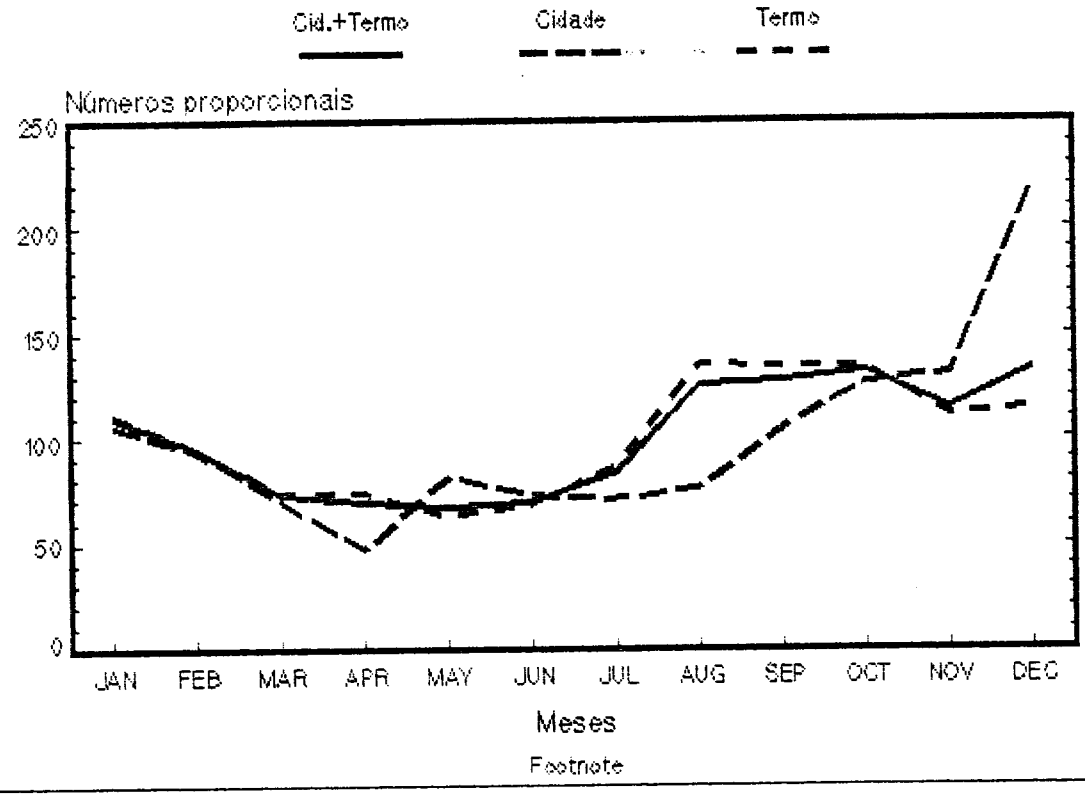
261 ACMB, *Actas de Vereações, Lº 76 de 18 de Novembro de 1847 a 31 de Dezembro de 1849*, fól. 73.

No ano de 1848 baixaram consideravelmente, quer no número quer na intensidade, as freguesias atingidas, mostrando a mortalidade mensal um em Janeiro e outro nos finais do Verão.

Não queremos deixar de chamar a atenção para o facto de não possuirmos informação para duas freguesias urbanas — Cividade e S. Lázaro — e de, nas outras quatro, a intensidade nunca ter ultrapassado a amplitude "média", e apenas por três vezes.

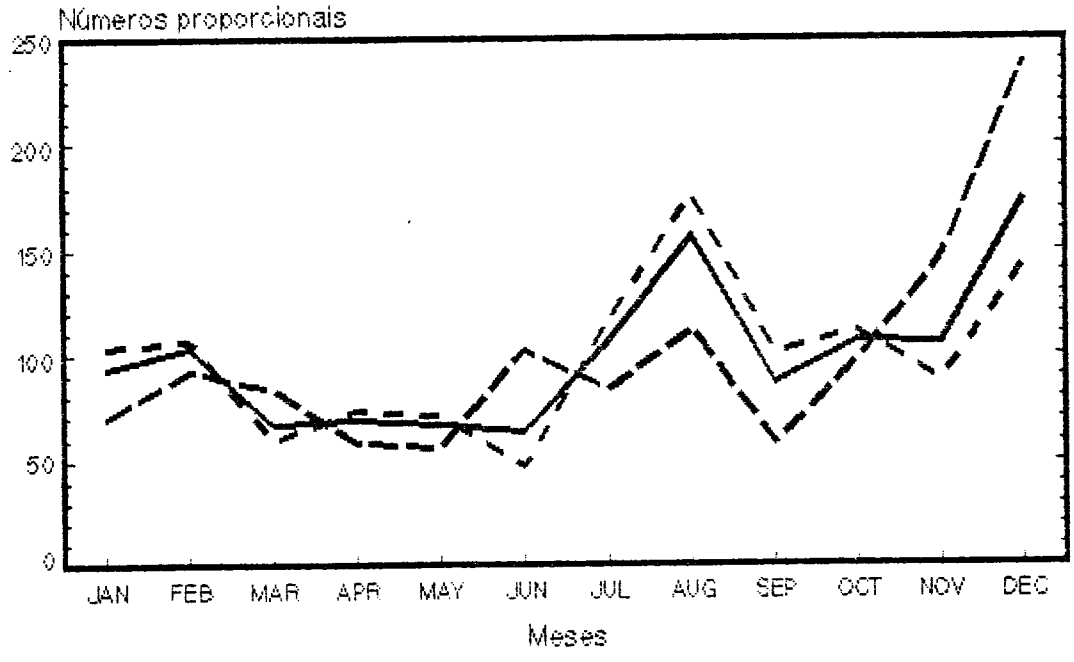
Julgamos pois poder apontar, como facto mais saliente dos dados que nos foi possível recolher, a detecção de uma epidemia de varíola, em Setembro/Outubro de 1847, que terá atingido mais violentamente as freguesias rurais.

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1844/48

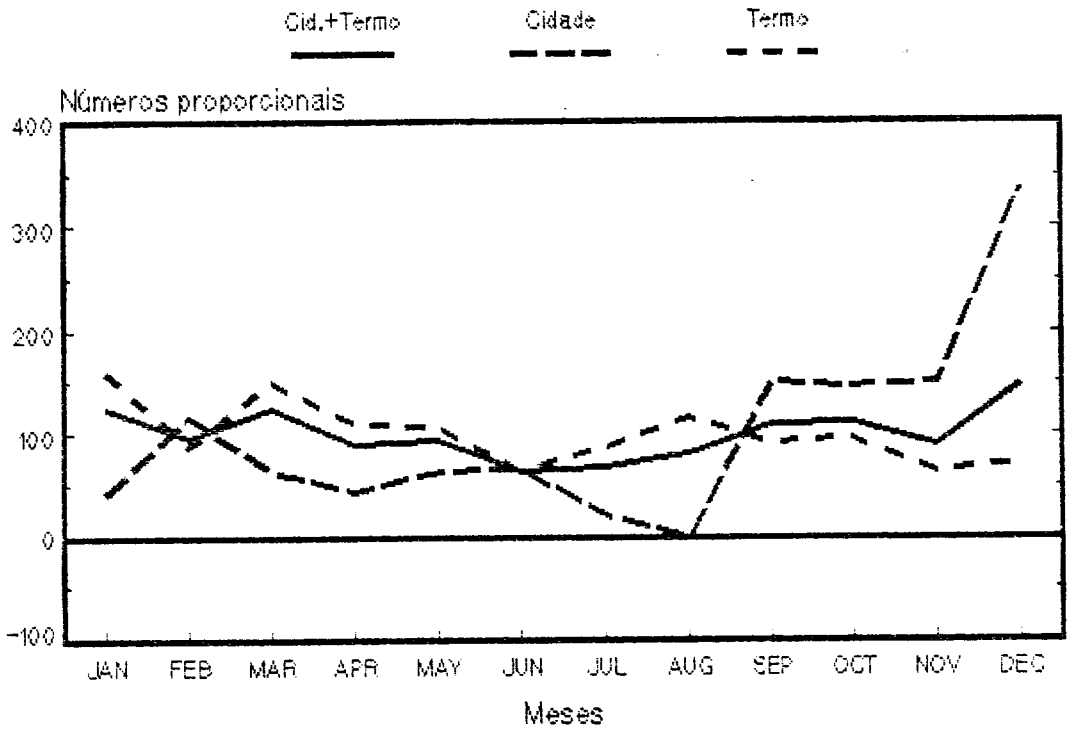


Footnote

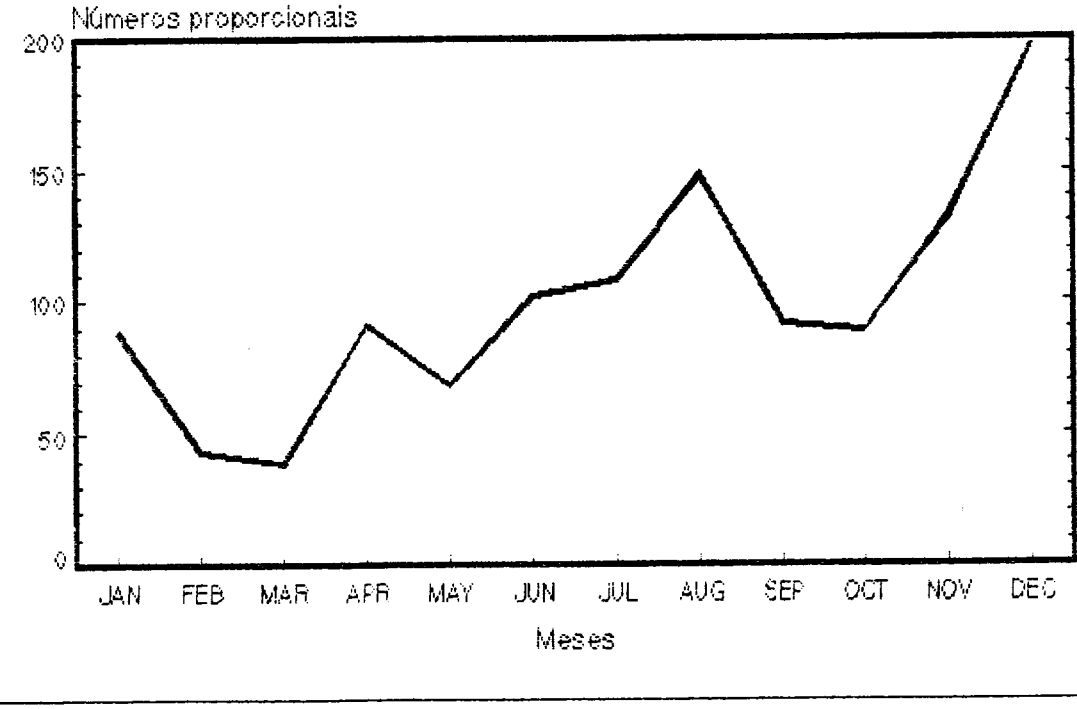
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1844



MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1845

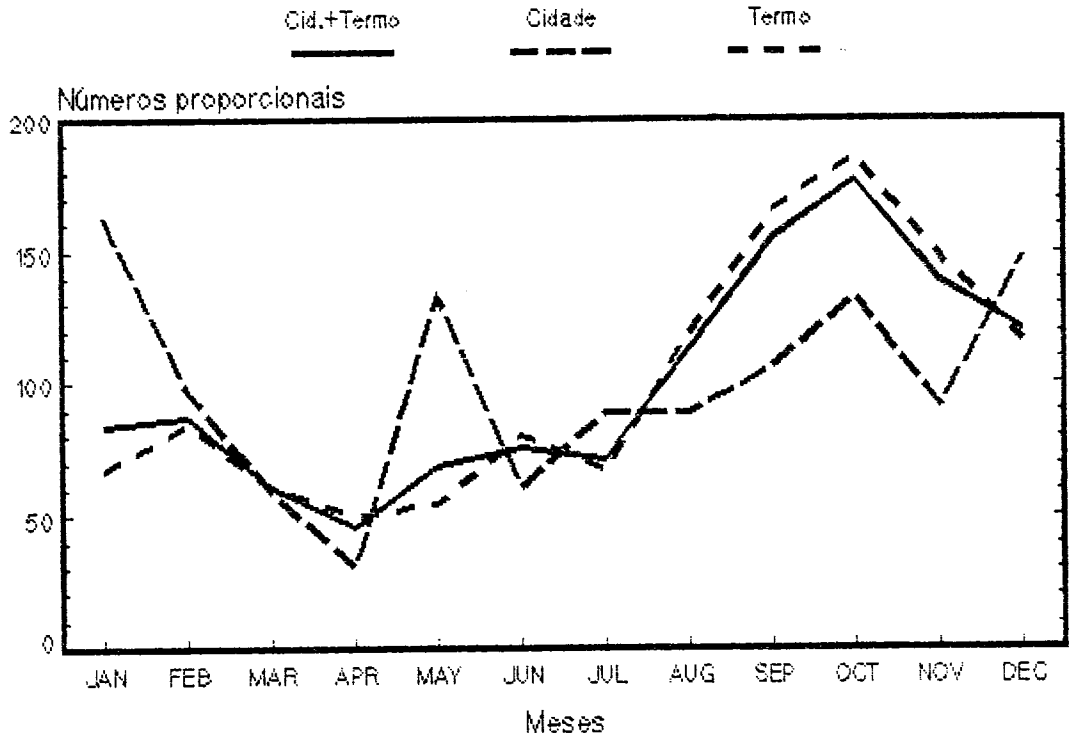


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1846



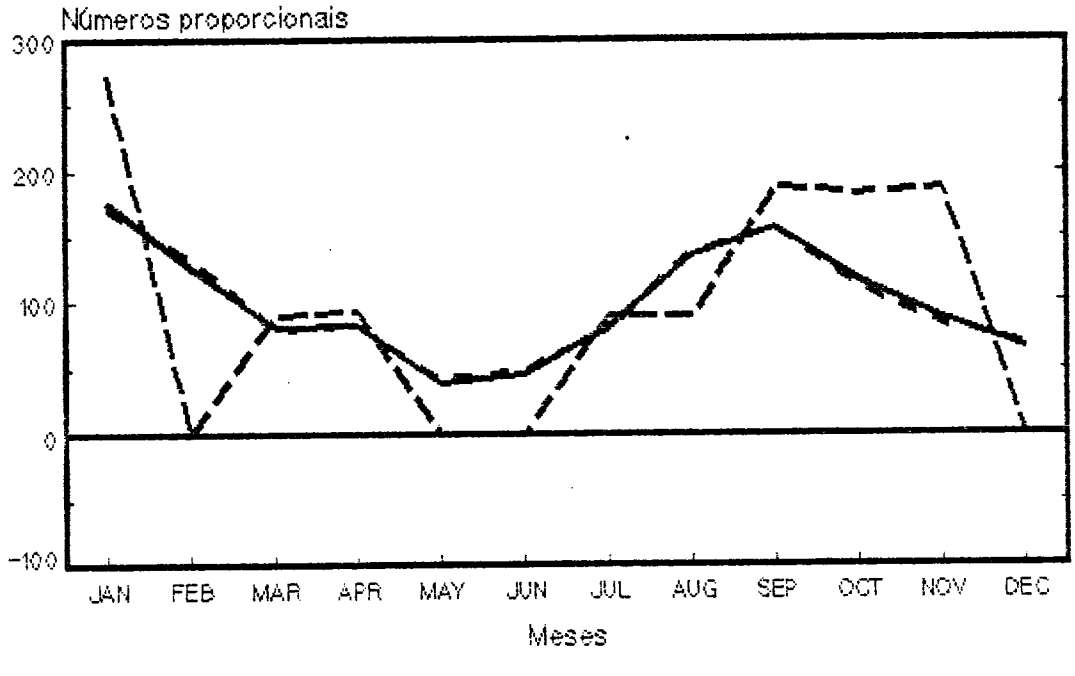
MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1847



MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1848



A crise de 1855

Depois de uma primeira aparição em Portugal, no ano de 1833, durante o sítio que sofreu a cidade do Porto, tendo sido "importada por um contingente de tropa trazida da Belgica" e donde foi transportada pelos militares para grande parte do reino[262], a cólera voltou a invadir o país no período de 1853 a 1856.

No que se refere ao ano de 1855 o surto de cólera começou por atingir, em finais de Março, localidades de além Douro, Fozcoa e S. João da Pesqueira. Daí espalhou-se por Barca d'Alva, Ervedoza, Almendra e outros lugares do distrito da Guarda. Depois foi a vez de assolar os distritos de Bragança, Viseu e Porto, onde chega em inícios de Maio, estendendo-se de seguida por toda a orla marítima de Caminha à Figueira, e para o interior, atacando em Barcelos, Braga e Guimarães[263]. Em Braga "... manifestou-se a cholera em 27 de Julho, e terminou em o 1º de Outubro. As primeiras pessoas attacadas foram doentes e convalescentes do Hospital de S. Marcos, que n'elle estavam ha perto de um mez. Ate 18 de Agosto ocorreram poucos casos fóra do hospital; porém desde este dia por diante reinou a epidemia sem interrupção até 13 de Setembro, havendo alternadamente 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8 casos por dia. Em 13 de Setembro principiou a declinar, e em o 1º de Outubro terminou de todo. Foram poucos os casos ocorridos no centro da cidade; o maior numero teve logar nas extremidades das ruas, que vão terminar em um pequeno ribeiro, que lhe corre a leste, e

---

262 GOMES, Bernardino António — *Apontamentos para a história epidemiológica portugueza. Epochas das grandes epidemias que reinaram em Portugal segundo os documentos impressos, in* «Gazeta Medica de Lisboa», 1ª Série, Tomo 6º, 6º Anno, nº 126 (16 de Março de 1858), p. 85; MIRA, M. Ferreira de — Historia da Medicina Portuguesa, Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1947, pp. 404-405; MEIRELLES, António da Cunha Vieira de — *Memorias de Epidemologia Portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, pp.173-180.

263 MEIRELLES, António da Cunha Vieira de — *Memorias de Epidemologia Portugueza*, cit., pp. 187-190; MIRA, M. Ferreira de — *História da Medicina Portuguesa*, cit., p. 407.

nos suburbios, particularmente nos que ficam proximos do dito ribeiro"[264]. Segundo ainda o "Relatorio" que acabámos de citar, no concelho de Braga foram atacadas pela doença 316 pessoas (116 do sexo masculino e 200 do sexo feminino), tendo-se curado 161 (60 do sexo masculino e 101 do sexo feminino) e falecido 155 (56 do sexo masculino e 99 do sexo feminino).

A situação na cidade, no domínio alimentar, não seria a melhor neste ano de 1855, já que no anterior "... desenvolveu-se muito a crise da fome: e chegou a vender-se aqui milho, em Braga, a mil e cem reis o alqueire"[265]. Esta situação veio a piorar, com o aparecimento de grande número de pobres, e os pequenos proprietários não lhes podendo dar esmolas dada a falta de vinho, e pelo facto de poucos cereais terem colhido. A 20 de Fevereiro o jornal "O Moderado" dedica toda a sua primeira página aos problemas da fome, apelando à caridade da população: "... A escacêz das colheitas, e a exportação dos cereais levaram-nos a esta crise — e já que nos deixaram lá chegar, já que o governo, ao qual muito cumpria preveni-la, o não fez — não deixemos nós morrer os nossos irmãos à fome; cortêmos às nossas despesas; e offereçamos o óbolo da caridade"[266]. Neste ano os cereais continuavam caros, e a esperança na baixa dos preços centrava-se na chegada de encomendas feitas no estrangeiro e nas ilhas — Nova Iorque, Marrocos, Terceira, Sevilha, S. Miguel e Inglaterra — pela comissão dos cereais.

Também sabemos que no início do ano houve diversos casos mortais de tifo, preferencialmente entre a população mais desfavorecida. Esta enfermidade, que aparecia especialmente na época invernosa, era conhecida em Inglaterra por "febre da

---

264 *Relatorio da Epidemia de Cholera - Morbus em Portugal nos annos de 1855, e 1856 feito pelo Conselho de Saúde Pública do Reino*, Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, pp. 244-245.

265 FREITAS, Bernardino José de Senna — *Memórias de Braga*, Vol. IV, Braga, Imprensa Catholica, 1890, p. 413.

266 Jornal "O Moderado", Braga, 20 de Fevereiro de 1855.

fome", pois provocava o maior número de vítimas entre as camadas mais pobres da população e, como diz Pérez Moreda, "... as epidemias de tifo não se encontram facilmente registadas na literatura da época, pois raramente produziam uma catástrofe simultânea numa área rural muito extensa"[267].

Nas palavras do redactor dos "Annaes do Municipio de Braga", "... a cholera — morbo desenvolveu-se com summa força, nos meses de Junho a Outubro, fazendo o seu principal assento no bairro de S. João de Ponte. Foi considerável o número das victimas; e toda a cidade esteve sob a pressão do terror, durante este periodo. Deve notar-se a circunstancia de que essa terrivel epidemia somente afectou a classe indigente, e mais as mulheres do que os homens. Parece que as privações, ou o uso de maus alimentos, e de fructas nocivas e mal sazonadas, foi a causa principal do seu desenvolvimento"[268].

Vários são os pontos a reter deste texto. Antes do mais, quando terá começado a epidemia? Segundo o "Relatorio" ela ter-se-á manifestado a 27 de Julho, no entanto, um "Bando" da Camara Municipal de Braga, datado de 28 de Julho, em que é pedido à população o cumprimento das posturas que respeitam à saúde pública e à higiene da cidade, tem por objectivo "... evitar o flagello assustador que pode vizitar-nos"[269]. A 8 de Agosto, em "O Moderado", ainda se escreve: "... Na bocca dos terroristas, já tem acontecido uns poucos de casos; mas taes acontecimentos são falsos e bem falsos: o estado sanitario por ora é bom"[270]. Pensamos pois que a data indicada pelos "Annaes" vem avançada de um ou dois meses, sendo de aceitar a do "Relatório", podendo as palavras de "O Moderado" ser o reflexo da "pressão do terror". Como sabemos,

---

267 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., pp. 71-72.

268 ACMB, *Annaes do Municipio de Braga*, fól. 10.

269 ACMB, *Copiador para diversos de 12 de Maio de 1851 a 14 de Junho de 1856*, fól. 208vº.

270 Jornal "O Moderado", Braga, 8 de Agosto de 1855.

perante a impotência em que se encontravam as populações de então, para fazer face a qualquer tipo de epidemia, era vulgar os órgãos informativos fazerem eco dos temores das gentes, sendo atacados os poderes públicos pela sua imprevidência, desleixo e incapacidade para prover às medidas sanitárias necessárias.

O desconhecimento do bacilo da cólera, que apenas seria isolado por Koch em 1883, vai levar a que o consumo de alimentos em mau estado de conservação e o de frutas mal amadurecidas sejam responsabilizados pela sua propagação.

Disso são reflexo dois bandos mais emitidos pela Câmara Municipal de Braga — um datado de 22 de Agosto, sobre a necessidade de apenas serem vendidos frutos bem sazonados, peixe são, assim como os demais bens alimentares; outro datado de 31 de Agosto sobre a proibição de lançar nas ruas e praças da cidade "... águas sujas e fétidas, e urina ou outra qualquer immundicie de dia ou de noite"[271]. Aliás, é a inexistência de uma boa rede de esgotos, bem como de água devidamente canalizada, ou seja, a ausência duma separação efectiva entre águas potáveis e águas residuais, que pode ajudar à propagação de doenças[272]. Se agora nos debruçarmos sobre o grau da gravidade do surto de cólera na cidade e termo de Braga várias questões se nos colocam. O único dado quantitativo sobre óbitos devidos à cólera, que nós possuímos, é o fornecido pelo "Relatório" — 155 falecimentos. Ora, os livros de assentos paroquiais não descriminam as causas dos óbitos, pelo que não podemos comprovar tal facto, e, para mais, não possuímos dados para todas as freguesias. Na cidade verificamos que todas as freguesias para as quais obtivemos informação — Maximinos, S. Vitor, Sé e S. João do Souto — foram tocadas por mortalidade de crise. Ora, curiosamente, é exactamente para uma sobre a qual não temos valores, S. Lázaro (a outra é a

271 ACMB, *Copiador para diversos de 12 de Maio de 1851 a 14 de Junho de 1856*, fóls. 211vº e 212.

272 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 76.

Cividade), que as descrições apontam no sentido do maior foco de cólera. Como diz o "Relatório", "... o maior número [de casos] teve lugar nas extremidades das ruas, que vão terminar em um pequeno ribeiro, que lhe corre a leste, e nos suburbios, particularmente nos que ficam próximos do dito ribeiro", e os "Annaes" confirmam esta informação ao indicar o bairro de S. João da Ponte como principal foco. As duas fontes referem pois a zona sul da freguesia de S. Lázaro, junto ao rio Este, como a mais atingida pela epidemia.

Em finais de Agosto "... no Hospital de S. Marcos aglomeram-se os typhoides e cholericos; e no pequeno Cemiterio do hospital se dá sepultura a 8 e 10 pessoas que diariamente são ali victimas"[273]. Esta informação, mesmo tomadas as devidas precauções, parece indicar uma situação ligeiramente diferente da fornecida pelos assentos paroquiais, pelo que tanto podem ter acontecido omissões como terem escapado os óbitos daqueles que foram sepultados no cemitério que estava junto do hospital.

Atendendo à representação gráfica da mortalidade mensal, na cidade constatamos que foram os meses de Janeiro, Agosto e Setembro que corresponderam ao maior número de óbitos. Os de Inverno, com particular incidência da freguesia de S. João do Souto devem, em parte, ser atribuídos ao foco de tifo que já por nós foi referido; nos meses de Verão foi o de Setembro aquele que apresentou maior mortalidade, com uma queda abrupta do mês de Outubro.

Nas freguesias do termo que foram tocadas pela mortalidade de crise a subida do número de defuntos concentra-se nos meses de Agosto a Outubro, mas enquanto o

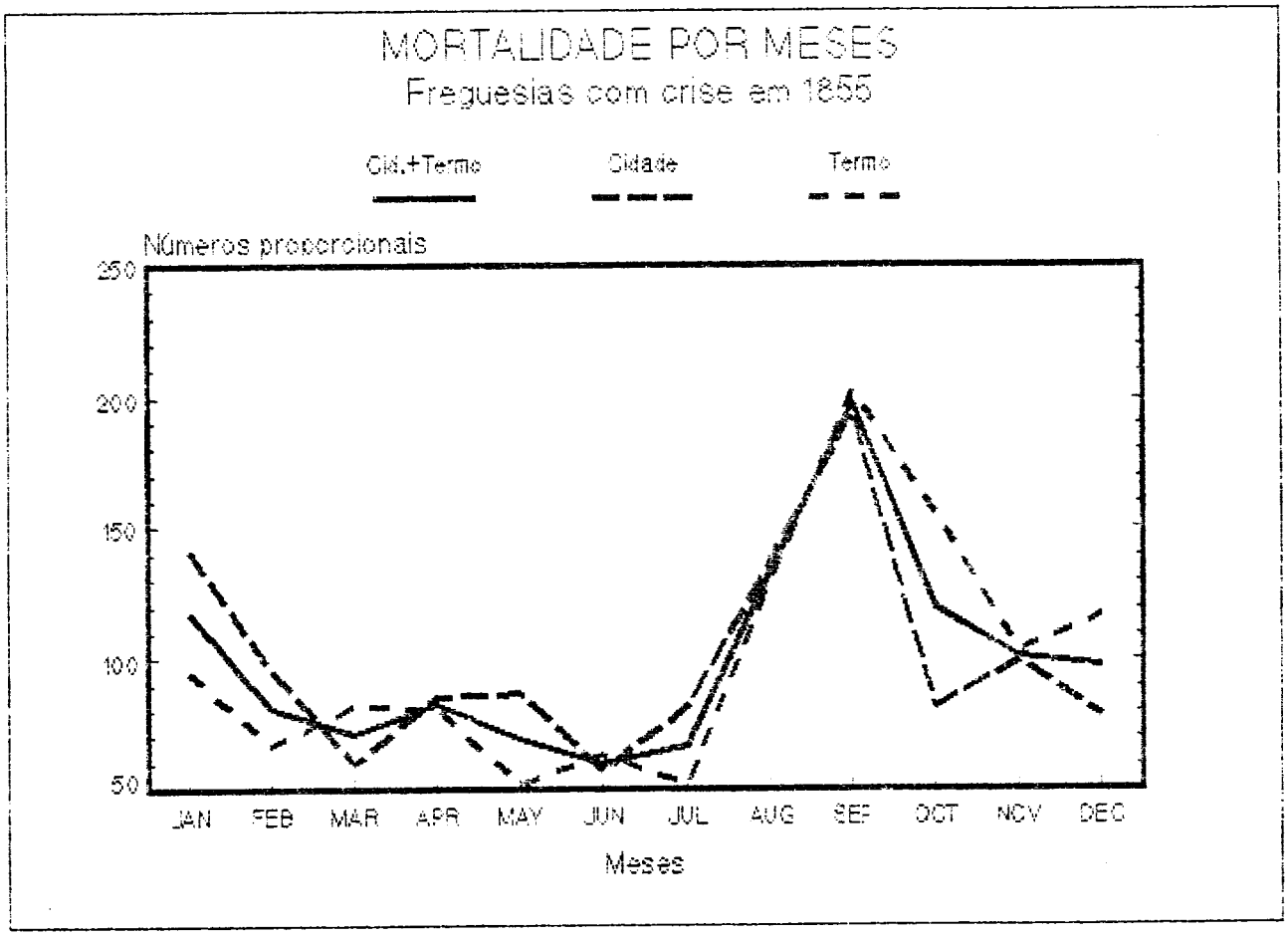
273 Sobre os problemas que temos vindo a focar, ver o Jornal "O Moderado", Braga, de 18, 20 e 23 de Fevereiro, 8 e 25 de Agosto e 27 de Outubro de 1855.

seu máximo se confirma no mês de Setembro, o peso do mês de Outubro é superior ao de Agosto, o que pode sugerir a permanência de um ou outro foco fora da cidade.

Embora o "Relatório" forneça a data de 1 de Outubro como o da extinção do surto de cólera, só a 27 de Outubro "O Moderado" proclama o fim de tal calamidade, com a saída dos últimos coléricos que tinham sido recolhidos no hospital de S. Marcos.

Levando em linha de conta a pequenês, em termos de população, de muitas das freguesias do termo, cremos que terão sido as freguesias de Cabreiros, Dume, Lomar e S. Paio de Merelim as que mais terão sofrido os efeitos da epidemia.

Concluindo, talvez possamos afirmar que a mortalidade no ano de 1855 tenha tido uma amplitude superior àquela que os livros paroquiais reflectem, levando em linha de conta a falta de dados para a freguesia que terá sido mais atacada — S. Lázaro — e os óbitos que terão escapado à contagem por o seu enterramento se ter feito no cemitério do Hospital de S. Marcos.


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1855
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

A década de 1861/70

Antes de analisarmos os anos de sobremortalidade acontecidos neste período temos de começar por atentar no facto de que a mortalidade cresceu acentuadamente, na grande maioria das freguesias, a partir de 1860, e pensamos que tal se ficou a dever, em parte, a uma melhoria na qualidade dos assentos paroquiais, dado que somente o aumento da população não a poderia explicar. Este acontecimento já foi por nós referido quando analisámos a mortalidade decenal e a taxa bruta da mortalidade nas freguesias da cidade e termo de Braga. Ora esta subida pode ter provocado o aparecimento, de uma forma mais ou menos artificial, de períodos de crise, devido ao método de análise por nós utilizado; no entanto, feita esta ressalva, não queremos deixar de mencionar os anos em que detectámos um maior crescimento da mortalidade. Silmultaneamente, e devido à grande regularidade de lançamento da idade no momento do óbito (embora ainda se detectem omissões), vamos procurar avançar com alguns dados sobre as classes de idades mais atingidas, tendo por base as freguesias de maior população.

O ano de 1862 acusa o aparecimento de focos de sobremortalidade em vinte e duas freguesias, três da cidade e dezanove rurais. No que se refere à sua amplitude, treze são "menores", sete "médias" e duas "fortes" — Maximinos, na cidade, e Pedralva, no termo. Pela representação gráfica da evolução da mortalidade por meses, verificamos que o comportamento foi semelhante dentro e fora da cidade; enquanto no primeiro caso se observa um máximo estival, centrado em Agosto, e um máximo outonal, centrado em Novembro, no segundo apenas se detecta o máximo de Verão, também centrado em Agosto, porém de uma forma muito mais acentuada.

No que diz respeito à idade no momento do óbito, e para os meses de Julho, Agosto e Setembro, enquanto em S. Vitor dos 44 óbitos, 31 (70,5%) são menores de sete anos, nas freguesias do termo de Adaúfe, Cunha, Pedralva e Sobreposta, o

número de óbitos de adultos (≥ 20 anos) iguala os de menos de sete anos — 28 em cada grupo. Como refere Pérez Moreda, a percentagem de óbitos de menores de sete anos situava-se por volta dos 50%[274], pelo que pensamos, dado o crescimento dos óbitos em todas as classes de idades para as freguesias do termo, que às febres estivais, grandes responsáveis pela mortalidade infantil, se juntaram febres gástricas e tifóides, que também se faziam sentir neste período do ano, e que eram particularmente mortais entre a população adulta.

O triénio 1864-66 também conheceu uma subida da mortalidade sem, no entanto, ter atingido grandes intensidades.

Há notícia de que no início da Primavera de 1864 os preços dos cereais eram "... assás elevados nos mercados, e fóra do alcance das classes operárias e menos abastadas" [275], e as colheitas que se avizinhavam devem ter sido fortemente prejudicadas pela seca. Em Julho escrevia-se: "Os milhos que tanto promettiam, estão quasi perdidos por a falta d'agua. O anno, que ao principio se mostrava tão abundante, vai-se apresentando assustador, mesmo porque os trigos e centeios não deram aquelle bom resultado que se esperava. Se por estes dias não vem chuva, teremos que lastimar um anno falho de cereais"[276], e um mês depois a situação mantinha-se: "Estes dias tem estado um calor abrasador. Nem à sombra se tem podido estar. A sêcca ameaça-nos com um anno de fome! Deus nos mande alguma chuva"[277].

Com o objectivo de acabar com a seca que esterilizava os campos e prejudicava a saúde pública, mais uma vez é pedida a intercessão divina, tendo saído procissões de penitência da Falperra e da Ordem dos Terceiros[278]. O Inverno de 1864/65 parece ter sido bastante rigoroso, privando de trabalho as classes mais

274 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 164.
275 Jornal "O Bracarense", Braga, 1 de Abril de 1864.
276 Jornal "O Bracarense", Braga, 12 de Julho de 1864.
277 Jornal "O Bracarense", Braga, 11 de Agosto de 1864.
278 Jornal "O Bracarense", Braga, 1 e 18 de Agosto de 1864.

desfavorecidas e encarecendo os bens alimentares. Esta subida de preços é particularmente notória para o caso do milho em 1864[279]. A difícil situação vivida é assim testemunhada: "N'esta cidade, assim como n'outras partes, estão as classes trabalhadoras a braços com a fome. Esmolam pelas ruas artistas honrados e amantes do trabalho a quem o inverno e a carestia dos generos privaram de recursos"[280], tendo sido criadas comissões de socorro com o fim de auxiliarem aqueles que se encontravam em pior estado[281]. A carestia do pão ainda era sentida nos meses de Abril e Maio[282].

No segundo semestre de 1865 os noticiários bracarenses encheram-se de informações sobre a "cholera morbus", não só dando conta de locais do território nacional onde tal flagelo atacou, em particular Elvas, Porto e Freixo de Espada à Cinta, como também da sua propagação na vizinha Espanha[283], e ainda dos múltiplos temores que tal enfermidade provocava entre as populações, tendo sido tomadas algumas medidas preventivas na cidade de Braga[284]. Ultrapassados que foram os medos difundidos pelo possível ataque epidémico, entrou-se num período de relativa acalmia o qual se vê cortado pela época de Verão: "... Vae correndo summamente doentia n'esta cidade a presente quadra do anno. As creanças de 1 a 6 annos, depois de muito disimadas pelas febres eruptivas, que reinaram na quadra calmosa, são agora atacadas de diarrheas rebeldes, que fazem uma mortandade horrivel. Os innocentes doentinhos, ao segundo dia de enfermidade estão abatidos como na mais intensa cholerina: a sede devora-os: segue-se a inchação das extremidades inferiores e a morte, que chega até ao 8º dia, às vezes antes. Contra os adultos apparecem as gástricas, as diarrheas, e as febres typhoides. As alternativas da estação e as variações rapidas de temperatura favorecem

279 JUSTINO, David — *A formação do espaço económico português. Portugal 1810-1913*, Vol. I, Lisboa, Vega, 1988, p. 319.

280 Jornal "O Bracarense", Braga, 18 de Fevereiro de 1865.

281 Jornal "O Bracarense", Braga, 21 de Fevereiro de 1865.

282 Jornal "O Bracarense", Braga, 2 de Abril e 31 de Maio de 1865.

283 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 398.

284 Jornal "O Bracarense", Braga, 8, 13, 17, 20 e 21 de Setembro, 12, 13, 15, 19, 21, 24 e 29 de Outubro, 4 e 24 de Novembro de 1865 e 3 de Janeiro de 1866; MEIRELLES, António Cunha Vieira de — *Memorias de Epidemologia Portugueza*, cit., p. 195.

a má constituição médica da presente quadra. Ha grande numero de enfermos, e a povoação tem a lamentar victimas illustres. Deus acuda com o socorro da Sua divina graça!..."[285].

Se agora nos debruçarmos sobre a amplitude das crises, observamos que excluindo a freguesia de Navarra, em 1866, as freguesias atingidas foram-no somente por crises "menores" e "médias", não sendo pois alcançadas grandes intensidades. No que diz respeito à distribuição da mortalidade por meses, observável graficamente, constatamos que em 1864 se destaca um máximo estival em Julho e Agosto, ressaltando a sobremortalidade dos menores de sete anos — em S. Vitor, Sé e Souto e para 76 óbitos, 50 (65,8%) são menores de sete anos; em Adaúfe, Dume e Real e para 47 óbitos, 34 (72,3%) são menores de sete anos — com maior incidência nas freguesias do termo. Em 1865 a variação mensal é muito pouco acentuada, e os valores encontrados para os meses de Março, Abril e Maio, em especial nas freguesias rurais, são talvez reflexo das dificuldades vividas ao longo do ano cerealífero de 1864/65. Finalmente, em 1866, observa-se uma grande coincidência das curvas para a cidade e termo, com um máximo de Verão, bem destacado, em Agosto e Setembro, e que corresponde a uma nítida subida da mortalidade entre os menores de sete anos — em S. Vitor e Sé e para 79 óbitos, 60 (75,9%) são menores de sete anos; em Crespos, Dume e Palmeira e para 49 óbitos 36 (73,5%) são menores de sete anos. Pensamos, pois, que podemos afirmar estar perante um quadro em que se destacam os dois máximos estivais, em 1864 e 1866, resultantes das doenças gastro-intestinais, que atacavam preferencialmente nos primeiros anos de vida. Quanto a 1865, a ligeira subida do número de óbitos ao longo de praticamente todos os meses do ano prende-se, provavelmente, com as dificuldades alimentares.

Os anos de 1868 a 1870 também foram tocados por mortalidades de crise, havendo algumas variações espaciais e temporais que passamos a enumerar. Em 1868

285 Jornal "O Bracarense", Braga, 1 de Setembro de 1866.

foram atingidas vinte sete freguesias, quatro da cidade e vinte e três rurais, embora só uma com uma amplitude "forte" — S. Mamede de Este — pelo que as intensidades se mantiveram baixas. No que diz respeito à mortalidade mensal, como podemos observar em gráfico, distinguem-se dois máximos — um invernal, no mês de Fevereiro, e outro estival, centrado no mês de Julho —, e em ambos são mais acentuadas as diferenças nas freguesias rurais. Em Fevereiro destaca-se a mortalidade entre a população adulta — em Maximinos, S. Vitor, Sé e Souto 21 óbitos em 31 (67,7%); em Adaúfe e Dume 9 óbitos em 13 (69,2%) — a qual deve estar ligada às enfermidades bronco-pulmonares, tão vulgares nesta época do ano e entre esta classe de idades, e provavelmente, também a uma epidemia de bexigas que "... continua a grassar com intensidade em diversos pontos do reino, fazendo numerosas victimas, e não respeitando sexos nem idades"[286].

No máximo de Verão, e quando observamos os óbitos acontecidos em Julho e Agosto, verificamos o ressurgir de uma sobremortalidade infantil — em Maximinos, S. Vitor, Sé e Souto e para 87 óbitos, 63 (72,4%) são menores de sete anos; em Adaúfe e Dume e para 41 óbitos, 29 (70,7%) são menores de sete anos — que aponta no sentido dum agravamento do máximo estival normal nestas idades.

Em 1869 somente freguesias do termo, em número de catorze, foram tocadas por intensidades de crise, e duas apenas, Arentim e Aveleda de pequenas populações, com uma amplitude "forte". Dois máximos são detectáveis na mortalidade sazonal: um em Janeiro, que mais se fez sentir em Dume e Mire de Tibães, atacando preferencialmente a população adulta; e outro em Agosto e Setembro, incidindo na população infantil — dos 30 óbitos de Dume e S. Pedro de Este, 21 (70%) são menores de sete anos.

Por fim, em 1870, observamos uma subida da mortalidade em quatro freguesias da cidade e catorze do termo, sem nunca ultrapassar a amplitude "média".

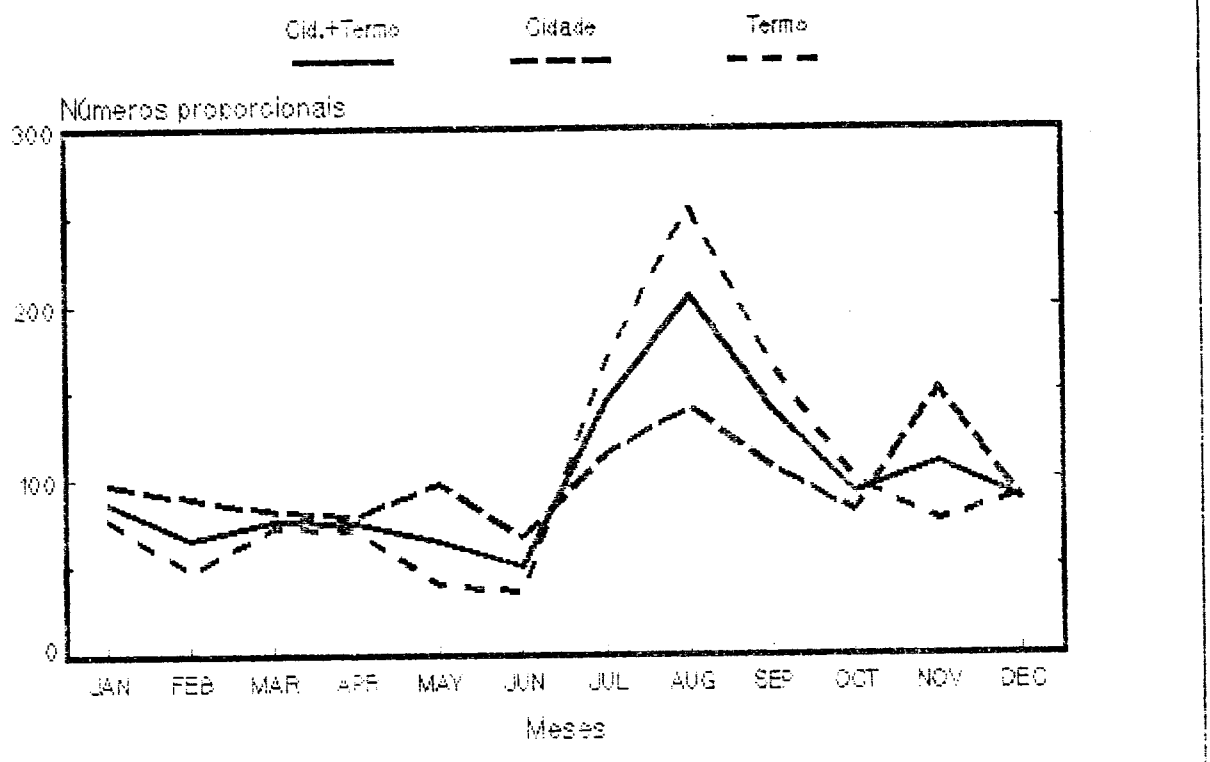
---

286 Jornal "O Bracarense", Braga, 4 de Fevereiro de 1868.

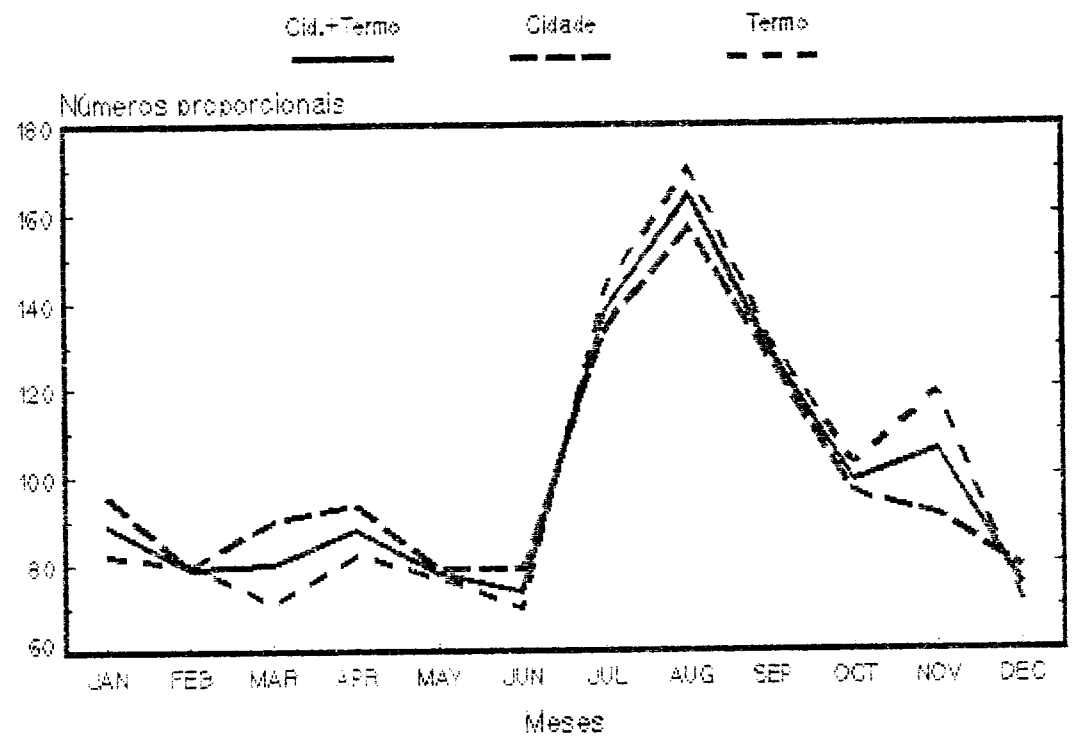
No que diz respeito à distribuição dos óbitos ao longo do ano, na cidade destacamos um máximo de Verão, nos meses de Julho e Agosto, atingindo preferencialmente a população mais jovem — em S. Lázaro, S. Vitor, Sé e Souto, para 114 óbitos, 81 (71,5%) são menores de sete anos —, sendo conhecido do quadro sanitário e hospitalar o seguinte: "Insultos apopleticos — parece que a quadra vae asada para este genero de enfermidades. Em menos d'um mez a esta parte podem-se contar por dezenas as pessoas atacadas de semelhante mal, sendo alguns casos fulminantes. Permitta Deus que a continuação do tempo calmoso nos não acarrete alguma epidemia. Hospitaes — tanto nos hospitaes das ordens terceiras, franciscana e dominica como no hospital da Misericordia tem sido extraordinaria a concorrencia dos doentes. N'este ultimo estabelecimento e apesar do augmento d'uma ampla enfermaria, pertencente ao plano do novo hospital em construção, os doentes estão apertados e revesam-se sem demora. As enfermidades que mais avultam são as febres gástricas"[287]. Como era hábito na época, as diarreias e doenças gastro-intestinais surgiam em força. No termo distingue-se um máximo nos meses de Setembro e Outubro, o qual também se fez sentir mais fortemente entre os menores de sete anos — 14 óbitos em 18 (77,8%), nas freguesias de S. Mamede de Este e Sequeira.

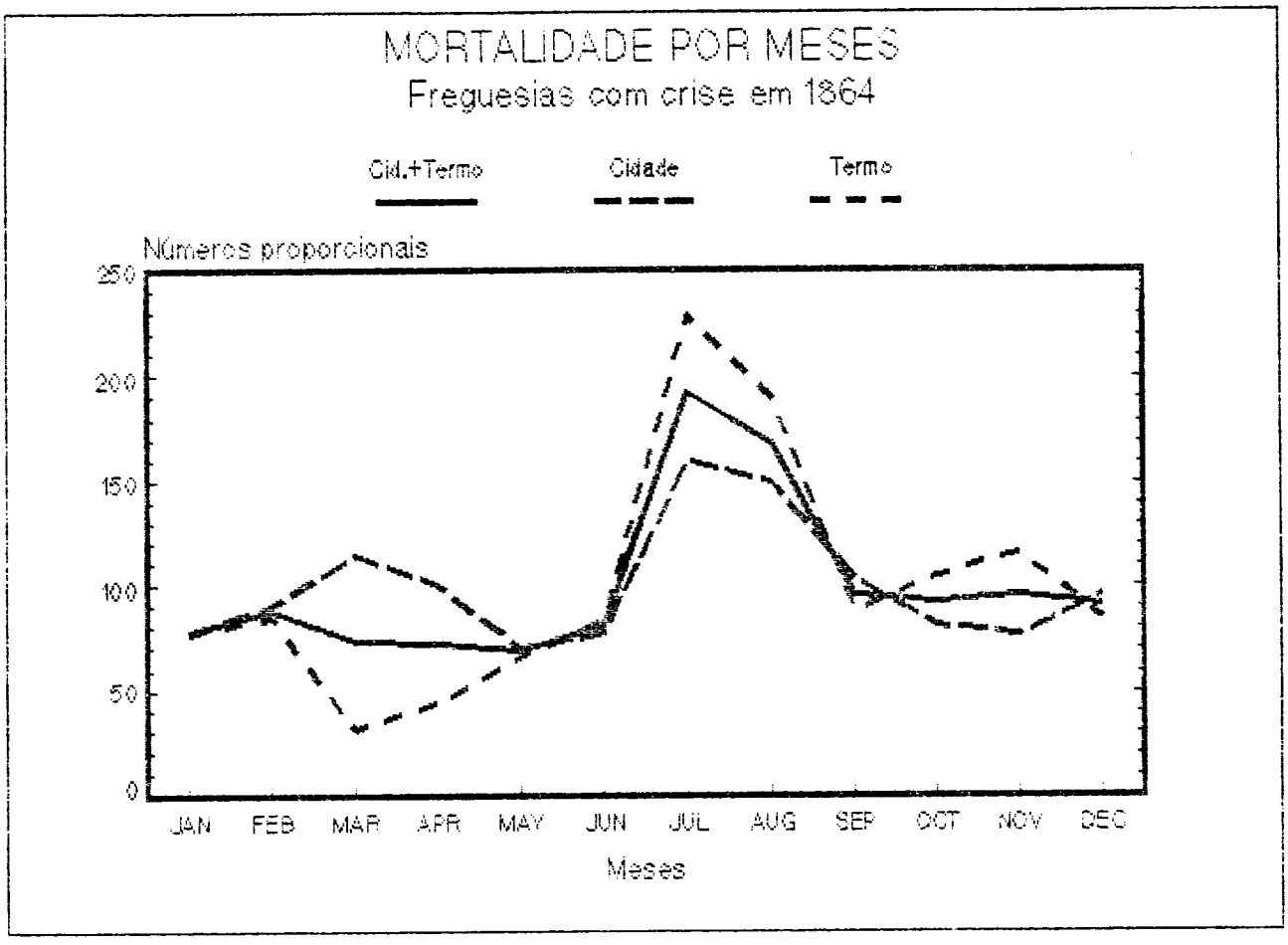
287 Jornal "O Bracarense", Braga, 19 de Julho de 1870.

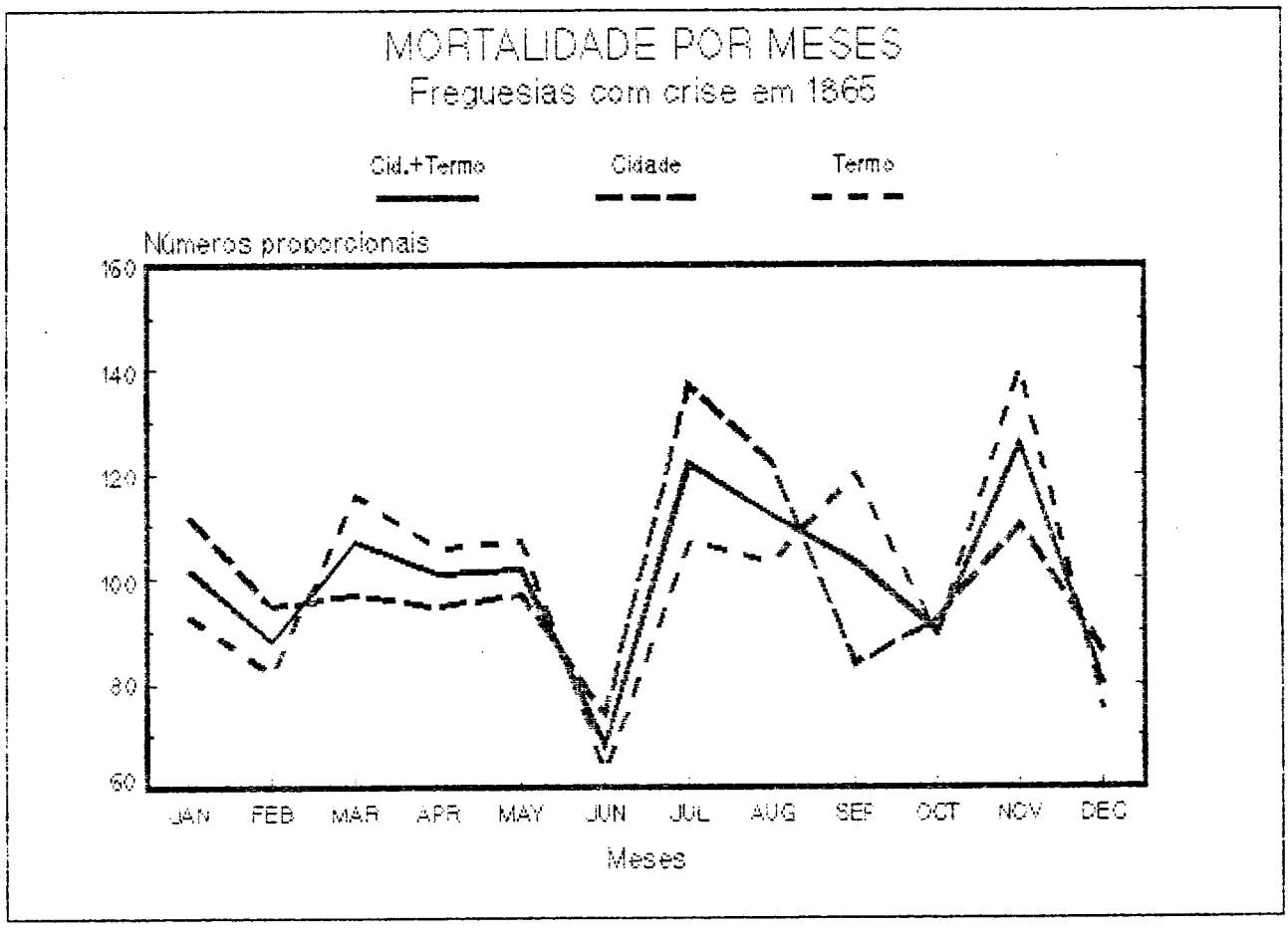
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1862



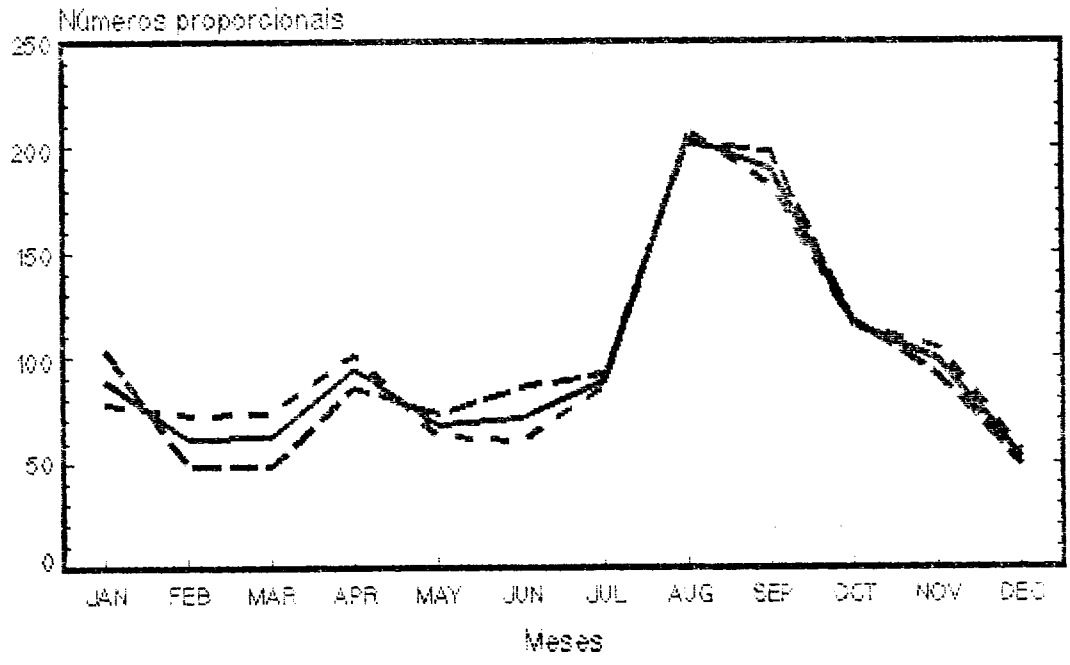
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1864/66



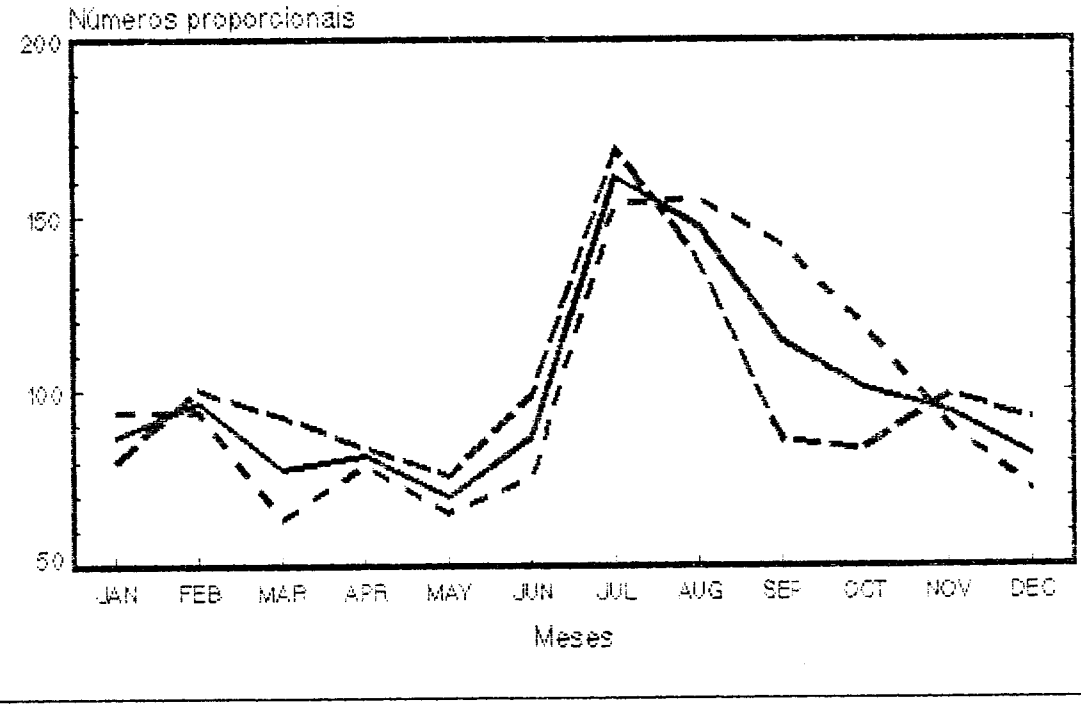

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1864
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

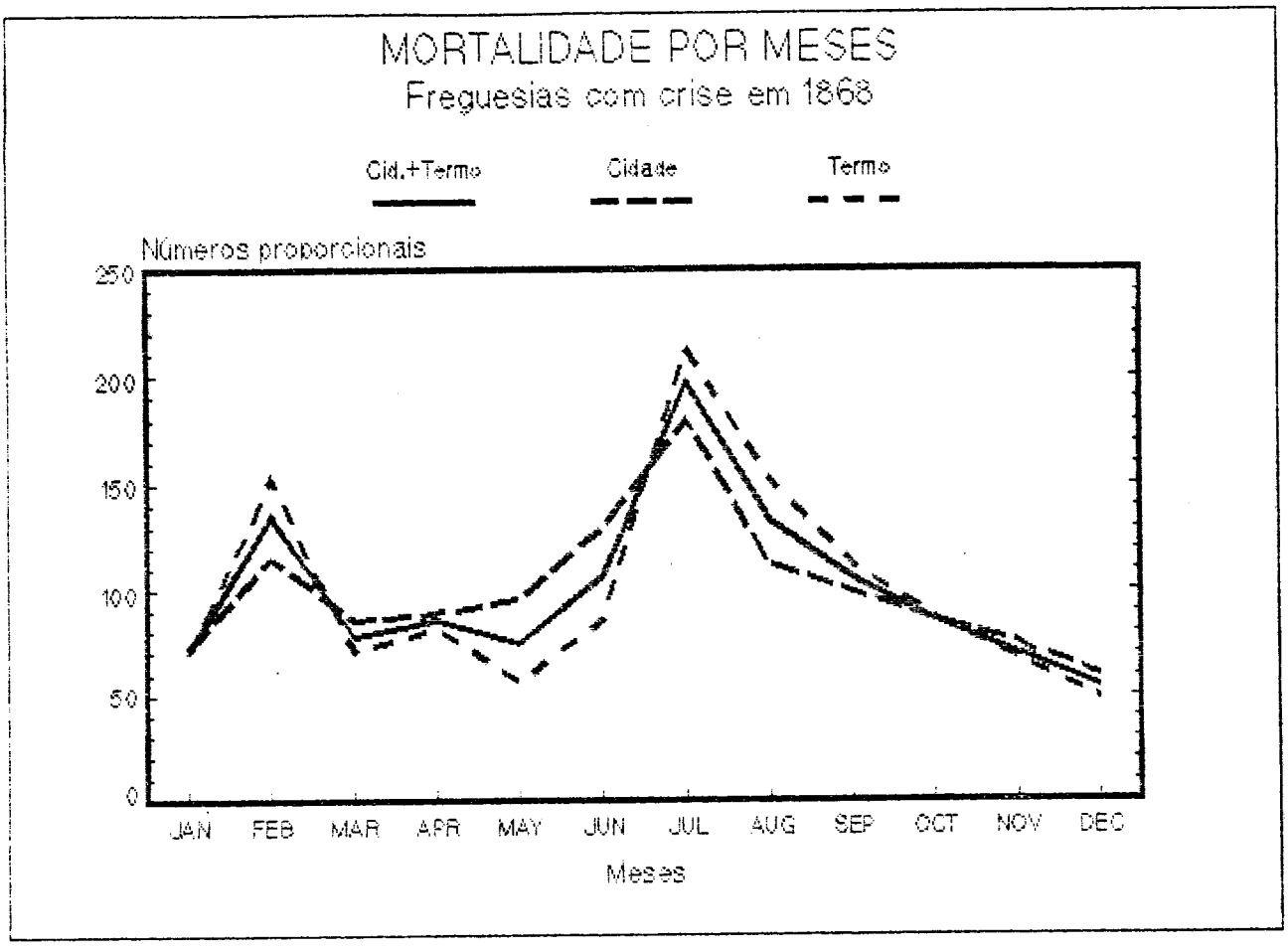

MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1865
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
160
140
120
100
80
60
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

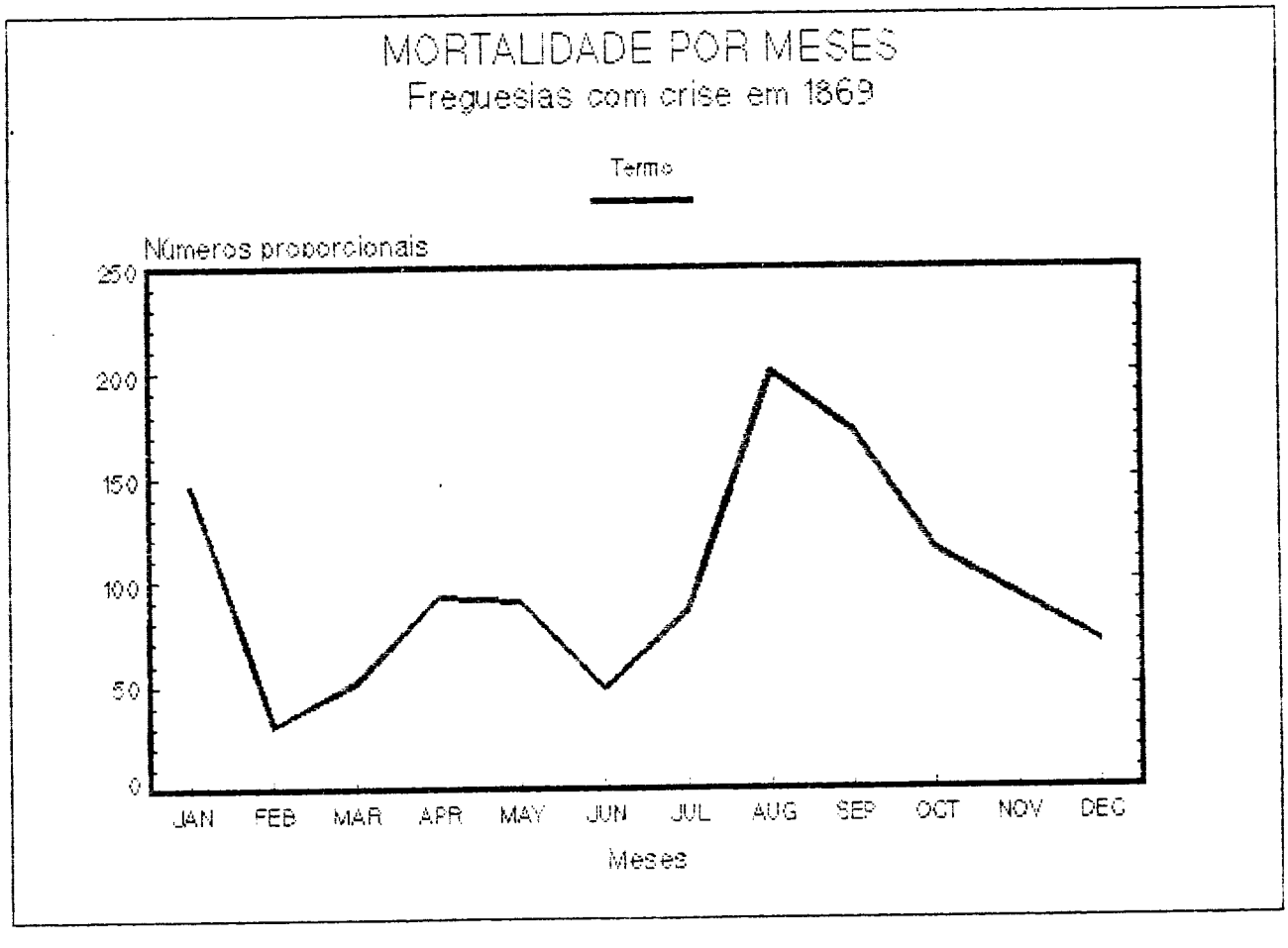
MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1866



MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1868/70

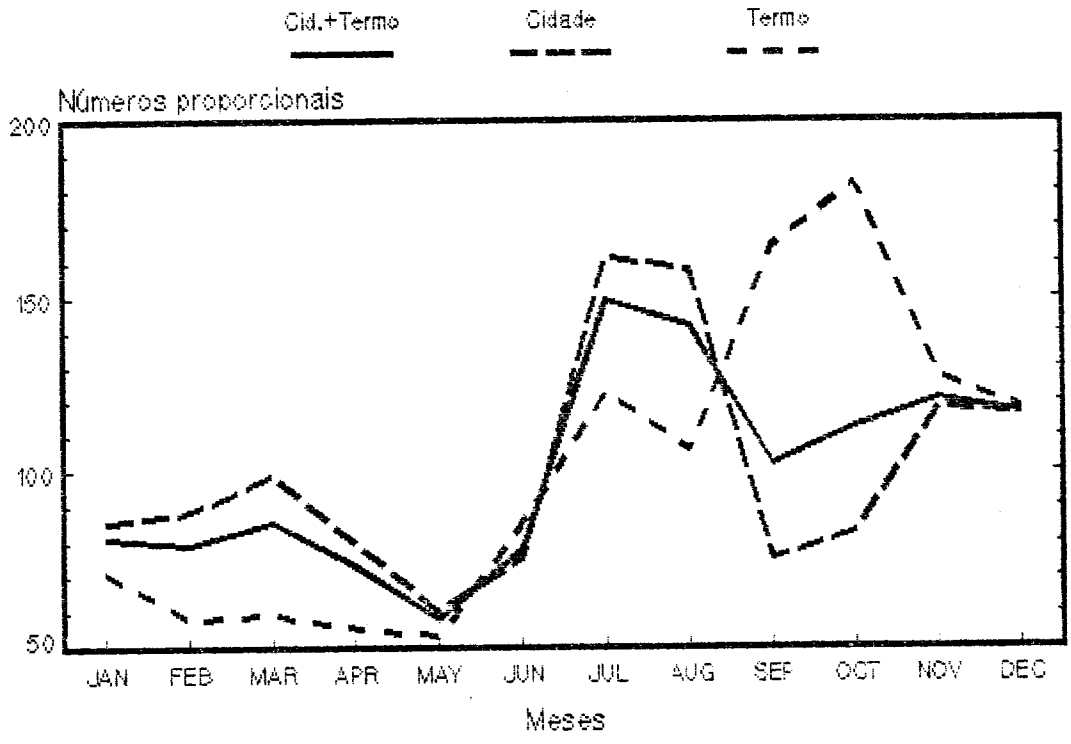



MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1868
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses


MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1869
Termo
Números proporcionais
250
200
150
100
50
0
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1870



A crise de 1872/73

Cremos poder caracterizar a crise que atingiu a cidade e termo de Braga ao longo dos anos 1872 e 1873 como puramente epidémica. Os valores médios anuais dos preços do milho e da cevada foram dos mais baixos praticados ao longo de toda a década neste mercado[288].

O período de 1870-74, juntamente com os de 1824-29 e 1837-40, corresponde aos maiores surtos de varíola na Europa[289], e Portugal parece não lhe ter escapado.

A varíola era provocada por um vírus, e contraía-se facilmente pelo contacto directo com os doentes ou através de simples utilização de roupas usadas pelo enfermo. Dado que o homem é a única espécie conhecida capaz de converter-se em hóspede do vírus da varíola, e como no caso de superar a doença se torna imune, facilmente se compreende que a gravidade deste tipo de epidemia aumenta com a concentração populacional.

Embora já desde 1796 se conhecesse a vacina de Jenner, o que constituiu um passo importante na luta contra a doença, não possuímos dados quantitativos sobre a disseminação de tal prática na região que nos importa. Terá acontecido o mesmo que em Espanha, onde a vacinação antivariólica, depois de conhecer um certo sucesso nos primeiros anos do século XIX, veio a cair em desuso e a sua prática teria sido restrita no

288 JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Vol. I, cit., pp. 319 e 321.

289 ARJONA CASTRO, António — *La población de Cordoba en el siglo XIX. Sanidad y crisis demográfica en la Córdoba decimonónica*, Córdoba, Instituto de História de Andaluzia. Universidad de Córdoba, 1979, p. 117.

resto da centúria?[290]. Como já vimos, quando nos referimos à crise de 1844/48, deveria ser muito pequena a percentagem da população que estava vacinada.

A doença atacou de forma bastante forte no ano de 1872, e mais atenuada no ano seguinte. A 28 de Agosto de 1872, no jornal "O Futuro", escrevia-se: "Na cidade e arredores de Braga grassa uma terrível epidemia de bexigas, e tão terrível e assustadora que não poupa os velhos. Não se sabe a causa; porem alguem diz e não sem algum fundamento, que é a falta de arvorisação no cemiterio publico. Não sabemos o que a este respeito pensam os peritos, mas se não é aquella a causa, pelo menos muito deve concorrer para que hajam miasmas. Esperamos promptas medidas do digno Delegado de Saude"[291]. É interessante observarmos a noção que os contemporâneos tinham sobre as causas e formas de contágio da doença, um século passado sobre a descoberta da vacina. No mês seguinte, Setembro, a epidemia atinge a sua máxima intensidade, atacando não só em todas as freguesias da cidade como em muitas do seu termo, fazendo grande número de vítimas entre crianças, adultos e velhos[292]. Com o intuito de aplacar o surto epidémico, e face à incapacidade médica de então, mais uma vez as populações apelam à intercessão divina, pelo que foi organizada uma procissão de penitência, que teve a sua saída da igreja dos Terceiros[293].

Em Outubro parece não haver grande melhoria da situação, sendo conhecidos casos entre os estudantes do seminário de S. Pedro, continuando a fazer numerosas vítimas, principalmente entre as crianças das classes mais pobres. Como refere a imprensa de então, tal estado de coisas "... introduziu ao menos no povo rude e

290 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España inferior siglos XVI-XIX*, cit., p. 401.
291 Jornal "O Futuro", Braga, 28 de Agosto de 1872.
292 Jornal "O Liberal", Braga, 21 de Setembro de 1872.
293 Jornal "O Palrador", Braga, 29 de Setembro de 1872.

desleixado a convicção da efficacia na vaccinação: de maneira que tem sido grande a affluencia à vaccina, tanto de crianças como de povo de todas as idades"[294].

Tal com sugerem outros tipos de fontes, só quando a situação se tornava crítica é que a população recorria aos meios postos à sua disposição para evitar a doença.

Os meses de Novembro e Dezembro assinalam uma quebra acentuada no número de óbitos, sendo considerada extinta em meados do mês de Dezembro, com raros casos conhecidos.

Embora as fontes não nos permitam fazer o cômputo das vítimas da doença, um jornalista de então calculava "em mais de duas mil pessoas" o número de mortos que teria provocado no concelho de Braga[295]. Embora este valor se nos afigure manifestamente exagerado, ele é, só por si, um indício da violência epidémica, ultrapassando largamente a da cólera de 1855, e que muitos mais temores tinha suscitado. Então, tal como hoje, as doenças não têm todas o mesmo peso no subconsciente das pessoas, e a importância que se lhes atribui pode não ser função do número de vítimas que provocam. A cólera, a sífilis ou a tuberculose propiciavam, com certeza, estados de temor muito maiores do que certos tipos de endemias que eram responsáveis pela maioria dos casos mortais.

No ano de 1873, embora com muito menor intensidade, o surto de varíola volta a ser assinalado. Em Abril, "... na freguesia de Merelim e circunvisinhas appareceu novamente a epidemia variolosa"[296], e sabemos que outros concelhos do Minho foram

294 Jornal "O Palrador", Braga, 20 de Outubro de 1872.
295 Jornal "O Liberal", Braga, 12 de Dezembro de 1872.
296 Jornal "O Comércio do Minho", Braga, 17 de Abril de 1873..

atacados pela doença, como são os casos de Guimarães e Ponte de Lima[297]. O esforço de vacinação continuou intenso, o que parece indicar o receio de um ressurgir da epidemia.

Se atentarmos agora nas freguesias que atingiram mortalidade de crise, observamos que em 1872 todas as da cidade sentiram de uma forma mais ou menos acentuada os seus efeitos.

Os meses de maior incidência foram os de Agosto a Outubro, com uma forte subida no mês de Setembro e uma acentuada queda no mês de Novembro, como se pode comprovar graficamente. Esta forte subida nos meses de Setembro e Outubro é também assinalada em outros estudos sobre esta doença[298].

Em 1873 nenhuma freguesia da cidade foi atingida pela crise. No termo de Braga, sentiram os seus efeitos trinta e três freguesias em 1872 e dezasseis em 1873, sendo de destacar duas crises "maiores" e doze "fortes" no primeiro destes dois anos. São as freguesias de Esporões, Passos, Adaúfe, Este (S. Mamede), Ferreiros, Lamaçães, Merelim (S. Paio), Nogueira, Panoias, Parada de Tibães, Penso (Sto. Estevão), Sequeira, Tenões e Vilaça as que foram mais fortemente atacadas, e a sua distribuição espacial demonstra que só muito dificilmente se poderia estabelecer uma possível relação entre a intensidade das crises e a localização geográfica das mesmas. No total das freguesias para as quais possuímos informação, 69,6% foram atingidas, mas enquanto que na cidade há uma continuidade geográfica, um núcleo, onde todas sentiram os efeitos do surto epidémico, no termo isso já não se verifica. Tal conclusão vem no seguimento dos conhecimentos que temos da doença, sendo a sua propagação

297 Jornal "O Comércio do Minho", Braga, 3 de Julho de 1873 e 25 de Outubro de 1873.

298 SANCHEZ DE LA CALLE, Jose Antonio — *Aproximación a la demografia de Plasencia 1871-1900 segun el registro civil*, Plasencia, Ayuntamiento de Plasencia, Caja de Ahorros de Plasencia e Diputación Provincial de Cáceres, 1985, p. 111.

facilitada pelas aglomerações populacionais, pela continuidade do habitat, tendo a maior dispersão habitacional no termo oferecido como que uma barreira à sua disseminação.

No ano de 1873, embora saibamos da existência de um ou outro foco, pensamos que a sua expressão terá sido diminuta, com crises de muito fraca intensidade, como podemos comprovar pela curva da mortalidade por meses, e a única de certa expressão, em Guisande, é resultado da baixíssima média de óbitos anuais — 12 mortos "provocam" uma crise "maior".

A inexistência, em simultâneo, de dados sobre a idade e as causas de morte, não permite avaliar de forma rigorosa quais as faixas etárias que mais terão sofrido com o surto epidémico; no entanto, as fontes consultadas dão-nos indicação de que terão sido as crianças, nos primeiros anos de vida, as mais afectadas, embora possam ter acontecido alguns casos nas outras classes de idades.

A análise da idade dos óbitos, em 1872, feita para a totalidade das freguesias da cidade nos meses de Agosto, Setembro e Outubro (416 óbitos) e para as freguesias do termo que atingiram uma amplitude "forte" ou "maior" nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro (331 óbitos), mostra distribuições semelhantes para os dois grupos de freguesias considerados, que foi o grupo de idades dos "menores de sete anos" o mais atingido (67,79% na cidade e 64,65% no termo) e que dentro deste grupo os dois primeiros anos de vida têm o peso mais importante.

Quadro 63

Distribuição % dos óbitos por idades (anos completos) nas freguesias consideradas (cidade — Agosto a Outubro; termo — Agosto a Novembro)

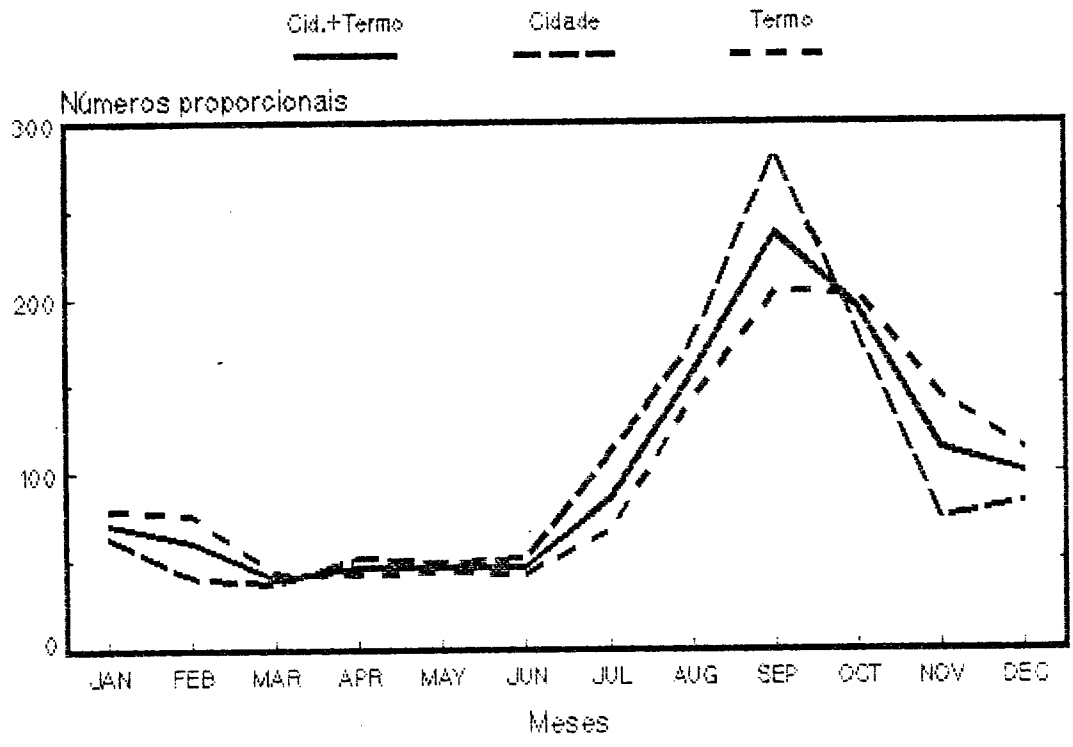
Idade	Cidade	Termo
0	16,35	18,73
1	15,63	16,31
2	12,50	8,76
3	7,45	8,76
4	7,93	4,83
5	3,85	3,02
6	4,09	4,23
7-9	6,97	7,25
10-19	6,25	10,00
20-29	4,33	4,53
30-39	1,68	1,81
40-49	1,92	1,51
50-59	2,40	1,81
60-69	2,88	3,93
70-79	2,64	3,63
80-89	2,88	0,60
90-99	0,24	0,30

Estes resultados vêm ao encontro do que atrás foi escrito.

No período temporal de que nos temos vindo a ocupar, o ano de 1876 foi o último em que podemos detectar uma subida da mortalidade, embora de forma muito ligeira. Dezoito foram as freguesias que acusaram uma intensidade de crise, no entanto, somente de amplitude "menor" ou "média". Uma única freguesia da cidade, a Cividade,

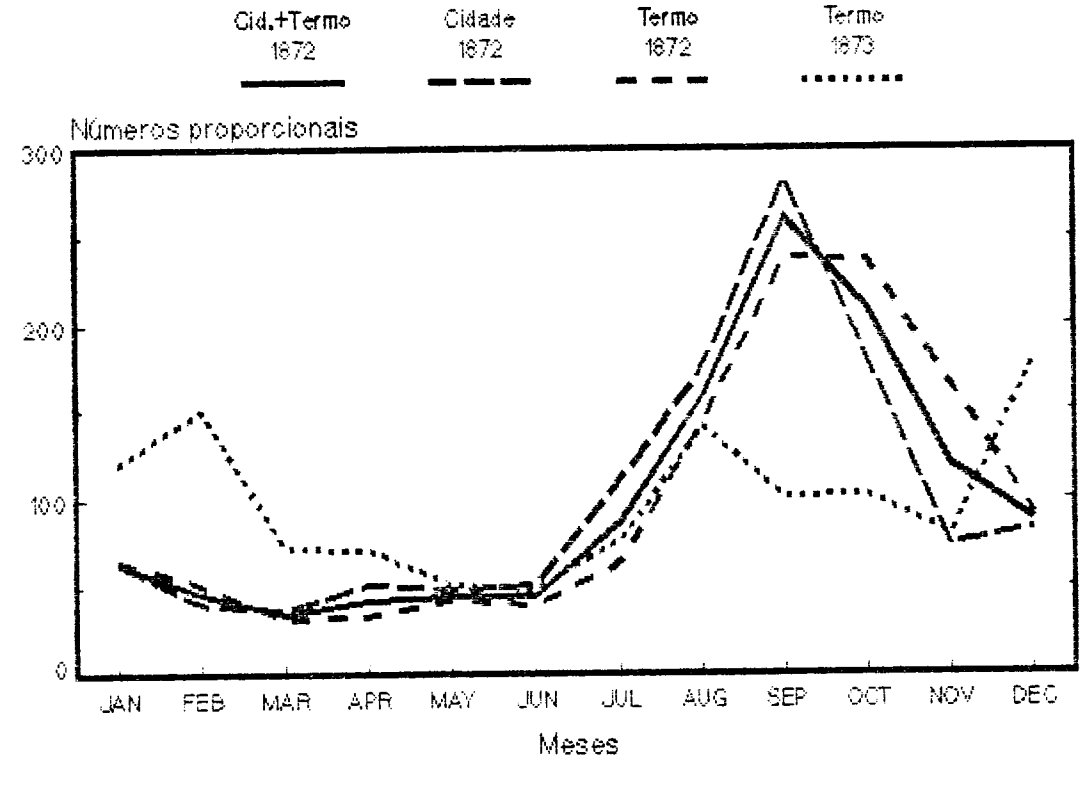
MORTALIDADE POR MESES

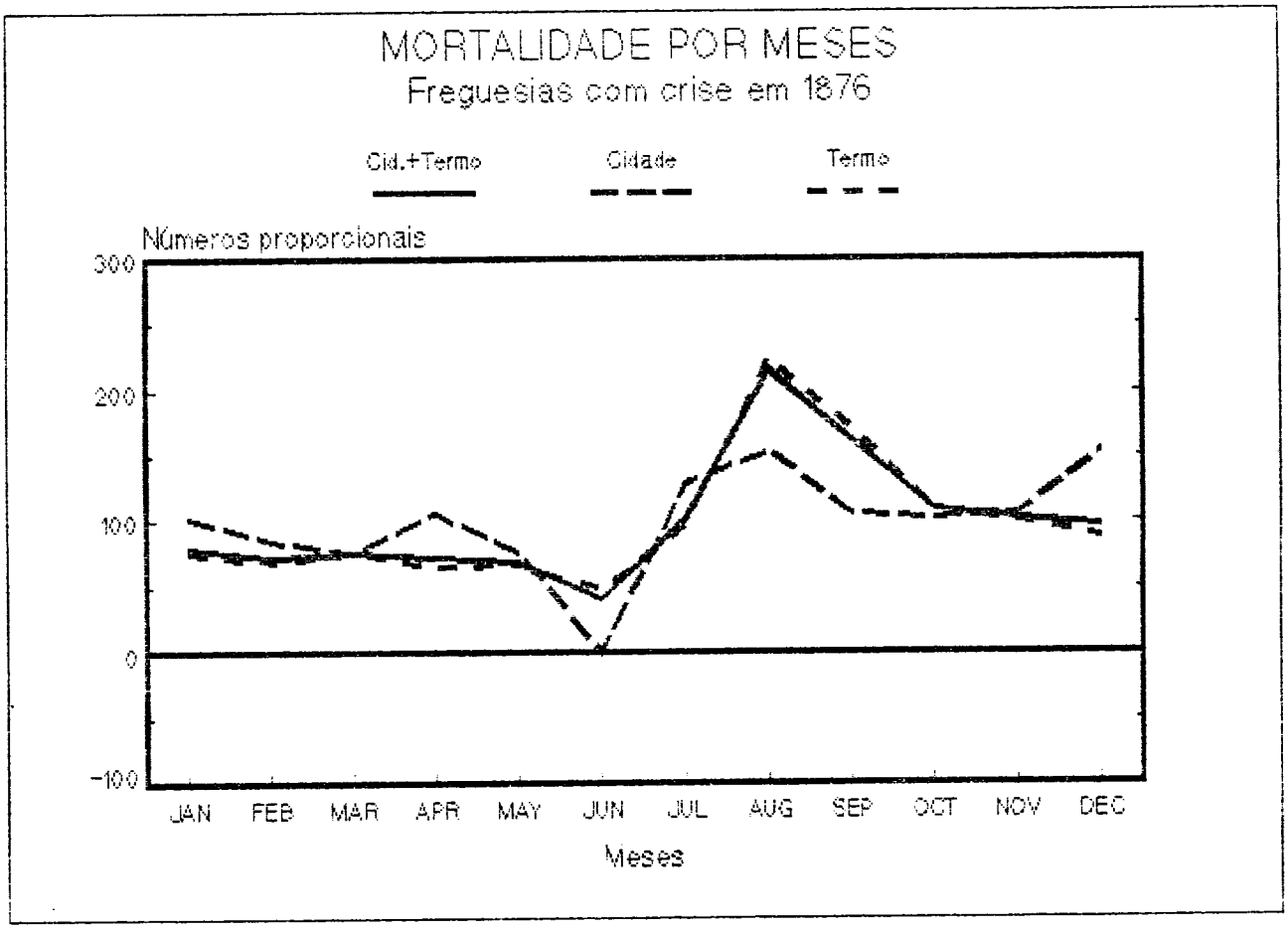
Freguesias com crise em 1872/1873



MORTALIDADE POR MESES

Freguesias com crise em 1872 e 1873




MORTALIDADE POR MESES
Freguesias com crise em 1876
Cid.+Termo
Cidade
Termo
Números proporcionais
300
200
100
0
-100
JAN
FEB
MAR
APR
MAY
JUN
JUL
AUG
SEP
OCT
NOV
DEC
Meses

foi tocada com amplitude "menor", entre as do termo, nove tiveram amplitude "menor" e oito "média".

Atendendo à distribuição da mortalidade por meses, que podemos observar em gráfico, nas freguesias rurais que atingiram uma mortalidade de crise, verificamos um claro máximo no Verão, nos meses de Agosto e Setembro, que correspondem a uma clara subida da mortalidade infantil — nas freguesias de Crespos, Frossos e Sequeira e para 38 óbitos, 31 (81,6%) correspondem a menores de sete anos. No último quartel do séc. XIX ainda se faziam sentir, sobre as camadas mais jovens da população, os efeitos das enfermidades estivais.

4.3. Mortalidade "normal"

Com o objectivo de nos tentarmos aproximar ao que seria a mortalidade "normal" por meses, calculámos, tendo por referência todas as freguesias que foram atingidas em anos de crise de maior intensidade, os números proporcionais para anos suficientemente afastados dos de crise (tendo sido efectuados alguns acertos para não coincidirem com esses momentos) e que fossem anteriores e posteriores a esses anos (ver Anexo 5).

Apesar de apenas terem sido analisados dezoito anos, pensamos poder avançar com algumas tendências:

No século XVIII observamos um máximo estival-outonal, entre Setembro e Dezembro, com particular incidência neste último mês, e outro máximo invernal, atingindo a maior intensidade no mês de Janeiro, e os de Março (e Abril) de forma secundária.

Para o século XIX verificamos que o máximo estival-outonal se faz sentir, fundamentalmente, nos meses de Agosto e Setembro, e o máximo invernal se apresenta muito regularmente centrado no mês de Janeiro.

Estes resultados não se afastam muito dos apresentados por Vicente Pérez Moreda[299], no seu estudo sobre a Espanha interior.

4.4. Repercussões das crises de mortalidade sobre a fecundidade e a nupcialidade

Tendo por fim analisar os efeitos das crises de mortalidade sobre a nupcialidade e a fecundidade, calculámos para o biénio antecedente e para o quinquénio subsequente às crises "maiores" e "superiores" o número de nascimentos e de casamentos (ver Anexo 6).

Entre os anos de crise por nós considerados teremos de distinguir, pela sua grandeza, os anos de 1809 e 1872/73.

Em 1809, ano em que a um grave período de carestias se sobrepôs uma situação bélica, registamos uma quebra dos nascimentos anuais, da ordem dos 15%, a

299 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., pp. 210-211.

qual se vê prolongada no triénio seguinte, em que a crise alimentar se manteve, ao mesmo tempo que uma quebra no número de casamentos é mais rapidamente recuperada por um imediato crescimento destes. Pensamos que tal se ficou a dever ao grande número de óbitos entre a população adulta masculina, o que terá permitido alguns segundos casamentos.

No período de 1872/73, marcado por uma epidemia de varíola, praticamente não observamos variações de vulto no número de nascimentos, e os casamentos apenas sofrem uma quebra em 1873. Tais factos devem ter resultado das características próprias da crise, em que foram os grupos etários mais jovens os mais atingidos. Em 1847, em que a crise foi semelhante à anterior, embora de menor intensidade, observamos uma subida no número de nascimentos nos anos seguintes aos de crise, sem contudo se verificarem variações no número de casamentos.

Nas crises do século XVIII, que se caracterizaram por estarem sempre associadas a carestias, e, normalmente, também a epidemias, com grande prevalência do tifo, o qual também atingia, habitualmente, os mais diversos grupos etários, verificamos, no que se refere à nupcialidade, algumas descidas, as quais são colmatadas por rápidas subidas nos anos que se lhes seguem, enquanto no número de nascimentos não detectamos variações assinaláveis. Se por um lado a ordem de grandeza dos valores com que trabalhámos, no caso das crises do século XVIII, não nos permite observações conclusivas, por outro lado não podemos deixar de assinalar que, mesmo para a crise de maior intensidade — 1809 —, as variações detectadas, em especial no número de nascimentos, estão longe dos valores apontados por Livi-Bacci e J. Dupâquier[300].

---

300 LIVI-BACCI, M. — *Les répercussions d'une crise de mortalité sur la fecondité: une vérification empirique, in* «Annales de Démographie Historique», 1978, pp. 197-207; DUPÂQUIER, Jacques — *La population rurale au Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, cit., pp. 264-266.

4.5. Unidade e diversidade das crises de mortalidade

Pensamos poder afirmar que uma das principais características das crises de mortalidade ao longo do século XVIII reside na sua simultaneidade com as crises de subsistências, entendendo como tal aquilo a que Pierre Goubert chamou de crises demográficas de tipo antigo, cuja causa principal se centrava nas «pointes cycliques» dos preços cerealíferos[301].

As três crises que atingiram uma amplitude "maior" — 1753-54, 1769-70 e 1791-92 — coincidem com períodos de crise cerealífera, acompanhadas de altas dos preços dos bens alimentares, tal como o demonstrou Aurélio de Oliveira.

Os anos de 1711-13, 1731 e 1781-82, em que foi alcançada uma amplitude "forte", também coincidem com momentos de dificuldades na produção de cereais.

Outro factor a ter em conta é o seu relacionamento com surtos epidémicos — das quatro crises em que foram atingidas maiores intensidades, três delas foram confirmadas como tal: em 1731, durante os dois primeiros meses do ano, temos conhecimento da existência de um estado epidémico (de gripe?, pneumónico?, estas parecem ser hipóteses a ter em conta, quando sabemos do seu aparecimento em diversas regiões de Espanha[302]); em 1769-70 surge-nos uma epidemia de tifo exantemático, que tendo aparecido em finais do Verão de 1769, se estende, no ano seguinte, a todas as freguesias da cidade, onde alcança a sua máxima expressão no mês de Abril; em 1791-92 é referenciada nova epidemia (provavelmente de tifo), que

---

301 GOUBERT, Pierre — 100 000 provinciaux au XVIIe. siècle, cit., p. 70.

302 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 334.

apresentou no Outono de 1791 e no Inverno de 1792 os seus máximos sazonais. Os anos de 1753-54 mostram uma distribuição sazonal da mortalidade muito próxima da que Pérez Moreda aponta como "modelo" para a época[303], com o agravamento do máximo estival-outonal e do máximo secundário de início do Inverno, pelo que não excluímos a possibilidade de terem surgido epidemias gastro-intestinais. O mesmo poderíamos dizer para o biénio 1781-82, embora de forma muito menos acentuada.

Outro factor ainda a ter em conta prende-se com as condições climatéricas. No que diz respeito às crises de amplitude "maior", 1753 foi um ano de extrema secura, 1769 foi de muita chuva e ventos, os quais provocaram destruição em pontes e armazéns, para além das colheitas, 1791 e 1792 foram de chuvas e trovoadas; as crises de mortalidade mais graves do séc. XVIII estão, pois, associadas a períodos de agravamento das condições climáticas, as quais também se fizeram sentir no início do século, 1735, 1797 e 1799-1800.

Os anos de 1770 e 1791 — coincidindo com os períodos de crise "maior" — e, ainda, 1712, foram os únicos, ao longo do século XVIII em que todas as freguesias da cidade foram atingidas por mortalidade de crise.

No que se refere ao período do século XIX que é objecto do nosso estudo — 1801-1880 — pensamos poder afirmar que as principais crises de mortalidade estão relacionadas com situações epidémicas ou de convulsões bélicas. As duas crises de amplitude "maior" — 1809 e 1872-73 — prendem-se com as Invasões Francesas, a primeira, e com uma forte epidemia de varíola, a segunda. Embora saibamos que o ano de 1809 conheceu uma alta muito forte no preço dos cereais, a grande mortalidade

303 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., pp. 210-211.

centrou-se no mês de Março, resultado do enfrentamento de inúmeros populares com as tropas invasoras.

Nos dois períodos em que a amplitude foi "forte" — 1825-34 e 1844-48 — observamos, no primeiro, um aumento generalizado da mortalidade, atingindo grande número de freguesias, mas de forma moderada, ficando espelhada esta tendência no acontecido na cidade: durante dez anos, e nas seis freguesias, apenas se detectam catorze mortalidades de crise, e destas, somente duas fortes, com dois anos, 1830 e 1831, isentos de qualquer crise. As lutas entre liberais e miguelistas, os saques e desmandos praticados pelas tropas, as suas movimentações e consequentes distúrbios nos abastecimentos, terão provocado as situações de sobremortalidade, particularmente sentidas nas freguesias rurais.

No período de 1844-48, que conheceu um abaixamento nos preços agrícolas, ressalta o ano de 1847, a ele estando associados a Patuleia e o reaparecimento de focos de varíola e de moléstias cutâneas (sarampo?, escarlatina?). O ano de 1855, em que se registaram dificuldades alimentares na região de Braga, ficou marcado por um foco de tifo, em Janeiro, atacando preferencialmente as freguesias citadinas, e que poderá estar relacionado com a escassez de alimentos, e, fundamentalmente, pela cólera, responsável pela grande mortalidade de finais de Verão.

São ainda dignos de nota a subida dos óbitos no Verão de 1862, em especial nas freguesias do termo; o período de 1864-66, que conheceu nos dois primeiros anos uma época de carestia nos bens alimentares, com acentuadas subidas dos óbitos nos meses de Verão, de que resultaram casos de diarreias e febres eruptivas, entre a população mais jovem, e diarreias gástricas e febres tifóides, entre os adultos, e, finalmente, o período de 1868-70, destacando-se o ano de 1868 com um máximo no mês

de Julho, e o de 1870 (máximo estival na cidade, e outonal no termo) pelos casos de febres gástricas e "insultos apopléticos".

Pensamos pois poder afirmar, que ao longo do período 1800-1880, a influência das crises de subsistências se reduziu fortemente, embora persistissem elevadas taxas de mortalidade ordinária, que poderemos em grande parte atribuir a enfermidades infecciosas, as quais poderão estar relacionadas com insuficiências alimentares. A varíola fez-se sentir ao longo de todo o período, desde as crises de reduzidas dimensões, como a que assolou a freguesia de S. Pedro de Merelim nos meses de Verão de 1825, até à grande crise de 1872 que alcançou 69,6% das freguesias, incluindo todas as urbanas; para mais, as constantes informações sobre as dificuldades de vacinação, o apelo que é feito a todos para se deixarem vacinar em especial em épocas de crise, colocam diversas interrogações sobre a extensão e o resultado que terá alcançado este meio de defesa das populações. Antes que a vacinação e revacinação se tenha generalizado, a varíola continuou a fazer numerosas vítimas, em grande parte na população infantil, e a situação vivida em Espanha onde, devido às vicissitudes porque passou a sua aplicação não se obtiveram êxitos relevantes até finais do século XIX ou até à implantação da sua obrigatoriedade já no século XX[304], pensamos que terá sido semelhante à do nosso país.

O tifo e as febres tifóides continuaram a fazer a sua aparição, normalmente associada a anos de fracas colheitas, como foram os de 1855 e 1864-65; as diarreias e febres gástricas mantiveram o seu papel importante durante os meses estivais e de início do Outono, bem como as doenças do foro bronco-pulmonar no máximo invernal; as moléstias cutâneas e as febres eruptivas (onde, para além da varíola, podemos

304 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit., p. 469.

incluir o sarampo e a escarlatina[305]) também se faziam sentir; por fim, a cólera, que não apresentou a gravidade nem teve uma influência sobre as flutuações da mortalidade como aconteceu noutras latitudes[306], atingiu o concelho de Braga apenas em 1855, não o tendo alcançado durante as epidemias de 1833 e 1865.

Os anos de 1809 e 1872, de crise "maior", e ainda 1855 e 1864 foram aqueles em que todas as freguesias citadinas, para as quais possuímos informação, foram atingidas por mortalidade de crise.

4.6. As enfermidades

Quando nos debruçamos sobre a questão de quais terão sido as doenças que tiveram maior incidência na região que temos vindo a analisar, muitas foram as dificuldades que se nos depararam.

Tomando como ponto de partida os livros de assentos paroquiais, que têm servido de base ao nosso trabalho, observamos que só muito raramente são apontadas as causas dos óbitos, mesmo em períodos em que outras fontes afirmam a existência de diversos surtos epidémicos. As poucas excepções que podemos verificar privilegiam, quase exclusivamente, duas doenças — as bexigas, enfermidade infecciosa que aparece de uma forma quase permanente ao longo de todo o período objecto do

305 THILLAUD, Pierre L. — *Les Maladies et la Médicine en Pays Basque Nord a la fin de l'Ancien Régime (1690-1749)*, Genève, Librairie Droz, 1983, pp. 137-139.

306 DEL PANTA, L.; LIVI-BACCI, M. — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*, cit., pp. 425 e 432.

nosso estudo, com alguns surtos de grande violência, e as bichas, doenças do aparelho digestivo provocadas por vermes e sem um claro carácter infeccioso, que deverão estar relacionadas com a utilização de águas impróprias para consumo, como resultado da inexistência de uma efectiva rede de esgotos, e o consumo de alimentos em mau estado de conservação.

Outra dificuldade, que aliás já foi por nós referida, ressalta da utilização de uma linguagem pouco rigorosa, que por vezes inviabiliza a sua comparação com a nomenclatura actual, podendo o mesmo termo traduzir realidades diferentes. Como tal, escreveu o Dr. João José da Costa, Delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino para o Distrito de Braga, no seu *Relatório do Estado Sanitário do Destricto de Braga*: "... Igualmente espero que o Conselho de Saúde haja de tolerar a falta de designação do número de moléstias, e número de mortos, que succederão no Districto; porque não he possivel eu assignar taes circunstancias, quando me faltão as illustraçoens a este respeito, como deixa ver o numero pequeno de relaçoens mensaes, e o mappa dos Senhores Facultativos, que as remetterão, e que este acompanhão, não podendo ser-me imputavel huma semilhante ommissão, quando nem ainda existe hua Nomemclatura das molestias, ou hua synonymia pathologica, porque todos se hajão de regular quando todos cumprirem"[307]. Um outro obstáculo advém do facto de se tomar, muitas das vezes, a sintomatologia pela própria doença — a existência de febres ou dores é comum a um grande número de enfermidades. Como refere Jean-Paul Lévy: "A maior parte das doenças não estando individualizadas, as grandes infecções dispersavam-se à época por sintomatologias confusas das apatias, das esquinências, que nós chamaríamos anginas, dos fluxos de ventre e sobretudo das febres. Estas agrupam de facto tudo o que eleva a temperatura do corpo de maneira muito importante já que até

307 COSTA, João José da — *Relatorio do Estado Sanitario do Districto de Braga, in* «Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino», tomo VI, Lisboa, 1840, pp. 110-111.

meados do séc. XIX não se sabe medi-la: doenças infecciosas e outras que o não são. Os médicos tomando a febre pela doença ela mesma e não pela reacção não específica que ela é na realidade, acreditam poder individualizar entidades a partir das características dos acessos febris. Eles descrevem pois minuciosamente as febres contínuas, quotidianas, terçãs, quartãs, duplas terçãs, triplas quartãs, hécticas, "synoques", que não correspondem a nenhuma doença real, excepto as terçãs e quartãs que caracterizam o paludismo, seguramente então desconhecido"[308]. Nesta confusão é difícil discernir, a posteriori, qual era a patologia.

Em finais do século XVIII e inícios do XIX, as nevroses e febres essenciais eram normalmente consideradas como doenças sem lesão orgânica. Aliás, durante o século XVIII, a febre começou por ser considerada não um sinal da doença, mas da resistência à doença, sendo pois uma manifestação salutar. Só quando se observa que a febre tem características próprias, que a permitem repartir segundo formas específicas, se vai passando gradualmente da "febre" às "febres", explicadas pelo mecanismo circulatório, ou pelo sintoma não febril mais importante que as acompanha, ou pelos órgãos sobre os quais incide a inflamação, ou pela qualidade das excreções que provoca, ou ainda pela variedade de formas ou a evolução que toma[309]. Como diz Michel Foucault, "... a cadeia causal e temporal a estabelecer não ia da lesão à doença, mas da doença à lesão como à sua consequência e à sua expressão talvez privilegiada"[310].

Ainda no que se refere aos sintomas, deveremos referir que eles são normalmente indicados quando se prendem com a impossibilidade do doente poder receber os sacramentos. O não estar no perfeito uso da razão ou dos sentidos, a

---

308 LÉVY, Jean-Paul — *Le Pouvoir de Guérir. Une histoire de l'idée de maladie*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1991, p. 19.

309 FOUCAULT, Michel — *Naissance de la Clinique*, 2e. éd., Paris, P.U.F., 1990, pp. 182-184.

310 FOUCAULT, Michel — *Naissance de la Clinique*, cit., p. 187.

existência de vómitos, ou outras indicações, são escrupulosamente assinaladas. Pese embora um restrito número de casos, que não nos possibilitarão um estudo estatístico conclusivo, não queremos deixar de mencionar as situações detectadas em duas freguesias.

Em S. Pedro de Este, entre Maio de 1839 e Outubro de 1856, o Abade José Bernardo Jorge da Rocha fornece diversos tipos de informações em 104 dos 178 óbitos por ele redactados.

Fazendo uma adaptação, por motivo dos aspectos qualitativos da nossa fonte, da classificação elaborada por Jose Montero Omenat[311], observamos como causas de óbito:

311 MONTERO OMENAT, Jose — *La enfermedad y la muerte en Mérida en la primera mitad del siglo XIX, in* «Revista de Estudios Extremeños», tomo XLV (1989), nº III, pp. 565-566.

Enfermidades do aparelho digestivo			8 (7,7%)
(diarreia, disenteria, bichas (3), afecção "berminoza" (3))			
Enfermidades do aparelho respiratório			14 (13,5%)
(tuberculose — "vomitos de sangue, que tinha amiude" —,			
febre catarral (12), "tosse e doença do bofe")			
Outras infecções			14 (13,5%)
(bexigas (10), bexigas e cãibras (3), morphea — também			
conhecida por Mal de S. Lázaro, lepra. A 20 de Maio de			
1858 é referido um caso de "elifancia" (elefantíase), ou seja,			
a lepra no seu último grau)			
Enfermidades cardiovasculares ou do sistema nervoso central			5 (4,8%)
(apoplexia, sendo uma referida por "estupor")			
Traumatismos e acidentes			5 (4,8%)
(afogado, queda, "debaixo dum penedo", "debaixo dum carro",			
"por cauza de hum pão, que cahindo por disgraça em sima delle			
o esmagou" — tratava-se de uma criança com a idade de um ano)			
Outras causas:	Velhice	6	
	Ginecológicas (após parto)	2	
	Gota	1	
	Indeterminadas	49	58 (55,8%)
(cãibras (7), caquexia, dores no corpo (2), escaldadura, febre (19)			
— sendo um "de febre contínua" e outro "de febre e inchação da			
barriga" —, hidropeesia (2), inchaços, inflamação (5), "perigosamente			
enferma com vomitos", repentinamente morto (5), "tendo perdido os			
sentidos", por "não poder falar", entrevado (3))			
			Total: 104

A outra freguesia para a qual possuímos alguma informação é a de Palmeira, para o período entre Março de 1843 e Abril de 1846, tendo o Padre Joaquim José da Costa dado indicações sobre as causas de morte de 120 dos 125 óbitos verificados:

Enfermidades do aparelho digestivo			35 (29,2%)
(disenteria (2), "gotrorrhagia" (gastrorragia), inflamação			
dos intestinos, bichas (28), lombrigas (3))			
Enfermidades do aparelho respiratório			20 (16,7%)
(tuberculose (11) — "ético", tísica, tísica da garganta			
(2), fluxo de sangue, "peloura" (3), pleurite, febre lenta			
(ou hectica), moléstia do peito —, febre catarral (6),			
pneumonia, asma, esgana (tosse convulsa))			
Outras infecções			24 (20%)
(bexigas (18) gangrena, sarampelo (3), sarampião (?), doença venérea)			
Enfermidades cardiovasculares e do sistema nervoso central			12 (10%)
(apoplexia, sendo oito casos referidos por "estepor")			
Traumatismos e acidentes			4 (3,3%)
(afogado, contusão violenta, feridas (2))			
Outras causas:	Velhice	1	
	Ginecológicas (ao nascer, de parto (2))	3	
	Mentais e nervosas (maluco)	1	
	Indeterminados	20	25 (20,8%)
	(astenia, caquexia (2), escaldado, febre (10),		
	"malina" (febre maligna), inchada, moléstia crónica,		
	morte repentina, "cathetica" (?), "omor frio" (?))		
		Total: 120	

Dada a exiguidade temporal e do número de casos pensamos que apenas poderemos apontar tendências, as quais fazem sentir a importância que as doenças infecciosas e víricas tiveram como causas de mortalidade, aproximando-se dos 50% de casos em ambas as freguesias estudadas. Para chegar a estes valores, e embora, em princípio, tenhamos optado por colocar a "febre" entre as causas indeterminadas, dada a sua nula especificidade como categoria, iremos agora considerá-la entre as infecto-contagiosas, já que este tipo de enfermidades é a sua causa mais frequente[312]. Aliás, até ao século XX, a infecção representou a primeira causa de mortalidade e a quase totalidade da das crianças[313].

Enfermidades infecciosas e víricas em S. Pedro de Este

Febre	19
Bexigas	13
Febre catarral	12
Outros	4
	Total: 48

Enfermidades infecciosas e víricas em Palmeira

Bexigas	18
Tuberculose	11
Febre	11
Febre catarral	6
Sarampo	4
Outras	7
	Total: 57

312 TASCON FERNANDEZ, Luis Julio — *Enfermedad y muerte en Asturias durante el siglo XIX (I): Un ejemplo del area central y zonas perifericas, in* «Boletin del Instituto de Estudios Asturianos», Ano XLIV, Julho-Setembro, 1990, nº 135, p. 448.

313 LÉVY, Jean-Paul — *Le Pouvoir de Guérir. Une histoire de l'idée de maladie*, cit., p. 18.

Dado que para Palmeira possuímos informação sobre a idade dos óbitos em 110 dos 120 casos estudados, não deixaremos de referir algumas conclusões, pese embora a precaridade das mesmas.

Eram responsáveis pela mortalidade infantil: as bichas e as lombrigas (todos os óbitos dentro do intervalo dos 12 dias aos 8 anos, mas com particular incidência até aos 2 anos, em 23 dos 26 casos), as bexigas (todos os óbitos dentro do intervalo dos 11 meses aos 7 anos), sarampo (os quatro casos referem-se a menores de 1 ano), disenteria, "malina", tosse convulsa,... "ao nascer".

Estas enfermidades coincidem, de forma bastante sensível, com as indicadas pelo Dr. João José da Costa na sua *Topografia Medica do Districto de Braga*:" As molestias, que mais ordinariamente affectão as crianças neste Districto, são inflamaçoens do sistema dermoide, como sarampo, a escarlatina, miliar, varicella, e bexigas. Estas molestias com maior, ou menor gravidade, e com pirexia, ou sem ella, costumão desenvolver-se mais, ou menos epidemicamente no Verão, e no Outono. (...) As dysenterias, e dyarrheas sorozas, já acompanhadas de pirexia já sem ella, tambem atacão com frequencia as crianças. Muitas são as causas, que promovem estas molestias: a difficuldade de dentição; a presença de vermes no canal alimentar; a acção do frio e da humidade da athmosfera; o uso de maos, e improprios alimentos, como pápa feita de caldo de farinha de milho, fructas mal sazonadas; e sopa de pão de milho com vinho, são causas ordinarias para a geração de taes molestias. Aparece tambem a coqueluche, que de hua maneira epidemica affecta de quando em quando mais particularmente os infantes. Reluzem aqui e alli, alguas scrophulas, molestia pouco trivial neste Districto"[314].

Se atentarmos agora nas principais causas de morte na idade adulta, observamos que eram as doenças do aparelho respiratório — a tuberculose, com todos

314 COSTA, João José da — *Topographia Medica do Districto de Braga, in* «Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino», tomo V, Lisboa, 1840, pp. 214-215.

os óbitos acima dos 27 anos; a febre catarral, em que com excepção de um óbito com 13 anos os outros se situam acima dos 70; a asma, "que poderia traduzir estados terminais provenientes de diferentes enfermidades bronco-pulmonares"[315] —; as doenças cardiovasculares, de que são exemplo todos os óbitos por apoplexia; os casos de fraqueza, debilidade, enfraquecimento das funções vitais que eram classificados como de caquexia ou de astenia; gastrorragia; inflamação intestinal; doença crónica; ... velhice.

Também aqui vamos encontrar pontos de contacto com o relatório do Dr. João José da Costa: "Os adultos vivem ordinariamente neste Districto isemptos de molestias epidemicas; e contagiosas, à excepção da syphilis, e sarna; hoje já as há com frequencia nas aldeas. As molestias, que se conhecem habitualmente reinar neste paiz, podem denominar-se sporadicas: tais são as molestias capitaes, como apoplexias, parlezias, mais, ou menos geraes; ophtalmias, e esquinencias, ou anginas; phlegmasias thoracicas; pleurizes; catarraes; peripneumonias; phlegmasias das visceras abdominaes; gastrites; enterites; hepatites; splenites já simpleces, já complicadas; nephrites etc. phlemasias dos musculos, e ligamentos, como reumatismo, gota, frequentes hydropezias: maior numero de febres remitentes: poucas intermitentes: raras adynamicas, que se costumam propagar em forma de contagio bem como poucas febres da classe de continuas. As molestias chronicas são com tudo ordinariamente protrahidas, e de difficil cura"[316].

Pensamos que este relatório, bem como um estudo de Jean Noël Biraben incidindo sobre "as mortes de causa desconhecida" em França durante o período de 1936-43, em que assinala que "... longe de produzir-se uma "dissimulação" repartida entre as diferentes causas de morte, o que se põe de manifesto é que são enfermidades como a sífilis (36%), cancro/tumores (22-23%) e tuberculose (15-20%) as que engrossaram, nas diferentes classificações de causas de morte e durante um largo

315 TASCON FERNANDEZ, Luis Julio — *Enfermedad y muerte en Asturias durante el siglo XIX (I): un ejemplo del area central y zonas perifericas*, cit., p. 449.

316 COSTA, João José da — *Topographia Medica do Districto de Braga*, cit., pp. 215-216.

período de tempo, a rubrica de "mortes de causas desconhecidas"[317], vêm ao encontro dos resultados por nós apontados. As múltiplas formas utilizadas para referir as afecções pulmonares, as dificuldades encontradas, a partir da sintomatologia, para definir os diversos casos de cancro e ainda o forte peso "cultural" que a sífilis teve sobre a sociedade europeia do século XIX, incluindo o seu relacionamento com a loucura[318], explicam as suas "ausênsias", embora também possam estar incluídos nos óbitos "de febre" ou genericamente classificados como "indeterminados". Se agora nos debruçarmos sobre a distribuição das causas de morte ao longo do ano, verificamos que os 31 casos de bexigas se estendem de Julho a Janeiro, ocupando pois os meses de Verão e Outono, com a diferença de que enquanto que em S. Pedro de Este os 18 casos se concentram nos meses de Agosto a Novembro de um único ano — 1843 — parecendo querer indicar a existência de um pequeno surto epidémico, em Palmeira os 13 casos vão de Julho de 1843 a Janeiro de 1845, o que indicia a sua permanência de forma endémica ao longo de todo o período por nós estudado.

No caso das enfermidades provocadas por vermes, embora se encontrem casos espalhados ao longo de todo o ano, mais de 50% (20 em 37) têm lugar nos meses de Verão. Finalmente, e como seria de esperar, observamos que 2/3 das febres catarrais (12 em 18 casos) se encontram nos meses de condições climatéricas mais rigorosas, de Dezembro a Março. Como diziam os médicos José Manuel de Araújo e José Carlos da Silva Pacheco, referindo-se ao ano de 1817, "... as molestias do mez de

317 BERNABEU MESTRE, Josep — *La actualidad historiografica de la historia social de la enfermedad, in* «Boletin de la Asociacion de Demografia Historica», Ano VII, 1989, nº 3, p. 31.

318 BERNABEU MESTRE, Josep — *La actualidad historiografica de la historia social de la enfermedad,* cit., p. 32;Também o Dr. João José da Costa refere que "... a molestia siphilitica continua a ser muito geral", ver COSTA, João José da — *Conta de..., Médico em Braga, pertencente aos mezes de Fevereiro e Março de 1813, in* «Jornal de Coimbra», vol. V, Lisboa, 1813, p. 290. As doenças venéreas também atingiam as populações mais jovens, sendo disso exemplo um Ofício do Governo Civil que menciona ter "... chegado ao seu conhecimento que fora recolhido no Hospital, hum Exposto de seis annos de idade com males venérios, apegados por hum indevido, da amizade da ama, o qual com o mesmo cometera o Crime de Sodomia", pelo que era pedida uma averiguação para posteriores procedimentos (ACMB, *Lº 73 de Actas de Vereações, Acta de 27 de Setembro de 1844,* fól. 92vº); ou um outro ofício do Vereador encarregado da Repartição dos Expostos, em que "... declara que nos Expostos para menor de dous annos de idade se continuavão a encontrar simptomas de mal venério, em consequência do que bastantes tinhão morrido" (ACMB, *Lº 74 de Actas de Vereações, Acta de 22 de Agosto de 1845,* fól. 87vº).

Março não tiverão natureza differente, das que já referimos nos dois mezes antecedentes: todas têm sido das catarrhosas: atacárão um pequeno numero de pessoas, terminando bem, ou só pelas fôrças da Natureza, ou com poucos auxílios d'Arte; e apenas sucumbirão os individuos atacados habitualmente de molestias pulmonares, ou os d'avançada idade"[319]. Com a chegada do tempo mais quente era altura de darem lugar às febres, tal como observava o Dr. João José da Costa, em 1813: "As tósses, e febres catarrahes principiarão mórmente desde o meio do mez [Maio] para o fim a desvanecer-se, e a serem substituidas de febres intermittentes. Algumas d'éstas febres forão do typo quotidiano, mas mais geralmente grassárão terçãs"[320].

Poderemos pois concluir que enquanto no Verão eram as febres gástricas, as diarreias, as doenças provocadas por vermes, ou seja, as enfermidades do aparelho digestivo e outras infecções, de que se destacam, pelo seu peso, as bexigas, as principais causas de morte, no Inverno tinham particular importância as enfermidades do aparelho respiratório — tuberculose, febres catarrais — e os reumatismos[321].

---

319 ARAUJO, José Manoel de; PACHECO, José Carlos da Silva — *Duas relações das molestias, que grassárão em Braga, Communidades e Hospital da mesma, e freguezias circumvizinhas, observadas nos mezes de Fevereiro e Março de 1817 pelos Médicos do dito Hospital..., in* «Jornal de Coimbra», vol. XII, Lisboa, 1818, p. 9.

320 COSTA, João José da — *Conta das Observações pertencentes aos mezes d'Abril e Maio de 1813, por..., Médico em Braga, in* «Jornal de Coimbra», vol. V, Lisboa, 1813, p. 96.

321 COSTA, João José da — *Relatorio do Estado Sanitario do Destricto de Braga,* in «Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino», tomo VI, Lisboa, 1840, p. 108.

5. CONCLUSÕES

O estudo das crises de mortalidade afigura-se-nos da maior importância para uma melhor compreensão da evolução demográfica da região que foi para nós objecto de análise.

Escolhida que foi a definição de crise que melhor se adaptava aos fins por nós perseguidos, fizemos a abordagem dos principais métodos de medida das crises de mortalidade, pesando os respectivos prós e contras, após o que optámos pelo apresentado por J. Dupâquier — pela sua fundamentação no uso de uma só variável micro-demográfica, pela sua simplicidade e rapidez, pela sua razoável adaptação mesmo a freguesias de reduzidas dimensões, pela possibilidade de estudo de um número significativo de freguesias.

Seguidamente, acompanhámos a evolução administrativo-religiosa das freguesias, assim como os respectivos desenvolvimentos demográficos, chamando a atenção para os múltiplos problemas apresentados pelos sucessivos censos e, em particular, para as dificuldades de datação, grande número de arredondamentos, a fraca fiabilidade, valores errados, omissões e duplicações.

A distribuição, por intervalos, da dimensão média dos fogos aponta no sentido do seu crescimento, em especial entre 1828 e 1864.

No que diz respeito ao desenvolvimento populacional, ao nível de freguesias, pensamos ser de realçar a rápida progressão, ao longo do século XIX, de Frossos, Merelim (S. Pedro) e Panóias, com taxas de crescimento médio anual próximas de 1%, mais do que duplicando os valores médios para esse período. Estas três freguesias confluem geograficamente, estendendo-se no prolongamento, para Norte, das de Dume e Real, as quais possuíam das maiores densidades populacionais, fora da zona urbana.

Referidas as lacunas e insuficiências dos livros de registo de óbitos paroquiais, suas características e limitações, foi feita uma breve análise do número de redactores paroquiais, mostrando uma maior duração média de funções nas freguesias rurais do que nas citadinas. A descrição da mortalidade e a definição do critério segundo o qual os anos poderiam ser considerados de crise, permitiu-nos o isolamento destes últimos dos anos de mortalidade "normal", e consequente identificação das crises. Entretanto, dois indicadores mereceram a nossa atenção:

- a taxa bruta mortalidade — ressalvados os cuidados postos na sua utilização e a grande variação de valores, em parte explicados pela pequena dimensão de muitas freguesias, apresenta tendência para crescer ao longo do século XIX, em particular nas freguesias urbanas. Pensamos que, para além da influência que sobre ela exerceram as modificações das estruturas etárias das populações, tal facto pode estar ligado ao problema da omissão de óbitos;

- a mortalidade geral por meses — na cidade surge um máximo em Dezembro-Janeiro, ao longo de todo o século XVIII, o qual se mantém na primeira metade do XIX acompanhado por um máximo secundário em Agosto-Setembro, destacando-se o máximo estival somente entre 1850 e 1880, mormente nos dois últimos decénios; no campo a situação apresentava-se ligeiramente diferente, com um máximo que se prolongava desde Setembro a Janeiro, durante todo o século XVIII, para na primeira metade do XIX sobressairem dois máximos, um em Agosto-Setembro e outro em Dezembro-Janeiro, o primeiro dos quais se destaca entre 1850-1880. Quando comparamos estes resultados com os conhecidos para

outras regiões da Península Ibérica[322], julgamos ser de realçar a ausência, em particular nas freguesias urbanas, de um máximo, bem nítido, estival-outonal, o qual só aparece de forma bem marcada após meados do século XIX. Ora este máximo estava normalmente associado à mortalidade durante os primeiros anos de vida, pelo que pensamos que tal facto vem ao encontro do que afirmámos acerca da taxa bruta de mortalidade.

Feita a escolha do critério de diferenciação entre crises localizadas e gerais, e conhecidas as intensidades e amplitudes das mesmas, foi possível isolar, para os quatro períodos considerados, as seguintes crises gerais:

— nove entre 1705 e 1749 (1705, 1709, 1712, 1722, 1731, 1734/5, 1738/40, 1744 e 1746), nove entre 1750 e 1799 (1753/54, 1765, 1769/70, 1775, 1781/82, 1785, 1791/92, 1795 e 1797), cinco entre 1800 e 1849 (1800, 1809, 1825/33, 1844/45 e 1847/48), e seis entre 1850 e 1880 (1855, 1862, 1864/66, 1868/70, 1872/73 e 1876).

Debruçando-nos ainda sobre as crises localizadas podemos observar que a tendência era para aumentar a sua duração à medida em que crescia a sua amplitude. As crises "fortes" tiveram uma extensão temporal maior no século XIX do que no século XVIII e as "maiores" foram as que apresentaram maiores variações, alcançando os seus máximos ao longo do século XVIII e no período de 1850-1880, sendo afectadas por uma forte redução temporal na primeira metade do século XIX.

Outra conclusão que foi possível retirar foi a da existência de uma relação directa e positiva entre a intensidade das crises e o número de freguesias atingidas.

---

322 PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, cit, p. 211.

O cálculo da intensidade geral das crises de mortalidade, para aquelas em que foram alcançadas as amplitudes "maior" ou "superior", permitiu-nos destacar, como de maior expressão, as de 1731, 1753/54, 1769/70, 1791/92, 1809, 1825/34 e 1872/73.

Em seguida foi feito o estudo detalhado das crises gerais, procurando encontrar as suas causas, analisar as flutuações sazonais e as diferenças de comportamento entre as freguesias urbanas e rurais, para assim nos aproximarmos das linhas de tendência.

Pensamos poder concluir que, segundo a metodologia aceite pela maioria dos autores, foram as crises de tipo misto as que mais atingiram o século XVIII. Em todos os anos em que foram alcançadas as maiores sobremortalidades, detectámos situações de crise cerealífera e de alta dos preços dos produtos alimentares, acompanhadas pelo aparecimento de surtos epidémicos. Cabe aqui fazer uma chamada de atenção para o facto das subidas dos preços não terem tido consequências uniformes, não sendo raros os casos em que estas não têm correspondência com um crescimento da mortalidade, e de que julgamos ser a situação vivida entre os últimos anos do século XVIII e as Invasões Francesas um bom exemplo. Como diz Livi-Bacci: "É impossível determinar se estas diferenças de reacção frente a uma mesma subida dos preços significam uma variável redução dos recursos alimentares disponíveis (pelas diferentes quotas de autoconsumos, por medidas administrativas de alívio, por recorrer a provisões substitutivas, por efeito das reservas, pelas variáveis disponibilidades da renda) ou bem por uma diferente intensidade da activação do circuito epidémico, como consequência da deslocação social provocada pelas crises de subsistências"[323].

323 LIVI-BACCI, Massimo — *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel, 1988, pp. 89 e 91.

Não é fácil encontrar uma relação de continuidade entre as freguesias mais fortemente atingidas em épocas de crise e a sua distribuição geográfica, no entanto, se focarmos a nossa atenção nas freguesias de maior densidade populacional ou com maior número absoluto de óbitos anuais, observamos o seguinte: nos anos de 1712, 1770 e 1791 toda a cidade é alcançada pela crise; em 1754 e 1781 somente S. Vitor, entre as freguesias urbanas, escapa a essa situação; em 1754 e 1770 as freguesias do termo também sofreram, de forma intensa, com o aumento da mortalidade; em 1731 são as freguesias rurais que são mais atingidas.

No que diz respeito à sazonalidade dos óbitos em época de crise, foram detectadas diferenças, por vezes acentuadas, entre a cidade e o campo, e quando a comparamos com a mortalidade "normal" verificamos maiores distorsões durante as epidemias de gripe ou pneumónica (1731) e de tifo (1761/70 e 1791/92 (?)) do que nas de doenças gastro-intestinais (1753/54 e 1781/82).

Durante o período do século XIX por nós analisado, teremos de apontar o aparecimento de focos epidémicos e as actividades militares como os principais responsáveis pelas grandes crises — as duas "maiores" (1809 e 1872/73) estão associadas, fundamentalmente, às Invasões Francesas e a um forte surto de varíola.

As doenças infecciosas e víricas tiveram papel preponderante nos grandes "picos" de mortalidade — a varíola e as moléstias cutâneas (1847/48), a cólera (1855), as diarreias e as febres gástricas, eruptivas e tifóides (1864/66, 1868 e 1870) — no entanto, não podemos esquecer que as dificuldades alimentares também se fizeram sentir em 1809, 1855 e alguns anos da década de sessenta.

Nos anos em que a intensidade foi "maior" (1809 e 1872), e, ainda, em 1855 e 1864, todas as freguesias citadinas foram atingidas pela crise; em 1809, 1847 e 1872 também se estendeu a grande número de freguesias rurais.

Foi igualmente detectado um grande paralelismo, entre a cidade e o campo, no que diz respeito à mortalidade sazonal em grande número de crises.

Quanto à influência que as crises de mortalidade tiveram sobre a fecundidade e a nupcialidade, aquelas parecem não ter atingido amplitudes tais que alterassem, de forma marcante, estes valores, exceptuando a de 1809. Como diz Michael Flinn, "... continua a ser extraordinariamente difícil determinar a importância de uma crise concreta, ou das crises em geral, na determinação da taxa de crescimento ou de declive da população"[324].

Para os anos posteriores a 1860 procurámos determinar os grupos etários que foram mais atingidos em época de crise, daí resultando que nos períodos estivais, em que surgiam múltiplos casos de doença do foro gastro-intestinal e febres tifóides, foram os menores de sete anos que forneceram o maior número de óbitos; na época invernosa era entre os adultos que a mortalidade era mais forte.

Por fim, no que diz respeito às enfermidades como causa de morte, e mesmo tendo em atenção o pequeno número de casos conhecidos e o peso dos "indeterminados", não podemos deixar de mencionar a influência das enfermidades infecciosas e víricas, aproximando-se dos 50% nos dois casos analisados[325]. Nos momentos de crise foram as doenças que atacavam o aparelho bronco-pulmonar, o tifo, a febre tifóide, a varíola, as diarreias e as febres gástricas e intestinais, as responsáveis por maior número de mortes.

---

324 FLINN, Michael W. — *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 85.

325 LIVI-BACCI, Massimo — *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, cit., pp. 113-114.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

A. FONTES MANUSCRITAS

— Arquivo Distrital de Braga

Registos Paroquiais, Concelho de Braga, freguesias: Cividade (O. 1-3, M. 4-7); Maximinos (O. 1-5, M. 7-10); S. Lázaro (O. 1-6, M. 1-8, N. 6-7, C. 2-3); S. Vitor (O. 2-11); Sé (O. 2-7, N. 12-13, C. 6); Souto (O. 2-7); Adaúfe (0.1-3, M.4-6, N.4); Arcos (M. 2-3, 0.1); Arentim (M. 1, 3, 5-6, 0.1); Aveleda (M. 2-7); Cabreiros (M. 2-3, 0.1-2); Celeirós (M. 2-3, 0.1); Crespos (0. 1-3, M. 2); Cunha (M. 2-4, 0.1, N. 1-2, C.1); Dume (M. 2, 0. 1-2); Escudeiros (M. 2-4, 6-7); Espinho (M. 2-4); Esporões (M. 3-5, 0. 1-2, N.4 e Duplicados dos anos 1871 a 1875); Este (S. Mamede) (0.1, M. 4-5); Este (S. Pedro) (M. 3-8, N.1, C.1); Ferreiros (M. 2-5); Figueiredo (M. 2-4, 0. 1-2); Fraião (M. 1-2, 0.1, N. 1); Frossos (M. 2-3, N.2); Gondizalves (M. 2-4, 0.1-2); Gualtar (M. 1, 0. 1-2); Guisande (M. 1-4); Lamaçães (M. 2-4, 0.1); Lamas (M. 2-5, 7); Lomar (M. 2-5, N. 1-2, C.1); Merelim (S. Paio) (M. 3-4, 6, 0.1, C.1); Merelim (S. Pedro) (M. 3-5, 0.1); Mire de Tibães (M. 2-8); Morreira (M. 3, 0.1); Navarra (M. 2-3); Nogueira (M. 2-5); Nogueiró (M.2, 0. 1-3, N.3, C.1); Oliveira (M.3-4,6-8); Padim da Graça (M. 2-4, 6-7); Palmeira (M. 5-7, 0. 1-5); Panóias (M. 3-4); Parada de Tibães (M. 1-2, 0.1); Passos (M. 3-5, 0.1, N.3); Pedralva (M. 3-5, 0.1); Penso (Sto. Estevão) (M. 1-4); Penso (S. Vicente) (0. 1-2); Pousada (M. 2-3, 5-6); Priscos (M. 4-7, 9-10, 0.1); Real (M.2, 0. 1-2); Ruilhe (M. 2-4); Sta. Lucrécia de Algeriz (M. 3-4, 0.1); Semelhe (M. 2-5, 0.1); Sequeira (M. 2-5, 0. 1-2); Sobreposta (M. 2-3, 0. 1-2); Tadim e Fradelos (M. 3-5, 0. 1-2, N. 1-2); Tebosa (M. 2-4, 0.1); Tenões (M. 2-4); Trandeiras (M. 2-4); Vilaça (M. 3,5); Vimieiro (M. 2-4, 0. 1-2, N. 2, C.1).

Manuscritos do Fundo Geral

Ms 737 *Memórias para a História Ecl. Braca. e para a Reforma dos Breviários (...)*

Ms 341 *Livro curioso, que contem as principais novidades sucedidas no dizcurso de 35 annos prencipiando pello de 1755 athe o de 1790. Escrito por hum curioso natural da Nobre e sempre Lial Cidade de Braga,* Tomo I

Ms 888 *Memorias particulares que deixou Ignacio José Peixotto Cidadão Bracharense: Dezembargador na Relação de Braga e Procurador Geral da Mitra, e somente para seus filhos saberem, não para comunicar. Annos de 1763 athe a morte de D. Gaspar.*

Ms 858 *Dr. Inácio José Peixoto — Memórias Particulares de 1791 a 1798*

Ms 69[8] *Apontamentos truncados de carácter histórico (séc. XIX)*

Mss 333 a 339 *Memorias de Braga desde 1828 até 1850* (João Baptista Vieira Gomes).

— Arquivo da Câmara Municipal de Braga

Actas de Vereações

Lº 45 de 4 de Setembro de 1767 a 21 de Janeiro de 1774

Lº 73 de 5 de Janeiro de 1844 a 31 de Dezembro de 1844

Lº 74 de 2 de Janeiro de 1845 a 29 de Junho de 1846

Lº 75 de 3 de Julho de 1846 a 17 de Novembro de 1847

Lº 76 de 18 de Novembro de 1847 a 31 de Dezembro de 1849

Annaes do Município de Braga

Copiador para diversos de Julho de 1844 a Dezembro de 1845

Copiador para diversos de 3 de Janeiro de 1846 a 3 de Maio de 1851

Copiador para diversos de 12 de Maio de 1851 a 14 de Junho de 1856

— Conservatória do Registo Civil de Braga

Registos Paroquiais, concelho de Braga, freguesias: Cividade (M. 1877-80); Maximinos (M. 1877, 1878-79, 1880-82); S. Lázaro (M. 1877-78, 1879,1880); S. Vitor (0. 1871-78, M. 1879, 1880); Sé (0. 1849-80); Souto (0. 1856-77, 1878-80); Adaúfe (M. 1872-80); Arentim (0. 1872-80); Aveleda (M. 1873-74, 1875-79, 1880); Cabreiros (M. 1832-80); Celeirós (M. 1878-80); Crespos (M. 1871-80); Cunha (0. 1857-80); Dume (0. 1870-77, M. 1878-80); Escudeiros (M. 1872-77, 1878-80); Espinho (M. 1847-77, 1878-80); Esporões (M. 1864-72, 1873-80); Este (S. Mamede) (M. 1876-80); Este (S. Pedro) (M. 1870-77, 1878-80); Ferreiros (M. 1876-80); Figueiredo (M. 1850-77, 1877-80); Fraião (M. 1876-80); Frossos (M. 1803-65, 1879-80, 0. 1866-78); Gualtar (0.1876-77, M. 1878-80); Guisande (M. 1772-1877); Lamaçães (M. 1867-80); Lamas (M. 1877-80); Lomar (M. 1873-80); Merelim (S. Paio) (M. 1873-80); Merelim (S. Pedro) (M. 1876-80); Mire de Tibães (M. 1877-80); Morreira (M. 1859-80); Navarra (M. 1872-80); Nogueira (M. 1877-80); Nogueiró (M. 1877-80); Oliveira (M. 1874-79, 1880); Padim da Graça (0. 1852-77, M. 1878-80); Palmeira (M. 1875-79, 1880); Panóias (M. 1833-79, 1879, 1880); Passos (M. 1837-92, 1870-92); Pedralva (0. 1860-80); Penso (Sto. Estevão) (M. 1861-77, 1878-80); Penso (S. Vicente) (M. 1877-80); Pousada (M. 1874-79, 1880); Priscos (M. 1867-77, 1878-80); Real (0. 1857-79, M. 1880); Ruilhe (M. 1877-80); Sta. Lucrécia de Algeriz

(M. 1873-77, 1878-80); Semelhe (M.1875-80); Sequeira (M. 1873-79, 1880); Sobreposta (M. 1860-1877, 1878-80); Tadim e Fradelos (M. 1868-78); Tebosa (M. 1845-80); Tenões (M. 1799-1872, 1878-80, 0. 1872-77); Trandeiras (M. 1869-77, 1878-80); Vilaça (M. 1872-80); Vimieiro (M. 1875-80)

— THADIM, Manoel Joze da Silva — *Diario Bracarense das Epocas, Fastos e Annaes mais remarcaveis, e successos dignos de mençam, que succederam em Braga, Lisboa, e mais partes de Portugal, e Cortes da Europa. Para se escreverem as Memorias Ecclesiasticas dos Arcebispos Primazes desde o princípio do secullo XVI athe o meyo do secullo XVIII. Escripto com fidelissima verdade pelos dias dos mezes por..., presbytero secular, advogado nos auditorios da cidade de Braga, e natural da mesma* (Braga, Anno de 1764)

— *Dietário Principiado no Trienio do N. Rmo. Pe. Pregor. Gal. Jubº. Fr. Manoel de Santa Rita Vasconcellos por Fr. Francisco de S. Luiz actual Secretário da Congregação, 1798* (Dietário de Tibães — Ms de Singeverga).

B. FONTES IMPRESSAS

— *A Carta Administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*, elaborada sob a direcção de José G. M. Correia da Cunha, Lisboa, Comissão Nacional do Ambiente, 1980.

— *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

— ARAÚJO, José Manoel de; PACHECO, José Carlos da Silva — *Duas Relações das molestias, que grassárão em Braga, Communidades e Hospital da mesma, e freguezias circumvizinhas, observadas nos mezes de Fevereiro e Março de 1817 pelos Médicos do dito Hospital...*, in «Jornal de Coimbra», vol. III, Parte I, 1818, p. 9.

— *Cadastro da Provincia do Minho feito pelo Tenente Coronel de Engenharia Custódio José Gomes de Vilas Boas*, Biblioteca Nacional de Lisboa, códice nº 944, publicado em «Geografia e Economia da Provincia do Minho nos fins do século XIX. Plano da descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas, recolhidos, anotados e publicados por António Cruz», Porto, Centro de Estudos Humanísticos (FLUP), 1970.

— CARDOSO, Luíz — *Diccionario Geografico (...)*, 2 tomos, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1747 e 1751.

— *Censo no nº 1 de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

— *Censo no nº 1 de Janeiro de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

— *Collecção de Leis e outros Documentos Officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

— *Collecção Official da Legislação Portugueza — Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

— *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

— *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida por José Máximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos, Anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

— *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida por José Máximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos, Anno de 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

— *Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida por José Máximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos, Anno de 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

— *Constituições do Arcebispado de Braga*, (Infante D. Henrique), Lisboa, German Galharde, 1538.

— *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga, Ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa (...)*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

— COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portugueza* (...), 3 vols, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, 1708 e 1712, 2ª edição, 3 vols., Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868 a 1869.

— COSTA, João José da — *Conta das Observações pertencentes aos mezes d'Abril e Maio de 1813, por..., Médico em Braga*, in «Jornal de Coimbra», vol. V, 1813, pp. 95-96.

— COSTA, João José da — *Topographia Medica do Districto de Braga*, in «Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino», tomo V, Parte II, Lisboa, 1840, pp. 176-236.

— COSTA, João José da — *Conta de... Médico em Braga, pertencente aos mezes de Fevereiro e Março de 1813*, in «Jornal de Coimbra», vol. V, 1813, p. 290.

— COSTA, João José da — *Relatório do Estado Sanitário do Districto de Braga*, in «Annaes do Conselho de Saude Publica do Reino», tomo VI, Lisboa, 1840, pp. 61-64 e 107-112.

— CRUZ, António — *Geografia e Economia da Provincia do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos (FLUP), 1970.

— *Decreto regulando as Eleições de Deputados às Cortes de 3 de Junho de 1834.*

— *Diário de Lisboa*, nº 134, de 16 de Junho de 1868.

— *Diário do Governo*, nº 141, de 17 de Junho de 1837.

— *Diário do Governo*, nº 3, de 4 de Janeiro de 1854.

— *Diário do Governo*, nº 272, de 19 de Novembro de 1855.

— LIMA, D. Luiz Caetano de — *Geografia Histórica (...)*, 2 tomos, Lisboa, Officina de Joseph António da Sylva, 1734 e 1736.

— *Livro 40 de Próprias* do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.

— NIZA, Paulo Dias de — *Portugal Sacro-Profano (...)*, Partes I e II, Lisboa, Officina de Miguel Menescal da Costa, 1757 e 1758.

— *Relatório da Epidemia de Cholera-Morbus em Portugal nos annos de 1855, e 1856 feito pelo Conselho de Saúde Pública do Reino*, Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

— *Taboa geografico-estatistica luzitana ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, (...) por um Flaviense (Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão), Porto, Typographia Commercial Portuense, 1839

Jornais

«O Bracarense», Braga, 1 de Abril, 12 de Julho e 1, 11 e 18 de Agosto de 1864, 18 e 21 de Fevereiro, 2 de Abril, 31 de Maio, 8, 13, 17, 20 e 21 de Setembro, 12, 13, 15, 19, 21, 24 e 29 de Outubro, 4 e 24 de Novembro de 1865, 3 de Janeiro e 1 de Setembro de 1866, 4 de Fevereiro de 1868, 19 de Julho de 1870.

«O Comércio do Minho», Braga, 17 de Abril, 3 de Julho e 25 de Outubro de 1873

«O Futuro», Braga, 28 de Agosto de 1872

«O Liberal», Braga, 21 de Setembro e 12 de Dezembro de 1872

«O Moderado», Braga, 18, 20 e 23 de Fevereiro, 8 e 25 de Agosto, e 27 de Outubro de 1855.

«O Palrador», Braga, 29 de Setembro e 20 de Outubro de 1872

C. BIBLIOGRAFIA

— *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas. III História Moderna*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1975.

— ADAMS, Paul Vauthier — *Mortality crises in the ninetheenth century France*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 29-31.

— ALCOCHETE, Nuno Daupias d' — *Considerações acerca do valor dos assentos paroquiais anteriores à lei do registo civil de 1911*, Lisboa, União Gráfica, 1964.

— AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt — *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.

— APPLEBY, Andrew B. — *Crises of mortality: periodicity, intensity, chronology and geographical extent*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 283-294.

— ARJONA CASTRO, António — *La población de Córdoba en el siglo XIX. Sanidad y crisis demográfica en la Córdoba decimonónica*, Córdoba, Instituto de História de Andaluzia e Universidad de Córdoba, 1979.

— ARMENGAUD, A. — *L'Évolution Démographique de l'Europe aux XIXe et XXe siècles*, in «International Population Conference, London, 1969», vol IV, Liège, International Union for the Scientific Study of Population, 1971, pp. 2393-2402.

— ARMENGAUD, André — *La population française au XIXe siècle*, 2e éd., Paris, P.U.F., 1976.

— BARATA, Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo — *As crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII*, Lisboa, 1988 (Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH da UNL policopiada).

— BERNABEU MESTRE, Josep — *La actualidad historiográfica de la historia social de la enfermidad*, in «Boletin de la Asociacion de Demografia Historica», Ano VII, nº 3, 1989, pp. 23-36.

— BIDEAU, Alain — *Les mécanismes autorégulateurs des populations traditionelles*, in «Anneles E.S.C.», 38e année, nº 5 (Sept.-Oct.), 1983, pp. 1040-1057.

— BOUSIGNE, Jean-Yves — *L'épidemie, objet de l'histoire: le cholèra dans le canton des Cabannes (1854)*, in «Annales du Midi», tomo XCVII, nº 172 (Oct. Déc.), 1985, pp. 411-426.

— BRAUDEL, Fernand — *La démographie et les dimensions des sciences de l'homme*, in «Écrits sur l'histoire», Paris, Flammarion, 1977, pp. 193-235.

— CABRAL, António Machado de Faria de Pina — *Da instituição dos registos paroquiais em Portugal*, in «Arqueologia e História», vol X, 1932, pp. 5-20.

— CASELLI, Graziella — *Transition sanitaire et structure par cause de la mortalité: anciennes et nouvelles causes*, in «Annales de Démographie Historique», 1989, pp. 55-77.

— CHORÃO, Maria José Mexia Bigote — *Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII*, in «Revista de História Económica e Social», nº 21, Setembro-Dezembro 1987, pp. 93-130.

— CIPOLLA, Carlo. M. — *I Libri dei Morti*, in «Le fonti della demografia storica in Italia, Atti del seminario di demografia storica 1971-1972», vol I, Parte II, Comitato Italiano per lo Studio della Demografia Storica, s. d., pp. 851-866.

— CLEMENTE FUENTES, Luisa — *Enfermedad y muerte. Condicionantes económicos, higiénicos y sanitarios en tres pueblos cacereños (1850-1950)*, s. l., e. a., 1988.

— COALE, A. J. ; DEMENY, P. — *Regional model life tables and stable populations*, Princeton, Princeton University Press, 1966.

— CÓNIM, Custódio N.P.S. — *Algumas características sobre a qualidade dos dados censitários, recenseamentos da população 1864-1970*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1980.

— CORREIA, Fernando da Silva — *Portugal Sanitário (subsídios para o seu estudo)*. Dissertação para doutoramento em Medicina na Universidade de Coimbra, 1937.

— CORSINI, Carlo — *Problemi di utilizzazione dei dati desunti dei registri di sepulture e morti*, in «Problemi di utilizzazione delle fonti di demografia storica. Atti del seminario di demografia storica 1972-73», vol II, Roma, Comitato Italiano per lo Studio della Demografia Storica, 1977, pp. 93-151.

— COSTA, Américo — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol VII, Vila do Conde, 1940.

— COSTA, Avelino Jesus da — *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols. Coimbra, Separata de «Biblos», XXXIV, 1959.

— CRUZ, M. Braga da — *Bernardino de Sena Freitas, e as suas «Memórias de Braga»*, in «Bracara Augusta», vol XXIX, nºs 67-68 (79-80), 1975, pp. 35-42.

— D'AMICO, Donatella; RESTIFO, Giuseppe — *Crescita demografica, crisi di mortalitá e aspetti patologici nell'area siculo-calabra (fine'700-metà'800)*, in «La populazione italiana nell'ottocento. Continuitá e mutamenti», Bologna, Editrice CLUEB, 1985, pp. 223-240.

— DA MOLIN, Giovanna — *La mortalità nella Puglia preunitária: cronologia, intensitá e diffusione delle crisi (1800-1860)*, in «La populazione italiana nell'ottocento. Continuitá e mutamenti», Bologna, Editrici CLUEB, 1985, pp. 241-272.

— DELILLE, Gérard — *Della peste al colera: la mortalità in un villagio del beneventano, 1600-1840*, in «Demografia storica», Bologna, il Mulino, 1975, pp. 237-255.

— DEL PANTA, L.; LIVI-BACCI, M. — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*, in «Population», 32e. année, numéro spécial (Sept.), 1977, pp. 401-443.

— DEL PANTA, Lorenzo — *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*, Torino, Loescher Editore, 1980.

— DEL PANTA, Lorenzo; LIVI-BACCI, Massimo — *Chronology, intensity and diffusion of mortality in Italy, 1600-1850*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 69-81.

— DOPICO, Fausto — *Regional Mortality Tables for Spain in the 1860s*, in «Historical Methods», vol. 20, nº 4, 1987, pp. 173-179.

— DUPÂQUIER, Jacques — *De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles*, in «La quantification en histoire», ed. por G. Kurgau e Ph. Moureux, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles, 1973, pp. 39-73.

— DUPÂQUIER, Jacques — *L'analyse statistique des crises de mortalité*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau et André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 83-112.

— DUPÂQUIER, Jacques — *La population française aux XVIIe et XVIIIe siècles*, Paris, P.U.F., 1979.

— DUPÂQUIER, Jacques — *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris-Lille, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris — Publications de l'Université de Lille III, 1979.

— DUPÂQUIER, Jacques — *Pour la démographie historique*, Paris, P.U.F., 1984.

— DUPÂQUIER, Jacques — *Réflexions sur l'ouvrage d'A. Croix: Nantes et le pays nantais au XVIe siècle*, in «Annales E.S.C.», 30e année, nº 2-3, 1975, pp. 394-401.

— *El hambre en la historia. El impacto de los cambios en la produccion de alimentos y los modelos de consumo sobre la sociedad*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1990.

— FEIO, Alberto — *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*, Braga, Universidade do Minho e Biblioteca Pública de Braga, 1984.

— FÉLIX, Emília — *Les registres paroissiaux et l'état civil au Portugal*, in «Archivum», vol VIII (1958), 1959, pp. 89-94.

— FERREIRA, Monsenhor J. Augusto — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (sec. III - sec. XX)*, 4 tomos, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1928-1934.

— FLINN, Michael W. — *The stabilisation of mortality in pre-industrial Western Europe*, in «The Journal of European Economic History», vol. III, nº 2, 1974, pp. 285-318.

— FLINN, Michael W. — *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

— FOUCAULT, Michel — *Naissance de la Clinique*, 2e. éd., Paris, P.U.F., 1990.

— FRANÇOIS, Etienne — *La mortalité urbaine en Allemagne au XVIIIe siècle*, in «Annales de Démographie Historique», 1978, pp. 135-165.

— FREITAS, Bernardino José de Senna — *Memórias de Braga*, vols. III e IV, Braga, Imprensa Catholica, 1890.

— GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975.

— GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, Librairie Armand Colin, 1955.

— GOMES, Bernardino António — *Apontamentos para a história epidemiológica portugueza. Epochas das grandes epidemias que reinaram em Portugal segundo os documentos impressos*, in «Gazeta Medica de Lisboa», 1ª série, tomo 6º, 6º Anno, nº 126, 16 de Março de 1858, pp. 81-85.

— GOUBERT , Pierre — *10000 provinciaux au XVIIe siècle*, Paris, Flammarion, 1968.

— GOUBERT, Pierre — *Histoire démographique*, in «Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciências Históricas, vol. III, Historia Moderna», Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1975, pp. 253-271

— GOUBERT, Pierre — *Une richesse historique en cours d'exploitation: les registres paroissiaux*, in «Anneles E.S.C.», 9e année, nº 1 (Jan.-Mars), 1954, pp. 83-93.

— GRAU I PUJOL, Josep M. T. — *Població i lluita contra la mort a Montblanc (S. XVIII)*, Tarragona, Institut d'Estudi Tarraconenses Ramon Berenguer IV, 1990.

— GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) — *As epidemias em Guimarães*, in «Revista de Guimarães», vol XXIII, 1906, pp. 52-58 e 108-114, vol XXIV, 1907, pp. 123-132.

— HENRY, Louis — *Técnicas de análise em demografia histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.

— HENRY, Louis — *Une richesse démographique en friche: les registres paroissiaux*, 2e éd., in «Population», Paris, Hachette, 1985, pp. 131-143.

— HOLLINGSWORTH, Thomas H. — *A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 21-28.

— JUSTINO, David — *A formação do espaço económico português. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988-89.

— JUSTINO, David — *Conjuntura económica e «Maria da Fonte». Algumas notas*, in «Bracara Augusta», vol XXXV, 1981, pp. 467-475.

— KULA, Witold — *Problemas y métodos de la historia económica*, 2ª edição, Barcelona, Ed. Península, 1974.

— LABOURDETTE, Jean-François — *Le Portugal de 1780 a 1802*, Paris, SEDES, 1985.

— LADURIE, Emmanuel Le Roy — *L'aménorrhée de famine (XVIIe-XXe siècle)*, 2e éd., in «Le territoire de l'historien», Paris, Gallimard, 1973, pp. 331-348.

— *Las fuentes y los métodos. 15 trabajos de historia cuantitativa serial de Galicia*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1977.

— LÁZARO RUIZ, Mercedes; GURRIA GARCIA, Pedro A. — *Las crisis de mortalidad en la Rioja (siglos XVI-XVIII)*, Logroño, Instituto de Estudos Riojanos, 1989.

— LEBRUN, François — *Les hommes et la mort en Anjou aux XVIIe et XVIIIe siècles. Essai de démographie et de psychologie historiques*, 2e éd., Paris, Flammarion, 1975.

— LEBRUN, François — *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*, in «Annales E.S.C.», 35e année, nº 2 (Mars-Avril), 1980, pp. 205-234.

— LEBRUN, François — *Les épidémies en Haute-Bretagne à la fin de l'Ancien Régime (1770-1789). Présentation d'une enquête collective*, in «Annales de Démographie Historique», 1977, pp. 181-206.

— LEMOS, Maximiano — *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e instituições*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, Publicações Dom Quixote e Ordem dos Médicos, 1991.

— LÉVY, Jean-Paul — *Le Pouvoir de Guérir. Une histoire de l'idée de maladie*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1991.

— LIVI-BACCI, M. — *Les répercussions d'une crise de mortalité sur la fecondité: une vérification empirique*, in «Annales de Démographie Historique», 1978, pp. 197-207.

— LIVI-BACCI, Massimo — *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel, 1988.

— LIVI-BACCI, Massimo — *La société italienne devant les crise de mortalité*, Firenze, Dipartimento Statistico, 1978.

— LOPEZ BATALLA, Ramon — *La Población de Estadilla (Huesca) en el siglo XVIII: Estudio de Demografia Historica*, Huesca, Instituto de Estudios Altoaragonenses (C.S.I.C.), 1987.

— LOUREIRO, Henrique — *Os assentos parochiaes anteriores ao Concílio de Trento*, in «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», II volume, 1927, pp. 113-118.

— LOUSADA, Maria Alexandre — *As Divisões Administrativas em Portugal, do Antigo Regime ao Liberalismo* (comunicação apresentado ao V Colóquio Ibérico de Geografia, León, 21-24 de Novembro de 1989), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, s. d.

— MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal, vol. I Das origens às revoluções liberais*, 3ª ed., Lisboa, Edições Ágora, 1973, *vol. II Das revoluções liberais aos nossos dias*, 2ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.

— MATOSSIAN, Mary Kilbourne — *Poisons of the Past. Molds, Epidemics and History*, New Haven and London, Yale University Press, 1989.

— MCKEOWN, Thomas — *As origens da doença humana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990

— MEIRELLES, António da Cunha Vieira de — *Memórias de Epidemologia Portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

— MEUVRET, Jean — *Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime*, in «Population», 1 ére année, nº 4 (Oct.-Dec.), 1946, pp. 643-650

— MEUVRET, Jean — *Demographic crisis in France from the sixteenth to the eighteenth century*, in «Population in History», ed. por D. V. Glass e D.E.C. Eversley, London, Edward Arnold, 1965, pp. 507-522.

— MIRA, M. Ferreira de — *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947.

— MOLL, Isabel; SEGURA, Antoni; SUAU, Jaume — *Cronologia de les crises demographiques a Mallorca. Segles XVIII-XIX*, Palma de Mallorca, Institut d'Estudis Balearics, 1983.

— MONTERO OMENAT, Jose — *La enfermedad y la muerte en Mérida en la primera mitad del siglo XIX*, in «Revista de Estudios Extremeños», tomo XLV, nº III, 1989, pp. 563-587.

— NAZARETH, J. Manuel — *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

— OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propiedade, exploração e produção agrícolas no Vale do Cávado, durante o Antigo Regime*, 2 vols., Porto, 1979 (Dissertação de Doutoramento apresentada na FLUP policopiada).

— OLIVEIRA, Aurélio de Araújo — *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado 1630-1820* (no prelo).

— OLIVEIRA, Aurélio de — *Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830)*, in «Bracara Augusta», vols. XXV-XXVI, 1971-1972, pp. 125-141.

— OLIVEIRA, Aurélio de — *Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais* (séculos XVII-XVIII), in «Revista da Faculdade de Letras-História» (Porto), II série, vol II, 1985, pp. 97-160.

— PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.

— PEREIRA, Miriam Halpern —*Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX*, in «Análise Social», vol VII, nº 25-26, 1969, pp. 85-117.

— PÉREZ MOREDA, Vicente — *La evolución demografica española en el siglo XIX (1797-1930): tendencias generales y contrastes regionales*, in «La populazione italiana nell'ottocento. Continuitá e mutamenta», Bologna, Editrice CLUEB, 1985.

— PÉREZ MOREDA, Vicente — *Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Ed., 1980

— PERRENOUD, Alfred — *Atténuation des crises et déclin de la mortalité*, in «Annales de Démographie Historique», 1989, pp. 13-29.

— PERRENOUD, Alfred — *La mortalité a Genève de 1625 a 1825*, in «Annales de Démnographie Historique», 1978, pp. 209-233.

— PETER, Jean-Pierre — *Malades et maladies à la fin du XVIII e siècle*, in «Annales E.S.C.», 22 e année, nº 4 (Juillet-Aout), 1967, pp. 711-751

— PIQUERO, Santiago — *Demografia guipuzcoana en el Antiguo Regimen*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1991.

— POUSSOU, Jean-Pierre — *Les crise démographiques en milieu urbain: l'exemple de Bordeaux (fin XVIIe-fin XVIIIe siècle)*, in «Annales E.S.C.», 35e année, nº 2 (Mars-Avril), 1980, pp. 235-252.

— RAMOS CALVO, Pedro Manuel — *El Colera en Alava*, Vitoria, Diputación Foral de Alava, 1986.

— RAMOS, Luis A. de Oliveira — *Inéditos do Cardeal Saraiva (Historiografia Monástica)*, Separata da Revista «Bracara Augusta», tomo XXX, fasc. 69 (81) Janeiro-Junho, 1976.

— RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira — *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, Lisboa, 1987 (Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH da UNL policopiada).

— ROMERO DE SOLIS, Pedro — *La población española en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1973.

— ROSSI, Florenzo — *Crisi di mortalità ad Adria nel contesto socio-ambientale dei secoli XVII-XIX*, in «Genus», vol. XXXIII, nº 3-4, 1977, pp. 83-118.

— SALVINI, Silvana — *Un metodo di misura delle crisi di mortalità,* in «Genus», vol XXXIII, nº 3-4, 1977, pp. 119-142.

— SANCHEZ DE LA CALLE, Jose Antonio — *Aproximación a la demografia de Plasencia 1871-1900 segun el registro civil,* Plasencia, Ayuntamiento de Plasencia, Caja de Ahorros de Plasencia e Diputacion Provincial de Cáceres, 1985.

— SÁNCHEZ DE LA CALLE, Jose Antonio — *La crisis de mortalidad en la Parroquia de San Juan en el siglo XIX (1805-1896). Plasencia*, in «Revista de Estudios Extremeños», tomo XLV, nº II, 1989, pp. 327-343.

— SÁNCHEZ LORA, José Luis — *Demografia y Análisis Histórico. Ayamonte 1600-1860*, Huelva, Excma. Diputación Provincial de Huelva, 1987.

— SANTOS, Cândido dos — *A População do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana*, in «Revista de História» (CHUP), vol I, 1978, pp. 281-348.

— SANTOS, Cândido dos — *Alguns aspectos da demografia portuense durante o Antigo Regime*, in «Revista de História» (CHUP), vol II (I vol. das Actas do Colóquio "O Porto na Época Moderna"), 1979, pp. 149-157.

— SANTOS, Cândido dos — *Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX*, in «Humanidades», nº 2, 1982, pp. 47-75.

— SERRÃO, Joel — *A Emigração Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

— SERRÃO, Joel — *Demografia Portuguesa. Fontes da Demografia Portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

— SILBERT, Albert — *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime XVIIIe - Début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 2ª ed., 3 vols, Lisboa, I.N.I.C., 1978.

— SILVA, Innocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

— SOGNER, Sölvi — *Nature and dynamics of crises (including recent crises in developing countries)*, in «The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past», ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979, pp. 311-331.

— SOURNIA, Jean-Charles — *Histoire de la Médicine*, Paris, Éditions La Découverte, 1992.

— SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques — *As epidemias na história do homem*, Lisboa, Edições 70, 1986.

— SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, I vol + Apêndice (Divisão Administrativa e Eclesiástica de Portugal em 1801-1802), Porto, 1979 (Dissertação de Doutoramento apresentada na FLUP policopiada).

— SOUSA, Fernando de — *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*, Separata da Revista «Bracara Augusta», tomo XXX, fasc. 70 (82) Julho-Dezembro, 1976.

— SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva — *Memórias de Vila Real*, 2 vols, Vila Real, Arquivo Distrital e Câmara Municipal, 1987.

— TAPINOS, Georges — *Élements de Démographie. Analyse, déterminants socio-économiques et histoire des populations*, Paris, Armand Colin, 1985.

— TASCON FERNANDEZ, Luis Julio — *Enfermedad y muerte en Asturias durante el siglo XIX (I): un ejemplo del area central y zonas perifericas*, in «Boletin del Instituto de Estudios Asturianos», Ano XLIV, nº 135 (Julho-Set.), 1990, pp. 431-472.

— *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, ed. por Hubert Charbonneau e André Larose, Liège, Ordina Éditions, 1979.

— THÉODORIDÈS, Jean — *Des Miasmes aux Virus. Histoires des maladies infectieuses*, Paris, Éditions Louis Pariente, 1991.

— THILLAUD, Pierre L. — *Les Maladies et la Médicine en Pays Basque Nord a la fin de l'Ancien Régime (1690-1749)*, Génève, Librairie Droz, 1983.

— TORRES SÁNCHEZ, Rafael — *Aproximación de las crisis demográficas en la periferia peninsular. Las crisis en Cartagena durante la Edad Moderna*, Cartagena, Excmo. Ayuntamiento de Cartagena, 1990.

— VALLEJO ZAMORA, José — *La población de Tarazona en el siglo XVIII. Estudio Demografico*, Tarazona, Centro de Estudios Turiasonenses e Institución Fernando El Católico, 1987.

— VASCONCELLOS, António de — *Nota chronológico-bibliográphica das constituições diocesanas portuguêsas, até hoje impressas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1911.

— VIGARELLO, Georges — *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1988.